

Retoma – Plano Diretor Municipal de Lagos
Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental
(Volume I)

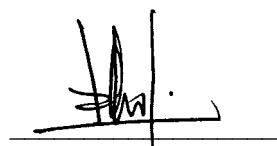
Versão 2015

FICHA TÉCNICA

Nome	Formação
Fausto do Nascimento	Arquiteto Paisagista
Sónia Afonso	Engenheira do Ambiente
Nelson Fonseca	Arquiteto Paisagista
Filipa Mendes	Arquiteta Paisagista
Inês Nascimento Diogo	Arquiteta Paisagista
André Pereira	Arquiteto Paisagista Estagiário

Estoi, Junho de 2015

A Coordenação

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and a horizontal line at the bottom, positioned above a solid horizontal line.

Fausto do Nascimento

O presente documento foi redigido de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	11
II. Avaliação Ambiental Estratégica: Enquadramento Legal e Metodologia	12
1. Enquadramento Legal	12
III. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	17
1. Fundamentação da Fase de Retoma do PDM de Lagos	17
2. Enquadramento Geográfico	19
3. Objetivos para o Plano Diretor Municipal	20
IV. Âmbito da Avaliação Ambiental	21
1. Introdução	21
2. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	27
2.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE)	27
2.2 Linhas Estratégicas de Desenvolvimento	28
2.3 Fatores Ambientais (FA)	29
2.4 Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	30
V. Avaliação Ambiental por Fator Crítico para a Decisão	32
1. FCD 1 – GOVERNANÇA	33
1.1 Participação, Abertura e Eficácia	33
1.1.1 Caracterização da situação atual	34
1.1.2 Análise SWOT territorial	36
1.1.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	37
1.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos	37
1.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos	38
1.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	39
1.1.7 Programa de Seguimento	39
1.1.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão	39
1.1.7.2 Medidas de Monitorização	39
1.1.7.3 Diretrizes de Governança	40
2. FCD 2 – DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO	40
2.1 Qualidade de vida	40
2.1.1 Caracterização da situação atual	41
2.1.2 Análise SWOT territorial	57
2.1.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	58
2.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos	58
2.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos	59
2.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	61
2.1.7 Programa de Seguimento	62
2.1.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão	62
2.1.7.2 Medidas de Monitorização	63
2.1.7.3 Diretrizes de Governança	63

2.2	Economia	63
2.2.1	Caracterização da situação atual	64
2.2.2	Análise SWOT territorial	66
2.2.3	Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	67
2.2.4	Análise de Oportunidades e Riscos	67
2.2.5	Avaliação de Efeitos Significativos	68
2.2.6	Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	70
2.2.7	Programa de Seguimento	70
2.2.7.1	Medidas de Planeamento e Gestão	70
2.2.7.2	Medidas de Monitorização	70
2.2.7.3	Diretrizes de Governança	70
2.3	Turismo	71
2.3.1	Situação Atual	71
	Desenvolvimento turístico	71
2.3.2	Análise SWOT Territorial	74
2.3.3	Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	75
2.3.4	Análise de Oportunidades e Riscos	75
2.3.5	Avaliação de Efeitos Significativos	76
2.3.6	Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	78
2.3.7	Programa de Seguimento	78
2.3.7.1	Medidas de Planeamento e Gestão	78
2.3.7.2	Medidas de Monitorização	78
2.3.7.3	Diretrizes de Governança	79
3.	FCD 3 – BIODIVERSIDADE E RECURSOS AMBIENTAIS	79
3.1	Conservação e gestão de Habitats, Flora e Fauna.	80
3.1.1	Caracterização da Situação Atual	80
3.1.2	Análise SWOT Territorial	86
3.1.3	Tendências de Evolução na Ausência do PDM de Lagos	87
3.1.4	Análise de Oportunidades e Riscos	87
3.1.5	Avaliação de Efeitos Significativos	88
3.1.6	Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	90
3.1.7	Programa de Seguimento	90
3.1.7.1	Medidas de Planeamento e Gestão	90
3.1.7.2	Medidas de Monitorização	91
3.1.7.3	Diretrizes de Governança	91
3.2	Floresta	92
3.2.1	Caracterização da situação atual	92
3.2.2	Análise SWOT territorial	93
3.2.3	Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	94
3.2.4	Análise de Oportunidades e Riscos	94
3.2.5	Avaliação de Efeitos Significativos	95
3.2.6	Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	95
3.2.7	Programa de Seguimento	96
3.2.7.1	Medidas de Planeamento e Gestão	96

3.2.7.2 Medidas de Monitorização	96
3.2.7.3 Diretrizes de Governança	97
3.3 Qualidade do Ambiente	97
3.3.1 Caracterização da Situação Atual	97
3.3.2 Análise SWOT Territorial	112
3.3.3 Tendências de Evolução na Ausência da Revisão do PDM de Lagos	113
3.3.4 Análise de Oportunidades e Riscos	114
3.3.5 Avaliação de Efeitos Significativos	114
3.3.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	115
3.3.7 Programa de Seguimento	116
3.3.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão	116
3.3.7.2 Medidas de Monitorização	117
3.3.7.3 Diretrizes de Governança	117
3.4 Riscos Naturais e Tecnológicos	118
3.4.1 Caracterização da Situação Atual	118
3.4.2 Análise SWOT Territorial	141
3.4.3 Tendências de Evolução na Ausência de PDM de Lagos	142
3.4.4 Análise de Oportunidades e Riscos	143
3.4.5 Avaliação de Efeitos Significativos	144
3.4.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	145
3.4.7 Programa de Seguimento	146
3.4.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão	146
3.4.7.2 Medidas de Monitorização	147
3.4.7.3 Diretrizes de Governança	148
3.5 Valorização Patrimonial e Cultural	148
3.5.1 Caracterização da situação atual	149
3.5.2 Análise SWOT territorial	159
3.5.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	160
3.5.4 Análise de Oportunidades e Riscos	160
3.5.5 Avaliação de Efeitos Significativos	161
3.5.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	161
3.5.7 Programa de Seguimento	161
3.5.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão	161
3.5.7.2 Medidas de Monitorização	162
3.5.7.3 Diretrizes de Governança	162
4. FCD 4 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA	163
4.1 Eficiência Energética	163
4.1.1 Caracterização da situação atual	163
4.1.2 Análise SWOT territorial	166
4.1.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	166
4.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos	166
4.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos	167
4.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	168
4.1.7 Programa de Seguimento	168

4.1.7.1 Medidas de Planejamento e Gestão	168
4.1.7.2 Medidas de Monitorização	169
4.1.7.3 Diretrizes de Governança	169
5. FCD 5 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	169
5.1 Uso do Solo	170
5.1.1 Caracterização da Situação Atual	170
5.1.2 Análise SWOT Territorial	174
5.1.3 Tendências de Evolução na Ausência do PDM de Lagos	175
5.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos	175
5.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos	176
5.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	179
5.1.7 Programa de Seguimento	180
5.1.7.1 Medidas de Planejamento e Gestão	180
5.1.7.2 Medidas de Monitorização	181
5.1.7.3 Diretrizes de Governança	181
5.2 Estrutura Ecológica	182
5.2.1 Caracterização da situação atual	182
5.2.2 Análise SWOT territorial	184
5.2.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	184
5.2.4 Análise de Oportunidades e Riscos	185
5.2.5 Avaliação de Efeitos Significativos	185
5.2.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	188
5.2.7 Programa de Seguimento	188
5.2.7.1 Medidas de Planejamento e Gestão	188
5.2.7.2 Medidas de Monitorização	189
5.2.6.3 Diretrizes de Governança	189
5.3 Conservação e Gestão da Paisagem	189
5.3.1 Caracterização da situação atual	190
5.3.2 Análise SWOT territorial	191
5.3.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	191
5.3.4 Análise de Oportunidades e Riscos	191
5.3.5 Avaliação de Efeitos Significativos	192
5.3.6 Relação entra a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	193
5.3.7 Programa de Seguimento	193
5.3.7.1 Medidas de Planejamento e Gestão	193
5.3.7.2 Medidas de Monitorização	194
5.3.7.3 Diretrizes de Governança	194
5.4 Mobilidade	194
5.4.1 Caracterização da situação atual	194
5.4.2 Análise SWOT territorial	198
5.4.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos	199
5.4.4 Análise de Oportunidades e Riscos	199
5.4.5 Avaliação de Efeitos Significativos	200
5.4.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	202

5.4.7 Programa de Seguimento	203
5.4.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão	203
5.4.7.2 Medidas de Monitorização	203
5.4.7.3 Diretrizes de Governança	203
VI. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
1. Síntese dos Resultados Obtidos	204
2. Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	212
3. Considerações Finais	214
VII. Fontes de informação	217
VIII. Bibliografia	219
Anexos	224
Anexo I. Pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAEE), relativos à Proposta de Definição de Âmbito	225

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Abordagem metodológica para a Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagos.	16
Figura 2 – Enquadramento geográfico do concelho de Lagos e das respetivas freguesias.	20

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da População Residente de acordo com os anteriores limites administrativos das freguesias	42
Gráfico 2 – Evolução da procura de habitação social	51
Gráfico 3 – Procura de habitação social no ano de 2011 segundo a freguesia de residência	51
Gráfico 4 – Dimensão dos agregados familiares na procura de habitação social	52
Gráfico 5 – Países de Origem dos Hóspedes no Concelho de Lagos	74
Gráfico 6 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente no concelho de Lagos e no Algarve.	108
Gráfico 7 – Número de ocorrências e área ardida no concelho de Lagos para o período de 2001-2010	131

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Área pertencente a cada freguesia e união de freguesia do concelho de Lagos	20
Quadro 2 – Sumário das recomendações, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas	23
Quadro 3 – Planos, Políticas e Programas de hierarquia superior analisados por FCD	28
Quadro 4 – Definição dos Fatores Ambientais relevantes para a AAE do PDM de Lagos, fase de Retoma.	29
Quadro 5 – Fatores Críticos para a Decisão (FCD), propostos.	30
Quadro 6 – Fatores Críticos para a Decisão e respetivos Critérios de Avaliação	31
Quadro 7 – Evolução da População Residente entre 1991 e 2011, e taxa de variação da população, de acordo com os anteriores limites administrativos das freguesias	41
Quadro 8 – Evolução da população residente e presente de acordo com os anteriores limites administrativos das freguesias	43
Quadro 9 – Evolução da população por estrutura etária do concelho de Lagos	44

Quadro 10 – Estrutura etária da população do concelho de Lagos e respetivos índices de envelhecimento e de dependência para os anos de 1991, 2001 e 2011	44
Quadro 11 – Taxa de Analfabetismo por freguesias, de acordo com os anteriores limites administrativos	45
Quadro 12 – Nível de Ensino da População de Lagos em 2011	45
Quadro 13 – Taxa de Atividade por sexo no concelho de Lagos e na região do Algarve	46
Quadro 14 – População empregada por setor de atividade económica	47
Quadro 15 – Evolução da taxa de desemprego no concelho de Lagos e na região do Algarve	47
Quadro 16 – População Desempregada em Lagos, 2011	48
Quadro 17 – Fogos Municipais em regime de arrendamento, número, localização e ano de construção	49
Quadro 18 – Fogos Municipais alienados, número, localização e ano de construção	49
Quadro 19 – Número de Fogos construídos por Cooperativas de Habitação Económicas, de 1989 a 2010	50
Quadro 20 – Taxa de esforço das famílias no acesso á habitação no concelho de Lagos e na região do Algarve	53
Quadro 21 – Equipamentos presentes no concelho de Lagos.	53
Quadro 22 – Equipamentos propostos pelo PDM de 1995	61
Quadro 23 – Número de empresas no concelho segundo a classificação das atividades económicas, 2011	64
Quadro 24 – Empresas existentes no concelho de Lagos e número de trabalhadores, 2011	65
Quadro 25 – População empregada por setor de atividade económica	65
Quadro 26 – Tipologia de empreendimento turístico em funcionamento no concelho de Lagos	72
Quadro 27 – Capacidade de Alojamento nos Empreendimentos Turísticos, sem parques de campismo	72
Quadro 28 – Evolução do número de dormidas	73
Quadro 29 – Comparação da evolução do número de dormidas entre os anos de 2002 e 2012	73
Quadro 30 – Taxa líquida de ocupação cama (%) nas diferentes tipologias de estabelecimentos hoteleiros	73
Quadro 31 – Rede Natura 2000 no concelho de Lagos.	82
Quadro 32 – Habitats classificados presentes no concelho de Lagos.	84
Quadro 33 – Habitats classificados da Costa Sudoeste existentes no concelho de Lagos.	85
Quadro 34 – Habitats classificados da Serra de Monchique existentes no concelho de Lagos.	85
Quadro 35 – Habitats classificados da Ria de Alvor existentes no concelho de Lagos.	86
Quadro 36 – Análise de cenários alternativos para a conservação dos matos de Barrocal de Bensafrim.	90
Quadro 37 – Categorias de espaços florestais existentes no concelho de Lagos	92
Quadro 38 – Categorias de espaços florestais do concelho de Lagos (Situação de 1995 e atual)	96
Sistema Aquífero de Almádena-Odiáxere	Erro! Marcador não definido.
Quadro 39 – Quantidade de Resíduos Recolhidos no concelho de Lagos	107
Quadro 40-Quantidade de resíduos Urbanos (t) recolhidos e respetivo destino final aplicado, para o concelho de Lagos.	107
Quadro 41 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos no concelho de Lagos e no Algarve (INE)	107
Quadro 42 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente (kg/hab) no concelho de Lagos e no Algarve.	108
Quadro 43 – Relação entre o número de ecopontos e o número de habitantes por freguesia	108
Quadro 44 – Quantidade de Resíduos de Construção e Demolição produzidos pelo município de Lagos	109
Quadro 45 – Volumes de água Fornecidos pela empresa Águas do Algarve, S.A ao Município de Lagos (m ³).	110
Quadro 46 – Água distribuída (m ³) por Localização geográfica e Setor consumidor durante o ano 2008	111
Quadro 47 – Volume de águas tratadas no concelho de Lagos por nível de tratamento	111
Quadro 48 – Volume de água tratada nas diferentes ETAR's do concelho.	112
Quadro 49 – Epicentros de sismos históricos e instrumentais, na região de Lagos	120
Quadro 50 – Registo Histórico dos Tsunamis em Portugal	122

Quadro 51 – Praias do concelho de Lagos com risco de queda de arribas moderado e elevado	124
Quadro 52 – Número de ocorrências associadas a movimentos de vertentes para o Concelho de Lagos.	126
Quadro 53 – Número de ocorrências associadas às inundações no concelho de Lagos.	127
Quadro 54 – Número de ocorrências de incêndios rurais, para o concelho de Lagos.	130
Quadro 55 – Síntese dos riscos naturais por classe de probabilidade de ocorrência e por impacto estimado	131
Quadro 56 – Número de ocorrências de incêndios industriais, para o concelho de Lagos.	133
Quadro 57 – Número de ocorrências registadas acidentes rodoviários no concelho de Lagos	135
Quadro 58 – Número de ocorrências registadas relativo a acidentes ferroviários no concelho de Lagos	136
Quadro 59 – Número de ocorrências registadas relativo a acidentes aéreos, no concelho de Lagos	136
Quadro 60 – Número de ocorrências registadas acidentes marítimos e/ou fluviais no concelho de Lagos	137
Quadro 61 – Número de ocorrências registadas de incêndios urbanos no concelho de Lagos	140
Quadro 62 – Síntese dos riscos tecnológicos por classe de probabilidade de ocorrência e por impacto estimado	141
Quadro 63 – Património arquitetónico classificado no concelho de Lagos	149
Quadro 64 – Sítios arqueológicos classificados no concelho de Lagos	151
Quadro 65 – Consumo de Energia Elétrica no concelho de Lagos	164
Quadro 66 – Quantidade de energia elétrica produzida no concelho de Lagos a partir de fontes de energia renovável	165
Quadro 67 – Quantificação e classificação dos solos urbanizados do concelho de Lagos	172
Quadro 68 – Quantificação e classificação dos solos urbanizáveis do concelho de Lagos	176
Quadro 69 – Solos urbanizáveis para o PDM de 1995 e para a proposta do PDM	180
Quadro 70 – Sistemas ecológicos e valores naturais	186
Quadro 71 – Síntese geral das conclusões da AAE	211
Quadro 72 – Comparação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995	213
Quadro 73 – Fontes de informação utilizadas por FCD e critério de avaliação.	217

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Localização Geográfica das freguesias do concelho de Lagos.	42
Mapa 2 – Habitats classificados existentes no concelho de Lagos.	84
Mapa 3 – Espécies de flora classificadas existentes no concelho de Lagos.	86
Mapa 4 – Área de matos de Barrocal existentes entre Bensafrim e as Colinas Verdes.	89
Mapa 5 – Espaços florestais existentes no concelho de Lagos	93
Mapa 6 – Espaços florestais existentes no concelho de Lagos aquando da realização do PDM de 1995	95
Mapa 7 – Valores para o indicador de ruído diurno – entardecer – noturno (L_{den})	99
Mapa 8 – Valores para o indicador de ruído noturno (L_n).	99
Mapa 9 – Sistema Aquífero Almádena - Odiáxere	102
Mapa 10 – Classificação das massas de água subterrânea monitorizadas.	103
Mapa 11 – Áreas críticas para extração de água subterrânea	103
Mapa 12 – Recursos Hídricos superficiais no concelho de Lagos	104
Mapa 13 – Classificação das Massas de água superficiais interiores	105
Mapa 14 – Classificação das massas de água costeira	106
Mapa 15 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água (Concelho de Lagos)	110
Mapa 16 - Sistema Multimunicipal de Saneamento de Água (Concelho de Lagos)	112
Mapa 17 - Carta de Isossistas de intensidades máximas em Portugal Continental	120
Mapa 18 - Risco de Sismos no concelho de Lagos	121
Mapa 19 – Mapa de Risco de Tsunamis para o Concelho de Lagos	123

Mapa 20 - Localização das arribas no concelho de Lagos	124
Mapa 21 - Risco de movimentos de massas para o concelho de Lagos.	126
Mapa 22 - Risco de cheias e inundações para o concelho de Lagos.	128
Mapa 23 - Mapa de Ocupação do solo no concelho de Lagos.	129
Mapa 24 - Risco de Incêndio Florestal para o concelho de Lagos	130
Mapa 25 - Localização das zonas industriais	133
Mapa 26 – Risco de ocorrência de acidentes industriais no concelho de Lagos	134
Mapa 27 - Edifícios em ruínas ou em mau estado de conservação no concelho de Lagos	139
Mapa 28 - Imóveis classificados no concelho de Lagos	150
Mapa 29 - Zonas Especiais de Proteção (ZEP)	150
Mapa 30 - Património arqueológico do concelho de Lagos	159
Mapa 31 - Classificação dos solos do concelho de Lagos	171
Mapa 32 - PMOT's, PEOT's e UOPG's existentes do concelho de Lagos	171
Mapa 33 - Solos urbanizados do concelho de Lagos	173
Mapa 34 - Reserva Ecológica Nacional de 1995	173
Mapa 35 - Reserva Agrícola Nacional em vigor.	174
Mapa 36 - Solos urbanizáveis e espaços verdes existentes e propostos do concelho de Lagos	177
Mapa 37 - Proposta atual de delimitação da Reserva Ecológica Nacional	178
Mapa 38 - Proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional.	179
Mapa 39 - Zonas a programar no concelho de Lagos	180
Mapa 40 - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental	183
Mapa 41 - Descontinuidades existentes na rede hidrográfica e habitats da Rede Natura 2000.	184
Mapa 42 - Estrutura Ecológica Municipal	186
Mapa 43 - Sistemas ecológicos e valores naturais e áreas urbanizáveis.	187
Mapa 44 - Descontinuidades introduzidas pela proposta de PDM.	187
Mapa 45 - Áreas naturais do PDM de 1995	188
Mapa 46 - Domínio Hídrico.	192
Mapa 47 - Localização das escarpas de Bensafrim.	193
Mapa 48 - Rede Rodoviária existente	195
Mapa 49 - Hierarquização da rede rodoviária existente.	196
Mapa 50 - Rede ferroviária existente	197
Mapa 51 - Ecovia do Litoral do Algarve	198
Mapa 52 - Rede Rodoviária Proposta	201

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa de Ambiente
ACD	Associação Cultural e Desportiva
ADR	Associação Desportiva e Recreativa
ARHA	Administração de Região Hidrográfica do Algarve
ARS Alg	Administração Regional de Saúde do Algarve
CCDR Alg	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CML	Câmara Municipal de Lagos
COS	Carta de Ocupação do Solo
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
EDR	Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve (2007-2013)
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENGIZC	Estratégia Nacional Para a Gestão Integrada da Zona Costeira
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
ICNB	Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
Isso	Internacional Organization for Standarization
PBH	Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013)
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PNA	Plano Nacional da Água
PMEC	Plano Municipal e Proteção Civil de Lagos
PNAAS	Plano de Nacional de Ação Ambiente e Saúde (2008-2013)
PNAC	Plano de Nacional para as Alterações Climáticas
PDM	Plano Diretor Municipal
PEPS	Proposta de Estratégia de Proteção dos solos
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PO Algarve 21	Programa Operacional Algarve 21
POPH	Programa Operacional de Potencial Humano
PNUEA	Plano Nacional de Uso Eficiente da Água
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PU	Plano de Urbanização
PROTAL	Programa Regional de Ordenamento do Território do Algarve
PMEPCL	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Lagos
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PSRN 2000	Plano sectorial da Rede Natura 2000
QE	Questões estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégica
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional

RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos

I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Lagos.

Por decisão do Tribunal Constitucional de 31 de janeiro de 2002, foi determinada a anulação da deliberação da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 1994 tendo nessa sequência o Plano Diretor Municipal de Lagos perdido a sua eficácia.

Face a esta circunstância, a Câmara Municipal deliberou na sua sessão de 20 de fevereiro de 2002, retomar o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal, iniciando-se a partir desta data, todos os procedimentos necessários para o efeito.

Este Relatório Preliminar corresponde assim, à segunda fase do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, previsto no artigo 6.º do Decreto – Lei 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o qual define, que *Juntamente com o plano ou programa sujeito a avaliação ambiental, a entidade responsável elabora um relatório no qual identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos, e do qual constam, atendendo à previa definição do seu âmbito (...), paralelamente e de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, o Plano Diretor Municipal é acompanhado por Relatório Ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.*

Pretende-se que o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégia (AAE) do Plano Diretor Municipal de Lagos constitua um contributo para a integração das preocupações ambientais e de sustentabilidade no PDM de Lagos, permitindo a discussão de alternativas de acordo com os possíveis impactes territoriais que lhe estão subjacentes.

O âmbito da AAE foi definido a partir de um relatório preliminar de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Lagos, o qual foi submetido a consulta às Entidades com Responsabilidade Específica (ERA), a 7 de fevereiro de 2011. A informação constante na Proposta de Definição de Âmbito e subsequentemente no presente relatório, foi aferida de acordo com os pareceres emitidos por estas entidades.

O Relatório Ambiental desenvolve-se da seguinte forma:

1.Introdução

2.Avaliação Ambiental Estratégica: Enquadramento Legal e Metodologia

3. Descrição do Objeto de Avaliação.
4. Âmbito da Avaliação Ambiental.
5. Avaliação Ambiental por Fator Crítico para a Decisão.
6. Conclusão e Considerações Finais.

A acompanhar o presente Relatório Ambiental, apresenta-se o Resumo Não Técnico (RNT), que constitui o Volume II.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: ENQUADRAMENTO LEGAL E METODOLOGIA

1. Enquadramento Legal

De acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, o Plano Diretor Municipal é acompanhado por Relatório Ambiental, *no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.*

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, é aplicado subsidiariamente ao diploma legal acima referido, estabelecendo no artigo. 3.º a obrigatoriedade de realizar a avaliação ambiental em:

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos ou programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

A Avaliação Ambiental de Planos e Programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, destinando-se a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão. Mais precisamente, a avaliação ambiental de planos e programas constitui um processo contínuo e sistemático, que tem lugar a partir do momento inicial do processo decisório

público, de avaliação da qualidade ambiental, de visões alternativas e perspetivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projetos, assegurando a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação, garante que os efeitos ambientais são tidos em consideração durante a elaboração de um plano ou programa, antes da sua aprovação, contribuindo assim, para a adoção de soluções inovadoras, mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam os efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica é definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto – Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, o qual estabelece que é da competência da entidade responsável pela elaboração do plano, a realização das seguintes fases:

- **Âmbito da Avaliação Ambiental**, de acordo com o artigo 3.º, cabe à entidade responsável pela elaboração do Plano *determinar o âmbito de avaliação ambiental a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental.*

- **Relatório Ambiental**, conforme o artigo 6.º, compete à entidade responsável pela elaboração do Plano *elaborar um relatório ambiental no qual se identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes na aplicação do plano ou programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e âmbito de aplicação territorial respetivos (...).*

- **Consultas**, segundo o artigo 7.º, previamente à aprovação do plano, a entidade responsável pela sua elaboração *promove a consulta pública das entidades às quais em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.*

- **Declaração Ambiental**, o artigo 10.º estabelece que deverá ser efetuada uma declaração ambiental, devendo esta ser posteriormente, disponibilizada através *da respetiva página da Internet, podendo ser igualmente disponibilizada, na página da Internet da Agência Portuguesa do Ambiente.*

Pretende-se, com este documento, dar cumprimento ao artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, no qual *se identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes na aplicação do plano ou programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e âmbito de aplicação territorial respetivos (...).*

2. Abordagem Metodológica

A metodologia seguida para a realização da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Lagos – Fase de Retoma, visa cumprir o estabelecido no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15

junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio e no Decreto-Lei 46/2009, de 20 de fevereiro, resultando da execução de três fases distintas:

- Relatório de Definição de Âmbito;
- Relatório Ambiental;
- Declaração Ambiental.

O presente documento constitui a segunda fase do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica onde se irá proceder à análise e avaliação do Plano Diretor Municipal de Lagos, de acordo com os Fatores Críticos para a Decisão e o nível de pormenorização e alcance definidos pela Proposta de Definição de Âmbito.

O método adotado para a elaboração do Relatório Ambiental resulta da conciliação de quatro momentos chave:

- Numa primeira fase, efetuar-se-á uma análise de diagnóstico, que possibilitará conhecer a situação atual e de que forma se prevê que esta, evolua na ausência de Plano Diretor Municipal.

Como súmula da análise tendencial, resultará uma matriz SWOT, relativa à situação atual territorial, por FCD, a qual informará sobre as oportunidades e as ameaças que a tendência atual de desenvolvimento pressupõe, não tendo em conta as opções estratégicas do PDM de Lagos.

- Na fase seguinte, irão ser identificadas as ações ou intervenções a desenvolver com a implementação do plano e que são suscetíveis de gerar efeitos significativos no ambiente.

Desta forma, efetuar-se-á uma matriz de oportunidades e riscos, de forma a avaliar as medidas propostas no plano e a sua implementação no terreno por objetivo ambiental e de sustentabilidade/Critério de Avaliação, irá igualmente, constar desta matriz a avaliação e quantificação dos efeitos significativos decorrentes do PDM de Lagos.

A quantificação dos efeitos será efetuada da seguinte forma:

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos(++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+)	Baixos (-)

Benefícios baixos ou insignificantes.	Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

Decorrente desta avaliação e após a identificação dos efeitos negativos muito significativos, irão ser propostos e analisados cenários alternativos, os quais visam determinar a opção mais sustentável a ser integrada na proposta de plano.

- Numa terceira fase irá ser efetuada uma comparação entre a proposta do Plano Diretor Municipal de 1995 e a Proposta atual (fase de retoma), desta forma irão ser facilmente perceptíveis as diferenças entre ambos os planos, assim como as preeminências da atual proposta de gestão territorial em relação à de 1995.

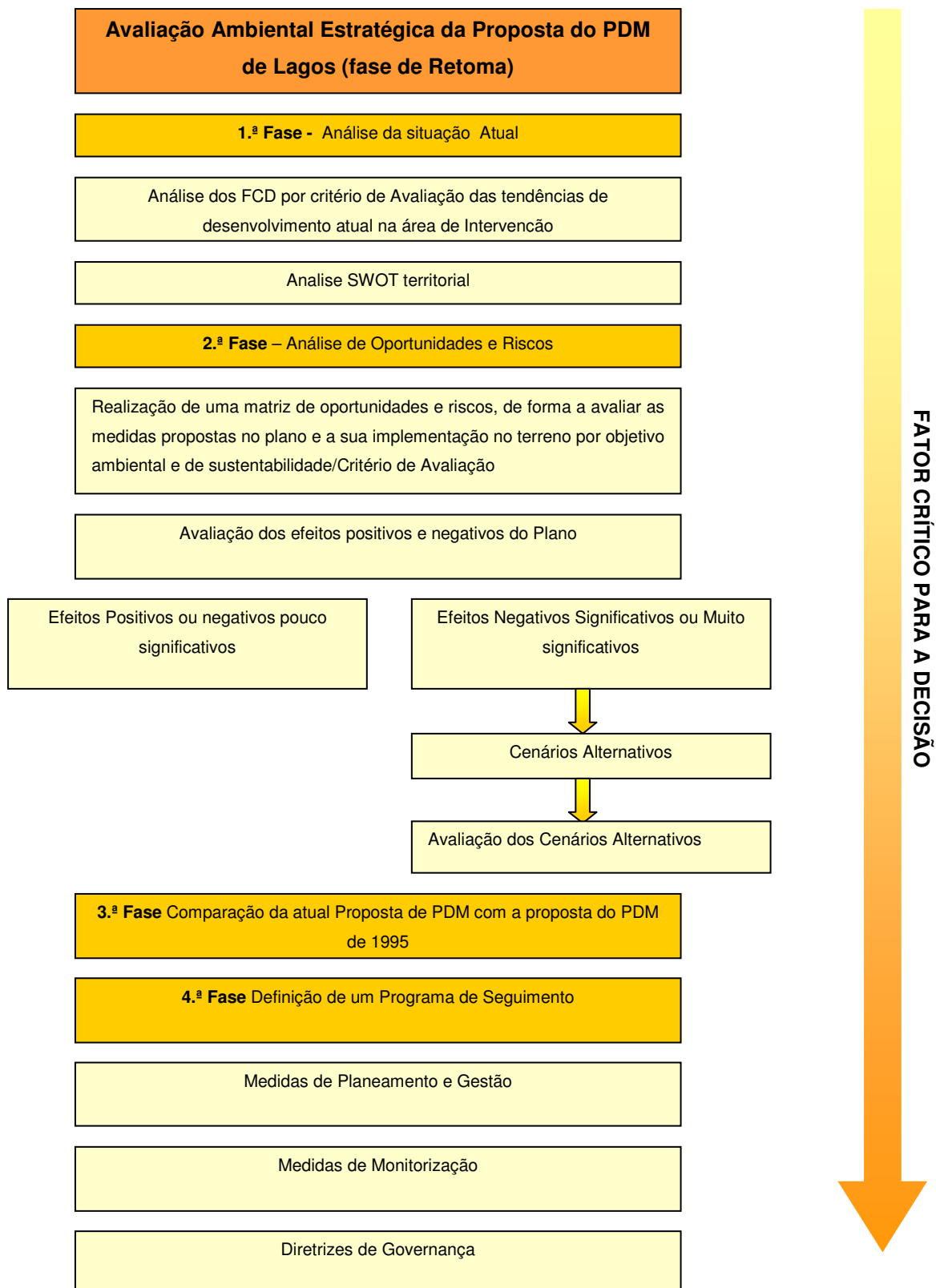
- Por último, será definido um programa de seguimento, onde estarão estabelecidas as medidas e recomendações que resultaram da análise SWOT, decorrente da implementação do PDM, dividindo-se em três classes:

- Medidas e de planeamento e gestão, as quais deverão ser integradas no PDM de Lagos;
- Medidas de monitorização, que têm por objetivo avaliarem o desempenho ambiental e reconhecer atempadamente efeitos negativos decorrentes da implementação do PDM.
- Quadro de Governança, que tem por objetivo, definir o quadro institucional para implementação da gestão ambiental e de gestão de processos de sustentabilidade.

A metodologia desenvolvida para a Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Lagos, terá como base o “Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008), o “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (Partidário, 2007), o “Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil” (ANPC, 2009), a circular informativa “Recomendações para a Integração e Apreciação da Componente Saúde Humana nos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGS, 2009) e a respetiva legislação aplicável em vigor.

A abordagem metodológica acima descrita encontra-se esquematizada na Figura 1.

Figura 1 – Abordagem metodológica para a Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagos.



III. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

1. Fundamentação da Fase de Retoma do PDM de Lagos

O Plano Diretor Municipal de Lagos foi aprovado a 10 de novembro de 1994 pela Assembleia Municipal e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/95, publicada no Diário da República 1.ª série – B, n.º 79 de 3 de abril de 1995.

No âmbito do processo judicial intentado contra a Assembleia Municipal de Lagos em 10 de fevereiro de 1998, foi proferida sentença pelo Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, anulando aquela deliberação.

Considerou o citado Tribunal, que a aprovação pela Assembleia Municipal de uma nova versão do PDM – proposta pela Câmara Municipal de Lagos e resultante das correções preconizadas pela Secretaria de Estado da Administração Local do Ordenamento do Território, – sem que a mesma tivesse sido submetida a novo Inquérito Público, violava o procedimento administrativo legalmente estabelecido para a formação de vontade daquele órgão.

Da decisão do Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, a Assembleia Municipal de Lagos interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, vindo esta instância a confirmar a sentença recorrida, decisão que também não viria a ser afetada pelo Acórdão n.º 39/2002 do Tribunal Constitucional de 31 de janeiro, por este Tribunal não ter conhecimento do objeto do recurso interposto pela Assembleia Municipal.

Assim, determinada a anulação da deliberação da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 1994, o Plano Diretor Municipal de Lagos deixou de ser eficaz.

Face a esta circunstância, a Câmara Municipal deliberou na sua sessão de 20 de fevereiro de 2002, retomar o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal, iniciando-se a partir desta data, todos os procedimentos necessários para o efeito.

A reconstituição da Comissão Técnica de Acompanhamento, designada na altura por Comissão Mista de Coordenação, constitui um procedimento prioritário, não apenas pelo facto de ser imperiosa a conclusão deste vital instrumento de planeamento, mas também, no âmbito de apoios técnico-financeiros às autarquias, em que a informação da Comissão é um requisito imprescindível à efetiva concretização dos financiamentos.

Neste sentido, foi solicitado à DRAOT-Algarve o apoio para desencadear o processo de constituição da Comissão Mista de Coordenação, tendo aquela entidade reunido com a DGOTDU na secretaria de Estado em 8 de novembro de 2002.

Na sequência da referida reunião, foi exarado o Despacho do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território de 16 de novembro de 2002, sobre a informação n.º 244 de 8 de outubro de 2002, na qual se concluiu, pela constituição da Comissão Mista de Coordenação (art. 75.º, n.º2 do Decreto-Lei n.º380/99), bem como, e cita-se “...não se proceder a consultas externas, evitando-se assim, as delongas inerentes à emissão dos respetivos pareceres, tendo-se julgado preferível incluir na Comissão Mista de Coordenação todas as entidades com interesses sectoriais relevantes”.

As entidades propostas foram, por conseguinte: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Instituto da Água, Instituto da Conservação da Natureza, Direção Geral do Turismo, Direção Regional da Agricultura do Algarve, Direção Regional de Economia do Algarve, Instituto Português do Património Arquitectónico, Instituto Português de arqueologia, Instituto de Desenvolvimento Rural e hidráulico, Instituto das Estradas de Portugal, Instituto Portuários e dos Transportes Marítimos, Direção Geral da Autoridade Marítima, Direção Regional de Educação do Algarve, EDP – Eletricidade de Portugal, Águas do Algarve, S:A, Rede Ferroviária Nacional – Refer, E.P..

Estas entidades foram acrescidas posteriormente com a ASEMBA – Associação Empresarial do Barlavento Vicentino e o MEL – Movimento Ecológico de Lagos, na sequência do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 da Portaria 290/03, de 5 de abril.

A Câmara Municipal de Lagos, através do ofício de 20 de janeiro de 2003, dirigido à Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, deu a sua concordância à proposta de composição da Comissão Mista de Coordenação, tendo aquela entidade, nesta sequência dado conhecimento do facto ao Sr. Secretário de Estado do ordenamento do território e à DGOTDU solicitando simultaneamente a esta Direção Geral que se dignasse mandar a levar a efeito os procedimentos necessários à constituição da referida Comissão.

De igual modo e através do despacho de 19 de fevereiro de 2003, o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do território, comunicou à DGOTDU para, com urgência, “ Dar seguimento ao procedimento de constituição da C.T.A”.

Neste contexto e ao abrigo do n.º 11 da Portaria n.º 290/03 de 5 de abril, a Câmara Municipal solicitou à direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Algarve, a realização da reunião preparatória, a qual teve lugar no dia 24 de junho de 2003, com a presença da Direção-Geral do Ordenamento do território e desenvolvimento Urbano, através do Sistema de vídeo-conferência.

A ata da reunião em apreço foi remetida esta entidade em 17 de fevereiro de 2004, tendo a constituição da respetiva Comissão Mista de Coordenação sido publicada em 16 de abril de 2004, através do despacho n.º 7563/2004 (2.ª série).

Em 17 de maio de 2004 realizou-se a primeira reunião da Comissão Mista de Coordenação, na qual foi exposto o historial do Plano e a metodologia de trabalho a utilizar.

A segunda reunião teve lugar a 5 de julho de 2004, tendo sido apresentados os seguintes documentos “Caracterização e Diagnostico”, Planta da Situação Existente e Planta de Condicionantes.

A terceira reunião da Comissão Mista de Coordenação acontece em 12 de julho de 2005 e a quarta em 30 de março de 2006, na qual é apresentada a proposta de Plano, com as correções /alterações sugeridas na segunda reunião da C.M.C.

À data, estava em curso a revisão do PROTAL e, nesse âmbito, a maioria das entidades, sublinhou a necessidade do PDM estar compatível com o mesmo, o que foi efetuado.

Todavia, o PROTAL aprovado e publicado em 2007, não correspondia à versão da citada revisão, o que obrigou a novas alterações no trabalho já executado.

Foi elaborada uma proposta de plano constituída por um conjunto de elementos escritos (datados de dezembro de 2007) e gráficos (com data de janeiro de 2008), que a Câmara Municipal de Lagos remeteu à CCDR-Algarve, solicitando a sua apreciação. Foi realizada uma reunião de trabalho com a equipa técnica a 4 de abril de 2008, tendo a CCDR emitido informação técnica e análise jurídica que aprofundam as questões de conformidade e compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial em vigor e demais disposições legais aplicáveis (informação n.º DSGT-INF2008-55, de 15 de abril de 2008).

A Câmara Municipal de Lagos optou por converter a Comissão Mista de Coordenação em Comissão Técnica de Acompanhamento, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Portaria n.º1474/2007, de 16 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 1-C/2008, 15 de janeiro. A constituição da Comissão de Acompanhamento efetuou-se por despacho de 2 de abril de 2009, do presidente da CCDR Algarve, publicado na 2.ª série do Diário da República através do Aviso n.º 1033/2009, de 25 de maio.

Os trabalhos de finalização da retoma do PDM de Lagos consistem na resposta às questões levantadas no parecer de 2008 da CCDR Algarve e com a adequação do plano ao atual PROT Algarve, à nova legislação do ordenamento do território e aos PMOT que entretanto entraram em vigor ou estão na fase final de elaboração ou aprovação no território municipal.

2. Enquadramento Geográfico

O Plano Diretor Municipal de Lagos é desenvolvido para a área do concelho de Lagos, situado no sudoeste de Portugal Continental. O Concelho está integrado na Região Algarvia (NUTS II e III), constituindo um dos 16 concelhos que formam a região.

O Município de Lagos pertence à sede do distrito de Faro, do qual dista cerca 80,5 km e faz fronteira a este com o concelho de Portimão, a norte com o concelho de Monchique, a oeste com o município de Vila do Bispo e a noroeste pelo Município de Aljezur.

De acordo com a Reorganização Administrativa das Freguesias – CAOP 2013 (Carta Administrativa Oficial Portuguesa), que inclui as alterações registadas nos limites administrativos de Freguesias/Municípios/distritos do Continente, decorrentes da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica a sua divisão administrativa engloba atualmente duas freguesias e duas uniões de freguesia:

Quadro 1 – Área pertencente a cada freguesia e união de freguesia do concelho de Lagos

	União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João	Luz	União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Sta. Maria)	Odiáxere
Hectares	13020,4	2178,3	2915,4	3185,2
Habitantes*	2 425	3 545	22 095	2 984

*Fonte: INE resultados definitivos dos Censos de 2011

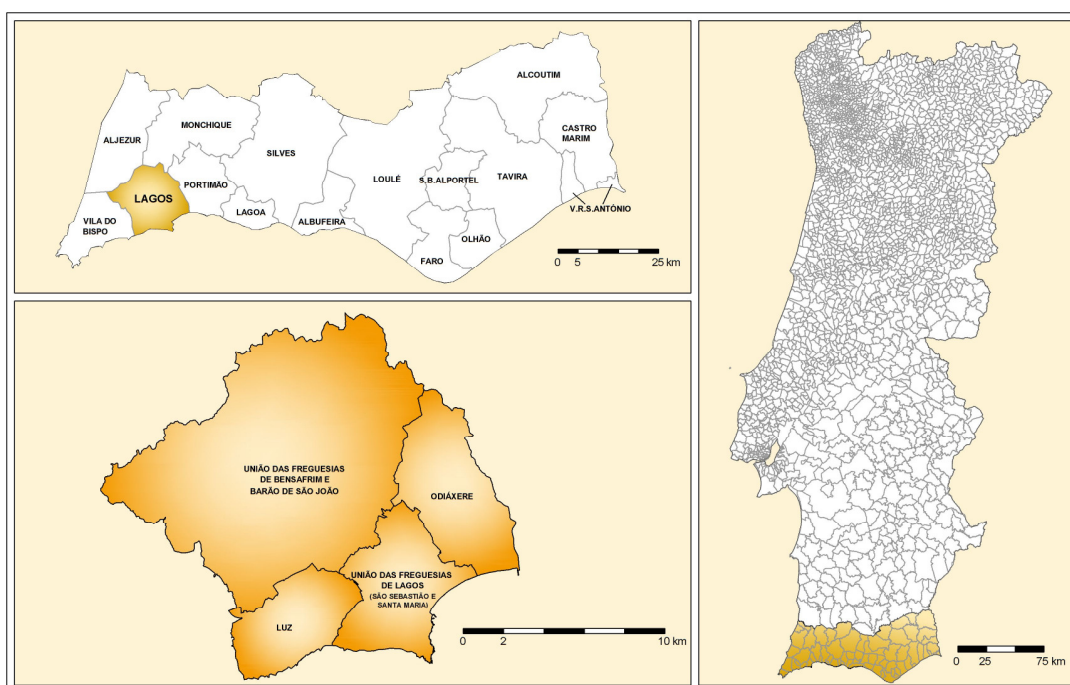


Figura 2 - Enquadramento geográfico do concelho de Lagos e das respetivas freguesias.

3. Objetivos para o Plano Diretor Municipal

Foram definidos pela equipa responsável pela Proposta de PDM objetivos específicos que definem/desagregam as grandes linhas estratégicas de desenvolvimento (LE) e que vão orientar as propostas e o modelo urbano a prosseguir.

Os objetivos que a seguir se apresentam sofreram algumas alterações, relativamente aos constantes na proposta de Definição de Âmbito (do procedimento formal de Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Lagos), uma vez que a equipa do plano sentiu a necessidade de adequar os mesmos à proposta do PDM, procurando no entanto não descuidar os seus conteúdos mais importantes.

Os objetivos agora revistos e que integram a Proposta de Definição de Âmbito Final, não sofreram modificações relevantes uma vez que o seu conteúdo se manteve, pelo que não foram introduzidas quaisquer alterações aos Fatores Críticos para a Decisão estabelecidos.

LE 1 História e Cultura dos Descobrimentos

Objetivo 1 – Afirmar a identidade cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos.

Objetivo 2 – Inserir Lagos nas redes internacionais de cidades/países ligados à exploração dos mares.

LE 2 Turismo, Conhecimento e Inovação

Objetivo 3 – Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho.

Objetivo 4 – Fomentar o desenvolvimento tecnológico em setores inovadores.

LE 3 Urbanismo e Mobilidade

Objetivo 5 – Requalificar urbanística e ambientalmente a Cidade de Lagos.

Objetivo 6 – Estruturação dos aglomerados urbanos.

Objetivo 7 – Apostar numa ruralidade qualificada.

Objetivo 8 – Requalificar urbanística e ambientalmente o litoral lacobrigense.

Objetivo 9 – Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores.

Objetivo 10 -Incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos.

LE 4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

Objetivo 11 – Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses.

Objetivo 12 – Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um Desenvolvimento Sustentável de todo o município.

IV. ÂMBITO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

1. Introdução

Conforme atrás referido, a primeira fase da Avaliação Ambiental do PDM de Lagos consistiu na elaboração de uma Proposta de Definição de Âmbito conforme o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º232/2007 de 15 de junho, em que foi definido o Quadro de Referência Estratégico, o Objeto de Avaliação bem como os Fatores Críticos para a Decisão e respetivos critérios e indicadores.

Em consonância com o atrás exposto, a proposta de definição de âmbito foi enviada às Entidades com Responsabilidade Ambiental (ERA), de modo a que as mesmas pudessem emitir parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental.

Foram consultadas as seguintes ERAE:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR)
- Administração da Região Hidrográfica do Algarve (ARH)
- Instituto da Conservação da natureza e Biodiversidade, I.P. (ICNB)
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR)
- Turismo de Portugal, I.P. (TP)
- Direção Regional de Economia do Algarve (DRE)
- Autoridade Florestal Nacional (AFN)
- ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A
- Autoridade Nacional da Proteção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (ANPC)
- Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P (ARS)

Das entidades acima descritas, emitiram parecer no prazo legalmente estabelecido a Administração da Região Hidrográfica do Algarve, a Direção Regional de Economia do Algarve e a Autoridade Nacional da Proteção Civil. O parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve foi recebido fora dos 20 dias úteis, estipulados pelo n.º 4 do artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 232/2007 de 15 de junho.

A 1 de agosto de 2011, foram enviados por correio eletrónico para a Câmara Municipal de Lagos, contributos a título informal, por parte do Turismo de Portugal, uma vez que este Instituto não se considera uma Entidade com Responsabilidade Ambiental Específica. A equipa responsável pela AAE decidiu considerar estes contributos.

Os pareceres relativos à proposta de Definição de Âmbito rececionados, encontram-se no Anexo I.

Seguidamente apresenta-se o sumário recomendações, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas ERAE consultadas. Todos os pareceres mereceram especial atenção e foram tidos em consideração na elaboração do presente relatório.

Os pareceres recebidos podem ser consultados no Anexo I.

Quadro 2 – Sumário das recomendações, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

ERA	OBSERVAÇÕES	PONDERAÇÃO DA EQUIPA
DRE – Direção Regional de Economia do Algarve	<p>- Pontos fracos (pág. 8, ultimo ponto) Onde se lê “Enfraquecimento da base económica tradicional da Região (Agricultura, Floresta, Pesca e Transformação de bens alimentares)”, deve-se ler “Enfraquecimento da base económica tradicional da Região (Agricultura, Floresta Pesca e Indústria, nomeadamente a transformação de bens alimentares)”;</p> <p>- Indicadores (pág. 16): Relativamente à Gestão de Resíduos, seria interessante saber-se a quantidade de resíduos C&D rececionados em estabelecimentos autorizados;</p>	<p>- Foram retificados os pontos fracos constantes na pág. 8;</p> <p>- Foi incorporada a quantidade de resíduos C&D rececionados em estabelecimentos autorizados, no indicador Gestão de resíduos;</p>
ARH Algarve	<p>- Relativamente ao Plano nacional da Água deverão ser tidos em consideração os cruzamentos com os FSC “ Alterações Climáticas” e “Ordenamento do Território”;</p> <p>-Quanto ao POOC deverão ser tidos em conta os FCD “Governança” (tendo em conta o seu relacionamento com a ENGIZC), com “Desenvolvimento Económico” e também com “Alterações Climáticas /face principalmente à possível potenciação de fatores de risco costeiros);</p> <p>-Também quanto ao Plano Nacional para as Alterações Climáticas não esta considerado o cruzamento com o FCD “Alterações Climáticas”;</p> <p>-Por fim em relação ao PROF considera-se relevante o seu cruzamento com os FCD “ Desenvolvimento Socioeconómico” e “Ordenamento do Território”</p>	<p>- Relativamente ao Plano nacional da Água foram tidos consideração os cruzamentos com os FCD “ Alterações Climáticas” e “Ordenamento do Território;</p> <p>- Relativamente ao POOC foram tidos em conta os FCD “Governança”, com “Desenvolvimento Económico” e também com “Alterações Climáticas”;</p> <p>- Foi considerado o cruzamento PNAC com o FCD “Alterações Climáticas”;</p> <p>- Foi considerado o cruzamento entre o PROF e os FCD “ Desenvolvimento Socioeconómico” e “Ordenamento do Território</p>
ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil)	<p>- Os Fatores Críticos de Decisão (FCD) não contém parâmetros que permitam avaliar de que modo as opções do Plano:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Tiveram em consideração os Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) existentes no concelho de Lagos; 2. Agravam os RNT existentes no concelho de Lagos; 3. Introduzem novas situações de risco; 4. Mitigam situações de risco existentes. <p>- Devem ser propostos critérios de avaliação que permitam verificar os efeitos da aplicação do PDM nomeadamente se os riscos existentes na área do Plano são mitigados e se não são introduzidos novos riscos;</p> <p>- Devem ser propostos Objetivos relacionados com os FCD</p>	<p>- Foi proposto o critério de avaliação “Riscos naturais e Tecnológicos” e o objetivo ambiental e de sustentabilidade “Promover a salvaguarda da integridade de pessoas, bens e ambiente na perspetiva de garantir a segurança,</p>

ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil)	<p>destinados à mitigação dos riscos identificados e que possam ser atingidos pela aplicação do PDM;</p> <p>- Devem ser propostos indicadores objetivos e mensuráveis, que permitam verificar ou comprovar os feitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do Plano, quanto à mitigação ou agravamento de situações de risco na área do Plano.</p>	<p>saúde e bem-estar, diminuindo as possíveis situações de risco".</p> <p>- Foram integrados os seguintes indicadores, de modo a avaliar as opções do Plano:</p> <p>Riscos naturais – geológicos (sismos, erosão), cheias/inundações, incêndios, entre outros, com base na carta de riscos concelhia (n.º ocorrências registadas versus probabilidade de ocorrência do fenómeno/medidas de mitigação);</p> <p>Riscos tecnológicos – dispersão de substâncias perigosas (decorrente de eventuais acidentes rodoviários e outros) com a contaminação de águas e do solo, inclusivamente com poluição atmosférica difusa, etc. (n.º de ocorrências registadas versus probabilidade de ocorrência do fenómeno/ medidas de mitigação).</p>
CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve)	<p>Direção de Serviços de Ambiente / Divisão de Avaliação Ambiental:</p> <p>- "A identificação dos Fatores Críticos de Decisão (FCD) é bastante exaustiva e devidamente fundamentada. No entanto e nesta fase seria importante definir e identificar as fontes e tipo de informação disponíveis para este PDM."</p> <p>- "Relativamente à componente acústica e tendo em vista o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei nº9/2007 de 17 de janeiro, e alterado pela Declaração de Retificação nº18/2007 de 16 de março, e pelo Decreto-Lei nº278/2007 de 1 de agosto, verifica-se que da análise dos documentos apresentados, não é feita qualquer consideração sobre esta componente."</p> <p>- "Face ao exposto, o desenvolvimento do PDM, para dar cumprimento ao RGR, tem de ter em consideração o estipulado nos artigos 6º, 7º 8º e 9º do citado Regulamento, bem como as diretrizes e ou notas técnicas da Agência Portuguesa do Ambiente/Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (APA/DGOTDU)."</p>	<p>- A componente acústica já havia sido contemplada no indicador "Ambiente Sonoro", que integra o FCD "Biodiversidade e Recursos Ambientais"</p> <p>- Irão ser contemplados os artigos 6º, 7º 8º e 9º do Regulamento Geral do Ruído (RGR), bem como as diretrizes e ou notas técnicas da Agência Portuguesa do Ambiente/Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (APA/DGOTDU)."</p>
	<p>Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional/Divisão de Estudos Regionais:</p> <p>- (FCD - Desenvolvimento Socioeconómico) "Importa no entanto reforçar, que em linha com as orientações do Plano Estratégico de Habitação-2008/2013, julgamos que faz sentido neste tipo de relatório uma abordagem com maior alcance no que toca à necessidade de habitação social e de habitação a custos controlados a contemplar na elaboração do plano."</p>	<p>- Foram integrados no desenvolvimento Sócio Económico os seguintes indicadores relativos à habitação Social e de venda livre:</p> <p>- Evolução da habitação social, a custos controlados e de venda livre – situação atual e proposta;</p>

	<p>- “A abordagem servirá não só para avaliar as alternativas de modelo de ocupação do solo, mas também para detetar as carências e necessidades às quais terá de ser dada resposta através de uma política coerente, equilibrada e diversificada, a consubstanciar num Plano/Programa Local de Habitação. Esta abordagem, deve dar resposta quer quantitativamente quer qualitativamente às necessidades de alojamento de promoção privada e pública, deve promover a integração social através de uma repartição equilibrada dos alojamentos sociais e a custos controlados em todos os bairros do sistema urbano.”</p> <p>- “A avaliação deverá, a partir do cálculo da taxa de esforço das famílias no acesso à habitação no concelho (que é referida no FCD) e a partir do levantamento do parque habitacional existente, dar orientações para a elaboração de um Plano/Programa Local de Habitação, identificando as ações para suprir as carências e necessidades nos setores urbanos de intervenção prioritária (a reabilitar e renovar), bem como suprir as necessidades de alojamento de jovens, idosos e famílias carenciadas.”</p> <p>- “Assim o indicador identificado como habitação Social, deverá abordar também a taxa de cobertura entre oferta e procura destas tipologias de habitação, resultando dessa abordagem, a proposta de medidas adequadas e diretrizes para o seu seguimento.”</p>	<p>- Taxa de esforço das famílias no acesso à habitação;</p> <p>- Taxa de cobertura entre oferta e procura destas de habitação a custos controlados e de venda livre.</p>
<p>CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve)</p>	<p>Direção de Serviços de Ordenamento do Território/Divisão de Ordenamento do Território, Conservação da Natureza e Valorização da Paisagem:</p> <p>2 – Linhas estratégicas de desenvolvimento e objetivos estratégicos em que se apoia a definição dos FCD:</p> <p>- “Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento, com objetivos de dinamização de atividades culturais, desportivas e recreativas, preservação do ambiente e da qualidade ambiental numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, e fomento de iniciativas de exploração de recursos energéticos renováveis (eólica, dos mares). Considera-se adequada a definição deste objetivo estratégico, desde que o mesmo possa ser materializado em opções concretas no plano. Tendo em conta as características da faixa litoral do concelho, da sensibilidade geomorfológica, da pressão urbanística a que é sujeita e do valor especial que o enquadramento cénico detém enquanto vetor de atratividade, considera-se que deveria ser associada a este objetivo estratégico a componente Paisagem.”</p> <p>- “Seria também conveniente que fosse associado um objetivo que visasse o Equilíbrio Territorial das atividades socioeconómicas e da estrutura edificada do concelho.”</p>	<p>- Foi contemplado pela Equipa responsável pela elaboração da Proposta do Plano;</p> <p>- Foi contemplado pela Equipa responsável pela elaboração da Proposta do Plano;</p>

	<p>3 - FCD e Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Alterações Climáticas e Energia”: são assentes em critérios de eficiência energética, com indicadores de consumo e iniciativas municipais para a eficiência energética. - Considera-se que este FCD não integra o paradigma da produção energética a partir de fontes renováveis, que constitui uma das prioridades do Estado para o setor da energia, sendo que o concelho parece, à partida, revelar a existência de áreas potenciais de desenvolvimento desse setor.” - “Ordenamento do Território: os indicadores são distribuídos pelas áreas do urbanismo, estrutura ecológica/corredores verdes, qualificação ambiental, conservação e gestão da paisagem, acessibilidades e transportes, considerando-se que foram identificados os principais. Não é, contudo, explicitada a referência aos regimes de restrição e salvaguarda (REN, RAN, Proteção do sobreiro e azinheira, etc.), que é comum aos processos de AAE e cuja avaliação é inteiramente justificável.” <p>CCDR:</p> <p>Conclusões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Da análise da Proposta de Âmbito apresentada, verifica-se que foram consideradas as sugestões/recomendações constantes na Nota Técnica elaborada por estes Serviços, designadamente no que se refere à apresentação da justificação da metodologia adotada para o desenvolvimento da AAE, bem como sobre os Fatores Críticos de Decisão e respetivos Critérios e Indicadores.” - “Todavia, e sem prejuízo da adequada continuidade do procedimento, constata-se estar omissa a análise crítica sobre a execução do PDM durante o prazo em que o Plano esteve em plena eficácia legal, bem como da dinâmica territorial subsequente desde a sua anulação e das consequentes implicações na gestão territorial do município, e ainda, os eventuais desvios verificados à situação de referência, aspeto que deverá ser completado.” <ul style="list-style-type: none"> - Irá ser integrado o indicador “produção energética a partir de fontes renováveis” no concelho de Lagos no FCD “Alterações Climáticas e Energia”; - Foram integrados os indicadores: Reserva Agrícola Nacional (situação de referência e proposto) Reserva Ecológica Nacional (situação de referência e proposto) - Irá ser efetuada uma comparação entre a proposta do Plano Diretor Municipal de 1995 e a Proposta atual (fase de retoma), de forma a compreender as diferenças entre ambos os planos, assim como as preeminências da atual proposta de gestão territorial em relação à de 1995. <p>Esta análise irá ser realizada para os critérios passíveis de comparação, considerando a informação disponível.</p>
<p>CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve)</p>	<p>- Concorda-se globalmente com a análise efetuada, a sistematização das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (embora não seja explícita a correspondência proposta com os FCD) o QRE selecionado e os FCD (importando salientar, na análise do ponto de vista do turismo, o FCD – Desenvolvimento Sócio-</p>

	Económico).	
TURISMO DE PORTUGAL	<p>- Relativamente ao detalhe dos indicadores de avaliação do critério Turismo do FCD Desenvolvimento Sócio-Económico (pág. 15) considera-se que também deverão ser previstos indicadores qualitativos nomeadamente discriminando as tipologias turísticas e categorias da oferta de alojamento turístico e a sua distribuição geográfica, contemplando ainda os empreendimentos turísticos aprovados mas não implementados, de modo a avaliar a “promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade”. O Turismo de Portugal disponibiliza-se para ser a Fonte de Informação destes indicadores (o RDA não identifica as Fontes de Informação).</p>	<p>- Foi contactado o Turismo de Portugal como fonte de informação para os indicadores “tipologias turísticas e categorias da oferta de alojamento turístico e a sua distribuição geográfica”, de modo a avaliar a “promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade”.</p>
	<p>Cumpra ainda sugerir a retificação do lapso constante no Quadro da pág. 13, que não distingue o FCD Governança do FCD Desenvolvimento Sócio-Económico</p>	<p>- Foi retificado o Quadro da página 13, da proposta de Definição de Âmbito da AAE, que não distinguia o FCD Governança do FCD Desenvolvimento Sócio-Económico.</p>

Após a emissão de pareceres pelas ERAE atrás mencionadas, a proposta de definição de âmbito inicial foi reestruturada de modo a incorporar a informação constantes nos mesmos.

2. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

O estabelecimento dos FCD resultou de uma análise integrada das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE) e Objetivos Estratégicos estabelecidos para o PDM, do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e dos Fatores Ambientais (FA) legalmente definidas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

2.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para o estabelecimento do Quadro de Referência Estratégico (QRE) foram analisados os Planos, Programas e Políticas de hierarquia superior que enquadram estrategicamente o PDM de Lagos, que identificam as macro-orientações de política nacional, europeia e internacional, e os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade.

Foram analisados os seguintes Planos, Programas e Políticas:

- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau – Vilamoura (POOC);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF);
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN);
- Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas da Bravura (POAB);
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT);

- Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PBH);
- Plano Nacional da Água (PNA);
- Plano Nacional da ação para a Eficiência Energética (PNAEE);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013);
- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos II (2006-2016);
- Plano estratégico da Habitação (PEH 2008-2013).

Quadro 3 – Planos, Políticas e Programas de hierarquia superior analisados por FCD

QRE		ENDS	PNPOT	PROTAL	PNA	PBH Algarve	PEASAR II	PERSU II	POOC	PENT	PNAEE	PNAC	PSRN 2000	PROF	POAB	PEH
FCD	Governança	x	x	x					x							
	Desenvolvimento socioeconómico	x	x	x					x	x				x		x
	Biodiversidade e Recursos Naturais	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	
	Alterações climáticas e Energia	x	x	x	x				x		x	x				
	Ordenamento do Território	x	x	x	x	x			x				x	x		

2.2 Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

Foram definidas pela equipa responsável pela elaboração do PDM de Lagos 4 Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE), que constituem as linhas de força fundamentais para o desenvolvimento do Município, através da prossecução de 12 Objetivos Estratégicos (tal como já anteriormente referido no capítulo III.3), que a seguir se apresentam.

LE 1 História e Cultura dos Descobrimentos

Objetivo 1 – Afirmar a identidade cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos

Objetivo 2 – Inserir Lagos nas redes internacionais de cidades/países ligados à exploração dos mares.

LE 2 Turismo, Conhecimento e Inovação

Objetivo 3 – Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho.

Objetivo 4 – Fomentar o desenvolvimento tecnológico em setores inovadores.

LE 3 Urbanismo e Mobilidade

Objetivo 5 – Requalificar urbanística e ambientalmente a Cidade de Lagos.

Objetivo 6 – Estruturação dos aglomerados urbanos.

Objetivo 7 – Apostar numa ruralidade qualificada.

Objetivo 8 – Requalificar urbanística e ambientalmente o litoral lacobrigense.

Objetivo 9 – Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores.

Objetivo 10 -Incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos.

LE 4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

Objetivo 11 – Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses.

Objetivo 12 – Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um Desenvolvimento Sustentável de todo o município.

2.3 Fatores Ambientais (FA)

De modo a que o processo de Avaliação Ambiental Estratégica seja objetivo, é necessário definir dos fatores ambientais estipulados na alínea e) do n.º1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, os que se consideram mais relevantes para o processo. Estes fatores encontram-se determinados no quadro seguinte:

Quadro 4 – Definição dos Fatores Ambientais relevantes para a AAE do PDM de Lagos, fase de Retoma.

Fatores Ambientais de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho.	Fatores Ambientais consideradas relevantes para a AAE do PDM de Lagos	Fatores Críticos para a Decisão
População	População, Saúde e Economia	Governança Desenvolvimento sócio-económico
Saúde Humana		
Bens Materiais		
Biodiversidade		
Fauna	Recursos Ambientais e Patrimoniais	Biodiversidade e Recursos Ambientais
Flora		
Água		
Património Cultural (Património Arquitetónico e Arqueológico)		
Atmosfera	Eficiência energética	Alterações Climáticas e Energia
Fatores Climáticos		
Solo	Usos do Solo e estrutura Ecológica	Ordenamento do território

2.4 Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) foram definidos após a análise integrada das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE), do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e dos Fatores Ambientais (FA).

Este conjunto de FCD pretende refletir a dimensão do modelo sustentável, preconizado para o PDM de Lagos, o qual assenta, essencialmente na valorização de fatores humanos, territoriais, ambientais e económicos.

Assim, para a elaboração do Plano Diretor Municipal de Lagos – Fase de Retoma, os Fatores Críticos para a Decisão propostos, encontram-se expressos e caracterizados no quadro seguinte:

Quadro 5 – Fatores Críticos para a Decisão (FCD), propostos.

FCD “GOVERNANÇA”
De acordo com o Livro Branco da Governança Europeia, a boa Governança baseia-se em cinco princípios: a Abertura, a Participação, a Responsabilização, a Eficácia e a Coerência. Cada destes princípios é fundamental para a instauração de uma Governança mais democrática, são estes princípios que constituem a base da Democracia e do Estado de Direito nos Estados-Membros e aplicam-se a todos os níveis de governo: global, europeu, nacional, regional e local.
FCD “DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO”
Atende ao desenvolvimento regional sustentado, através do critério Economia, uma vez que a qualidade de vida da população, as atividades económicas, oportunidades de emprego bem como o desenvolvimento turístico são fatores fundamentais no conhecimento e desenvolvimento económico de uma região.
FCD “BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS”
Incide sobre os aspetos de integridade da qualidade física do ambiente, a sua interação com as atividades a desenvolver no Município ao nível de investimentos para a melhoria da qualidade ambiental.
A visão da importância da Biodiversidade e dos Recursos Naturais tem vindo a ser alterada, e esta começa a ser cada vez mais entendida como uma base fundamental da vida económica e social de uma população
FCD “ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA”
Promoção e valorização da eficiência energética e estabelecimento de medidas de minimização e adaptação às alterações climáticas
FCD “ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO”
Pretende-se aferir o ordenamento/requalificação do território, valorizando um contexto urbano e rural, salvaguardando a integridade biofísica do território.

2.4.1 Critérios de Avaliação e Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade

Aliados a cada Fator Crítico para a Decisão (FCD), foram estabelecidos um conjunto de critérios que permitirão mais facilmente aferir a situação e evolução de cada um dos FCD.

De forma a proceder-se à avaliação ambiental, foram estabelecidos objetivos ambientais e de sustentabilidade em função dos Fatores Críticos de Decisão e Critérios definidos.

O estabelecimento de objetivos ambientais e de sustentabilidade, é fundamental no processo de AAE, pois garante a sua função estratégica.

Do Quadro 6, fazem parte as sugestões/recomendações, associadas aos Fatores Críticos para a Decisão e respetivos Critérios de Avaliação e Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade, vigorantes nos pareceres solicitados às ERAE, relativos à primeira fase do procedimento de AAE, Proposta de Definição de Âmbito.

Quadro 6 – Fatores Críticos para a Decisão e respetivos Critérios de Avaliação

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de Avaliação	Objetivos Ambientais e de sustentabilidade
Governança	Participação, Abertura e Eficácia	Avaliar a participação da população envolvida, nos assuntos relacionados com o município.
		Avaliar a transparência dos procedimentos e a promoção da comunicação ativa.
		Avaliar a eficácia dos procedimentos de modo a dar resposta às necessidades da população.
Desenvolvimento sócio-económico	Qualidade de Vida	Avaliar o nível sócio-económico, o equilíbrio populacional, condições de saúde, oportunidades de emprego, acesso a políticas sociais, assim como oferta de equipamentos e serviços.
	Economia	Avaliar a revitalização da economia no concelho, de modo a potenciar as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo.
	Turismo	Avaliar a promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade.
Biodiversidade e Recursos Ambientais	Conservação e gestão de habitats, fauna e flora	Pretende-se a avaliação as medidas de proteção às espécies protegidas de fauna e flora e a evolução das áreas classificadas do concelho.
	Floresta	Avaliar a situação florestal do concelho e as medidas de proteção implementadas.
	Qualidade do Ambiente	Avaliar a qualidade ambiental, pela poluição ou pelo uso insustentável dos recursos naturais, que pode significar danos na qualidade da água, do solo e noutros recursos que são o suporte da vida humana.
	Riscos Naturais e Tecnológicos	Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações, contribuindo para a prevenção e redução de possíveis situações de Riscos Naturais e Tecnológicos.
	Valorização Patrimonial e Cultural	Pretende-se avaliar a valorização do património arquitetónico e arqueológico de modo a afirmar a identidade cultural do concelho.
Alterações Climáticas e Energia	Eficiência Energética	Avaliação da promoção da eficiência energética e do recurso às fontes de energias renováveis.

Ordenamento do Território	Uso do Solo	Avaliar as várias servidões administrativas e instrumentos de ordenamento e planeamento do território.
	Estrutura Ecológica	Avaliar a estrutura ecológica do espaço rural e a estrutura ecológica no interior do espaço urbano.
	Conservação e gestão da Paisagem	Pretende-se avaliar a definição e classificação de áreas de elevado valor paisagístico a proteger e os respetivos planos de gestão/ação.
	Mobilidade	Avaliar o sistema rodoviário, ferroviário, pedonal e de ciclovias.

V. AVALIAÇÃO AMBIENTAL POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

De forma a avaliar os potenciais efeitos no ambiente, decorrentes da aplicação do PDM de Lagos, proceder-se-á ao cruzamento entre os objetivos da proposta do Plano e os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) previamente definidos na Proposta de Definição de Âmbito.

Os Critérios de Avaliação estipulados para cada FCD, serão caracterizados através do estudo dos respetivos Indicadores visando um conhecimento, o mais aprofundado possível, do território em estudo (situação atual). Após esta caracterização, obter-se-á uma imagem mais detalhada de quais os pontos fortes e fracos em termos territoriais e respetivas oportunidades e ameaças.

Com o conhecimento adquirido da fase de caracterização será possível, numa primeira fase, determinar quais as tendências de evolução do território na ausência da implementação do plano. Numa segunda fase, através de uma matriz SWOT, será possível determinar quais as oportunidades e ameaças que decorrem da aplicação do plano no território, através do cruzamento destes com os Fatores Críticos para a Decisão analisados.

Esta matriz permitirá, de igual forma, estabelecer quais os efeitos causados decorrentes da implementação do plano e de qual a sua significância. A partir desta será possível avaliar e estabelecer cenários alternativos, que melhor adaptem o plano à realidade do território intervencionado, de forma a minimizar ou eliminar os efeitos negativos e potenciar os positivos.

Posteriormente irá ser efectuada uma comparação entre a Proposta atual do PDM de Lagos (Fase de Retoma) e o PDM de 1995, de forma a identificar as principais diferenças entre ambos os planos, assim como as preeminências da atual proposta de gestão territorial em relação à de 1995.

Numa última fase, irá ser proposto um Programa de Seguimento, o qual definirá as medidas de planeamento e gestão e as medidas de monitorização. As medidas de planeamento e gestão definem critérios ou soluções a serem adotadas pelo plano e que minimizem ou eliminem os efeitos negativos do mesmo.

1. FCD 1 – GOVERNANÇA

De acordo com o Livro Branco da Governança Europeia, a boa Governança baseia-se em cinco princípios: a **Abertura**, a **Participação**, a **Responsabilização**, a **Eficácia** e a **Coerência**.

Cada um destes princípios, é fundamental para a instauração de uma Governança mais democrática e são estes princípios que constituem a base da Democracia e do Estado de Direito nos Estados-Membros, aplicando-se a todos os níveis de governo: global, europeu, nacional, regional e local.

A análise, do presente Fator Crítico para a Decisão, será baseada no Sistema de Gestão da Qualidade implementado no Município de Lagos, tendo em consideração os princípios para a boa governança, definidos pelo Livro Branco da Governança Europeia, nomeadamente a Participação, a Abertura e a Eficácia.

O Sistema de Gestão da Qualidade da Câmara Municipal de Lagos, tem como referência a Norma Portuguesa NP EN ISO 9001:2008, que certifica todas as atividades e serviços prestados pelas Unidades Orgânicas da Autarquia.

A promoção de um modelo de governança de qualidade, onde existe uma prestação de serviços rigorosa, transparente e de excelência, proporciona e assegura uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, bem como o desenvolvimento sustentado e equilibrado do território.

A Proposta de Definição de Âmbito, do PDM de Lagos, define a caracterização e avaliação dos Critérios de Avaliação “Participação”, “Abertura” e “Eficácia” separadamente, no entanto, em sede da equipa da AAE, propõe-se a fusão dos referidos critérios, uma vez que torna mais clara e concreta a análise do presente Fator Crítico para a Decisão.

1.1 Participação, Abertura e Eficácia

A participação da população nos assuntos relacionados com o município é, cada vez mais, um fator determinante para o sucesso da governação local, aferindo uma melhoria contínua dos serviços prestados, das práticas de gestão, assim como, da otimização dos recursos disponíveis, progredindo em conjunto para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território.

A denominada abertura à população, por parte dos serviços municipais, encontra-se diretamente relacionada com a transparência dos procedimentos realizados, assim como, com a forma como são transmitidas as informações, em que deverá ser utilizada uma estratégia de comunicação ativa sobre as tarefas da Autarquia e as suas decisões, utilizando um tipo de linguagem acessível a toda a população e, como tal, facilmente compreensível.

A facilidade no acesso a qualquer tipo de informação, relacionada com o município, deverá estar disponível à população, conferindo particular importância na melhoria do funcionamento dos serviços prestados, bem como, no aumento da confiança na instituição.

A eficácia tem por objetivo primordial avaliar a eficiência dos procedimentos adotados de modo a dar resposta às necessidades e corresponder às expectativas da população.

1.1.1 Caracterização da situação atual

Iniciativas municipais e formas de interação, participação e envolvimento

A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, na Câmara Municipal de Lagos, proporcionou o desenvolvimento de iniciativas municipais que fomentam a participação, interação e o envolvimento da população em geral, no que concerne aos diversos assuntos relacionados com a Autarquia.

São deste modo consideradas, para a presente análise, as seguintes formas/iniciativas disponibilizadas pelo município, de participação, interação e envolvimento dos munícipes:

- Questionários *online* de opinião pública;
- Serviço *online* de atendimento ao público;
- Consulta/apreciação pública de Planos e Programas Municipais;
- Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC).

Os questionários *online* de opinião pública, intitulados de “A Sua Opinião Conta”, fazem parte do conjunto de iniciativas municipais, implementadas na sequência do Sistema de Gestão da Qualidade, e têm por objetivo primordial a avaliação do grau de satisfação, das necessidades e das expectativas geradas pela população, relativamente ao seu concelho.

Os questionários, são disponibilizados pela Câmara Municipal de Lagos, através do Balcão Virtual da sua página de Internet, abordando diversos assuntos relacionados com a prestação de serviços ou com os projetos e iniciativas desenvolvidos pela Autarquia, tornando possível a concretização da opinião pública, positiva ou negativa, relativamente aos serviços municipais prestados.

Relativamente ao Serviço *online* de atendimento ao público, a Câmara Municipal de Lagos dispõe, para além do atendimento ao público tradicional, um balcão de atendimento *online*, no Balcão Virtual da sua página de Internet, em que se disponibilizam diversos formulários e impressos eletrónicos, sendo dispensável a deslocação dos cidadãos aos serviços municipais, para esse efeito.

Tendo em conta que a Câmara Municipal apenas dispõe de um dia por semana de atendimento para apresentação de pedidos de esclarecimento, informações ou reclamações, foi criado, com a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, o serviço *online* de marcação de reuniões no que se referem não só ao atendimento geral, mas também ao atendimento por parte dos dirigentes e do executivo municipal.

A Consulta/apreciação pública de Planos e Programas Municipais é obrigatória, ao abrigo da legislação em vigor, pelo que todas as Câmaras Municipais devem facultar, aos cidadãos interessados, os elementos relevantes.

Desta forma, e no cumprimento da legislação em vigor, quer as instalações da Câmara Municipal de Lagos, quer no Balcão Virtual da sua página de Internet, disponibilizam, para consulta pública, toda a informação essencial sobre os Planos Municipais de Ordenamento do Território, os Pedidos de Licenciamento de Operações de Loteamento e Regulamentos Municipais, que se encontram em processo de discussão/apreciação pública.

O Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC) é um serviço de âmbito concelhio, criado em 1992 e resultante de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lagos e o Instituto do Consumidor, que tem por objetivos principais:

- Auxiliar os consumidores a exercerem os seus direitos em situações de conflito;
- Receber e acompanhar as reclamações, empenhando-se no sentido da sua resolução;
- Promover ações de informação e sensibilização.

Em suma, a criação destas iniciativas, por parte da Câmara Municipal de Lagos, permitem a participação ativa e envolvimento da população, promovem a qualidade de vida dos seus habitantes, evitando que os processos se tornem longos e morosos e desta forma se efetue um serviço público de excelência.

Acesso à informação disponível

O Sistema de Gestão da Qualidade implementado na Câmara Municipal de Lagos, baseado na Norma Portuguesa ISO 9001:2008, promove a transparência total das suas ações, da sua gestão e dos serviços prestados à população.

Este facto pode ser comprovado pela quantidade de informação disponível, relacionada com os assuntos da Autarquia, em que a população lacobrigense beneficia do contacto contínuo com as atividades e gestão financeira dos serviços municipais, visto que a mesma é disponibilizada no Balcão Virtual, da sua página de Internet, nomeadamente:

- Atas das reuniões concluídas da Câmara Municipal;
- Editais, avisos e anúncios emitidos pela própria Autarquia, sobre os diversos assuntos da sua vertente de atuação;
- Documentos financeiros, bem como os documentos previsionais e de prestação de contas.

Os munícipes podem ainda ser informados e manter-se atualizados sobre os projetos e iniciativas da Câmara Municipal de Lagos, por meio de outros suportes, como por exemplo, a Agenda Cultural.

Avaliação de serviços

Segundo a Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), “visa contribuir para a melhoria do desempenho e

qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências”.

A referida avaliação dos serviços públicos permite verificar a eficácia dos procedimentos realizados, de forma a dar resposta às necessidades da população. Esta avaliação, confere qualidade, rigor e excelência aos serviços prestados, proporcionando uma maior ligação da Autarquia, de acordo com as expectativas e necessidades da população lacobrigense, promovendo uma melhoria no desempenho, eficácia e eficiência dos funcionários e dos respetivos serviços prestados.

A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, nos serviços municipais, contribui de igual forma para a avaliação de desempenho dos serviços autárquicos através de métodos de avaliação da política de qualidade, estando os serviços sujeitos a auditorias de qualidade, internas e externas, onde é avaliado o grau de cumprimento da Norma Portuguesa ISO 9001:2008.

1.1.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à participação, abertura e eficácia da governança no Município de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) no Município de Lagos, que cumpre os requisitos da Norma Portuguesa ISO 9001:2008; – Desenvolvimento de uma plataforma virtual informativa e de apoio à população, no sítio da Câmara Municipal de Lagos – Balcão Virtual; – Disponibilidade de questionários <i>online</i> de opinião pública; – Existência de um balcão de atendimento não presencial; – Criação de iniciativas municipais que permitem a participação ativa, envolvimento e melhoram a qualidade de vida da população; – Existência de um Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC); – Realização de auditorias internas e externas da qualidade; – Avaliação, segundo a legislação em vigor e através dos métodos de avaliação da política da qualidade, da eficácia, eficiência e desempenho dos serviços municipais; 	<ul style="list-style-type: none"> – O facto da maioria da informação disponibilizada ser efetuada através das novas tecnologias, torna restritivo para algumas faixas etárias e grupos sociais, o processo de participação, interação e envolvimento da população nos assuntos municipais;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – O aumento das iniciativas públicas e consequente desenvolvimento territorial incrementam o envolvimento, participação e interação da população; – Modernização e constante atualização dos serviços disponibilizados à população, que fomentem a sua participação; – Promoção da transparência dos procedimentos autárquicos; 	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldade de acesso à informação, relacionada com os assuntos municipais, por parte de algumas faixas etárias e grupos sociais;

1.1.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos, a situação atual do concelho, seguiria, em geral, as tendências atualmente registadas.

No que concerne à participação da população, nos assuntos relacionados com a Autarquia, e à abertura dos serviços municipais, perspetiva-se que, a criação e estímulo de novas oportunidades e formas de interação, participação e envolvimento, sejam as mesmas verificadas atualmente, uma vez que a Câmara Municipal possui um Sistema de Gestão da Qualidade, que fomenta as referidas atividades e promove a transparência dos serviços prestados.

Relativamente à avaliação da eficácia, eficiência e desempenho, dos serviços municipais, prevê-se que continue a ser efetuada da mesma forma, uma vez que se trata de um processo obrigatório, tanto ao nível do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), como do Sistema de Gestão da Qualidade.

1.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Participação, Abertura e Eficácia”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Participação, Abertura e Eficácia				
Avaliar a participação da população envolvida, nos assuntos relacionados com o município.	<p>A população irá desempenhar um papel importante com a sua participação, na fase de discussão pública, do Plano Diretor Municipal de Lagos e dos restantes Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) que atualmente se encontrem em elaboração;</p> <p>É proposto o reforço da cidadania e da consciência social e ambiental;</p>	<p>(++)</p> <p>(++)</p>	N/A	N/A
Avaliar a transparência dos procedimentos e a promoção da comunicação ativa.	A Câmara Municipal de Lagos irá promover a transparência dos seus procedimentos, ao disponibilizar, à população, o Plano Diretor Municipal em vários formatos, assim como, os restantes PMOT's;	(++)	N/A	N/A
Avaliar a eficácia dos procedimentos de modo a dar resposta às necessidades da população.	Aposta por parte da Autarquia na produção de instrumentos estratégicos de planeamento de suporte à atividade municipal;	(++)	N/A	N/A

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

1.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos

Segundo o Artigo 77º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, todos os cidadãos interessados poderão consultar os elementos relevantes dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), de forma a ter conhecimento dos conteúdos do plano, proporcionando a formulação de sugestões, observações ou esclarecimento de dúvidas, à Autarquia e à Comissão de Coordenação.

O envolvimento da população, nos assuntos relacionados com o município, produz um efeito positivo significativo, na implementação dos planos que são submetidos a discussão pública, uma vez que a participação dos cidadãos é fundamental para o sucesso do plano, aferindo uma melhoria contínua dos serviços prestados e da otimização dos recursos disponíveis, progredindo para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território.

Segundo a proposta do Plano Diretor Municipal de Lagos, um dos objetivos, da Linha Estratégica de Desenvolvimento Políticas e Desenvolvimento do Território, é a “preservação do ambiente e a qualidade ambiental em *prol* de um desenvolvimento sustentável de todo o município”, que enquadra um dos objetivos do Plano Estratégico de Lagos (PEL) – “Reforçar a cidadania e a consciência social e ambiental”.

O referido objetivo do PEL, evidenciado na proposta do PDM de Lagos, possui um efeito positivo significativo, uma vez que a criação de sessões públicas, por parte da Autarquia, de consciencialização dos cidadãos, incrementam o uso racional de energia, e de promoção para a exploração dos recursos energéticos renováveis, implicando assim a melhoria da qualidade de vida da população lacobrigense, reforçando a cidadania sobre a consciência social e ambiental e envolvendo a população nas políticas sociais e ambientais da Autarquia.

O facto de a Câmara Municipal de Lagos disponibilizar a toda a população os Planos Municipais de Ordenamento do Território, em vários formatos (em papel e na sua página de Internet), tem um efeito

positivo significativo na avaliação da transparência da governança local, uma vez que torna claros os seus procedimentos e promove uma comunicação ativa com os seus cidadãos.

A aposta por parte da Autarquia, na produção de instrumentos estratégicos de planeamento de suporte à atividade municipal, origina um efeito positivo significativo no que respeita à avaliação da eficácia dos procedimentos autárquicos, uma vez que estes instrumentos estratégicos, permitem ir de encontro às necessidades e expectativas da população em geral, através da melhoria da governança local, da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do território.

1.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

No que concerne à governança, a Câmara Municipal de Lagos, em 1995, ainda não integrava o Sistema de Gestão da Qualidade nos seus serviços, uma vez que, a Norma Portuguesa ISO 9001 começou a ser implementada no ano de 2000, pelo que não é possível equiparar as duas situações.

1.1.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Participação, Abertura e Eficácia”, que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

1.1.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

No que respeita a medidas de planeamento e gestão para o presente Critério de Avaliação, propõem-se as seguintes:

- Assegurar que as formas de participação pública sejam direcionadas para a toda a população, nomeadamente, para os cidadãos com diferentes níveis de instrução, com idades mais avançadas ou com menores possibilidades de acesso às novas tecnologias;
- Garantir que os princípios básicos para uma boa governança (abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência) sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação do plano.

1.1.7.2 Medidas de Monitorização

- Monitorizar o grau de satisfação da população nos processos de participação pública;
- Monitorizar o nível de utilização e eficácia dos mecanismos de participação pública e de divulgação de informação à sociedade;
- Monitorização da qualidade das atualizações da informação transmitida bem como das plataformas que divulgam a referida informação;

1.1.7.3 Diretrizes de Governança

	Promove a participação pública;
	Promove sessões públicas e reuniões para esclarecimentos, sugestões ou observações da população de forma a solucionar as necessidades e expectativas dos cidadãos;
Câmara Municipal de Lagos	<p>Articula as medidas de gestão e planeamento municipais com as juntas de freguesia;</p> <p>Cria instrumentos estratégicos de planeamento de suporte à atividade municipal;</p> <p>Coordena e atualiza a base de dados municipal;</p> <p>Promove ações de sensibilização e de consciencialização social e ambiental;</p>
	Participa nos processos de consulta pública dos diversos domínios;
População	<p>Participa nas iniciativas municipais que são disponibilizadas;</p> <p>Coopera no exercício da cidadania;</p>

2. FCD 2 – DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

A promoção de um modelo territorial equilibrado e sustentável viabiliza e fomenta o desenvolvimento económico e social do mesmo, aumentando assim a competitividade regional.

O desenvolvimento sócio económico deverá salvaguardar a qualidade de vida dos habitantes, alicerçando-se na promoção da equidade social, através de uma oferta habitacional sustentada e de qualidade e do aumento das áreas destinadas a equipamentos e espaços de lazer e recreio.

No concelho de Lagos o setor terciário, nomeadamente o turismo, é fundamental para o desenvolvimento económico do município. Como tal, o concelho deverá, inevitavelmente, promover a afirmação do setor turístico no seu território, através da fomentação de uma oferta turística de qualidade e obrigatoriamente sustentável.

Deverá ser promovida uma competitividade territorial através de uma forte estrutura empresarial, que impulse a qualificação profissional e o emprego local, apostando incessantemente na inovação e constante atualização face às mudanças nos mercados.

Tudo isto deverá estar aliado a uma despressurização sobre o ambiente e recursos naturais, sendo fundamental o reforço das preocupações ambientais nas políticas económicas e nas demais políticas sectoriais.

2.1 Qualidade de vida

A qualidade de vida das populações está intimamente associada às necessidades humanas básicas, nomeadamente com as carências vitais, como as condições de habitabilidade (o abastecimento de

água, energia, acessos, águas residuais e espaços de lazer) e o sistema de saúde, ou seja, relacionados com aspetos de natureza essencialmente infraestrutural.

Não de menor importância, o bem-estar psicoemocional é vital para a qualidade de vida das populações, prendendo-se essencialmente, a fenómenos de cariz económico, pessoal e familiar dos indivíduos, as suas relações interpessoais e às relações coletivas da sociedade, que usualmente, se desenvolvem em espaços de utilização pública.

2.1.1 Caracterização da situação atual

Para a caracterização da situação atual do concelho de Lagos, ao nível da qualidade de vida, foram utilizados os dados do Instituto Nacional de Estatística e especificamente, os do XV Recenseamento Geral da População – Censos 2011, bem como de outras fontes devidamente identificadas.

Evolução da População

A Região do Algarve demonstrou, na última década, uma dinâmica ao nível do crescimento populacional muito significativa.

A variação populacional ocorrida entre 1991 e 2011, demonstrou que a região no seu total sofreu um acréscimo de 32,6% ,contando no último Censo com 451.006 residentes o que confirma um aumento consistente da sua população nos últimos 20 anos.

De um modo geral, constata-se pela tabela abaixo representada, que o crescimento da população residente no concelho de Lagos foi superior ao valor médio da região algarvia, nos últimos 10 anos.

Em 2001, 25.398 indivíduos habitavam o concelho, no atual decénio ocorreu um acréscimo de 5.651 efetivos ao número de residentes de Lagos. Verificando-se assim um crescimento francamente positivo na população residente.

Quadro 7 – Evolução da População Residente entre 1991 e 2011, e taxa de variação da população, de acordo com os anteriores limites administrativos das freguesias

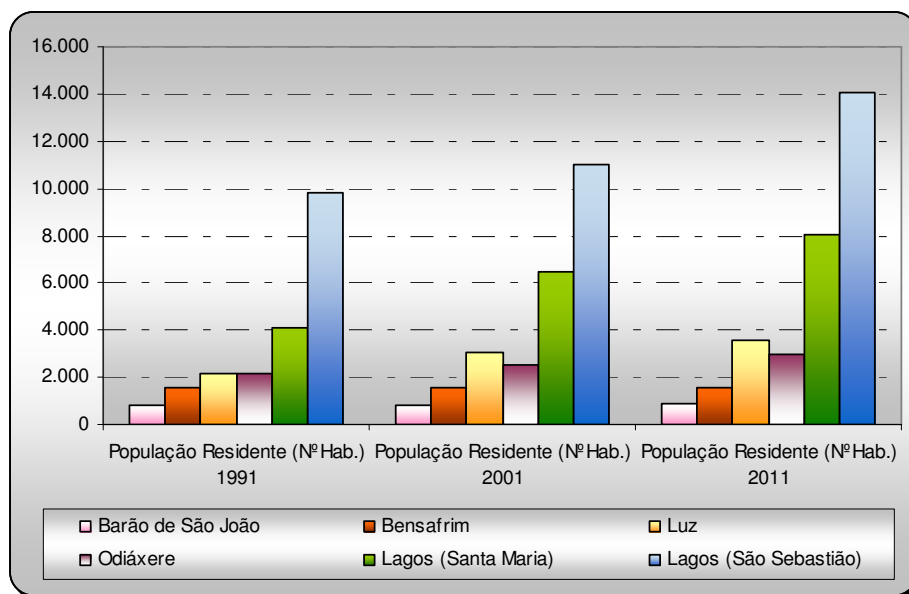
Território	População Residente (NºHab.)			Taxa de Variação da População (%)		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991-2011
Barão de São João	843	804	895	-4,63	11,32	6,17
Bensafrim	1.546	1.533	1.530	-0,84	-0,20	-1,03
Luz	2.191	3.068	3.545	40,03	15,55	61,80
Odiáxere	2.176	2.522	2.984	15,90	18,32	37,13
Lagos (Santa Maria)	4.111	6.440	8.046	56,65	24,92	95,69

Lagos (São Sebastião)	9.797	11.031	14.049	12,60	27,36	43,40
Lagos	20.664	25.398	31.049	22,91	22,25	50,25
Algarve	340.144	395.218	451.006	16,19	14,12	32,59

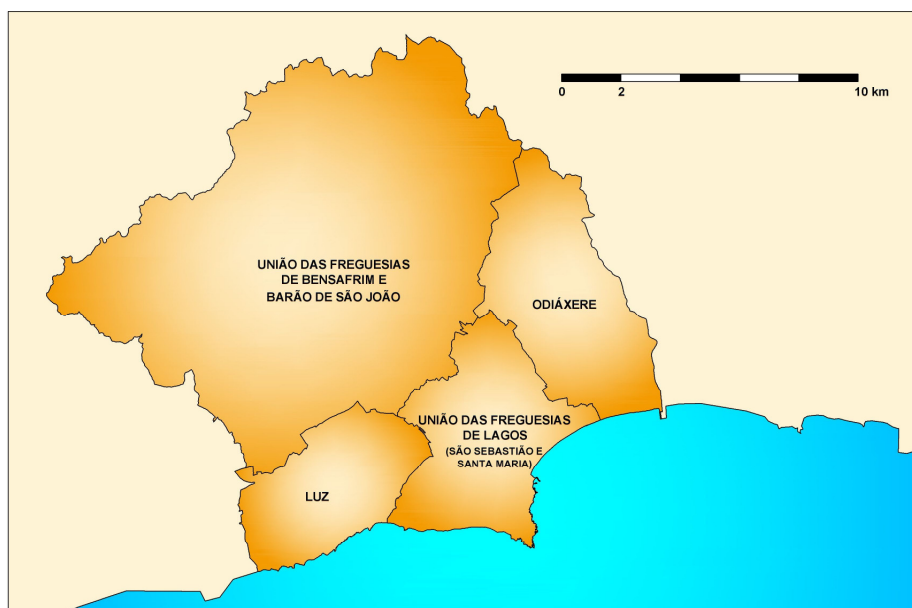
Fonte: INE 1991;2001;2011

Pode-se concluir que as freguesias do litoral sofreram um aumento significativo no número de habitantes, enquanto que nas freguesias que constituem o interior do concelho, o crescimento foi pouco significativo, sendo que no caso de Bensafrim, a taxa de variação populacional tem sido sucessivamente negativa.,

Gráfico 1 – Evolução da População Residente de acordo com os anteriores limites administrativos das freguesias



Fonte: INE 1991;2001;2011



Mapa 1– Localização Geográfica das freguesias do concelho de Lagos.

A população presente pode ser definida como o conjunto de pessoas que no momento da observação (zero horas do dia de referência) se encontram numa determinada unidade de alojamento, mesmo que aí não habitem ou nelas não estejam presentes, mas que chegarão até às 12 horas do dia de referência. Enquanto que a População Residente é o conjunto de pessoas numa determinada unidade de alojamento, que aí habitam a maior parte do ano com a família (ou detêm a totalidade ou quase totalidade dos seus haveres), independentemente de estarem presentes ou ausentes no momento de observação

Quadro 8 – Evolução da população residente e presente de acordo com os anteriores limites administrativos das freguesias

Território	População Residente (NºHab.)	População Presente (NºHab.)	População Residente (NºHab.)	População Presente (NºHab.)	População Residente (NºHab.)	População Presente (NºHab.)
	1991	1991	2001	2001	2011*	2011
Barão de São João	843	845	804	787	895	909
Bensafrim	1.546	1.582	1.533	1.523	1.530	1.493
Luz	2.191	2.587	3.068	3.594	3.545	3.809
Odiáxere	2.176	2.408	2.522	2.633	2.984	2.908
Lagos (Santa Maria)	4.111	4.778	6.440	6.810	8.045	8.024
Lagos (São Sebastião)	9.797	10.309	11.031	11.280	14.049	13.791
Lagos	20.664	22.509	25.398	26.627	31.048	30.934
Algarve	340.144	366.329	395.218	420.166	451.005	462.862

Fonte: INE, 1991;2001;2011

Conforme se pode inferir pela análise do quadro acima representado, verifica-se, que de um modo geral, a diferença entre a população Residente e Presente tem vindo a diminuir ao longo das últimas duas décadas e que no passado ano de 2011 o número de habitantes residentes é superior ao número de habitantes presentes. Este facto indicia que o concelho de Lagos se tem vindo a tornar cada mais atrativo, no que se refere à fixação da população residente.

Importa referir que decorrente da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica que alterou os limites administrativos das freguesias (Lei n.º 11- A/2013, de 28 de janeiro), actualmente o Município de Lagos engloba duas freguesias e duas uniões de freguesia.

A freguesia de Lagos (união das freguesias de Sta. Maria e S. Sebastião) é a freguesia mais populosa de Lagos (22.095 habitantes em 2011), registando 71,2% do total da população do concelho. A freguesia da Luz é responsável pelo segundo maior contributo para o total populacional de Lagos (3.545 residentes em 2011, ou seja, 26% da população concelhia).

A ordem decrescente do peso das freguesias na população total de Lagos em 2011 continua com Odiáxere (9,6%) e união das freguesias de Bensafrim e Barão de São João (7,8%).

A freguesia de Lagos é também a que apresenta uma maior proporção de jovens e uma menor proporção de idosos

Quadro 9 – Evolução da população por estrutura etária do concelho de Lagos

Sexo	Faixa Etária	Período de Referência dos Dados		
		1991	2001	2011
HM	Total	21.604	25.398	31.049
	0 - 14 anos	3.739	4.032	4.870
	15 - 24 anos	2.921	3.015	3.199
	25 - 64 anos	11.314	13.717	17.055
	65 e mais anos	3.630	4.634	5.925
H	Total	10.635	12.463	15.090
	0 - 14 anos	1.890	1.997	2.480
	15 - 24 anos	1.489	1.546	1.594
	25 - 64 anos	5.601	6.817	8.349
	65 e mais anos	1.655	2.103	2.666
M	Total	10.969	12.935	15.959
	0 - 14 anos	1.849	2.035	2.390
	15 - 24 anos	1.432	1.469	1.603
	25 - 64 anos	5.713	6.900	8.685
	65 e mais anos	1.975	2.531	3.281

Fonte: INE 1991, 2001, 2011

Tem-se vindo a verificar uma interrupção do processo de crescimento da população, pois embora se tenha observado um crescimento progressivo no número de jovens, o aumento na população idosa é superior. Em 20 anos, esta variação não se considera como muito relevante, no entanto face às tendências verificadas quer ao nível do Algarve, quer ao nível do País, tal facto pode ser preocupante.

Quadro 10 – Estrutura etária da população do concelho de Lagos e respetivos índices de envelhecimento e de dependência para os anos de 1991, 2001 e 2011

Sexo	Grupo Etário	População Residente (NºHab.)			Índice de Envelhecimento (%) (^a)			Índice de Dependência (%) (^e)		
		1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
HM	0-14 anos (Jovens)	3.739	4.032	4.870						
	15-64 anos (Ativos)	14.235	16.732	20.254	97,08	114,93	121,66	51,77	51,79	53,29
	65 e mais anos (Idosos)	3.630	4.634	5.925						

Fonte: INE 1991, 2001, 2011

(^a) Índice de Envelhecimento – Número de indivíduos com 65 ou mais anos existentes por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos no concelho de Lagos. (IE= (Pop ≥65/ Pop <15) *100)

(^e) Índice de Dependência – Número de indivíduos com menos de 15 anos e número de indivíduos com 65 ou mais anos existentes por cada 100 indivíduos entre os 15 e 64 anos do concelho de Lagos. (ID= (Pop <15+Pop ≥65/Pop 15-64) *100).

Denota-se claramente um crescimento gradual no índice de dependência no concelho, que vem refletir o crescimento dos grupos etários dependentes, e uma ligeira diminuição da população ativa.

Evolução da Escolaridade

Relativamente ao nível de instrução da população, o concelho de Lagos registou entre 1991 e 2001, uma diminuição na taxa de analfabetismo em todas as suas freguesias.

Esta redução acentuou-se em 2011, com Lagos a apresentar uma taxa de 5,26%, mantendo-se ainda inferior à da região do Algarve, com 5,36, a qual constitui igualmente uma diminuição bastante significativa.

Quadro 11 – Taxa de Analfabetismo por freguesias, de acordo com os anteriores limites administrativos

Território	Taxa de Analfabetismo (%)	
	1991	2001
Barão de São João	18,16	10,63
Bensafrim	22,50	16,44
Luz	11,34	7,01
Odiáxere	22,79	17,34
Lagos (Santa Maria)	7,98	5,74
Lagos (São Sebastião)	12,11	9,61
Lagos	13,34	9,56
Algarve	14,23	10,43

Fonte: INE 1991, 2001

Em 2011, 20% da população de Lagos não detém nenhum nível de ensino, sendo que esta proporção é 1% mais elevada nas mulheres do que nos homens.

A maioria da população (52%) frequentou o Ensino Básico, mas apenas 19% dos residentes terminou o 3º Ciclo, sendo o valor percentual dos homens mais elevado. O ensino secundário foi completado por 17% da população, com predomínio da feminina. O Ensino Pós Secundário tem muito pouca expressão, representando apenas o nível de ensino de 1% dos residentes de Lagos. Com um nível de Ensino Superior encontramos 10% da população, repartindo-se entre 4% para os homens e 6% para as mulheres de Lagos.

Quadro 12 – Nível de Ensino da População de Lagos em 2011

Nível de Ensino da População de Lagos, 2011						
	Total		Homens		Mulheres	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Nenhum Nível de Ensino	6065	20	2867	9	3198	10

1º Ciclo do Ensino Básico	6496	21	3185	10	3311	11
2º Ciclo do Ensino Básico	3783	12	2108	7	1675	5
3º Ciclo do Ensino Básico	5781	19	2961	10	2820	9
Ensino Secundário	5378	17	2528	8	2850	9
Ensino Pós Secundário	328	1	167	1	161	1
Ensino Superior	3218	10	1274	4	1944	6

Inverte-se, pois, nos níveis de ensino mais elevado, a ligeira diferença entre a percentagem dos homens e a percentagem das mulheres detentores de um nível de ensino, contando-se 13% da população masculina com um nível de ensino acima do Básico, contra 16% da população feminina com um grau de ensino Secundário, Pós Secundário ou Superior.

Emprego

De entre os residentes de Lagos em 2001, 12443 eram economicamente ativos, o que correspondia a uma taxa de atividade de 49%, situação que percentualmente se verificava também no Algarve. Face aos dados apurados em 2011 verifica-se que o valor manteve-se na região mas apresentou um ligeiro decréscimo para o concelho de Lagos.

Quadro 13 – Taxa de Atividade por sexo no concelho de Lagos e na região do Algarve

Território	Sexo	Taxa de Atividade (%)	
		2001	2011
Lagos	H	55	51
	M	44	46
	HM	49	48
Algarve	H	55	52
	M	42	46
	HM	49	49

Fonte: INE, 2001; 2011

Historicamente, esta taxa apresenta valores bastante diferentes conforme se tratava de população masculina ou feminina. Desta forma, enquanto a taxa de atividade entre os homens alcançava os 52% para o Algarve e 51% para Lagos, entre as mulheres não passava dos 46% em ambos os territórios. No entanto, este valor já foi mais díspar. Em 2001, sendo a taxa de atividade total de 49%, a taxa de atividade da população masculina era de 55% para o Algarve e para Lagos, enquanto que entre a população feminina esta taxa era apenas de 42% e 44%, respectivamente.

Portanto, a maior alteração entre 2001 e 2011 quanto à taxa de atividade dá-se no que respeita às mulheres ativas, cuja proporção em relação à população feminina total apresenta uma ligeira subida e no que se refere à população masculina um decréscimo.

A distribuição de população empregada pelos vários setores económicos é, em 2011, bastante semelhante à verificada em 2001. A maior subida observou-se no setor terciário com mais 8% e a maior queda verificou-se no setor secundário com menos 6 pontos percentuais.

Pode-se constatar pelo quadro abaixo apresentado, que o setor de atividade económica que mais residentes emprega em Lagos é o terciário, quer em 2011 quer em 2001. Tendo aumentado o número de empregados neste setor, de 73% (valor observado em 2001) para 81% (valor observado em 2011). Este é também o setor que emprega o maior número de mulheres (46%).

Quadro 14 – População empregada por setor de atividade económica

População Empregada por Setores de Atividade Económica, 2001 e 2011									
2001					2011				
		Algarve		Lagos		Algarve		Lagos	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Total	HM	180395	100	11763	100	186191	100	12650	100
	H	102618	57	6514	55	96248	52	6479	51
	M	77777	43	5249	45	89943	48	6171	49
Primário	HM	11034	6	374	3	6142	3	216	2
	H	8440	5	328	3	4676	3	190	2
	M	2594	1	46	0	1466	1	26	0
Secundário	HM	40551	22	2755	23	29992	16	2199	17
	H	35227	20	2417	21	25617	14	1903	15
	M	5324	3	338	3	4375	2	296	2
Terciário	HM	128810	71	8634	73	150057	81	10235	81
	H	58951	33	3769	32	65955	35	4386	35
	M	69859	39	4865	41	84102	45	5849	46

Fonte:INE, 2001; 2011

A taxa de desemprego de Lagos aumentou consideravelmente entre 2001 e 2011, quer para os homens quer para as mulheres, seguindo a tendência da Região, em que a taxa de desemprego subiu no decénio 11,3%, enquanto que no concelho aumentou 10,3%.

A variação da taxa de desemprego para a população masculina foi inferior em Lagos, quando comparado com o valor da região. Para as mulheres, o valor percentual mais do que duplicou, embora cifrando-se abaixo do valor regional.

Quadro 15 – Evolução da taxa de desemprego no concelho de Lagos e na região do Algarve

Taxa de Desemprego (%)						
	Total		Homens		Mulheres	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Lagos	5,5	15,8	4,1	16,4	7,2	15,1
Algarve	6,2	17,5	4,8	18,5	8,1	16,3

Fonte:INE, 2001; 2011

O desemprego afetava, em 2011, 2364 dos residentes de Lagos, sendo destes 1266 homens e 1098 mulheres.

A maior parte estava à procura de novo emprego (86,9%). A percentagem dos que procuravam o seu primeiro emprego é de 13,1% (13,3% para as mulheres e de 12,3% para os homens).

Quadro 16 – População Desempregada em Lagos, 2011

População Desempregada em Lagos, 2011			
	Total	Homens	Mulheres
Total	2364	1266	1098
A procura de 1º emprego	309	156	153
A procura de novo emprego	2055	1110	945

Fonte: INE, 2001; 2011

Habitação social, a custos controlados e de venda livre

O acesso à habitação apresenta-se como condição fundamental para a promoção da integração e participação social ativa das famílias e dos indivíduos, revelando-se como fundamental para o incremento da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, por razões de ordem económica, social, cultural e política, muitas vezes o direito de acesso a uma habitação condigna torna-se difícil, senão impossível de conquistar.

A habitação social surge, assim, como uma política governamental instituída para a erradicação de alojamentos sem condições de habitabilidade e salubridade que surgiram nos subúrbios dos grandes centros urbanos, aquando o fluxo de imigração das décadas de 70 e 80 por parte de indivíduos oriundos dos países de língua oficial Portuguesa, antigas colónias.

De acordo com o Pré diagnóstico da Rede Social de Lagos (novembro de 2004 a março de 2005), no que concerne à habitação social, no concelho de Lagos, houve uma grande implementação de iniciativas neste âmbito, quer através das associações de moradores, isto é através do Fundo de Fomento e Habitação, quer pelo Instituto de Gestão Financeira (Segurança Social), ex: Bairro dos Pescadores; IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitação do Estado, mas que na sua grande maioria já foram adquiridos pelos próprios arrendatários, existindo apenas cerca de 32 fogos em arrendamento pelo IGAPHE (atualmente designado por IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP); contratos desenvolvidos para a habitação, de acordo com empresas privadas.

Relativamente à construção de fogos sociais, pela autarquia, existem no concelho duas modalidades de renda:

- Renda apoiada (ou renda social), a qual é subsidiada pela autarquia, renda esta, simbólica, de acordo com a situação sócio-económica do agregado familiar;
- Preço técnico (ou renda técnica), de acordo com o custo do empreendimento.

Quadro 17 – Fogos Municipais em regime de arrendamento, número, localização e ano de construção.

Freguesias	Bairros	N.º de Fogos	Ano de Construção
S. Sebastião	Santo Amaro	24	1981/ 1983/ 2006
	Bairro operário	3	Déc. 60
	Chinicato	121	1992/ 2006
	Bairro dos Moinhos	56	1996
	Bairro dos Pescadores	23	1975
	Bairro 25 de Abril	26	1974
	Urb. Chesgal	7	2007
	Situações dispersas	3	1962/ 2004
Odiáxere	Urb. Municipal	9	1996
	Rossio das Eiras	22	2011
	Situações dispersas	1	-
Bensafrim	Urb. Municipal	32	1996
	Urb. Lacóbriga	9	2009
Luz	Urb. das Amendoeiras	13	2009
Total		349	

Fonte: CML – Serviços de Habitação (2012)

O número total de residentes nestes 349 fogos municipais perfaz um total de 966, correspondente a uma média de 2,76 indivíduos por agregado.

Igualmente durante este período e integrado no conjunto de programas desenvolvidos foram criadas condições para se promover a alienação de um número significativo de fogos.

Quadro 18 – Fogos Municipais alienados, número, localização e ano de construção

Freguesias	Bairros	N.º de Fogos	Ano de Construção
S. Sebastião	Santo Amaro	292	1981/ 1986/ 1989/ 1994
	Chinicato	58	1992
Odiáxere	Urb. Municipal	15	1994
	Rossio das Eiras	30	2011
Luz	Urb. das Amendoeiras	42	2009
Total		437	

Fonte: CML – Serviços de Habitação (2012)

Além destes, existem ainda outros programas habitacionais municipais, tais como:

- A promoção de lotes para autoconstrução, tendo sido criados 175 lotes com especial incidência nas então freguesias de S. Sebastião e Bensafrim com 69 e 76 lotes respetivamente.

Este programa, mais direcionado para uma parte da população com recursos próximos dos médios, mas insuficientes ainda para conseguir chegar ao mercado livre, possibilitou fixar essa mesma franja de população ativa próximo dos seus locais de residência ou trabalho, contribuindo igualmente para uma dinâmica de desenvolvimento das respetivas povoações.

- Incentivo à reabilitação de fogos municipais e do domínio privado (este último através dos Programas RECRIA e SOLARH).

- Apoio às Cooperativas de Habitação Económica, fundamentalmente através da disponibilização de terrenos infraestruturados ou a baixos custos.

No respeitante às Cooperativas de Habitação Económicas a sua existência assume um papel relevante dado o segmento populacional que visa atingir.

A população beneficiária deste tipo de habitação situa-se num estrato próximo do médio, com uma situação económica globalmente estável, tendo na maioria dos casos recorrido a empréstimo bancário. O setor cooperativo assumiu assim um forte dinamismo no Município, tendo contribuído para a construção de 787 fogos.

Quadro 19 – Número de Fogos construídos por Cooperativas de Habitação Económicas, de 1989 a 2010

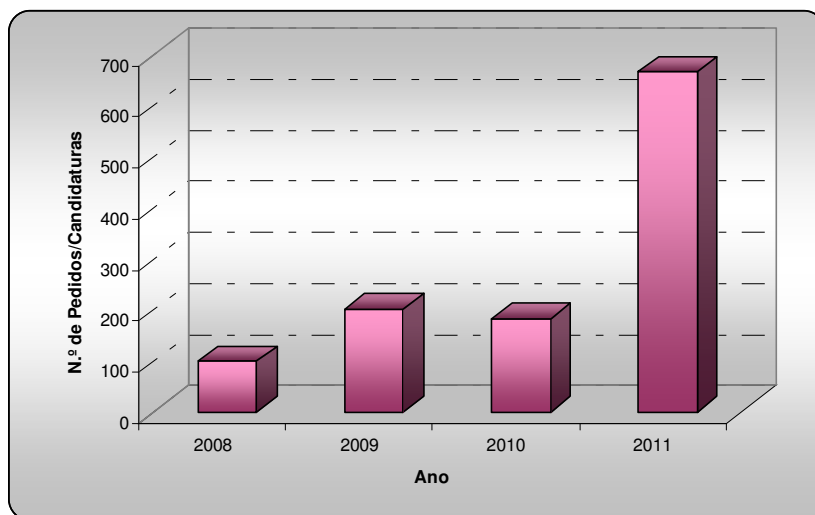
Freguesia	Cooperativas	N.º de Fogos Ano de Construção									Total
		1989	1991	1992	1996	1998	2000	2003	2007	2010	
S. Sebastião	CHESGAL	28	96	96	64	-	-	-	224	-	508
	30 de junho	-	-	111	-	-	-	-	-	-	111
	Lacóbriga	-	-	-	-	10	20	60	-	-	90
Luz	CHESGAL	50	-	-	-	-	-	-	-	-	50
Bensafrim	Lacóbriga	-	-	-	-	-	-	-	-	28	28
Total		78	96	207	64	10	20	60	224	28	787

Fonte: CML – Serviços de Habitação (2012)

Quanto ao estado de conservação das habitações, as mesmas de acordo com a informação obtida através das Cooperativas, encontram-se na sua generalidade, em bom estado de conservação.

Pela análise do gráfico seguinte, observa-se que nos últimos quatro anos (2008-2011) a evolução da procura de habitação social aumentou em 566 pedidos, junto dos Serviços de Habitação do Município.

Observa-se um decréscimo pouco representativo de pedidos de habitação social do ano de 2009 para 2010, no entanto no passado ano de 2011 foram efetuadas mais 483 candidaturas relativamente ao ano de 2010.

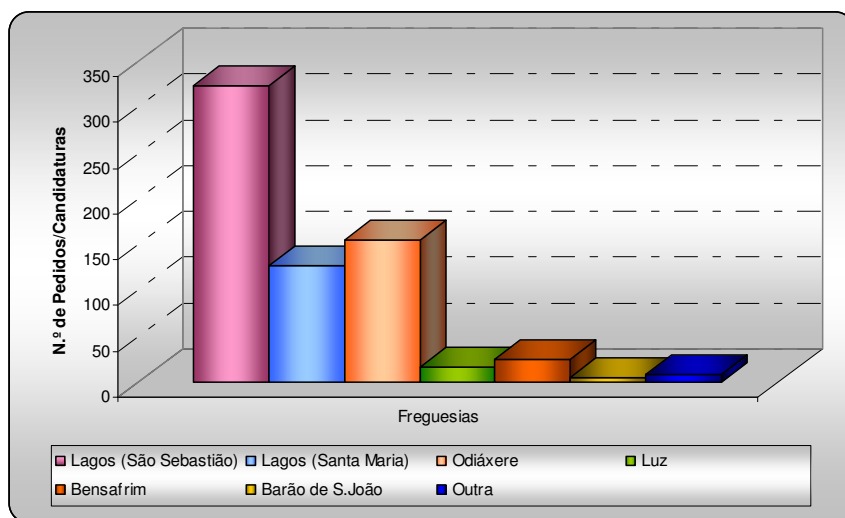
Gráfico 2 – Evolução da procura de habitação social

Fonte: CML – Serviços de Habitação (2012)

Nos anos em que ocorreu a construção de novos empreendimentos habitacionais para atribuição de fogos por candidatura, foi registada uma maior afluência na procura de habitação. No ano 2009 ocorreu a atribuição de 54 fogos em Espiche e 9 fogos em Bensafirim e em 2011 procedeu-se à atribuição de 60 fogos em Odiáxere. É de registar que entre os 666 pedidos formulados neste último ano, 257, que correspondem a cerca de 40%, foram encaminhados ou encontraram respostas habitacionais.

O gráfico seguinte identifica a procura de habitação, segundo a freguesia de residência, observando-se que a freguesia de São Sebastião foi a que efetuou mais candidaturas no ano de 2011, com 325 pedidos, seguida da freguesia de Odiáxere, com 156 pedidos.

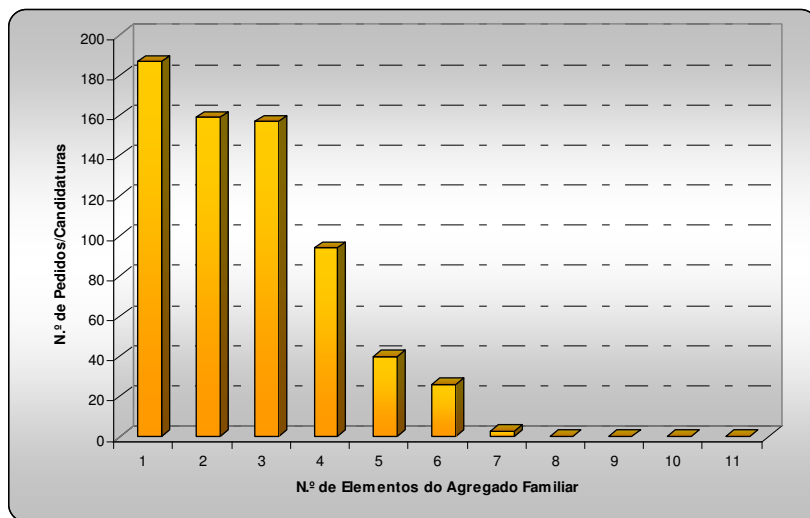
Barão de São João apenas efetuou 6 pedidos de habitação sendo desta forma a freguesia com o menor número de candidaturas efetuadas junto dos Serviços de Habitação do Município.

Gráfico 3 – Procura de habitação social no ano de 2011 segundo a freguesia de residência.

Fonte: CML – Serviços de Habitação (2012)

A representatividade da dimensão dos agregados familiares que procuraram resposta habitacional junto da Câmara Municipal é por ordem de grandeza de 1, 2 e 3 elementos, cuja dimensão média familiar situa-se nos 2,6 elementos por família.

Gráfico 4 – Dimensão dos agregados familiares na procura de habitação social.



Fonte: CML – Serviços de Habitação (2012)

Quanto à realização de novas construções, os programas perspetivados exclusivamente de iniciativa municipal estão fortemente condicionados por fatores de ordem financeira, mantendo-se, no entanto, a linha de apoio a iniciativas do setor cooperativo.

Taxa de esforço

Taxa de Esforço corresponde à percentagem do rendimento familiar que é utilizada para fazer face ao pagamento de um empréstimo. Este indicador traduz o peso dos empréstimos nos rendimentos do agregado, ou seja, a quantidade de rendimentos produzidos que são gastos nos pagamentos das prestações mensais.

De acordo com o Portal Financeiro, a Taxa de Esforço não deverá ultrapassar os 45% a 50% do rendimento médio mensal do agregado familiar, devendo a taxa de esforço ideal rondar os 30% do rendimento médio mensal.

Foi calculada a taxa de esforço de famílias para o concelho de Lagos, recorrendo à seguinte fórmula:

$$\text{TAXA DE ESFORÇO} = \text{VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL} / (\text{GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM} \times 2) \times 100$$

Quadro 20 – Taxa de esforço das famílias no acesso à habitação no concelho de Lagos e na região do Algarve

Território	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€)	Valor médio da avaliação bancária da habitação (€/m ²)	Prestação Mensal (€) ^(a)	Taxa de Esforço (%)
	2009	2009	2009	2009
Lagos	830,7	1.549	609,71	36,70
Algarve	879,2	1.460	576,31	32,77

Fontes: INE - Instituto Nacional de Estatística (2009) - Anuário Estatístico da Região Algarve (2009), BPI e Relatório Anual do PROT Algarve (2009) (a)- BPI – Crédito à habitação, <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>

Obteve-se uma taxa de esforço para as famílias do concelho de Lagos de cerca de 36,7% para o ano de 2009. Este valor encontra-se dentro do intervalo estatístico de “conforto” para as famílias locais, no entanto e dada conjuntura económica atual e prevista, estes valores, poderão atualmente, não corresponder à realidade, uma vez que o crescimento dos rendimentos líquidos dos agregados familiares são inferiores aos verificados para as taxas de juro. Esta situação poderá acarretar um crescimento insuportável da taxa de esforço de acesso à habitação, o que aliado ao crescimento da taxa de desemprego, poderá conduzir a um endividamento excessivo ou mesmo a situações de crédito mal parado, o que poderá provocar situações insustentáveis no acesso à habitação.

Equipamentos

O acesso aos equipamentos públicos é um indicador da qualidade de vida da população podendo contribuir, ou determinar, a escolha do local de residência.

Uma área com um número elevado de equipamentos e diversidade dos mesmos, é obviamente mais apelativa do que uma área em que esta realidade não ocorra.

O quadro seguinte, apresenta as diferentes tipologias de equipamentos presentes no concelho de Lagos. Este tipo de equipamentos contribui em grande medida para a qualidade de vida das populações, uma vez que promove o incremento da saúde das populações, as interações sociais, dinamizando o bem-estar cultural e recreativo das mesmas.

Quadro 21 – Equipamentos presentes no concelho de Lagos.

Equipamentos	Lagos	Luz	Odiáxere	Bensafrim	Barão de S.João	Espiche	Álmadena	Portelas	Sargaçal	Meia Praia
Ensino										
Escola Secundária	1									
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico	1	1								
Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos	2									1

Escola Básica do 1.º Ciclo	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Jardim de infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico	4	1				2				1
Jardim de infância/Creche	7	2	2	2	1					
Centro ATL	1	1	1							
Núcleo de Educação da Criança Inadaptada		1								
Academia de Música	1									
Segurança Social										
Apoio Domiciliário	1									
Acompanhamento Social	4									
Lares da 3.ª Idade	3		1	1		1				
Centros de Dia	3		1	1	1	1				
Centro Comunitário	2									1
Centro de Atividade Ocupacional	1									
Lar de Infância e Juventude	1									
Estabelecimentos de Educação Especial de Deficientes Motores	1									
Saúde										
Hospital Distrital	1									
Hospital Particular	1									
Centro de Saúde	1									
Extensão de Saúde		1	1	1	1	1				
Centro Clínico	1									
Farmácias	5									
Núcleo da Cruz Vermelha	1									
Desportivos										
Campos de Grandes Jogos	3		1	1						
Pavilhão Desportivo	6									
Polivalente	3	1	1	1	1	1	1			
Piscinas Cobertas	1									
Clube de Vela	1									
Pista de Tartan	1									
Courts Tênis	1									
Campo de Golfe	1	1				2				1
Clube Desportivo			1							
Sociedade Desportiva				1						
Culturais										
Biblioteca	1									
Extensão Biblioteca		1	1	1	1					
Auditório	1									
Museu	5					1				
Centro Cultural	1				1					
Centro de Ciência Viva	1									
Edifício da Comissão dos Descobrimentos	1									
Salões Polivalentes	4									
Ludoteca			1			1				

Sociedade Recreativa						1		1		
Prevenção e Segurança										
Guarda Nacional Republicana	2									
Polícia de Segurança Pública	1									
Polícia Marítima	1									
Bombeiros Voluntários	1									
Administrativos										
Câmara Municipal	1									
Juntas de Freguesia	1	1	1	1	1					
Administração Central	1									
Serviço de Finanças	1									
Administração Portuária										
Capitania do Porto de Lagos	1									
SEF – Posto de Fronteira Marítimo	1									
Religioso										
Igreja		1	1		1	1			1	
Outros Equipamentos										
Aeródromo	1									
Centro de Atividades	13	1	1				1			
Correios e Telecomunicações	3		1		1	1				
Cemitério	2		1	2	1					
Conservatória do Registo Civil	1									
Conservatória do Registo Predial e Comercial	1									
Estação de Caminho de Ferro	1									
Instituto de Emprego e Formação Profissional	1									
Instituto Segurança Social	1									
Jardim Zoológico	1									
Mercado	3	1	1	1	1	1	1			
Marina	1									
Porto de Pesca	1									
Parque de Campismo	1	1				1				
Pousada de Juventude	1									
Serviço de Arquivo	1									
Sede da Associação de Regantes e Beneficiários de Alvor			1							
Sede Associação Vicentina				1						
Sede Clube de Caçadores				1						
Terminal Rodoviário	1									
Tribunal	2									

Fonte: Estudos de Caracterização de 2002 para 1991 e 2001

A variedade de equipamentos na cidade de Lagos ultrapassa, evidentemente, os equipamentos existentes nos restantes aglomerados populacionais.

Relativamente à distribuição das diferentes tipologias de equipamentos no concelho denota-se:

No domínio da educação verifica-se que as Escolas Básicas de 1.º ciclo se encontram distribuídas de forma equilibrada pelos diferentes tipos de aglomerados urbanos. Os jardins de infância/creches encontram-se repartidos por todas as sedes de freguesia.

Existem três escolas secundárias, duas na cidade de Lagos e uma na freguesia da Luz, sendo esta última a Escola Secundária Internacional de Vale Verde.

É de realçar a existência de um núcleo de educação da criança inadaptada na freguesia da Luz.

Os equipamentos coletivos de solidariedade e segurança social são determinantes no território, uma vez que contribuem para o bem-estar e da melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias, principalmente no garante da ocupação ativa das populações mais jovens e funcionando como “linha da frente” nos cuidados geriátricos de populações mais idosas.

No que concerne a equipamentos de saúde, verifica-se que o concelho apresenta uma boa cobertura da rede de cuidados primários, com a existência de um Centro de Saúde localizado na cidade, e extensões do mesmo, em todas as freguesias e no aglomerado de Espiche.

Apesar da presença de cuidados de saúde diferenciados no concelho, estes encontram-se concentrados na cidade de Lagos, o que obriga a deslocação da população residente nas diferentes freguesias para aceder a consultas de especialidade.

Verificam-se ainda carências ao nível da geriatria, quer ao nível de cobertura, quer ao nível da qualidade oferecida.

Os equipamentos de desporto proporcionam um incremento na qualidade de vida das populações, uma vez que promovem as relações interpessoais e proporcionam a prática de atividades saudáveis desportivas e lúdicas, entre os habitantes locais.

A cidade de Lagos é mais uma vez, derivado da sua densidade populacional, a localidade que possui o maior número e heterogeneidade de equipamentos desportivos. Observa-se uma distribuição uniforme no que se refere a equipamentos polivalentes nos diferentes aglomerados.

Também ao nível de equipamentos culturais a cidade de Lagos, é a que apresenta a maior heterogeneidade e o maior número deste tipo de equipamentos.

Destaca-se que os centros de atividades encontram-se distribuídos de forma pouco uniforme pelo concelho, estando na generalidade concentrados na cidade de Lagos.

De um modo geral constata-se que os equipamentos de utilização coletiva do concelho, apresentam pela sua diversidade, pela sua dimensão e pela distribuição territorial, algumas fragilidades que contribuem de forma direta para os níveis de qualidade de vida da população residente, podendo vir a influenciar a capacidade de atração que Lagos exerce sobre a potencial população visitante.

2.1.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à qualidade de vida, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a esta área territorial.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Variação da população do concelho superior à regional; – Diminuição da taxa de analfabetismo; – Incremento da população residente com ensino superior completo; – Distribuição equilibrada de equipamentos educativos e desportivos de utilização coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> – Litoralização da população concelhia; – Tendência para o envelhecimento populacional; – Crescimento do índice de dependência; – Taxa desemprego feminino acima da masculina; – Taxa de esforço das famílias superior ao verificado ao nível regional – Reduzida oferta de equipamentos culturais de utilização coletiva; – Aumento da pressão sobre os serviços de saúde, situação que se agrava durante a época balnear; – Carência nos cuidados médicos diferenciados disponíveis no concelho; – Ausência de unidades de formação profissional e ensino superior especializado; – Mercado de trabalho extremamente ligado ao setor terciário, apostando essencialmente na procura sazonal de colaboradores; – Aumento tendencial da taxa de esforço das famílias no acesso à habitação, tendo em conta a conjuntura económica atual do país.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Promoção do empreendedorismo e da formação profissional ao nível local; – Apostar no desenvolvimento das freguesias do interior; – Valorizar o património natural, diversificar e aumentar a oferta cultural; – Investir no barrocal transformando-o numa de retaguarda ativa do litoral; 	<ul style="list-style-type: none"> – Diminuição da qualidade vida da população; – Redireccionamento dos encargos, privilegiando sobretudo as populações mais idosas em detrimento das mais jovens; – Aumento da instabilidade social; – Diminuição do acesso à informação e formação cultural da população local; – Carência de equipamentos de solidariedade e segurança social, que colmatem as necessidades da população mais envelhecida; – Precariedade do emprego relacionada com a sazonalidade – Dificuldade no acesso à habitação; – Aumento da procura da Habitação social a custos controlados e de venda livre;

2.1.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

A assimetria entre as freguesias do litoral e interior do concelho de Lagos, conjugada com a ausência de um PDM, aliado à morosidade do processo de aprovação de PMOT's em curso, poderão constituir um forte obstáculo ao desenvolvimento do concelho.

2.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério "Qualidade de Vida" das populações locais, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Qualidade de vida				
Avaliar o nível sócio-económico, o equilíbrio populacional, condições de saúde, oportunidades de emprego, acesso a políticas sociais, assim como oferta de equipamentos e serviços.	Existência de bolsas de terrenos municipais destinadas a habitação social e a custos controlados	(+++)	N/A	
	Assegurar a equidade territorial no provimento de equipamentos coletivos	(+++)		
	Promoção das condições necessárias para a instalação de novas áreas destinadas a atividades económicas, nos vários setores.	(+++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

2.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos

No amplo ciclo de instrumentos de gestão territorial em curso, é possível identificar a existência de bolsas de terrenos municipais estrategicamente localizadas para influenciar ou fomentar temporalmente, o desenvolvimento dos respectivos aglomerados urbanos. Os PMOT poderão igualmente, definir a afetação de habitação a custos controlados nas urbanizações de promoção privada, de forma a atenuar progressivamente as carências habitacionais.

Esta visão, que confere uma plena abrangência territorial, permitirá privilegiar a fixação das famílias próximo dos locais de residência anterior, facilitando as suas condições de vida mais enraizadas, evitando criar fluxos de deslocação que possam introduzir alguns desequilíbrios que coloquem em causa a hierarquia dos próprios centros urbanos.

Nesta base, e sem prejuízo da aplicação dos mecanismos de perequação de suporte à operacionalização dos respetivos planos municipais, têm vindo a ser introduzidos princípios de discriminação positiva para as promoções imobiliárias, bonificando até ao limite máximo de 25% o índice de construção, nas operações de edificação a custos controlados.

No entanto, o grande desafio que se coloca nesta área e para os próximos anos, resulta das recentes orientações governamentais emanadas do Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, que abre um novo ciclo de reflexão; de responsabilização e ação a todos aqueles que são enumerados como parceiros ao nível da política pública de habitação.

O modelo preconizado pela proposta do plano visa corrigir e prevenir erros de atuação, exigindo uma visão mais moderna, mas sobretudo mais racional, a todos aqueles que ainda não tiveram capacidade para evoluir para um modelo de política habitacional que propicie soluções habitacionais diferenciadas e adaptadas às necessidades locais.

O Plano Estratégico de Lagos aponta para a implementação dos denominados “Planos Locais de Habitação” (PLH), enquanto instrumentos a desenvolver no espaço territorial municipal, como superior forma de identificação de necessidades, de definição de propostas de ação local e de concertação estratégica indispensável à ação conjugada de respostas por parte dos atores públicos / municipais, cooperativos e privados.

Como princípio essencial do futuro PLH temos, conforme se transcreve: “ ... O objetivo é ter uma visão de conjunto sobre as necessidades e recursos, erradicando uma visão imediatista e simplista, de alguma forma conduzida pelos financiamentos disponíveis e dotar as autarquias de uma visão estratégica sobre as políticas locais de habitação, articulando-as com as políticas de ordenamento do território.”

Facilmente identificamos neste princípio toda uma linha de coerência com a atuação do Município, conforme experiência descrita, facto este que permitirá certamente capitalizar todo um manancial de conhecimentos adquiridos em ordem à elaboração de um efetivo instrumento programático.

O futuro Plano Local de Habitação deverá assim: atualizar as necessidades de habitação nas suas diversas características quantitativas e qualitativas; manter uma permanente atenção à dinâmica do mercado habitacional local e sua articulação com a disponibilização progressiva de solos urbanos; reforçar a adoção das bases de concertação e contratualização que permitam alavancar as participações de todos os agentes intervenientes; incrementar, efetivamente, as vertentes de reabilitação do edificado e o mercado de arrendamento; integrar políticas de regeneração urbana em especial no centro histórico da cidade e núcleos primitivos das povoações; criar mecanismos de monitorização que forneçam elementos que permitam interagir com a observação do ordenamento do território e o bem-estar social das respetivas populações.

A proposta de PDM de Lagos comparou os equipamentos previstos pelos PMOT eficazes e em elaboração, com os equipamentos que seriam efetivamente necessários, considerando os cenários demográficos que constam no PROTAL para o ano de 2021 e uma série de critérios para a avaliação dos equipamentos concelhios

A partir desta análise a proposta do PDM conclui que existem equipamentos cuja proposta é desnecessária, enquanto que noutros casos não foram considerados equipamentos que preencham as necessidades da população prevista. Desta forma a proposta de plano, de modo a colmatar as necessidades da população em termos de equipamentos de utilização coletiva, propõe que deverá ser elaborado em paralelo com o PDM, um Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades Coletivas e de Equipamentos, que:

- Estude a população base para a qual os equipamentos serão programados;
- Avalie a sua procura, existente e futura;
- Avalie a qualidade e quantidade de cada tipologia de equipamentos;
- Proponha que se passem a áreas de reserva, os que estejam propostos em excesso (caso se verifique);
- Oriente os Planos para que integrem, primeiramente as áreas de reserva de equipamentos dentro dos perímetros urbanos ou enquadrados no âmbito dos NDE e NDT, em conformidade com o PROT;
- Estude as diversas atividades coletivas existentes e faça o levantamento de carências;
- Estude e esclareça outras questões a definir no âmbito do Estudo.

Considera-se que com a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades coletivas e de Equipamentos, irão ser otimizados e canalizados os espaços destinados à reserva de equipamentos, colmatando assim às necessidades da população residente e turística com o efetivo necessário, sem desaproveitamento de recursos.

O plano prevê um incremento do número de postos de trabalho alicerçados no desenvolvimento e investimento nos vários setores económicos, o que contribui para um efeito significativo muito positivo no mercado de trabalho concelhio, este efeito encontra-se retratado de forma mais completa e particularizada nos capítulos 2.2 e 2.3 referentes aos critérios de avaliação economia e turismo.

2.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O Plano Diretor Municipal anterior previa a realização dos seguintes equipamentos, para o concelho de Lagos.

Quadro 22 – Equipamentos propostos pelo PDM de 1995

Localidades	Equipamentos
Lagos	Marina
	Campo da Feiras
	Mercado Retalhista
	Centro de Saúde
	Parque Urbano
	Centro de Coordenação de Transportes
Meia Praia	Escola EB 2,3
	Extensão do Centro de Saúde
	Polidesportivo Descoberto
	Centro de Férias
Praia da Luz	Creche
	Extensão do Centro de Saúde
	Escola Primária
	Polidesportivo Descoberto de Grandes Jogos
Odiáxere	Centro de Dia
	Posto de GNR
	Escola Primária
	Posto CTT
	ATL
	Expansão do Cemitério
Espiche	Jardim Público
	Escola Primária
	Centro Infantil
	Centro de Dia
	Polidesportivo descoberto de grandes jogos
	Cemitério
Chinicato	Jardim Público
	Polidesportivo descoberto de grandes jogos
	Escola Primária
	Centro Infantil
	ATL
Almádena	Escola Primária
	Jardim Público
Bensafrim	Escola Primária
	Centro de Dia
Barão de S.João	Polidesportivo Descoberto de Grandes Jogos
	Centro de Dia
	Centro Infantil
	Jardim Público
Portelas	Expansão da Escola primária
Sargaçal	Polidesportivo Descoberto de Pequenos Jogos
Torre	Escola Primária

Ao nível dos equipamentos, comparando o PDM de 1995 com a proposta atual de PDM, denota-se que enquanto o PDM de 1995 enumera os diversos equipamentos propostos para as diferentes localidades do concelho, a atual proposta propõe a realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades coletivas e de Equipamentos para as áreas destinadas a reserva de equipamentos, de forma a identificar as carências ao nível de equipamentos e poder colmata-las de forma eficiente.

Ao propor um Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades Coletivas e de Equipamentos, a atual proposta de PDM, defende a não utilização desnecessária de recursos na construção de equipamentos que não serviriam os interesses da população, simultaneamente serão considerados somente equipamentos que deem resposta às necessidades da população.

No que se refere ao emprego, o PDM de 1995, propunha uma aposta no desenvolvimento do setor terciário, nomeadamente no turismo, o que indiretamente iria incrementar o número de postos emprego associados a este setor.

2.1.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério qualidade de vida, que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta de plano.

2.1.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

- Precaver, sempre, as características sócio-demográficas da população residente no processo de decisão de qualquer intervenção no concelho;
- Assegurar uma atempada adequação da dotação de equipamentos de utilização coletiva em função das carências e dinâmicas demográficas;
- Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) poderão definir a afetação de quotas de habitação a custos controlados nas urbanizações de promoção privada, de modo a atenuar progressivamente as carências habitacionais;
- Promover a ocupação dos fogos habitacionais vagos, de forma a dinamizar o mercado de arrendamento;
- Acautelar a acessibilidade das famílias mais carenciadas à habitação social, a custos controlados e de venda livre, através da elaboração de um plano/programa local de habitação, identificando as ações para suprir as carências e necessidades nos setores urbanos de intervenção prioritária (a reabilitar e a renovar), bem como suprir as necessidades de alojamento de jovens, idosos e famílias carenciadas.

- A instalação de novas atividades económicas deverá contemplar, sempre que possível, preferencialmente, os desempregados inscritos no centro de emprego do concelho de Lagos.

2.1.7.2 Medidas de Monitorização

Deverão ser monitorizadas, a capacidade de oferta, tipologias de equipamentos de utilização coletiva e as necessidades da população residente, no concelho de Lagos, de forma a que, os equipamentos a colocar nas áreas destinadas à reserva dos mesmos, sejam os mais adequados no suprimento das carências da população existente;

- Monitorização da contribuição do plano para o número de postos de trabalho criados;
- Monitorizar os efeitos da aplicação do plano no mercado imobiliário municipal;
- Monitorizar o número de fogos destinados à habitação social, tendo em conta as carências habitacionais das famílias residentes no concelho.

2.1.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Promove a flexibilidade e dinamização das políticas de habitação social em função das carências habitacionais da população.
CCDR Algarve	Mantém atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território, assegurando a articulação de estratégias regionais com as perspetivas sócio demográficas e económicas de desenvolvimento local;
Setor Privado	Promove a oferta habitacional de acordo com as possibilidades económicas e sociais da população e concebe o parque habitacional de forma integrada com os demais agentes envolvidos.
População	Contribui para a melhoria da oferta habitacional e para a qualidade de vida, de um modo geral, através da participação em inquéritos associados ao modo de vivência das populações.

2.2 Economia

A dinâmica e desenvolvimento das atividades económicas de um concelho, permitem avaliar o grau de sustentabilidade e competitividade que o território apresenta, comparativamente com as suas envolventes.

A competitividade territorial é essencial no desenvolvimento sócio-económico e ambiental de uma região, uma vez que, o planeamento sustentável das atividades económicas, permite a criação de um tecido empresarial e social mais competitivo tanto a nível local, como a nível regional e nacional.

O objetivo primordial do presente critério de avaliação incide, essencialmente, na avaliação da revitalização da economia no concelho de Lagos, de modo a potenciar as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo, com a implementação do Plano Diretor Municipal.

2.2.1 Caracterização da situação atual

Atividades Económicas – Caracterização dos setores de atividade

O tecido económico do concelho de Lagos é constituído essencialmente pelas atividades relacionadas com o Turismo, nomeadamente o alojamento, a restauração, as atividades imobiliárias e a construção.. Estas atividades possuem importantes reflexos no mercado de emprego e no desenvolvimento económico do Município de Lagos.

Apesar de as atividades económicas relacionadas com o turismo desempenharem um papel fulcral, no desenvolvimento económico municipal existe igualmente, uma forte presença de atividades relacionadas com a construção civil e com o comércio grossista e a retalho.

Desta forma, pela análise do quadro seguinte, constata-se que, no ano censitário de 2011, o tipo de empresas com maior representatividade no concelho de Lagos, correspondem às empresas associadas ao Comércio com 805 empresas, perfazendo cerca de 19,3% da totalidade das empresas sediadas no município.

Apesar de as atividades económicas relacionadas com o turismo desempenharem um papel fulcral, no desenvolvimento económico municipal, existe igualmente, uma forte presença de atividades relacionadas com o comércio grossista e a retalho.

Desta forma, pela análise do quadro seguinte, constata-se que, no ano censitário de 2011, o tipo de empresas com maior representatividade no concelho de Lagos, correspondem às empresas associadas ao Comércio, com 805 empresas sediadas, perfazendo aproximadamente 19,3% da totalidade das empresas existentes.

Quadro 23 – Número de empresas no concelho segundo a classificação das atividades económicas, 2011

Tipo de Atividade Económica	Nº de Empresas no Concelho de Lagos
Atividades imobiliárias	230
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	373
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	517
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	144
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	168
Alojamento, restauração e similares	659
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	805
Construção	487
Educação	149
Indústrias extrativas	1
Indústrias transformadoras	116
Outras atividades de serviços	212
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1
Atividades de saúde humana e apoio social	203
Transportes e armazenagem	67
Atividades de informação e de comunicação	44
Total	4.180

Fonte: INE, 2011

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional da Estatística, em 2011, a estrutura empresarial do concelho é dominada por microempresas (constituídas de 1 a 9 trabalhadores), com volumes reduzidos de venda associados, perfazendo cerca de 96,8% da totalidade das empresas existentes no concelho de Lagos.

No quadro seguinte, pode observar-se, a distribuição do número de trabalhadores pelas empresas existentes no município, no ano de 2011, onde se verifica que a predominância das empresas sediadas, são classificadas como microempresas, uma vez que não possuem mais que 10 trabalhadores.

Quadro 24 – Empresas existentes no concelho de Lagos e número de trabalhadores, 2011

N.º de Trabalhadores	N.º de Empresas
Menos de 10 pessoas	4.048
10 - 49 pessoas	126
50 - 249 pessoas	6
250 e mais pessoas	0
Total	4.180

Fonte: INE, 2011

No que concerne à distribuição, por setor de atividade, da população ativa empregada do concelho de Lagos, assiste-se a uma diminuição percentual da população ativa empregada no setor primário e secundário para os anos analisados e, como seria expectável, um aumento dos ativos empregados no setor terciário de 73% para 81%. Os cenários são semelhantes para a região Algarvia.

Quadro 25 – População empregada por setor de atividade económica

População Empregada por Setores de Atividade Económica, 2001 e 2011									
2001					2011				
		Algarve		Lagos		Algarve		Lagos	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Total	HM	180395	100	11763	100	186191	100	12650	100
	H	102618	57	6514	55	96248	52	6479	51
	M	77777	43	5249	45	89943	48	6171	49
Primário	HM	11034	6	374	3	6142	3	216	2
	H	8440	5	328	3	4676	3	190	2
	M	2594	1	46	0	1466	1	26	0
Secundário	HM	40551	22	2755	23	29992	16	2199	17
	H	35227	20	2417	21	25617	14	1903	15
	M	5324	3	338	3	4375	2	296	2
Terciário	HM	128810	71	8634	73	150057	81	10235	81
	H	58951	33	3769	32	65955	35	4386	35
	M	69859	39	4865	41	84102	45	5849	46

Fonte: INE, 2001; 2011

Embora as atividades piscatórias e agrícolas constituíssem, até à alguns anos atrás, as principais fontes de rendimento para a economia local, atualmente, estas atividades apresentam uma quebra significativa de importância relativa na economia municipal, no entanto, a taxa de crescimento do setor produtivo situa-se acima da média, comparativamente com a região algarvia, destacando-se as culturas arvenses de sequeiro, como as de maior representatividade no concelho.

No que concerne à atividade piscatória, o concelho de Lagos, que é dotado de um Porto de Pesca, sempre possuiu uma forte relação com o mar, mantendo-se essa relação até aos dias de hoje, e continuando a apresentar, segundo o PEL, volumes significativos de pescado e que têm sido crescentes ao longo dos últimos anos.

Relativamente ao setor secundário, ou setor industrial, este é essencialmente constituído por empresas de indústria transformadora, com especial destaque para as indústrias alimentares e de fabricação de produtos metálicos.

Apesar de o setor industrial ainda se encontrar pouco desenvolvido e com uma estrutura empresarial frágil, as áreas industriais do concelho, têm vindo a adquirir outra expressão com a coexistência progressiva de atividades económicas mais diversificadas.

O concelho de Lagos é dotado de algumas unidades industriais, que se encontram concentradas maioritariamente em quatro zonas industriais:

- Parque Industrial do Infante (freguesia de Odiáxere);
- Zona Industrial e Comercial de Odiáxere (freguesia de Odiáxere);
- Parque industrial do Chinicato (União de freguesias de Lagos);
- Parque Industrial da Marateca (União de freguesias de Lagos);

Os perímetros urbanos do Chinicato e de Odiáxere são os que contemplam as principais zonas industriais existentes no concelho de Lagos.

A dinâmica habitacional observada nos últimos anos, no concelho de Lagos, tem permitido o crescimento das empresas associadas à imobiliária, construção civil e dos estabelecimentos a retalho na estrutura comercial do concelho.

2.2.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere às atividades económicas do concelho de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Mercado de trabalho competitivo no setor terciário; – Desenvolvimento das atividades económicas relacionadas com a imobiliária, construção civil e comércio grossista e a retalho; – Alguma representatividade no concelho do setor agrícola; – A existência de tradição piscatória e de infraestruturas de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> – Terciarização da economia local, maioritariamente ligada ao turismo e a atividades relacionadas ou dependentes; – Empresas de pequena e muito pequena dimensão com reduzidos volumes de venda associados; – Diminuição da população ativa empregada no setor primário; – Setor secundário pouco desenvolvido, com um tecido empresarial frágil, direcionado essencialmente para a indústria alimentar e de produtos metálicos; – Fenómenos de especulação imobiliária;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Aposta na diversificação da base económica local; – Possibilidade de desenvolvimento das atividades económicas relacionadas com setor secundário; – Investimento nas atividades agrícolas que promovam as boas práticas e utilização sustentável dos recursos naturais; – Criação de apoios e medidas locais que promovam a formação e emprego da população. 	<ul style="list-style-type: none"> – Elevada dependência da economia local ao setor terciário; – Ausência de oportunidades de emprego associadas às atividades do setor primário; – Precariedade do emprego relacionada com a sazonalidade.

2.2.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos, a situação de referência evoluiria para um contínuo decréscimo do setor primário e secundário, podendo conduzir ao abandono da agricultura e a uma evolução considerável, mas pouco sustentável, do setor terciário, visto que esta área de atividade é a única, no concelho, com capacidade de dar resposta às suas necessidades económicas e torná-lo mais competitivo a nível regional e nacional. No entanto, a evolução desordenada do setor terciário poderia ter consequências graves na evolução económica e sustentável da região, uma vez que é um setor que vive essencialmente da sazonalidade, impedindo desta forma, que o município se desenvolva de uma forma equilibrada e sustentável a todos os níveis.

2.2.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Economia”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Economia				
Avaliar a revitalização da economia no concelho, de modo a potenciar as atividades	O PDM de Lagos propõe como Linha Estratégica de Desenvolvimento, a transformação do concelho num território com economia inovadora e competitiva a nível regional, nacional e internacional, relacionando as atividades tradicionais com as novas indústrias;	(+++)		

tradicionais, a inovação e o empreendedorismo.	<p>Aposta na pesquisa, exploração e utilização dos recursos marítimos, e na agricultura tecno-biológica;</p> <p>Fomentar o desenvolvimento tecnológico em setores inovadores criando competitividade empresarial;</p> <p>É proposta a constituição de um Pólo Multinuclear de Lagos, proveniente do projeto “Algarve Tecnópolis” com o intuito de criar as condições necessárias para a instalação de várias instituições que contribuem para o desenvolvimento económico municipal;</p>	(+++)	N/a	N/a
Avaliar a revitalização da economia no concelho, de modo a potenciar as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo.	<p>Propõe-se como Investimento Estruturante do PDM de Lagos, a definição de Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE) nas zonas interiores do concelho;</p> <p>Combater as carências identificadas a nível das atividades económicas, possibilitando a expansão e/ou criação de novas áreas relacionadas com as respetivas atividades.</p>	(+++)	N/a	N/a

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixos (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

2.2.5 Avaliação de Efeitos Significativos

Segundo a proposta para o Plano Diretor Municipal de Lagos, uma das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE) consiste no “Turismo, Conhecimento e Inovação”, que pretende a transformação do concelho de Lagos num território competitivo, desenvolvido e sustentável economicamente, ao nível regional, nacional e internacional.

Deste modo, é proposto para o concelho de Lagos, o fomento para a criação e instalação de instituições de ensino, de Investigação e Desenvolvimento (I&D), de Pequenas e Médias Empresas (PME) inovadoras e de base tecnológica e de novas indústrias que promovam as boas práticas ambientais e que potenciem a competitividade empresarial do concelho.

É igualmente proposto o incentivo à pesquisa e exploração dos recursos marítimos existentes, bem como, o estímulo às atividades agrícolas modernas, fomentando as boas práticas, na proteção, valorização e utilização sustentável dos recursos naturais, particularmente os associados a esta atividade, como o solo e água.

Para que se criem as condições necessárias para a instalação das referidas atividades, e no contexto do projeto “Algarve Tecnópolis”, é contemplada na presente proposta do PDM a constituição do Pólo Multinuclear de Lagos, previsto pelo Plano Estratégico de Lagos (PEL), e que será constituído por três núcleos: o “Centro de Congressos e Seminários” (integrado no hotel previsto para o centro da cidade de Lagos), a “Incubadora de Empresas” (integrada no Parque Logístico e de Negócios) e uma pequena unidade de ensino superior especializada e orientada para a I&D ligada às atividades do Mar a ser integrada na Universidade Internacional dos Oceanos (UIO).

Os Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE) são considerados como Investimentos Estruturantes, definidos pelo PROT Algarve e contemplados no PDM de Lagos, que apesar de não se encontrarem delimitados previamente, estão previstas as regras e orientações para os NDE no Regulamento do Plano Diretor Municipal.

Os NDE têm por objetivo primordial albergar empreendimentos que se consideram que possuem interesse regional por promoverem a competitividade e o desenvolvimento concelhio, na base da inovação empresarial e social, tornando o tecido económico mais coeso, sustentável e competitivo, potenciando-se as várias atividades, a inovação e o empreendedorismo.

O Plano Diretor Municipal de Lagos prevê a expansão e criação de áreas destinadas a atividades económicas, nomeadamente em áreas de solo cuja urbanização é possível programar, designados por “Espaços de Atividades Económicas”, onde se pretende promover a fixação de atividades relacionadas com a indústria, armazenagem, serviços, comércio e logística, que possuem essencialmente funções que contribuem para a qualificação da base económica municipal.

Esta tipologia de espaço está prevista para três zonas do concelho, nomeadamente para a Cidade de Lagos, Odiáxere e Chinicato.

Em suma, conclui-se que, na generalidade, as medidas propostas pelo Plano Diretor Municipal de Lagos, quando comparados com o objetivo ambiental e de sustentabilidade, resultarão em efeitos positivos significativos e muito significativos para a economia municipal, uma vez que se prevê a

revitalização da economia no concelho, potenciando as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo.

2.2.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O Plano Diretor Municipal de Lagos datado de 1995 contemplava na sua proposta a expansão a Norte da zona industrial do Chinicato, com uma área de 20ha, visto que era uma área que se encontrava com edificação dispersa de indústrias e armazenagem, podendo desta forma ser alvo de ordenamento e infraestruturação de modo a que se tornasse uma zona industrial ordenada e com continuidade.

Comparativamente com a atual proposta, o PDM de Lagos, vem contribuir para a valorização e desenvolvimento das zonas industriais existentes. Através da expansão e criação de áreas que promovam as atividades económicas do concelho, integrando a legislação vigente e as orientações constantes no PROTAL, fomentado desta forma o desenvolvimento sustentável da economia no concelho.

2.2.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Economia”, que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

2.2.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

- Planeamento sustentável das novas áreas de atividades económicas promovendo as boas práticas ambientais;
- Incentivos para a localização de empresas competitivas no mercado empresarial;
- Investimento por parte das entidades patronais das empresas sediadas, na formação e qualificação dos seus colaboradores, de forma a criar equipas mais fortes e empresas mais competitivas no tecido empresarial.

2.2.7.2 Medidas de Monitorização

- Monitorização das empresas sediadas nas áreas industriais, comerciais e de serviços de modo a compatibilizar os objetivos da proposta do plano com a competitividade do mercado empresarial;

2.2.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	<p>Promove e incentiva as condições necessárias para o estabelecimento de novas atividades económicas;</p> <p>Incentiva o estabelecimento de parcerias público-privadas;</p>
----------------------------------	--

CCDR Algarve	Mantém atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território, assegurando a articulação de estratégias regionais com as perspetivas económicas de desenvolvimento local;
Setor Privado	Investimento para estabelecimento de empresas competitivas no mercado empresarial; Aposta na certificação de produtos e serviços.

2.3 Turismo

De forma a promover uma oferta turística sustentada e de qualidade, que fomente o combate à sazonalidade associada à oferta turística existente na Região Algarvia, é necessário efetuar uma análise pormenorizada da oferta e da procura turística no concelho de Lagos, bem como das oportunidades e riscos resultantes da aplicação das medidas propostas pelo plano.

Para o planeamento, gestão e desenvolvimento sustentável deste setor de atividade, que é determinante para o desenvolvimento sócio-económico local, propõem-se um conjunto de medidas que contribuem para a complementaridade entre o turismo associado a várias tipologias (sol e praia, descanso e lazer, negócios e práticas desportivas), a promoção dos produtos de origem local e a implementação de boas práticas ambientais.

2.3.1 Situação Atual

Desenvolvimento turístico

O município de Lagos, é um concelho com uma componente turística bastante vincada, uma vez que apresenta uma localização excecional ao nível da paisagem, com uma linha de costa com cerca de 15 km, com um litoral bastante atrativo, que inclui áreas de rara beleza, praias acolhedoras, ainda resistentes à massificação urbanística verificada noutros concelhos da região Algarvia, além de um património cultural e arquitetónico com mais de quinhentos anos de história.

Além da sua localização e o seu património cultural e arquitetónico, é necessário reconhecer a existência de uma procura turística acentuada em função destes elementos de atração.

De acordo com o Plano Municipal de Turismo para o concelho de Lagos, registou-se, durante o ano de 2001, uma entrada de cerca de 98 742 hóspedes em estabelecimentos hoteleiros localizados no concelho, em que a grande maioria eram oriundos de países estrangeiros.

Ao compararmos os valores percentuais de população residente no concelho de Lagos (25 199 hab), com o número de turistas durante o ano de 2001, verifica-se que a população residente do concelho representava cerca de 25,5% do número total de turistas. Evidenciando-se uma forte influência por parte da atividade turística no concelho, o que provoca acentuadas discrepâncias na sua economia, organização e sociedade.

De acordo com os indicadores para o ano 2011, registaram-se no concelho 148 949 hóspedes, o que faz com que a população residente corresponda a 20,8% do número de turistas.

Igualmente de acordo com os dados disponibilizados no *site* da entidade Turismo de Portugal, I.P. (separador: consulta de registos dos empreendimentos turísticos, junho 2012), complementado com informações recolhidas junto dos serviços da Câmara Municipal de Lagos, no concelho de Lagos encontram-se em funcionamento, sessenta e um empreendimentos turísticos, categorizando-se em dois aldeamentos turísticos, vinte e cinco apartamentos turísticos, vinte e cinco hotéis, três hotéis-apartamento, três empreendimentos de turismo em espaço rural e três parques de campismo.

Quadro 26 – Tipologia de empreendimento turístico em funcionamento no concelho de Lagos

Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos	Hotéis	Hotéis-apartamento	Turismo em Espaço Rural	Parques de Campismo	Total
2	25	25	3	3	3	61

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. (2012) e CMLagos

Os empreendimentos turísticos encontram-se distribuídos, fundamentalmente, pelas freguesias do litoral do concelho, nomeadamente, nas freguesias da Luz e de Lagos).

No que concerne à capacidade de alojamento, verifica-se que a tipologia de “apartamentos turísticos” detém a maioria da oferta do número de camas, cerca de 47 pontos percentuais, comparativamente às restantes categorias de classificação de empreendimentos turísticos.

Quadro 27 – Capacidade de Alojamento nos Empreendimentos Turísticos, sem parques de campismo

Capacidade de Alojamento (N.º de camas) nos Empreendimentos Turísticos										Total
Aldeamentos turísticos		Apartamentos turísticos		Hotéis		Hotéis-apartamento		Turismo em Espaço Rural		
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
385	4,4	4121	47,1	3069	35,1	1122	12,8	58	0,7	8756

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. (2012) e CMLagos

Paralelamente, os três parques de campismo existentes no concelho de Lagos demonstram uma capacidade máxima de 4330 utilizadores.

A caracterização do número de dormidas no concelho de Lagos irá ser remetido para os anos de 2002 e 2012.

O número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros concelhios aumentou relativamente ao ano de 2002, tendo-se observado um crescimento na totalidade das tipologias à excepção das ‘Pensões, Pousadas, Estalagens e Motéis’.

Quadro 28 – Evolução do número de dormidas

Lagos	Dormidas (Nº) nos Estabelecimentos Hoteleiros					
	Estabelecimentos Hoteleiros	Hotéis	Hotéis-Apartamentos	Pensões, Pousadas, Estalagens e Motéis	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos turísticos
2002	633.151	291.926	X	73.361	x	172.765
2012	768.822	341.538	107.409	0	x	242.338

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística (2002,2012)

O aumento do número de dormidas no concelho acompanhou a tendência verificada na região Algarvia, evidenciando-se até um aumento proporcional superior ao da região, embora inferior ao do país (aumento de 41,9% para o país, 0,2% para a região e 21,4% para o concelho).

Quadro 29 – Comparação da evolução do número de dormidas entre os anos de 2002 e 2012

	Estabelecimentos hoteleiros	
	2002	2012
Continente	27.962.327	39.681.040
Algarve	14.294.303	14.327.774
Lagos	633.151	768.822

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística (2002,2012)

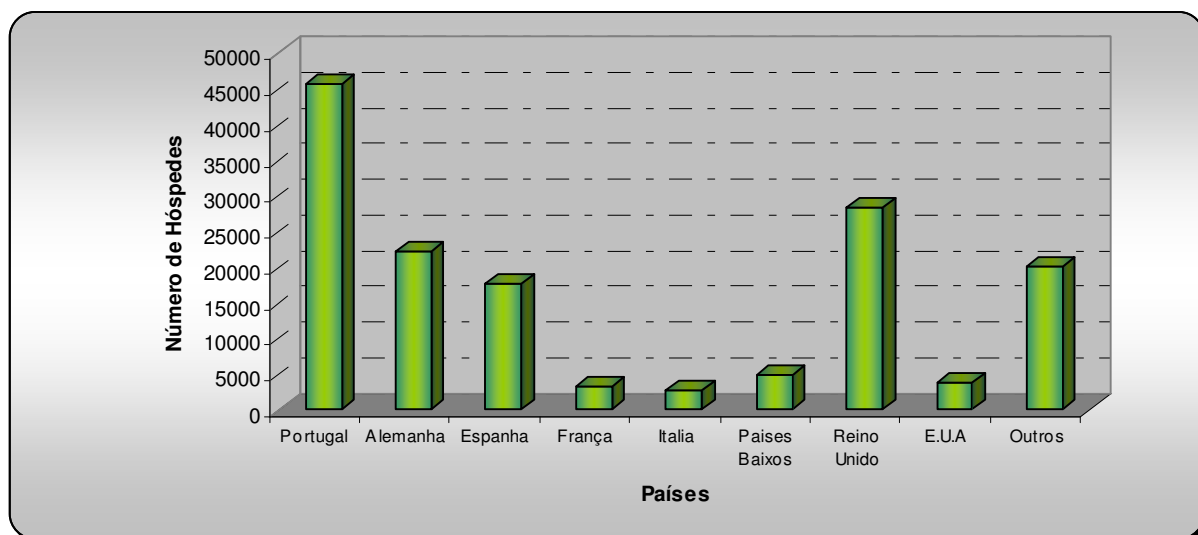
De um modo geral observou-se que são os hotéis que registam o maior peso de dormidas (cerca de 44,4%), sendo também esta tipologia que apresenta as taxas de ocupação líquidas mais elevadas

Quadro 30 – Taxa líquida de ocupação cama (%) nas diferentes tipologias de estabelecimentos hoteleiros

Ano	Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros							
	TOTAL	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hoteis-Apartamentos	Aldeamentos Apartamentos Turísticos
2002	43	50,2	43,9	0	0	-	-	- 37,7
2012	34,3	47,5	0	0	0	0	23,4	0 27,9

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística (2002,2012)

Quanto ao país de origem dos hóspedes no concelho de Lagos, denota-se que, para além do valor registado com turistas nacionais, a maioria são provenientes do Reino Unido, da Alemanha e de Espanha.

Gráfico 5 – Países de Origem dos Hóspedes no Concelho de Lagos

Fonte INE (2011)

A sazonalidade do sector turístico tem sido referenciada como uma das características do turismo algarvio, à qual Lagos não se coloca à margem, enumerada recorrentemente como uma fragilidade deste sector de actividade, a nível regional. Efectivamente, o plano municipal do turismo, no seguimento do preconizado em planos e programas de âmbito nacional e regional, indica como objectivo de desenvolvimento do sector, a “diminuição da sazonalidade, de forma a realizar-se uma melhor distribuição dos fluxos turísticos ao longo do ano, promovendo uma maior rentabilidade da actividade turística”.

De facto, e à semelhança do Algarve, a sazonalidade em Lagos tem vindo a registar o seu agravamento, apresentando o ano 2011 quase 55% de dormidas anuais ocorridas em Julho, Agosto e Setembro (mais 8,5 pontos percentuais, comparativamente ao valor correspondente ao Algarve para o mesmo ano).

2.3.2 Análise SWOT Territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere ao turismo, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a esta área territorial.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Forte aptidão turística territorial – Elevada potencialidade dos produtos turísticos – Elevada componente patrimonial; 	<ul style="list-style-type: none"> – Sazonalidade do sector turístico
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Incremento do investimento no turismo de sol e praia, mas também no turismo de negócios, de descanso e lazer ou o turismo associado à prática de golfe. 	<ul style="list-style-type: none"> – Sazonalidade associada ao turismo de sol e praia. – Reduzida diversidade de oferta turística local.

2.3.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

A evolução da situação de referência, poderá seguir o sentido da estagnação, em que não se observarão possibilidades de expansão e desenvolvimento sustentável da oferta turística local, quer ao nível territorial, quer ao nível da qualidade e quantidade dos produtos turísticos disponíveis.

2.3.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos, de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Turismo”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Turismo				
Avaliar a promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade.	Investir na construção de um cluster do turismo com capacidade de afirmação no conjunto da Região do Algarve	(+++)	N/A	N/A
	Investir na melhoria e no incremento da competitividade e diversificação das atividades turísticas do concelho	(+++)		
	O Sistema de Turismo definido na proposta do PDM de Lagos visa materializar um modelo de desenvolvimento e ocupação turística que pretende estimular a qualidade e efeito estruturante dos projetos turísticos, investindo simultaneamente na defesa dos valores ambientais e culturais, e na requalificação e contenção da faixa costeira.	(+++)		
	Promoção e modernização das infraestruturas e serviços Turísticos.	(++)		

Positivos

Negativos

Muito Significativos (+++)

Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.

Muito Significativos (---)

Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.

Significativos(++)

Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.

Significativos (--)

Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.

Baixas (+)

Benefícios baixos ou insignificantes.

Baixos (-)

Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.

Nulo (0)

Nulo (0)

Não Aplicável (N/A)

Não Aplicável (N/A)

2.3.5 Avaliação de Efeitos Significativos

O potencial urbano de Lagos, potencial conferido pela sua localização, nomeadamente a capacidade estruturante sobre a costa vicentina, aliada a singularidade e variedade dos recursos e atrativos turísticos do concelho permite não considerar apenas a hotelaria, mas sim investir na construção de um cluster do turismo com capacidade de afirmação no conjunto da Região do Algarve.

O turismo assume-se como a atividade principal do concelho de Lagos, todavia fortemente vulnerável às oscilações da procura, face à sua dependência do binómio sol-praia e mercados do Norte da Europa. Assim, este objetivo assenta no desenvolvimento e promoção nacional e internacional dos vários produtos turísticos que o concelho de Lagos tem para oferecer, integrando o património paisagístico, histórico e cultural, e evidenciando, assim, a imagem de marca que se pretende ver associada a Lagos.

Deve haver uma efetiva integração (aproveitamento) das componentes cultural e desportiva e dos recursos naturais na atividade turística, não só associados à cidade de Lagos e ao litoral, como também no espaço rural do concelho, nomeadamente através da promoção e incentivo de projetos na área do ecoturismo e/ou turismo em espaço rural.

O Desenvolvimento do setor do turismo residencial (que se associa também ao conceito de “economia residencial” desenvolvido no PEL), assume-se também no âmbito deste objetivo como uma vocação específica do concelho de Lagos. Efetivamente, o desenvolvimento do turismo de residências sustenta-se no interesse crescente que segmentos específicos de visitantes, oriundos do norte da Europa, com poder de compra elevado e habituados a níveis exigentes de qualidade de vida nos seus países de origem, têm demonstrado em se fixarem no Algarve e consequentemente em Lagos, devendo o concelho responder eficazmente ao padrão de referência, contribuindo em simultâneo para a preservação ambiental, estruturação do território e qualificação funcional do concelho.

A proposta do Plano do Plano Diretor Municipal de Lagos, aponta para um investimento na melhoria contínua e no incremento da diversificação das atividades turísticas no concelho, apostando no turismo de qualidade em vez de um turismo massificado, procurando promover e diversificar as várias frações do mercado turístico (turismo de negócios, turismo cultural, turismo de natureza, turismo desportivo, etc.) assim como os fluxos turísticos nacionais e internacionais, em que é necessário investir.

A proposta de plano prevê um programa de modernização e reorganização do turismo de Lagos, de forma a investir na modernização das infraestruturas e serviços turísticos e a reorientação para um produto turístico de qualidade, variado, permitindo atingir assim os vários nichos de mercado, combatendo o problema da sazonalidade e dependência da economia concelhia associada à estação estival.

Aliadas a este programa surgem ainda várias intervenções que promovem o estabelecimento e desenvolvimento do turismo residencial, estas operações recaem sobre a requalificação dos espaços

tornando-os suficientemente atrativos de forma a conquistar a população-alvo e estimular a iniciativa privada local na criação de serviços de proximidade e micro empresas.

De forma a estimular a qualidade e a sustentabilidade dos projetos turísticos, na qual se pretende defender os fatores ambientais e culturais, fatores fulcrais do turismo local, e a requalificação e contenção da faixa costeira, são contempladas pelo plano as seguintes formas de ocupação de desenvolvimento turística:

- Núcleos de Desenvolvimento Turístico, definem as normas para o estabelecimento de novos empreendimentos turísticos a implantar fora dos perímetros urbanos, sem prejuízo da proteção da faixa costeira definida do litoral. De acordo com a proposta do plano estes núcleos não apresentam uma localização previamente definida e integram investimentos estruturantes.
- Estabelecimentos Hoteleiros Isolados (EHI), que se encontram definidos de forma a promover o investimento na unidade territorial Serra, fomentando assim o desenvolvimento da mesma. Esta tipologia de estabelecimentos podem adotar a figura de hotel, pousada ou estalagem, ligadas a temáticas específicas.
- Imobiliária de Turismo e Lazer, associada à segunda habitação, adequada para solo urbano podendo integrar os NDT, desde de que não ponha em causa a sustentabilidade ambiental, económica e social do empreendimento a longo prazo.
- Turismo em Espaço Rural (TER), pode ser definido em todo o concelho nos termos da legislação em vigor;
- UOPG Turísticas estão definidas para espaços turísticos a requalificar.

É de evidenciar a UOPG Montinhos da Luz e a UOPG Colinas verdes, cuja execução de operações urbanísticas requer prévia aprovação de plano de pormenor que abranja a totalidade da área a intervencionar.

- Espaços de uso especial – Turismo, esta tipologia é composta por áreas consagradas em perímetros urbanos reconhecidos, destinados a equipamentos ou infraestruturas estruturantes e a outros usos, nomeadamente turísticos
- Núcleos de Desenvolvimento Turísticos do tipo III, quando os NDE incluem a componente turística.

As diversas formas de desenvolvimento turístico atrás mencionadas, que integram a proposta de PDM, irão permitir o desenvolvimento de um modelo turístico sustentável no concelho, baseado essencialmente na proteção do território e do património natural, assim como no respeito dos

instrumentos de gestão territorial em vigor, proporcionando assim um impacto positivo muito significativo.

A proposta do PDM de Lagos, promove a modernização das infraestruturas e serviços Turísticos, permitindo a revitalização e dinamismo destes serviços e infraestruturas, proporcionando assim um reforço e um incremento na qualidade da função turística concelhia, preconizando assim um impacto positivo significativo.

2.3.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O PDM de 1995 previa a constituição de Zonas de Ocupação Turística (ZOT), para os novos núcleos turísticos, que se desenvolveriam em áreas que lhes conferissem unidade diferenciando-se dos pequenos núcleos espalhados pelo concelho.

De acordo com o relatório do antigo PDM a localização e implementação dos núcleos turísticos atrás mencionados, encontravam-se dependentes dos fatores que decorriam da posse de terra e do interesse e capacidade do proprietário no investimento do setor Turismo, conjugados com os condicionalismos específicos regulamentados no PDM.

Relativamente ao antigo PDM a atual proposta de Plano define várias formas de desenvolvimento turístico, integrando desta forma a legislação vigente e as orientações constantes no PROTAL e PNPOT, contribuindo para o desenvolvimento de modelo turístico sustentável no concelho.

2.3.7 Programa de Seguimento

Para o presente critério de avaliação “Turismo”, é desenvolvido um programa de seguimento, constituído por medidas de planeamento e gestão e monitorização, que deverá contribuir para a prevenção dos efeitos secundários que poderão surgir com a implementação da proposta do plano.

2.3.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

Na perspetiva do horizonte do plano e para que se promova uma oferta turística sustentada e de qualidade, existem algumas medidas de planeamento e gestão que deverão ser tidas em consideração no que diz respeito a:

- Cumprimento do Plano Municipal do Turismo, e das intervenções por este propostas;
- Planeamento sustentável das diversas formas de desenvolvimento turísticas, promovendo as boas práticas ambientais e territoriais;
- Incentivos para a aplicação dos parâmetros e diretrizes do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) e da ISO 14001 (International Organization for Standardization) no que concerne à gestão ambiental e à responsabilidade social dos estabelecimentos hoteleiros.

2.3.7.2 Medidas de Monitorização

No decorrer da implementação do plano, deverão ser concretizadas medidas de monitorização no que diz respeito à:

- Monitorizar as intervenções preconizadas no Plano Municipal de Turismo;
- Monitorizar as motivações turísticas e nível de satisfação dos visitantes;
- Monitorizar os incentivos à fixação de atividades turísticas com capacidade de inovação e de investigação e desenvolvimento
- Monitorização dos estabelecimentos hoteleiros de modo a compatibilizar os objetivos da proposta do plano com a promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade.

2.3.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Promove uma oferta turística sustentável e de qualidade.
	Contribui e incentiva os investimentos através de parecerias público – privadas
CCDR Algarve	Coordena a promoção de uma oferta turística ambientalmente sustentável;
	Assegura e promove o turismo de qualidade.
Turismo de Portugal	Aposta na divulgação dos produtos turísticos.
	Gere e atualiza a base de dados relativa ao turismo, local, regional e nacional.
Setor Privado	Aposta na melhoria contínua da qualidade do serviço prestado
	Investimento por parte do setor privado nas políticas e normas ambientais e sociais.

3. FCD 3 – BIODIVERSIDADE E RECURSOS AMBIENTAIS

A biodiversidade e os recursos ambientais são critérios fundamentais para a compreensão do funcionamento do território e consequentemente, vitais para o normal desenrolar dos ciclos ecológicos.

A conservação da natureza e biodiversidade é da máxima importância, não só pelos compromissos comunitários, mas também pela garantia da salvaguarda de um património genético cujo valor económico e pedagógico é incalculável.

Os espaços florestais são garante de receitas económicas muito relevantes no contexto regional e por outro lado, permite a ocorrência de elevados valores de biodiversidade, sequestro de dióxido de carbono e suporte ao desenvolvimento de um conjunto de atividades económicas tradicionais como a cinegética e a transformação de produtos autóctones.

A qualidade do ambiente sonoro é relevante, não só para a qualidade de vida das populações, mas também para a ocorrência de fauna.

A qualidade dos recursos hídricos em determinado território é fundamental para a ocorrência de vida animal e vegetal.

A gestão de resíduos e tratamento de águas residuais é fundamental, como garante da qualidade da água e do ambiente em geral.

3.1 Conservação e gestão de Habitats, Flora e Fauna.

A conservação da natureza e biodiversidade do concelho de Lagos, para além de garantir a salvaguarda de um património natural inestimável, permite a sua valorização como ferramenta para a educação ambiental e para o desenvolvimento de atividades no âmbito do turismo de natureza e turismo rural.

3.1.1 Caracterização da Situação Atual

Quantificação das Áreas Protegidas/Classificadas e da Rede Natura 2000

Para além da Rede Natura 2000 não existe nenhum local no concelho de Lagos que se encontre integrado na rede nacional de áreas protegidas.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas n.º 79/409/CEE (Diretiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, visando impedir a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

A Rede Natura 2000 é composta por:

- **Zonas de Proteção Especial (ZPE)**, estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular;
- **Zonas Especiais de Conservação (ZEC)**, criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo de "contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia".

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

A garantia da prossecução destes objetivos passa necessariamente por uma articulação da política de conservação da natureza com as restantes políticas sectoriais, nomeadamente, agrossilvo-pastoril, turística ou de obras públicas, por forma a encontrar os mecanismos para que os espaços incluídos na Rede Natura 2000 sejam espaços vividos e geridos de uma forma sustentável.

A Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE) tem como principal objetivo contribuir para assegurar a conservação dos habitats naturais (Anexo I da Diretiva 92/43/CEE) e de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II da Diretiva 92/43/CEE), com exceção das aves (protegidas pela Diretiva Aves) considerados ameaçados no território da União Europeia.

Cria uma rede ecológica coerente de Zonas Especiais de Conservação (ZEC), selecionadas com base em critérios específicos (Anexo III da Diretiva 92/43/CEE) com o nome de Rede Natura 2000, que também inclui as Zonas de Proteção Especial (ZPE) designadas ao abrigo da Diretiva Aves.

A Diretiva Aves (Diretiva 79/409/CEE) visa a conservação de todas as espécies de aves que ocorrem naturalmente no estado selvagem no território europeu dos Estados-membros ao qual é aplicável o Tratado. Para a concretização deste objetivo, cada um dos Estados Membros tomará as medidas necessárias para garantir a proteção das populações selvagens das várias espécies de aves no seu território da União Europeia, estabelecendo um regime geral para a sua proteção e gestão.

Inclui uma lista com espécies de aves que, conjuntamente com as espécies migradoras de ocorrência regular, requerem a designação de Zonas de proteção especial, isto é, as espécies para as quais cada Estado Membro da União Europeia deverá classificar as extensões e os habitats do seu território que se revelem de maior importância para a sua conservação (Anexo 1 da Diretiva 79/409/CEE).

O Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril republicado pelo Decreto-Lei nº 49/2005 de 24 de fevereiro, transpõe para a ordem jurídica interna as duas Diretivas.

No caso das áreas designadas ao abrigo da Diretiva Habitats é da competência de cada Estado Membro a elaboração de uma Lista Nacional de Sítios (que em Portugal foi publicada em duas fases - 1ª fase em 1997 e 2ª fase em 2000).

No caso da Diretiva Aves, cabe apenas aos Estados-Membros proceder à classificação de Zonas de Proteção Especial, as quais, uma vez declaradas como tal à Comissão Europeia, passam desde logo a integrar a Rede Natura 2000.

O concelho de Lagos inclui, parcialmente, três áreas da Rede Natura 2000: Costa Sudoeste (PTCON0012), Monchique (PTCON0037) e Ria de Alvor (PTCON0058). Todas são classificadas com Sítios de Interesse Comunitário (SIC) ou Zonas Especiais de Conservação (ZEC), ao abrigo da Diretiva Habitats. Somente o sítio de Monchique é classificado igualmente, como Zona de Proteção Especial (ZPE), ao abrigo da Diretiva Aves.

Quadro 31 – Rede Natura 2000 no concelho de Lagos.

	SIC (ha)	ZPE (ha)
Costa Sudoeste (PTCON0012)	2.767,88	-
Monchique (PTCON0037)	224,00	224,00
Ria de Alvor (PTCON0058)	408,52	-
TOTAL	3.400,40	224,00

Costa Sudoeste (PTCON0012)

A Costa Sudoeste compreende áreas de elevada qualidade paisagística e biológica, o que resulta de uma diversidade em termos geológicos e pedológicos.

Os habitats mais importantes, do ponto de vista conservacionista, resultam da localização costeira, nomeadamente com extensas áreas de falésias e sistemas dunares. Daqui resulta a ocorrência de habitats únicos a nível mundial, como os matos baixos de *Cistus palhinhae* ou as formações arbustivas em forma de almofada, caracterizadas pelo domínio de *Astragalus tragacantha*. Nas zonas arenosas mais estáveis destacam-se os tojais, tojais-urzais e tojais-estevais, com dominância de *Ulex australis* subsp. *welwitschianus*, os matagais de zimbro (*Juniperus turbinata* subsp. *turbinata* e *Juniperus navicularis*) e os pinhais de *Pinus pinaster* subsp. *atlantica*, de *P. pinea*. Destaca-se ainda a ocorrência de matos dominados pelo género *Stauracanthus* e outros arbustos espinhosos, onde é possível observar diversos endemismos portugueses e ibéricos.

Das espécies florísticas mais relevantes, salienta-se a ocorrência, na Costa Sudoeste, de *Avenula hackelii*, *Biscutella vicentina*, *Centaurea fraylensis*, *Chaenorrhinum serpyllifolium* subsp. *lusitanicum*, *Cistus palhinhae*, *Diplotaxis vicentina*, *Herniaria algarvica*, *Herniaria maritima*, *Hyacinthoides vicentina*, *Linaria algarviana*, *Linaria ficalhoana*, *Myosotis lusitanica*, *Myosotis retusifolia*, *Ononis hackelii*, *Plantago almogravensis*, *Pseudarrhenatherum pallens*, *Silene rothmaleri*, *Thymus camphoratus* e *Verbascum litigiosum*.

Este Sítio é igualmente importante para as espécies de peixes de água doce, nomeadamente para a Boga-portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*), da qual, é agora aceite uma nova espécie, a Boga do Sudoeste (*Chondrostoma almaiai*). É ainda importante para a Savelha (*Alosa fallax*). Para além de populações relevantes de Rato de Cabrera (*Microtus cabrerai*), o património faunístico deste Sítio inclui também abrigos importantes para morcegos, os quais albergam colónias de reprodução de Morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*), Morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) e Morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), e de hibernação de Morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*). Verifica-se a presença significativa das duas espécies de cágados, o Cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) e o Cágado-mediterrânico (*Mauremis leprosa*). De salientar a ocorrência na Serra do Cercal de uma população reliquial de Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), confinada a três locais completamente isolados e com efetivos muito reduzidos.

Importa referir que a Zona de Proteção Especial não apresenta limites iguais ao do Sítio, não abrangendo o concelho de Lagos.

Monchique (PTCON0037)

A Serra de Monchique, pela sua localização geográfica, geomorfologia e geologia, apresenta condições bioclimáticas muito específicas, constituindo uma “ilha ecológica” no sul de Portugal.

As zonas mais altas e húmidas, com o seu microclima único na região algarvia, permitem a ocorrência de adelfeiras dominados por *Rhododendron ponticum* subsp. *baeticum*. As linhas de água são dominadas quase exclusivamente por florestas-galeria de Amieiro (*Alnus glutinosa*). Nas zonas rochosas de sienitos destacam-se os zimbrais de *Juniperus turbinata*. Nas encostas xistosas mais ombrófilas, são abundantes os matos altos de Medronheiro (*Arbutus unedo*) e *Erica arborea*.

O endemismo português *Centaurea fraylensis* ocorre nos matos baixos de urzes e tojos.

Ao nível faunístico, a Serra de Monchique alberga populações isoladas de Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*). Esta área é muito relevante para a conservação da Boga do Sudoeste (*Chondrostoma almaca*) e para a Lontra (*Lutra lutra*).

Para além da classificação pelos valores referido, a Serra de Monchique é ainda, classificada como Zona de Proteção Especial para a avifauna, destacando-se a ocorrência de efetivos populacionais de Águia-perdigueira (*Hieraaetus fasciatus*), Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*) e Bufo-real (*Bubo bubo*).

Ria de Alvor (PTCON0058)

A Ria de Alvor corresponde a um complexo estuarino, formado pelas bacias hidrográficas das ribeiras de Odiáxere e de Alvor. Este complexo é protegido do mar por um extenso cordão de areia, colonizado por ricas comunidade dunares, de onde se destaca a presença de *Thymus camphoratus*.

As zonas estuarina são ocupadas por bancos de areia, lodaçais e formações diversas de sapais.

Da flora existente, as espécies mais importantes são os endemismos portugueses *Linaria algarviana* e *Thymus camphoratus* e o endemismo ibérico *Limonium lanceolatum*.

Caracterização das espécies e habitats com estatuto de protecção

No concelho de Lagos e segundo a cartografia que acompanha o Plano sectorial da Rede Natura 2000, existem 14 habitats incluídos na Diretiva Habitats:

1110 - Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda

1130 - Estuários

1140 - Lodaçais e areais a descoberto na maré-baixa

1310 - Vegetação pioneira de *Salicornia* e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas

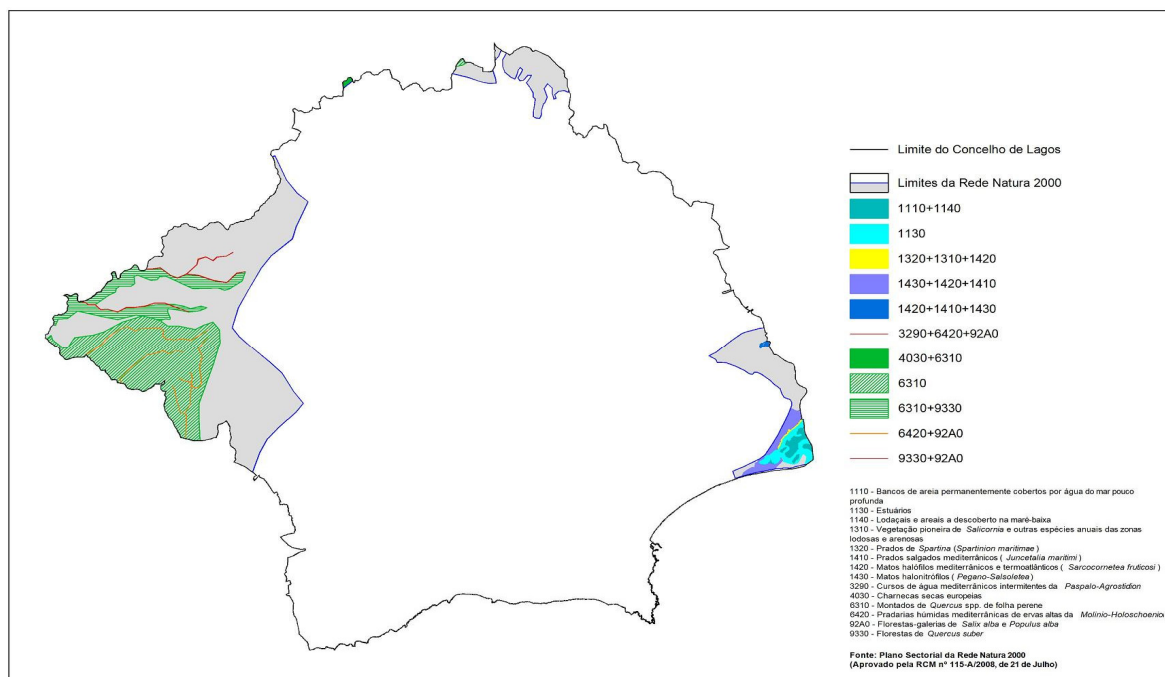
1320 - Prados de *Spartina* (*Spartinion maritimae*)

1410 - Prados salgados mediterrânicos (*Juncetalia maritimi*)

1420 - Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (*Sarcocornetea fruticosi*)

1430 - Matos halonitrófilos (*Pegano-Salsolatea*)

- 3290 - Cursos de água mediterrânicos intermitentes da *Paspalo-Agrostidion*
 4030 - Charnecas secas europeias
 6310 - Montados de *Quercus* spp. de folha perene
 6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*
 92A0 - Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*
 9330 - Florestas de *Quercus suber*



Mapa 2 – Habitats classificados existentes no concelho de Lagos.

Quadro 32 – Habitats classificados presentes no concelho de Lagos.

Habitat	Área (ha)	Comprimento (m)
1110+1140	36,14	-
1130	48,84	-
1320+1310+1420	3,99	-
1430+1420+1410	59,06	-
1420+1410+1430	2,44	-
3290+6420+92A0	-	3164,35
4030+6310	4,11	-
6310	779,43	-
6310+9330	237,53	-
6420+92A0	-	11660,58
9330+92A0	-	4604,25
TOTAL	1171,54	19429,18

A grande maioria dos habitats classificados existentes no concelho de Lagos localiza-se no sítio da Costa Sudoeste, correspondendo sobretudo a povoamentos de quercíneas e zonas ripícolas:

- 3290 - Cursos de água mediterrânicos intermitentes da *Paspalo-Agrostidion*
 6310 - Montados de *Quercus* spp. de folha perene

6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*

92A0 - Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*

9330 - Florestas de *Quercus suber*

Quadro 33 – Habitats classificados da Costa Sudoeste existentes no concelho de Lagos.

Habitat	Área (ha)	Comprimento (m)
1110+1140	-	-
1130	-	-
1320+1310+1420	-	-
1430+1420+1410	-	-
1420+1410+1430	-	-
3290+6420+92A0	-	3164,35
4030+6310	-	-
6310	776,09	-
6310+9330	237,53	-
6420+92A0	-	11660,58
9330+92A0	-	4604,25
TOTAL	1013,62	19429,18

Os habitats classificados da serra de Monchique que ocorrem no concelho de Lagos são pouco expressivos, abrangendo uma área pouco superior a 7 hectares:

4030 - Charnecas secas europeias

6310 - Montados de *Quercus* spp. de folha perene

Quadro 34 – Habitats classificados da Serra de Monchique existentes no concelho de Lagos.

Habitat	Área (ha)	Comprimento (m)
1110+1140	-	-
1130	-	-
1320+1310+1420	-	-
1430+1420+1410	-	-
1420+1410+1430	-	-
3290+6420+92A0	-	-
4030+6310	4,11	-
6310	3,35	-
6310+9330	-	-
6420+92A0	-	-
9330+92A0	-	-
TOTAL	7,46	0,00

Na Ria de Alvor os habitats classificados encontram-se intimamente relacionados com a zona estuarina:

1110 - Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda

1130 - Estuários

1140 - Lodaçais e areais a descoberto na maré-baixa

1310 - Vegetação pioneira de *Salicornia* e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas

1320 - Prados de *Spartina* (*Spartinion maritimae*)

1410 - Prados salgados mediterrânicos (*Juncetalia maritimi*)

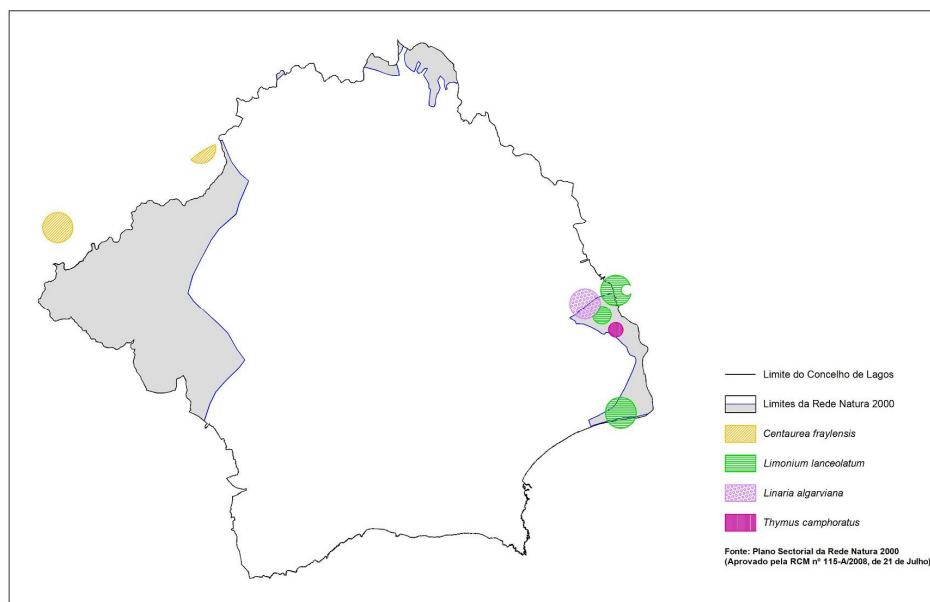
1420 - Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (*Sarcocornetea fruticosi*)

1430 - Matos halonitrófilos (*Pegano-Salsoletea*)

Quadro 35 – Habitats classificados da Ria de Alvor existentes no concelho de Lagos.

Habitat	Área (ha)	Comprimento (m)
1110+1140	36,14	-
1130	48,84	-
1320+1310+1420	3,99	-
1430+1420+1410	59,06	-
1420+1410+1430	2,44	-
3290+6420+92A0	-	-
4030+6310	-	-
6310	-	-
6310+9330	-	-
6420+92A0	-	-
9330+92A0	-	-
TOTAL	150,47	0,00

As espécies de flora legalmente protegidas restringem-se à Ria de Alvor, onde ocorrem populações de *Limonium lanceolatum*, *Linaria algarviana* e *Thymus camphoratus*.



Mapa 3 – Espécies de flora classificada existentes no concelho de Lagos.

3.1.2 Análise SWOT Territorial

Após a análise da situação atual é possível identificar quais os principais pontos forte e pontos fracos e respetivas oportunidades e ameaças.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
---------------	---------------

<ul style="list-style-type: none"> – Elevada área incluída na Rede Natura 2000; – Diversidade de habitats e espécies classificadas; – Proximidade com áreas turísticas consolidadas, permitindo a criação de zonas complementares ao turismo tradicional. 	<ul style="list-style-type: none"> – Abandono das atividades tradicionais de uso do solo nas áreas da Rede Natura 2000 (salinicultura, agricultura de sequeiro, floresta autóctone); – Fraca dinamização das atividades económicas sustentáveis nas áreas da Rede Natura 2000; – Ausência de divulgação, promoção e aproveitamento dos recursos naturais da Rede Natura 2000 no âmbito do Turismo de Natureza.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Diversificação da oferta turística com a aposta no turismo de natureza; – Condições excelentes para a criação de pólos de educação ambiental e investigação científica; – Capacidade para a manutenção e incremento da biodiversidade do concelho de Lagos, alicerçado na gestão e uso sustentável do território. 	<ul style="list-style-type: none"> – Diminuição da qualidade dos habitats e respetivas comunidades animais e vegetais, resultante do abandono das atividades tradicionais e potenciação dos riscos naturais (incêndios florestais e cheias); – Degradação de habitats por razões antrópicas poderá implicar a extinção local de espécies raras ou localizadas.

3.1.3 Tendências de Evolução na Ausência do PDM de Lagos

Na ausência da introdução do PDM de Lagos será de prever a continuação das tendências que atualmente se verificam, ou seja, a situação registada nas áreas de Rede Natura 2000 seguiria a evolução atualmente identificada.

No caso dos sítios Costa Sudoeste e Monchique, ambos com características muito idênticas, será de prever que o gradual abandono das atividades tradicionais de uso agroflorestal e florestal extensivo das zonas serranas, associado ao incremento das explorações estromes de eucaliptal e à expansão de povoamentos invasivos de acácias, conduziria a uma degradação direta dos habitats existentes, quer pela sua eliminação pela concorrência de espécies mais competitivas, quer pela ação continuada dos incêndios florestais.

No caso da Ria de Alvor, constituída sobretudo por habitats associados ao complexo estuarino, a evolução prevista passa pelo abandono das atividades tradicionais, como as salinas. Daqui poderá resultar na sua conversão em tanques de piscicultura ou, num cenário mais extremo, a sua completa destruição.

Sem um instrumento de gestão e ordenamento do território eficaz, o concelho de Lagos terá muitas dificuldades para implementar medidas de gestão sustentável ou para aplicar uma correta espacialização de usos do solo no território sob a sua jurisdição. Esta realidade poderá conduzir a uma severa afeção dos recursos naturais do concelho, destacando-se, uma influência negativa na biodiversidade local.

3.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Conservação e Gestão de Habitats, Flora e Fauna”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Conservação e Gestão de Habitats, Flora e Fauna				
Avaliação das Medidas de Proteção às Espécies Protegidas de Fauna e Flora e Evolução das Áreas Classificadas no Concelho	O PDM integra as áreas de Rede Natura 2000 no Sistema Ambiental, nomeadamente, na classe da Estrutura Ecológica Municipal Grau I, onde deverá prevalecer as orientações do Plano sectorial da Rede Natura 2000;	(++)	N/A	N/A
	As áreas de Rede Natura 2000 são classificadas como Espaços Naturais com Vocação Específica, aplicando-se o regime do Plano sectorial da Rede Natura 2000;	(++)		
	Apesar de fora da Rede Natura 2000, o Paul de Lagos será alvo de integração na UOPG 10, a qual terá como principais objetivos manutenção de habitats, educação e ecoturismo;	(+++)		
	A inclusão dos matos de Barrocal existentes entre Bensafrim e as Colinas Verdes na Estrutura Ecológica Municipal permitirá a salvaguarda de valores naturais muito relevantes.	(+++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

3.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos

A inclusão das áreas de Rede Natura 2000, bem como de outros locais com valores ecológicos relevantes, no Sistema Ambiental da Estrutura Ecológica Municipal e nos Espaços Naturais, garante a salvaguarda dos valores em presença, sendo por isso considerado como um impacto positivo significativo.

A criação da UOPG 10, a qual é a única unidade operativa do PDM que visa a salvaguarda, potenciação e promoção dos valores naturais concelhios, neste caso particular o Paul de Lagos, irá introduzir, para além de uma crescente sensibilização ambiental das populações residentes e visitantes, a garantia de proteção de um espaço da máxima importância para a conservação da natureza e biodiversidade no âmbito local e regional. Desta forma, esta iniciativa é encarada como um impacte positivo muito significativo.

As áreas de matos do Barrocal existentes entre Bensafrim e as Colinas Verdes apresentam valores naturais da máxima importância para a conservação da natureza, não só no âmbito regional, mas de igual forma no contexto nacional e comunitário.



Mapa 4 – Área de matos de Barrocal existentes entre Bensafrim e as Colinas Verdes.

Esta área possui povoamentos numerosos de *Thymus camphoratus*, espécie classificada a nível comunitário. Para além desta, espécies como a *Bellevia hackelii* e várias espécies de orquídeas tem aqui, o seu habitat. O bom estado de conservação dos matos típicos do Barrocal, com carrascais bem desenvolvidos e os matos rupícolas das escarpas de Bensafrim suportam a necessidade de proteção deste espaço.

No que respeita à fauna, salienta-se a ocorrência de uma espécie de borboleta com estatuto de conservação desfavorável: o *Pseudophilotes panoptes*, que se alimenta, neste local, exclusivamente de *Thymus camphoratus*.

Numa fase inicial estas áreas não eram contempladas na Estrutura Ecológica Municipal pela proposta de PDM de Lagos. A não salvaguarda deste território como espaço destinado à conservação da natureza era vista como um impacte negativo significativo. Contudo, a actual classificação prevista

pela proposta de PDM para estas áreas passa pela sua inclusão na Estrutura Ecológica Municipal, não sendo permitida a edificação nos mesmos. Daqui resulta que o impacto negativo inicialmente identificado é convertido num impacto positivo muito significativo.

Decorrente do impacto negativo então identificado, analisaram-se os dois cenários possíveis em relação à situação identificada, ou seja, a salvaguarda ou não do território em causa.

Quadro 36 – Análise de cenários alternativos para a conservação dos matos de Barrocal de Bensafrim.

		Opção1: Não salvaguarda dos matos de Barrocal de Bensafrim			Opção 2: Salvaguarda dos matos de Barrocal de Bensafrim		
		Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
Critério de Avaliação							
Conservação e Gestão de Habitats, Flora e Fauna		-	--	---	+	++	+++

Torna-se evidente que, a não proteção deste espaço poderia conduzir a uma má gestão do mesmo e consequentemente, a um degradação dos valores naturais em presença.

Ao proceder-se à salvaguarda deste espaço e à regulamentação dos usos do solo que nele podem ser praticados e em que parâmetros, garantirá a longo prazo a proteção dos valores naturais existentes e, podendo mesmo, induzir a potenciação dos mesmo.

3.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

À data de elaboração e publicação do PDM de Lagos, em 1995, ainda não se havia procedido à implementação da Rede Natura 2000 em território nacional. Esta só viria a ser transposta para o direito nacional em 1999 (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril), apesar da 1.ª fase de definição da lista nacional de sítios ter sido publicada em 1997.

Desta forma, a comparação entre a proposta atual e o PDM de 1995 não é possível, visto que à data, a figura legal da Rede Natura 2000 não existia.

3.1.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Conservação e Gestão de Habitats, Flora e Fauna”, que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

3.1.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

De forma a ser possível concretizar plenamente os objetivos preconizados para a conservação de fauna, flora e habitats, sugerem-se as seguintes medidas de planeamento e gestão:

- Cumprimento estrito das orientações preconizadas em sede de Plano sectorial da Rede Natural 2000;
- Sempre que possível, qualquer empreendimento que venha a ser desenvolvido na área da Rede Natura 2000 deverá prever a recuperação dos espaços de enquadramento, como habitats naturais ou seminaturais característicos da região;
- Dever-se-á apostar na dinamização das áreas da Rede Natura 2000, valorizando-as como uma mais-valia complementar ao turismo tradicional;
- Promoção e dinamização de atividades de uso do solo tradicionais, reforçando a aposta em produtos da região, como a cortiça, medronho, mel, produtos cinegéticos, entre outros;
- Reforço da aposta no turismo de natureza e no turismo rural, como forma de dinamizar os espaços da Rede Natura 2000 e os seus valores naturais;
- A edificação pontual associada ao solo rural nas áreas de matos de Barrocal entre Bensafrim e as Colinas Verdes deverá resultar, imperiosamente, da análise das preexistências. Não devendo ser permitida a edificação em locais onde ocorram valores naturais relevantes.

3.1.7.2 Medidas de Monitorização

Para se poder, futuramente, avaliar os efeitos da implementação do PDM de Lagos, propõem-se as seguintes medidas de monitorização:

- Quantificação dos habitats classificados nas áreas da Rede Natura 2000 e a sua evolução no tempo;
- Quantificação das espécies classificadas existentes nas áreas de Rede Natura 2000 e a sua evolução populacional no tempo.

Esta monitorização poderá resultar do estabelecimento de parcerias entre a Câmara Municipal de Lagos e o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e/ou com universidades nacionais ou internacionais, podendo estabelecer-se protocolos de cooperação e investigação.

3.1.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos

Promove e regulamenta, em sede de PDM, o uso sustentável do território nas áreas de Rede Natura 2000;

Incentiva o estabelecimento de parcerias na área da conservação da natureza de âmbito municipal;

ICNB	Gere a implementação das orientações do Plano sectorial da Rede Natura 2000
Promotores Privados	Integram as diretrizes do Plano sectorial da Rede Natura 2000 nos seus projetos e empreendimentos

3.2 Floresta

A floresta constitui um bem essencial no âmbito da valorização económica, ambiental e turística do território, funcionando como suporte dos processos biofísicos vitais para o desenvolvimento de atividades humanas e para a conservação da natureza e da biodiversidade.

3.2.1 Caracterização da situação atual

Quantificação e qualificação da área florestal

As áreas florestais representam cerca de 33,4% da totalidade da área do concelho de Lagos, estando classificadas em três categorias, designadamente, Espaços Agroflorestais, Espaços Florestais de Produção e de Conservação.

Quadro 37 – Categorias de espaços florestais existentes no concelho de Lagos

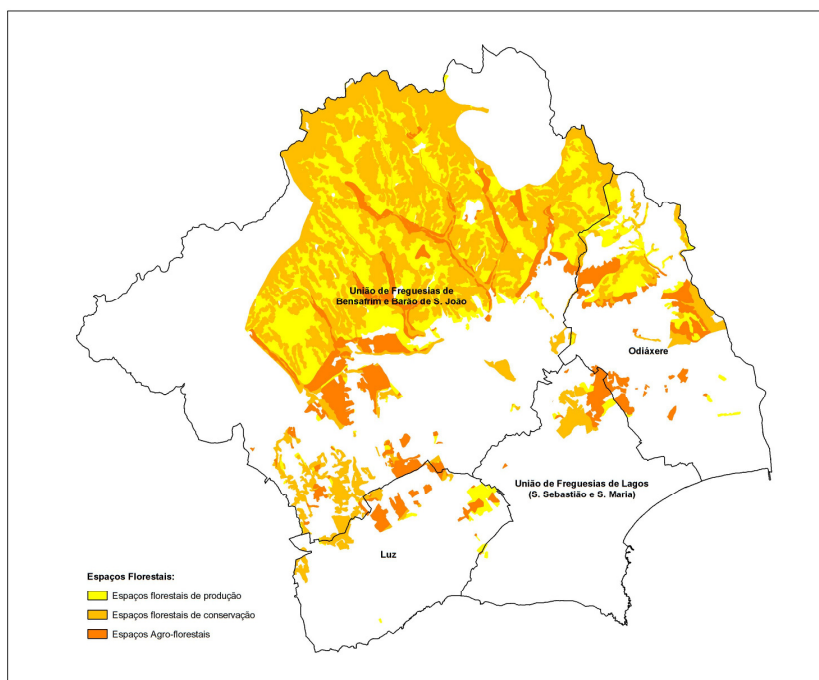
Categoria Funcional	Área (m²)
Espaços Agroflorestais	9.624.627,23
Espaços Florestais de Produção	24.673.035,32
Espaços Florestais de Conservação	36.961.926,38
Total	71.259.588,93
Total (ha)	7.125,96

Os espaços agroflorestais ocupam uma área territorial de, sensivelmente, 4,5% e são caracterizados como espaços em que o uso do solo é predominantemente florestal (povoamentos florestais de baixa densidade de sobreiro, pinheiro manso e pinheiro bravo) em conjunto com solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Os espaços florestais de produção representam 11,6% da totalidade da área do concelho de Lagos e a sua identificação resulta essencialmente do reconhecimento das áreas florestais de proteção (povoamentos mistos de pinheiro-manso, pinheiro-bravo e sobreiro), de produção (eucaliptais e povoamentos puros de pinheiro bravo) e de exploração (sobreirais), não estando incluídas as áreas que se encontram afetas à Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Os espaços florestais de conservação constituem cerca de 17,4%, perfazendo a maior percentagem dos espaços florestais do concelho de Lagos, sendo resultantes das manchas em que o uso do solo é predominantemente florestal (povoamentos florestais de sobreiro x pinheiro bravo e eucalipto) em solos de Reserva Ecológica Nacional (REN).

Destaca-se a existência do Perímetro Florestal do Barão de São João, o qual abrange uma área de 207,7ha e é povoado maioritariamente por Pinheiro-manso (*Pinus pinea*).



Mapa 5 – Espaços florestais existentes no concelho de Lagos

Segundo a cartografia analisada e o Plano Inter-Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios as principais espécies florestais que se encontram no concelho de Lagos, são o sobreiro, em povoamento puro ou em conjunto com o eucalipto, pinheiro-manso e pinheiro-bravo, e o povoamento puro de eucalipto.

As espécies resinosas, também apresentam alguma representatividade, nomeadamente União de Freguesias de Bensafim e Barão de S. João, que se destaca por ser a freguesia que apresenta a maior proporção de pinheiro manso.

Os espaços florestais do concelho de Lagos encontram-se regulamentados por diversos planos existentes a nível nacional, regional e municipal, no entanto a sua gestão ainda não é a mais adequada, visto que, muita da gestão dos espaços florestais do concelho é realizada pelos seus proprietários, o que dificulta a articulação com as orientações de gestão florestal oficial.

3.2.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à floresta do concelho de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Forte representatividade dos espaços florestais no concelho de Lagos; – Existência do Perímetro Florestal do Barão de São João. 	<ul style="list-style-type: none"> – Deficiente gestão da floresta municipal; – A ocupação destas áreas por espécies não autóctones aumenta a dificuldade de manutenção e gestão deste recurso.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Promoção do usufruto dos espaços florestais; – Manutenção e preservação dos espaços florestais do concelho de Lagos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Possibilidade de aumento de incêndios florestais pela deficiente gestão da floresta.

3.2.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos, a situação referente à floresta, seguiria no sentido de um contínuo decréscimo da sustentabilidade, proteção e valorização florestal, o que, por falta de medidas de gestão adequadas faria aumentar o número de incêndios florestais resultando em consequências extremamente negativas, para as pessoas, bens e ambiente do concelho de Lagos.

3.2.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Floresta”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Floresta				
Avaliar a situação florestal do concelho e as medidas de proteção implementadas.	A proposta do PDM de Lagos prevê a valorização ambiental e dos recursos florestais através da diminuição dos riscos de incêndio florestal.	(++)	N/a	N/a
	Existência e aplicação de Planos de gestão e proteção dos espaços florestais, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento Florestal e Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.	(+++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++)	Muito Significativos (---)
Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.

Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/a)	Não Aplicável (N/a)

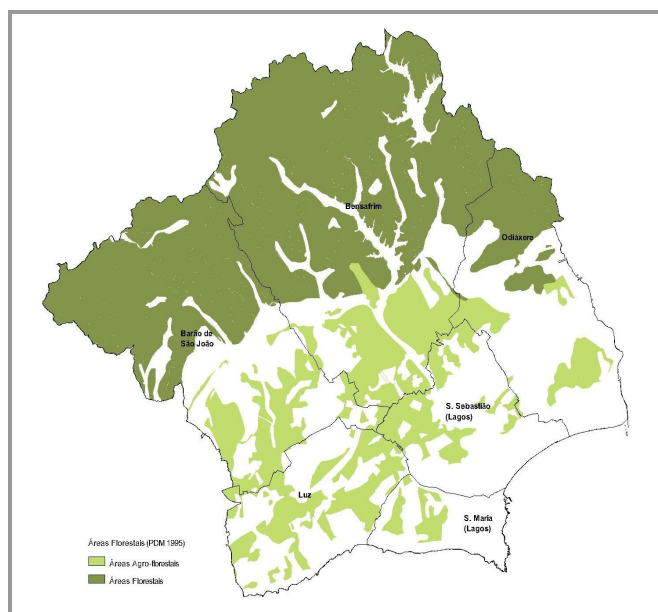
3.2.5 Avaliação de Efeitos Significativos

De forma a promover a valorização ambiental e dos recursos florestais, do concelho de Lagos, a proposta do PDM propõe um conjunto de medidas que fomentem a diminuição dos riscos de incêndio florestal.

Deste modo, é proposta a criação de uma faixa de gestão de combustível, que pretende a diminuição da superfície percorrida pelos incêndios florestais, assim como, a proteção de infraestruturas, edifícios e equipamentos, originando, desta forma, um efeito positivo significativo no que diz respeito à gestão, proteção e valorização dos recursos florestais do concelho de Lagos. A aplicação de planos de ordenamento dos espaços florestais, nomeadamente Plano Regional de Ordenamento Florestal e Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, irá permitir uma correta gestão e utilização dos recursos florestais no concelho, traduzindo-se num impacto positivo muito significativo.

3.2.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O Plano Diretor Municipal de Lagos datado de 1995, considerava, na sua proposta, os espaços florestais e agroflorestais, ocupando mais de metade da área do concelho, com cerca de 58,5%, no entanto, os espaços florestais ainda não se encontravam divididos categoricamente em espaço florestal de produção e de conservação.



Mapa 6 – Espaços florestais existentes no concelho de Lagos aquando da realização do PDM de 1995

Comparativamente com a atual proposta de Plano, os espaços florestais correspondentes aos espaços florestais e agroflorestais, sofreram uma acentuada diminuição, ao nível de área territorial ocupada, passando de 58,5 para 33,4 pontos percentuais.

Quadro 38 – Categorias de espaços florestais do concelho de Lagos (Situação de 1995 e atual)

Categoria Funcional	PDM 1995 Área (m²)	Proposta do PDM Área (m²)
Espaços agroflorestais	36.719.648,98	9.624.627,23
Espaços florestais	87.845.470,34	61.634.961,70
Total	124.565.119,32	71.259.588,93
Total (ha)	12.456,51	7.125,96

A acentuada diminuição da área florestal do concelho de Lagos, deve-se fundamentalmente ao facto de, atualmente, existirem instrumentos legais como a Rede Natura 2000 e o Plano de Ordenamento de Albufeiras (POA), que promoveram a conversão dos espaços florestais, em espaços classificados.

3.2.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Floresta” que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

3.2.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

No que respeita a medidas de planeamento e gestão para o presente Critério de Avaliação, propõem-se as seguintes:

- Assegurar a gestão sustentável dos recursos florestais e a minimização do risco de incêndios;
- Promover e incentivar a aplicação dos planos de ação previstos no Plano Estratégico de Lagos (PEL), Plano Regional de Ordenamento Florestal, Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, em termos de gestão florestal;
- Incentivar a limpeza das matas e a erradicação de espécies infestantes, nos espaços de responsabilidade da Câmara Municipal;
- Promover campanhas de sensibilização para a população em geral, de forma a fomentar a limpeza das zonas florestais particulares;
- Promoção, informação e incentivo para a reflorestação local, assente na utilização de espécies autóctones da região.

3.2.7.2 Medidas de Monitorização

No que respeita a medidas de monitorização para o presente Critério de Avaliação, propõem-se as seguintes:

- Monitorização dos espaços florestais de forma a garantir a sua preservação e conservação;
- Monitorizar os planos de ação de gestão florestal.

3.2.7.3 Diretrizes de Governança

ANPC	Responsável pelo 3.º pilar da defesa da floresta contra incêndios: combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.
	Promove e incentiva a gestão sustentável da floresta;
Câmara Municipal de Lagos	Promove ações de sensibilização e de consciencialização ambiental da população;
	Promoção, informação e incentivo para a reflorestação local;
	Manutenção dos espaços florestais de responsabilidade camarária.
Direção Regional de Florestas do Algarve	Gere e mantém os recursos florestais do concelho.
ICNF	Gere e mantém as faixas de gestão de combustível de combate a incêndios florestais.
População	Participa ativamente na limpeza e manutenção dos espaços florestais privados.

3.3 Qualidade do Ambiente

A boa qualidade do ambiente, para além dos aspetos inerentes à salvaguarda dos valores ambientais em presença, contribui para a qualidade de vida das populações e para a competitividade e desenvolvimento do território.

A avaliação da qualidade ambiental de um território passa, em grande medida, pela apreciação e posterior prevenção fenómenos de poluição, garantia da qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos, uso sustentável dos recursos energéticos e correto processamento da recolha de resíduos urbanos.

3.3.1 Caracterização da Situação Atual

Ambiente Sonoro

A Proposta do PDM de Lagos faz-se acompanhar pelo Mapa de Ruído do concelho. Este trabalho consiste na adaptação à nova lei do ruído, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro (Regulamento Geral do Ruído) e alterado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março

e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, dos Mapas de Ruído do concelho de Lagos, elaborados pela CERTIPROJECTO, Lda., em junho de 2004, nos termos da regulamentação então em vigor (Decreto-Lei n.º 292/2000), seguindo as diretrizes da Agência Portuguesa do Ambiente específicas para o efeito (Diretrizes para Elaboração de Mapas de Ruído – Versão 2, publicadas em junho de 2008).

Nos termos da regulamentação em vigor, acima citada, os planos municipais de ordenamento do território (PMOT's) devem assegurar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada e compatível dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes.

Assim, no âmbito da elaboração do Plano Diretor Municipal de Lagos (PDM), importa analisar o ambiente acústico na área do concelho, visando avaliar a aptidão urbanística das zonas com interesse e a possibilidade de obtenção de condições acústicas adequadas aos usos existentes e previstos, bem como permitir a definição de medidas quer preventivas, quer minimizadoras da exposição das populações ao ruído, de modo a melhorar o bem-estar e a qualidade de vida destas.

Os mapas de ruído consistem na representação gráfica, em planta, da distribuição dos níveis sonoros na totalidade da área do concelho, permitindo a apreciação global e expedita do ambiente acústico nesta área, de forma a adequar as propostas de alteração e desenvolvimento urbano às condicionantes de utilização do solo decorrentes do ruído.

De acordo com o relatório do Mapa de Ruído, as principais fontes de poluição sonora existentes no concelho de Lagos consistem nas vias de tráfego rodoviário, destacando-se pela sua importância a EN125, a Autoestrada A22 (Via do Infante), as vias de acesso à A22, a ponte, e a nascente de Lagos, e a EN120, que apresentam volumes de tráfego significativos nos três períodos de referência (diurno, entardecer e noturno).

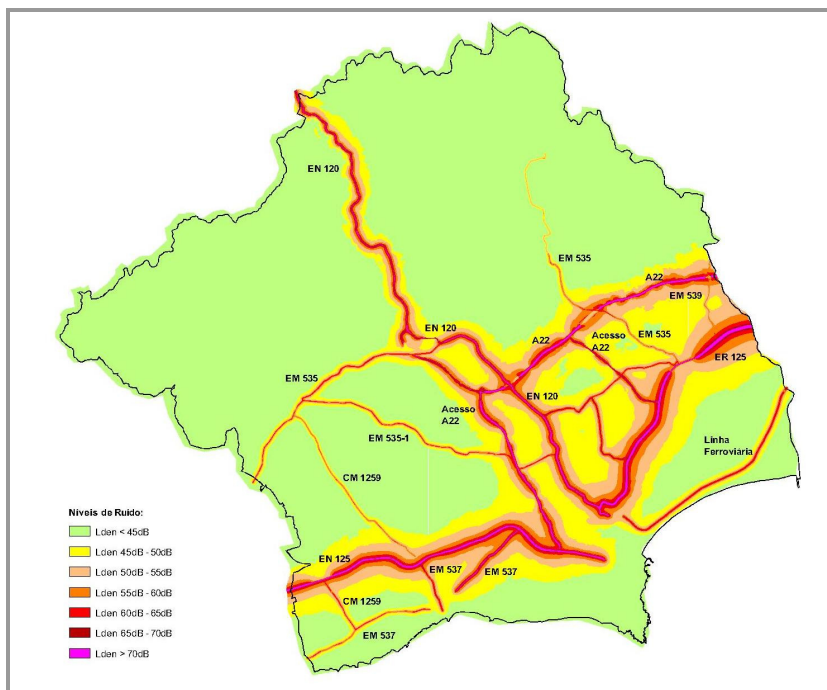
Foram ainda consideradas na elaboração dos mapas de ruído as vias rodoviárias EM125-9, EM535, EM535-1, EM537, EM537-1, CM510 e CM1259, embora sejam menos ruidosas do que as vias atrás referidas.

A via ferroviária Lagos – Vila Real de Santo António constitui igualmente uma fonte ruidosa no Município, uma vez que, apesar de não se apresentar tão ruidosa como os principais eixos rodoviários atrás mencionados, desenvolve-se através de zonas onde não existem outras fontes de ruído significativas.

Não foram considerados para elaboração dos mapas de ruído (caminhos rurais, acessos a propriedades agrícolas, estradas não pavimentadas, etc.), uma vez que apresentam volumes de tráfego muito reduzidos e praticamente sem expressão durante o período noturno.

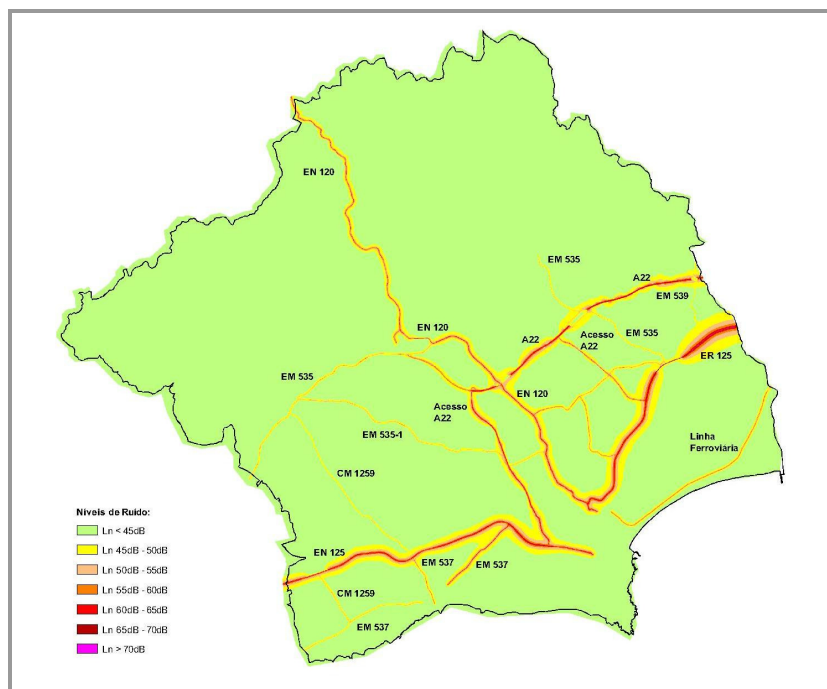
Não foram identificadas, instalações fabris, industriais ou de outro tipo com características ruidosas relevantes.

É de realçar que nos mapas de ruído a integrar no PDM, não foram contempladas as condições acústicas no interior dos aglomerados habitacionais (área urbana da cidade de Lagos, povoações de Luz, Almádena, Odiáxere, etc.), dado que essa análise não é compatível com a escala (1/25.000), e deverá ser efetuada no âmbito de Planos de Urbanização e de Pormenor (o que em alguns dos casos já foi apresentada e aprovada).



Fonte: Adaptado de CERTIPROJECTO, 2009

Mapa 7 – Valores para o indicador de ruído diurno – entardecer – noturno (L_{den})



Fonte: Adaptado de CERTIPROJECTO, 2009

Mapa 8 – Valores para o indicador de ruído noturno (L_n)

A análise dos mapas de ruído acima apresentados, permitem concluir que nas áreas próximas das principais vias de tráfego do concelho de Lagos (EN125, ER 125, Autoestrada A22, vias de acesso à A22, e EN120) o ambiente acústico apresenta-se perturbado pelo ruído de tráfego, com valores dos parâmetros L_{den} e L_n que excedem em alguns locais os limites estabelecidos regulamentarmente quer para “zonas sensíveis” ($L_{den} \leq 55$ dB(A); $L_n \leq 45$ dB(A)), quer para “zonas mistas” ($L_{den} \leq 65$ dB(A); $L_n \leq 55$ dB(A)) – art.º 11.º do Dec.-Lei n.º 9/2007.

Nas zonas mais afastadas daquelas vias de tráfego o ambiente acústico apresenta-se pouco perturbado, com valores dos parâmetros $L_{den} \leq 50$ dB(A) e $L_n \leq 45$ dB(A), condições estas adequadas para o desenvolvimento de atividades sensíveis ao ruído (uso habitacional, escolar, hospitalar, etc.), e que verificam os limites regulamentares aplicáveis.

Salientam-se no entanto as variações sazonais típicas a que estão sujeitos os volumes de tráfego em circulação no concelho de Lagos, com aumentos significativos na época estival.

Através do o mapa de ruído concelhio (CERTIPROJECTO, 2009), é possível caracterizar cada uma das fontes ruidosas de forma individual:

Na EN 125 e ER 125, ambos os troços apresentam tráfego intenso nos três períodos de referência (diurno, do entardecer e noturno), e constituem a fonte ruidosa mais importante do concelho, tanto mais que em diversos locais a via atravessa ou passa junto a aglomerados habitacionais (Odiáxere, Almádena, Espiche, e a própria cidade de Lagos).

No entanto os níveis sonoros gerados nos dois troços referidos apresentam diferenças, essencialmente devidas aos volumes de tráfego e velocidades de circulação.

Assim, no troço a poente de Lagos as faixas marginais à via afetadas por níveis sonoros que excedem os limites admissíveis em “zonas mistas” ($L_{den} \leq 65$ dB(A); $L_n \leq 55$ dB(A)) estendem-se até cerca de 30/40m para cada lado das bermas, enquanto que no troço a nascente da cidade (mais ruidoso) as mesmas faixas apresentam larguras de 40/50m, e na secção a nascente de Odiáxere as referidas faixas aumentam para 80/90m.

A A22 apresenta-se como uma das mais ruidosas do concelho, determinando ultrapassagens dos níveis sonoros máximos admissíveis regulamentarmente em “zonas mistas” ($L_{den} \leq 65$ dB(A); $L_n \leq 55$ dB(A)) a distâncias até 30/40m das bermas.

No entanto não foram identificadas situações problemáticas de afetação por ruído, dado que praticamente não existe ocupação humana nas proximidades do troço da A22 que atravessa o concelho.

È igualmente de realçar que grande parte do troço as bermas da via apresentam taludes de escavação com dimensões consideráveis, que atenuam de forma significativa a propagação do ruído de tráfego,

existindo também algumas barreiras acústicas edificadas especificamente para reduzir a propagação do ruído de tráfego.

A via que liga a A22 à EN125 e à cidade de Lagos, e apresenta características de via rápida (2x2 vias com separador central e velocidades elevadas), gerando níveis sonoros que excedem os limites regulamentares aplicáveis a “zonas mistas” ($L_{den} \leq 65$ dB(A); $L_n \leq 55$ dB(A)) a distâncias até 15/20m das bermas, embora também não tenham sido identificadas situações de afetação por ruído, dado que praticamente não existe ocupação humana nas proximidades da via.

A Via de acesso à A22 a nascente de Lagos, liga a A22 à EN125 na zona de Odiáxere, apresenta volumes de tráfego inferiores aos observados na ligação à A22 a poente de Lagos, pelo que é menos ruidosa do que esta última.

Determina a ultrapassagem dos níveis sonoros admissíveis em “zonas mistas” a distâncias até 5/10m das bermas, mas não determina situações de incumprimento legal dado que não existem recetores sensíveis nas proximidades da via.

A EN 120 apresenta-se medianamente ruidosa durante o período diurno e do entardecer, e pouco ruidosa durante o período noturno, dado que os volumes de tráfego sofrem reduções muito significativas neste período.

Ainda assim afeta de forma sensível o ambiente acústico nos aglomerados habitacionais que atravessa (Portelas e Bensafrim).

Os níveis sonoros máximos admissíveis regulamentarmente em “zonas mistas” ($L_{den} \leq 65$ dB(A); $L_n \leq 55$ dB(A)) são observados a distâncias de 10/15m das bermas.

Já a via ferroviária Lagos-Vila Real de Santo António, apresenta essencialmente tráfego de composições de passageiros e, embora determinando níveis sonoros bastante inferiores aos gerados pelos principais eixos rodoviários, pode ser considerada uma fonte de ruído importante no concelho uma vez que afeta zonas onde não existem outras fontes de ruído significativas.

Os níveis sonoros gerados pela circulação ferroviária atingem valores $L_{den} \geq 65$ dB(A); $L_n \geq 55$ dB(A), superiores aos limites aplicáveis a “zonas mistas”, a distâncias até 10/15m da via.

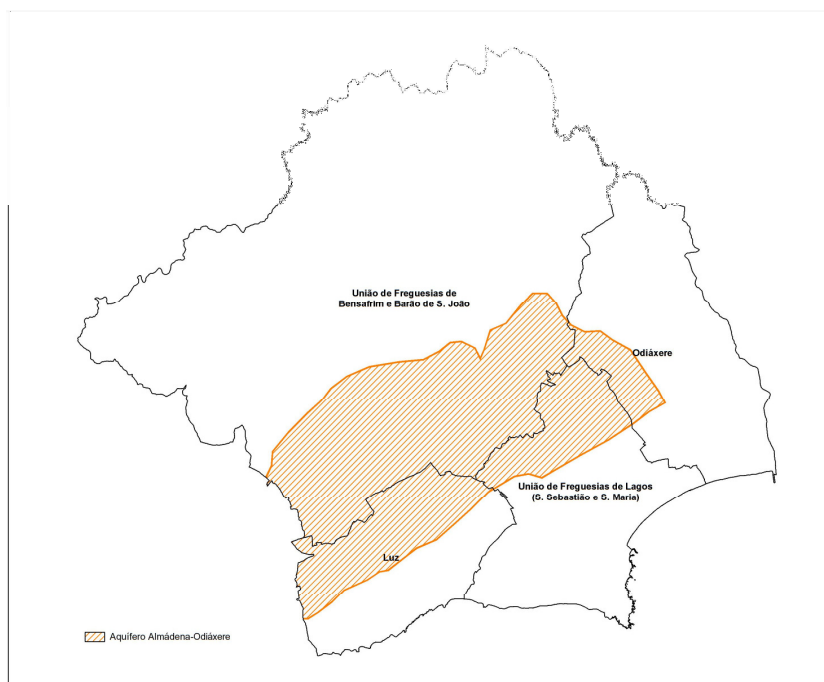
As restantes vias de tráfego consideradas no estudo do mapa de ruído (EM125-9, EM535, EM535-1, EM537, EM537-1, CM510, CM1259, etc.) não constituem fontes ruidosas relevantes, suscetíveis de perturbar as populações residentes ou as atividades desenvolvidas no concelho, ou que possam condicionar a elaboração de planos de ordenamento do território.

Recursos Hídricos Subterrâneos e Superficiais

A Diretiva Quadro da Água (DQA) – Diretiva nº 2000/60/CE, de 23 de outubro, transposta para a ordem jurídica nacional pela Lei da Água – Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 77/2006, de 30 de março, estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, tendo em vista proteger as massas de água costeiras, de transição, interior de superfície e água subterrânea, mediante a execução de programas de medidas especificados nos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica.

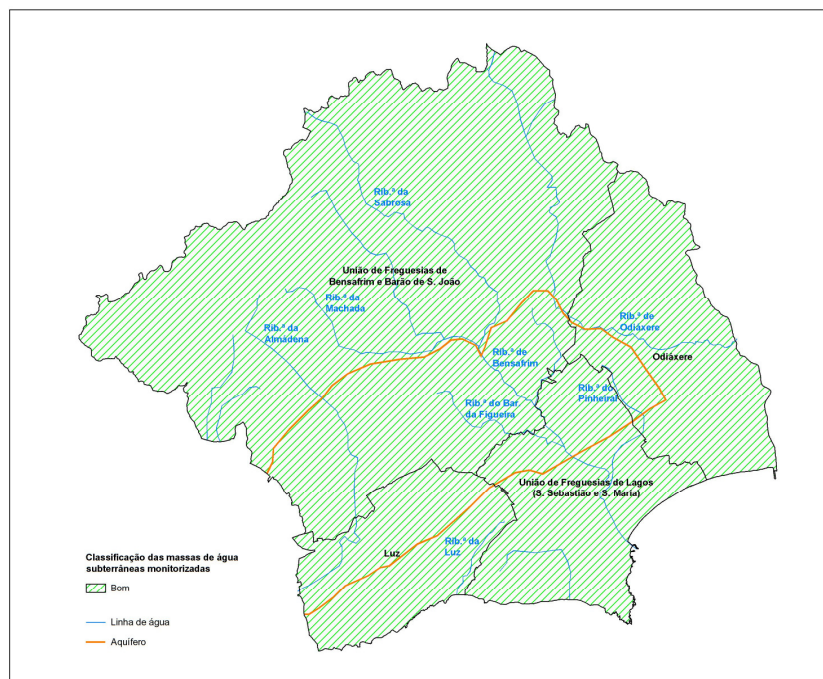
O Concelho de Lagos, localiza-se no Sistema Aquífero de Almádena-Odeáxere

Este sistema aquífero situa-se a Ocidente do rio Arade, entre as localidades de Odeáxere a Este e de Almádena a W, com uma área de 63,5 km². Estende-se ao longo duma faixa de direção NE-SW, em formações carbonatadas do Lias-Dogger. As litologias aquíferas dominantes são calcários, calcários dolomíticos e dolomitos que apresentam em alguns locais um carso bem desenvolvido. Dentro destes limites, existem algumas áreas restritas que não apresentam interesse hidrogeológico devido ao facto de estarem muito fragmentadas e afetadas por intrusões magnéticas. Trata-se de um aquífero cársico, livre a confinado (Almeida *et al.* 2000).



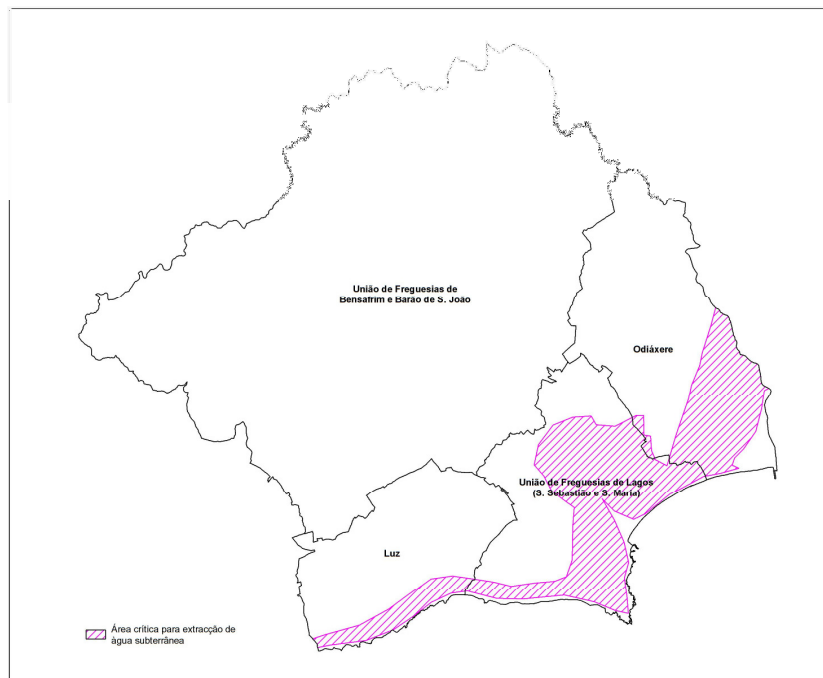
Mapa 9 – Sistema Aquífero Almádena - Odiáxere

De acordo com a classificação do Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve que integram a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8), as massas de água subterrâneas no concelho de Lagos estão classificadas como de boa qualidade.



Mapa 10 – Classificação das massas de água subterrânea monitorizadas.

Ao nível das áreas críticas para extração de águas, denota-se a sua existência no concelho, ao longo da faixa costeira e das bacias sedimentares das principais linhas de água do concelho (Ribeira de Bensafrim e Ribeira de Odiáxere), ocupando uma área de cerca de 25,8 km².



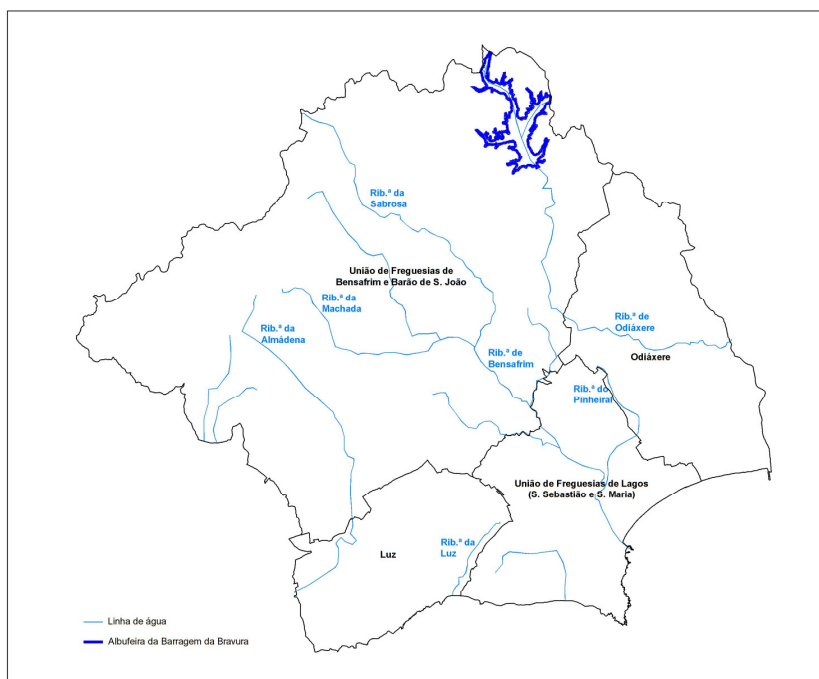
Mapa 11 – Áreas críticas para extração de água subterrânea

Relativamente aos Recursos Hídricos Superficiais considera-se que principais cursos de água que atravessam o município de Lagos são a ribeira de Odiáxere, a ribeira de Bensafrim e a Ribeira de Almádena.

A ribeira de Odiáxere na serra de Monchique, junto à povoação de Marmeleite e integra-se na sub-bacia de Alvor. Possuindo uma bacia hidrográfica com área de cerca de 160 km² e a linha de água principal tem um comprimento de cerca de 27 km

Conforme se pode constatar pelo mapa abaixo apresentado, no troço principal da ribeira de Odiáxere, encontra-se localizada a albufeira da barragem da Bravura. Esta barragem, entrou em funcionamento em 1958, é do tipo arco abóbada, tem uma altura de 41 m e com comprimento de coroamento de 150 m, apresenta uma capacidade total de 34.825.000 m³

O principal uso desta albufeira passa essencialmente pelo aproveitamento hidroagrícola de Alvor.



Mapa 12 – Recursos Hídricos superficiais no concelho de Lagos

A ribeira de Bensafrim, constitui o principal curso de água do concelho, nasce na freguesia de Bensafrim e estende-se ao longo de 15 Km, possuindo uma bacia hidrográfica com cerca 84 km².

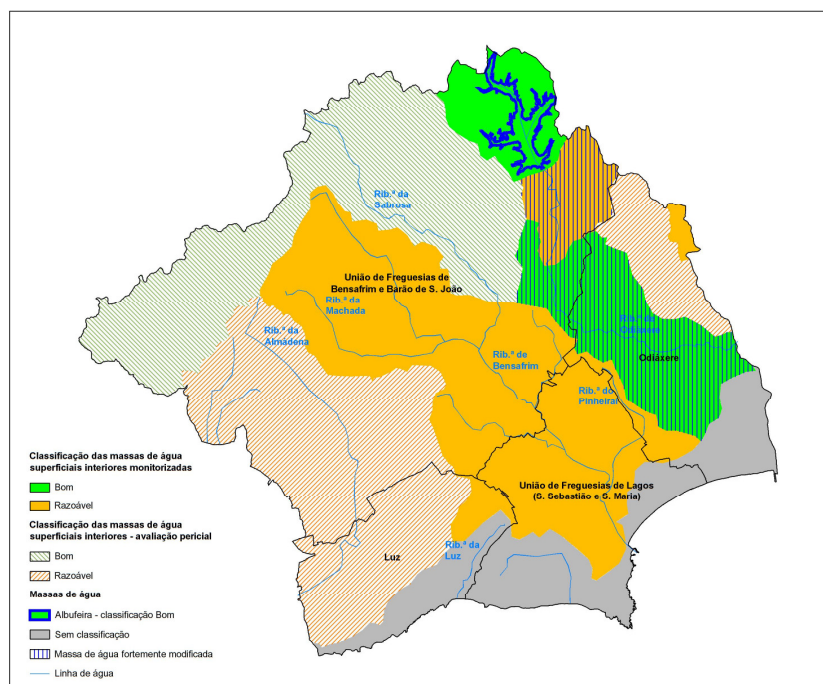
A ribeira de Almádena constitui o terceiro curso de água de maior dimensão, possuindo um comprimento de 11 km e tem uma bacia hidrográfica, com uma área de cerca de 35 km².

O concelho de Lagos possui uma linha de costa com cerca de 24 km, sendo constituída por zonas portuárias, zonas balneares designadas e por zonas não balneares

As zonas balneares designadas são constituídas pela Praia da Luz a Meia Praia, a praia D. Ana, a Praia de Porto de Mós, a Praia da Batata, a praia do Cais da Solaria, praia do Camilo e a Praia de Lagos S. Sebastião.

De acordo com a informação disponibilizada pelo PEL (Plano Estratégico de Lagos) as zonas não balneares são constituídas por zonas costeiras que não apresentam condições que permitam a sua

utilização pública para a prática balnear. Nestas condições encontram-se a praia do Canavial, a praia do Pinhão e a praia São Roque.



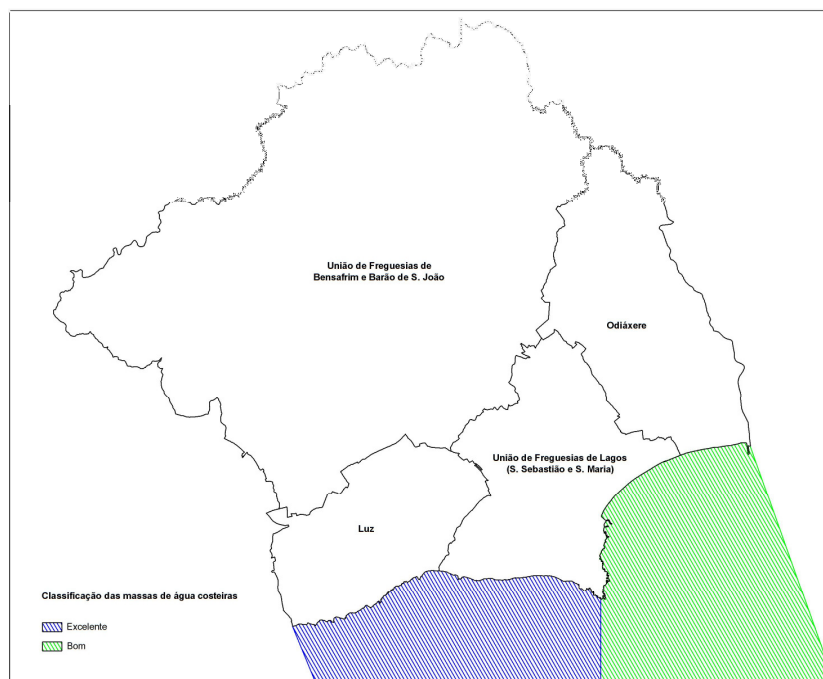
Mapa 13 – Classificação das Massas de água superficiais interiores

De acordo com o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve que integra a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8), a classificação das massas de água superficiais interiores dividiu-se entre, as que são efetivamente monitorizadas e as que não são monitorizadas, sendo as mesmas classificadas pericialmente.

A classificação pericial divide-se entre bom e razoável. As massas de água superficiais interiores que são classificadas como bom, estão localizadas nas zonas norte e noroeste, e a classificação de razoável recai nas zonas poente e nascente do concelho.

No que se refere à classificação das massas de água superficiais interiores monitorizadas, a albufeira da Bravura e a sua envolvente, bem como os dois terços inferiores do vale da ribeira de Odiáxere (massa de água fortemente modificada), apresentam uma água classificada como bom.

Já a zona imediatamente a jusante da albufeira da Bravura (Massa de Água Fortemente Modificada) e praticamente toda a bacia hidrográfica da ribeira de Bensafim, apresentam uma qualidade de água razoável.



Mapa 14 – Classificação das massas de água costeira

Relativamente às tipologias de massa de água e de acordo com a informação constante no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve que integram a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8), existem duas tipologias de massa de água costeira em Lagos, a Costa Atlântica Mesotidal moderadamente exposta que vai desde o Cabo Carvoeiro à ponta da Piedade (CWB-I5B) e a Costa Atlântica Mesotidal abrigada que vai desde a ponta da Piedade até ao Guadiana), sendo constituída por 3 massas de água (CWB-II6, CWB-I6 e CWB-II7).

Denota-se pelo Mapa acima representado, relativo à classificação das massas de água costeiras, que na Costa Atlântica Mesotidal moderadamente exposta a qualidade é excelente, enquanto que na Costa Atlântica Mesotidal abrigada, a qualidade é boa.

Resíduos Sólidos Urbanos

O tratamento, valorização e destino final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos no município de Lagos são efetuados pela ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, que compreende dois Subsistemas, nomeadamente, Subsistema do Barlavento e Subsistema do Sotavento.

O Subsistema do Barlavento, no qual se insere o município de Lagos, compreende as seguintes infraestruturas de transferência e destino final dos resíduos:

- Aterro Sanitário Multimunicipal do Barlavento, localizado em Porto de Lagos, no município de Portimão. Este aterro entrou em funcionamento em 1998 e tem uma vida útil de 24 anos, servindo os municípios de Albufeira, Silves, Lagoa, Portimão, Monchique, Lagos, Vila do Bispo e Aljezur;
- No município de Lagos encontra-se localizado um ecocentro e uma estação de transferência.

Quadro 39 – Quantidade de Resíduos Recolhidos no concelho de Lagos

Quantidade de Resíduos Recolhidos (t)	Período de Referência de Dados							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	19.280	19.577	20.619	22.174	24.712	24.099	31.455	33.389

Fonte: INE (2002;2009)

Denota-se claramente um aumento da quantidade de resíduos recolhidos no concelho entre o período 2002 – 2009.

Quadro 40-Quantidade de resíduos Urbanos (t) recolhidos e respetivo destino final aplicado, para o concelho de Lagos.

Tipo de Recolha	Tipo de destino (resíduos)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Recolha Indiferenciada	Aterro	18514	18688	19389	20189	21563	21354	24344	25203
	Valorização energética	0	0	0	0	0	0	0	0
	Valorização orgânica	0	0	0	0	0	0	0	0
	Reciclagem								
	Total	18514	18688	19389	20189	21563	21354	24344	25203
Recolha seletiva	Aterro								
	Valorização energética								
	Valorização orgânica	0	0	0	726	1139	472	953	1186
	Reciclagem	766	889	1229	1259	2010	2273	6158	7000
	Total	766	889	1229	1985	3149	2746	7111	8186

Pelo quadro acima apresentado, pode-se concluir que embora a quantidade de resíduos que é encaminhada para aterro seja superior à quantidade de resíduos valorizados e reciclados, a quantidade de resíduos conduzidos para este destino, tem vindo a aumentar progressivamente desde 2002 até ao ano de 2009.

No concelho de Lagos verificou-se, entre 2002 e 2009, um aumento da quantidade *per capita* de Resíduos Sólidos Urbanos recolhidos.

Quadro 41 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos no concelho de Lagos e no Algarve (INE)

	Período de referência dos dados							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Algarve	715	718	722	726	783	755	997	1029
Lagos	755	748	770	812	889	853	1096	1148

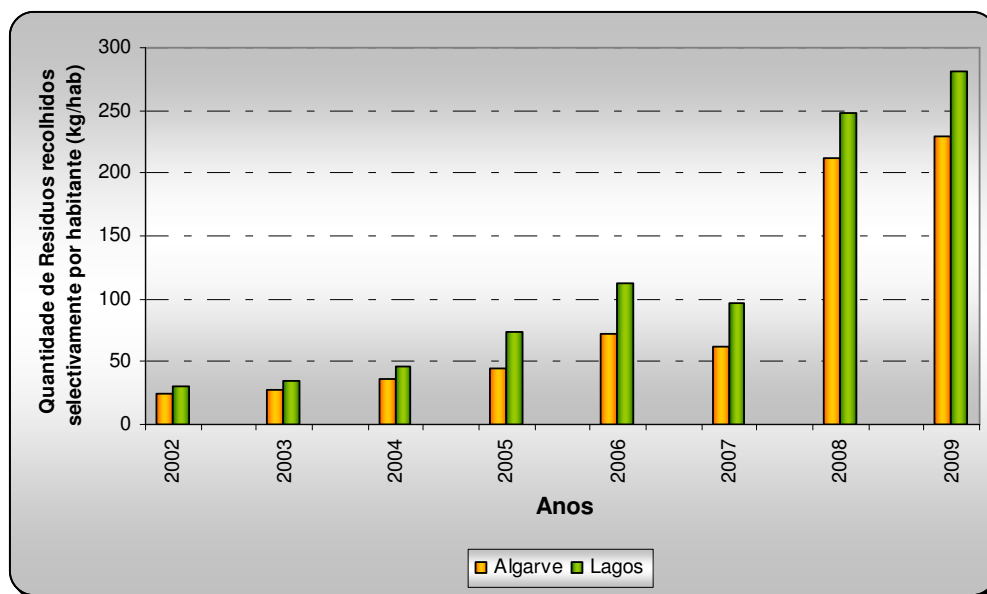
Fonte: INE 2002-2009

Em período homólogo, foi notório um aumento muito expressivo da quantidade *per capita* de resíduos recolhidos seletivamente. Esta realidade, resultou muito provavelmente, das campanhas de sensibilização às populações, que tiveram como objetivo a separação dos RSU, e o aumento e qualificação da rede de recolha de resíduos.

Quadro 42 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente (kg/hab) no concelho de Lagos e no Algarve.

	Período de referência dos dados							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Algarve	25	28	36	45	72	62	212	230
Lagos	30	34	46	73	113	97	248	281

Fonte: INE 2002;2009

Gráfico 6 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente no concelho de Lagos e no Algarve.

Fonte: INE 2002;2009

Verifica-se que a quantidade de resíduos recolhidos seletivamente por habitante no Município de Lagos é superior o verificado a nível regional.

Quadro 43 – Relação entre o número de ecopontos e o número de habitantes por freguesia

Freguesias	Número de Ecopontos	População (2011)	Habitantes/Ecoponto (2011)
Barão de S. João	6	895	149
Bensafrim	8	1.530	191,1
Luz	44	3.545	80,6
Odiáxere	19	2.984	157,0
S.Sebastião	100	14.049	140,5
Santa Maria	49	8045	164,1

Fonte: INE e ALAGAR, 2011

Em 2011 a média de ecopontos para as freguesias do concelho foi inferior a um ecoponto por 500 habitantes, este valor vai de encontro aos valores padrão recomendados pela União Europeia, conclui-se então, que o concelho apresenta uma boa taxa de cobertura.

Relativamente aos resíduos de Construção e Demolição produzidos/transportados durante o período 2006-2010, pelo município de Lagos, verifica-se uma descida da produção dos mesmos de 2006 até ao ano 2010, conforme se pode constatar pelo quadro abaixo representado.

Quadro 44 – Quantidade de Resíduos de Construção e Demolição produzidos pelo município de Lagos

Ano	Quantidade produzida/transportada (Ton)
2010	470,66
2009	397,46
2008	1080,56
2007	2265,06
2006	2929,04

Fonte: ALGAR, 2011

Sistema de Abastecimento

O fornecimento de água potável com qualidade e em quantidade suficiente, durante todo o ano, é um fator essencial para o bem-estar da população residente e para o desenvolvimento da atividade turística que é o motor principal da economia regional.

Através do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, a Águas do Algarve, S.A. faz a captação, tratamento e abastecimento de água “em alta” que é distribuída, através de redes domiciliárias, pelos 16 municípios da Região.

O município de Lagos integra, desde 2000, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água - adutor ocidental (sistema “em alta”), cuja gestão é da responsabilidade da Águas do Algarve sendo, por isso, esta entidade que garante, de forma exclusiva, o fornecimento de água ao município de Lagos.

De acordo com o Plano Municipal de Ambiente de Lagos, as principais origens de água do abastecimento de água ao município de Lagos são a Albufeira de Odelouca e a Albufeira da Bravura.

A primeira origem de água, assegura o abastecimento ao município de forma regular ao longo de todo o ano, enquanto que, a segunda origem de água assegura apenas o reforço do abastecimento na época alta, que vai de abril a outubro.



Legenda do Mapa

- | | | | |
|--|---|--|----------------------------|
| — Adutor do Sistema Multimunicipal | ▲ Estação Elevatória do Sistema Multimunicipal | CAPACIDADE DE TRATAMENTO DAS ETAS | — Rios Principais |
| — Adutor do Sistema Multimunicipal a Construir ou em estudo | ▲ Estação Elevatória do Sistema Multimunicipal a construir ou em estudo | | — Rios 2ª Ordem |
| — Adutor de Fins Múltiplos não pertencente ao Sistema Multimunicipal | ▲ Ponto de Entrega no Sistema Multimunicipal | | — Rios 3ª Ordem |
| ● Reservatório do Sistema Multimunicipal | ▲ Ponto de Entrega do Sistema Multimunicipal a construir ou em estudo | | — Via do Infante e A2 |
| ● Reservatório do Sistema Multimunicipal a construir ou em estudo | ▲ Estação de Tratamento de Águas | ETA até 10000 | ----- Limite dos Concelhos |
| ● Reservatório de água bruta | ○ Captações Subterrâneas | ETA de 10000 a 100000 | ○ Sede de Municípios |
| | □ Posto de Cloragem | Albufeira e Barragem | ☼ Praias |
| | | ✈ Aeroporto | |

Fonte: Adaptado de Águas do Algarve (<http://www.aguasdoalgarve.pt>)

Mapa 15 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água (Concelho de Lagos)

De acordo com a entidade que explora as Estações de Tratamento de Água de Alcantarilha (associada à barragem de Odelouca) e Fontainhas (associada à barragem da Bravura), as linhas de tratamento destinadas a assegurar a potabilização da água captada em ambas as origens de água são adequadas. A entidade exploradora assegura o cumprimento dos objetivos estabelecidos para a qualidade de água nos pontos de entrega em alta (sete reservatórios) procedendo a análises diárias à água.

A gestão do “sistema em baixa” está a cargo do município, estando o sistema de abastecimento “em baixa” subdividido em quatro subsistemas: Lagos, Luz, Meia-Praia e Norte.

Quadro 45 – Volumes de água Fornecidos pela empresa Águas do Algarve, S.A ao Município de Lagos (m³).

Ano	Meses											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2001	285.100	278.323	331.600	357.577	377.100	585.316	633.284	766.100	523.800	493.600	359.580	344.092
2009	322.400	303.830	374.080	481.900	483.040	600.040	782.320	763.640	617.030	484.380	380.300	336.170

Fonte: Águas do Algarve, 2011

De acordo com os dados disponibilizados pela empresa Águas do Algarve, denota-se que em comparação com o ano de 2001, ocorreu durante o ano de 2009 um aumento nos volumes de água fornecidos.

Pode-se igualmente inferir que nos meses de verão (junho, julho e agosto), os volumes fornecidos são sempre mais elevados, tal facto encontra-se associado à população flutuante presente no concelho durante estes meses, resultante da forte componente turística do concelho.

Quadro 46 – Água distribuída (m³) por Localização geográfica e Setor consumidor durante o ano 2008

	Setor consumidor					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e serviços	Agrícola e pecuário	Outros
	m ³ (milhares)					
Lagos	5836	3637	604	844	9	743

Fonte: INE (2008) 1) adaptado dos Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.).

Verifica-se pelo quadro acima apresentado que o setor doméstico, é o setor em que se verifica maior consumo de água, cerca de 62,3 % do total distribuído.

Sistema de Saneamento de água

De acordo com a informação disponibilizada pelo Plano Municipal do Ambiente, o sistema de recolha, destino final e tratamento de águas residuais domésticas do município de Lagos é constituído por três sistemas: Lagos, Barão de São João e Almádena.

O sistema de Lagos é constituído por 5 subsistemas (Bensafrim, Odiáxere, Meia-Praia, Lagos-cidade e Luz) que confluem na ETAR de Lagos.

A ETAR de Lagos foi dimensionada para 130 000 habitantes equivalente e possui tratamento secundário com desinfecção por ultravioleta. A descarga é feita atualmente na ribeira de Bensafrim, mas futuramente será utilizado para rega dos campos de golfe.

Apesar de terem sido cumpridos os objetivos definidos para o município de Lagos no que respeita à drenagem e tratamento de água residuais, importa referir que a proliferação de habitações em locais que não servidos pelas redes de saneamento (a designada segunda habitação, que incide, fundamentalmente, em zonas quase sempre não intervencionadas de elevado valor natural) tem potenciado a utilização de fossas sépticas. A esta situação foram associados, pela Câmara Municipal de Lagos, alguns problemas ambientais relacionados ao mau funcionamento das fossas sépticas, nomeadamente, a contaminação microbiológica dos aquíferos.

Quadro 47 – Volume de águas tratadas no concelho de Lagos por nível de tratamento

	2005					
	Nível de tratamento					
	Total	Preliminar	Primário	Secundário	Terceário	Não especificado
	m ³ (milhares)					
Lagos	3944	0	0	37	3907	

Fonte: Águas do Algarve 2011

Quadro 48 – Volume de água tratada nas diferentes ETAR's do concelho.

ETAR	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Lagos*	3.903.943,00	4.533.457	4.191.087	4.421.001	4.781.979	5.785.729,00
Almádena**	25.006,00	53.903	52.938	40.127	53.349	58.907,00
Barão de S. João***	12.552,00	12.552	12.552	12.552	12.552	12.552,00

Fonte: Águas do Algarve 2011

Nota:

* O volume da ETAR de Lagos é medido;

** O volume de água residual da ETAR de Almádena é medido a partir de setembro de 2005, sendo até agosto desse ano estimado;

***O volume da ETAR do Barão de S.João é estimado.

Através da informação disponibilizada pela Empresa Águas do Algarve, verificou-se um aumento do volume de água tratada, de 2005 até ao ano de 2010, nas ETAR's de Lagos e de Almádena.

**Mapa 16** - Sistema Multimunicipal de Saneamento de Água (Concelho de Lagos)**3.3.2 Análise SWOT Territorial**

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à qualidade do ambiente, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a esta área territorial.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> - Massas de água subterrâneas classificadas como estando em bom estado; - A classificação da qualidade das massas de águas superficiais interiores divide-se entre o bom e o razoável; 	<ul style="list-style-type: none"> - Área Crítica de Extração de água subterrâneas ao longo da faixa costeira e das bacias sedimentares das principais linhas de água do concelho; - Aumento da produção de RSU;

<p>Água da Albufeira da Bravura classificada como boa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Águas costeiras classificadas com uma qualidade boa e excelente; - Recolha de RSU adequada a sazonalidade da produção; - Aumento da quantidade de RSU reciclados e valorizados; - Abastecimento de água proveniente de reservas de água superficial existentes na região, não se verificando a afetação de recursos hídricos subterrâneos; - Valores de ruído, maioritariamente dentro dos valores legais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da quantidade de resíduos que tem como destino final o aterro; - Existência de habitação dispersa, com recurso a fossas sépticas; - Níveis de ruído, nas áreas próximas das principais vias de tráfego do concelho de Lagos (EN125, Autoestrada A22, vias de acesso à A22, e EN120), superiores aos legalmente instituídos.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Realização de campanhas de sensibilização das populações para poupança de recursos, com o intuito de diminuir os consumos de água e energia; - Continuação da aposta na sensibilização das populações para a separação dos RSU; - Adoção de medidas de sensibilização e formação dos agentes económicos locais, de modo a diminuir o consumo de recursos; - Adoção de medidas para a redução na fonte, no meio de propagação e no recetor sensível do ruído. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevados consumos de água poderão condicionar a sua gestão durante o período estival, principalmente em períodos de seca extrema; - Elevada produção de RSU; - Aumento do volume de tráfego automóvel durante a estação estival, suscetível de aumentar os níveis de ruído.

3.3.3 Tendências de Evolução na Ausência da Revisão do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do PDM de Lagos, a situação de referência seguiria as tendências atualmente registadas. Destaca-se que o aumento espetável da população no concelho, conduzirá a um consequente aumento dos consumos de água e na produção de resíduos sólidos urbanos.

De acordo com o mapa de ruído, dado que não está prevista a criação de novos eixos viários importantes no concelho de Lagos, as condições acústicas futuras resultarão essencialmente do provável aumento dos volumes de tráfego na rede viária atual.

Caso este aumento seja da ordem de 50% nos próximos 10 anos (taxa de crescimento média normalmente considerada no território nacional), podem prever-se, nas vizinhanças das vias de tráfego rodoviário, incrementos dos níveis sonoros atuais da ordem de +2 dB(A) no prazo indicado, com uma margem de incerteza de ± 1 dB(A) face à relação logarítmica entre os níveis sonoros e os volumes de tráfego associados, já referida anteriormente.

Em termos qualitativos este agravamento do ambiente acústico será pouco significativo, quer devido aos acréscimos previstos (± 1 dB(A)), quer porque, à exceção da EN125, a ocupação humana nas proximidades das vias de tráfego mais ruidosas é reduzida.

Refere-se ainda que a atual conjuntura macroeconómica leva a considerar possível que o aumento dos volumes de tráfego seja inferior ao considerado (+50% em 10 anos).

3.3.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM e em que medida estas poderão influenciar o critério “Qualidade do Ambiente”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Ameaças	Valoração
Qualidade do Ambiente				
Avaliar a qualidade ambiental, pela poluição ou pelo uso insustentável dos recursos naturais, que pode significar danos na qualidade da água, do solo e noutros recursos que são o suporte da vida humana	Reforço do Sistema de armazenamento de água	(***)	N/A	
	O Plano propõe uma política de esforço no sentido de ampliar o número de ecopontos e pilhões;	(**)		
	Classificação e delimitação das zonas “sensíveis” e “mistas”	(***)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixos (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

3.3.5 Avaliação de Efeitos Significativos

Foi efetuada a classificação e delimitação das “zonas sensíveis” e “mistas” de acordo com o n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto.

A classificação e delimitação das “zonas sensíveis” e “zonas mistas”, estabelecida no âmbito do PDM, contemplou, complementarmente aos usos do solo atuais e previstos, a informação contida no mapa de ruído do concelho, assim como nos PU’s e PP’s aprovados, de forma a viabilizar o cumprimento das exigências regulamentares aplicáveis em matéria de ruído. Esta classificação irá resultar numa oportunidade com um efeito positivo muito significativo.

Ainda no que se refere ao ruído, e apesar da oportunidade associada à classificação das diferentes zonas, é necessária a aplicação de ações e medidas mais específicas para a redução de ruído, nomeadamente através da elaboração de Planos Municipais de Redução de Ruído.

A proposta de plano propõe uma melhoria das infraestruturas no que concerne ao abastecimento público através da duplicação dos volumes dos reservatórios pertencentes ao subsistema de Lagos, da Meia Praia, à medida que as ocupações turísticas se forem desenvolvendo. Evidencia-se ainda a remodelação do subsistema Norte, um dos subsistemas mais carenciados do concelho.

O facto da água para consumo provir da rede pública, elimina a necessidade de recorrer a captações subterrâneas, salvaguardando-se deste modo, a proteção do aquífero existente. Resultando daqui um efeito positivo significativo no que se refere à proteção dos recursos hídricos subterrâneos e para a garantia de abastecimento de água às populações um efeito positivo pouco significativo.

Encontra-se assegurada a recolha e destino final das águas residuais e, consequentemente, salvaguardada a proteção do meio ambiente através da prevenção de eventuais focos de poluição, o que é considerado como um efeito positivo pouco significativo.

A cobertura atual de ecopontos nas freguesias do concelho de Lagos é significativamente mais elevada, do que o recomendado pela União Europeia, a qual visa atingir um valor de 500 habitantes por ecoponto. Desta forma, pode-se considerar que a taxa de cobertura no concelho é bastante favorável, projetando-se mesmo assim, um reforço do número de ecopontos. Esta ação é encarada como um efeito significativo positivo.

3.3.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

Relativamente ao PDM de 1995, verificou-se que ao nível do abastecimento de água ocorreu uma alteração quanto à sua proveniência, uma vez que, a mesma atualmente tem origem superficial e não subterrânea, consequentemente originou-se uma diminuição na pressão sobre os recursos hídricos subterrâneos.

No que respeita à recolha, transporte e tratamento de águas residuais denota-se uma evolução no sistema de saneamento desde 1995, pois verifica-se que na atual proposta de Plano a aposta na melhoria do seu desempenho ambiental, nomeadamente através da previsão da reutilização das mesmas para rega de campos de golfe e espaços verdes.

O presente Plano aposta na reutilização e valorização de RSU, nomeadamente através recolha seletiva dos mesmos, através da disponibilização de locais para deposição seleta dos mesmos, no PDM de 1995 o sistema de gestão de resíduos era menos evoluído e era da responsabilidade integral do Município.

A actual proposta de PDM propõe a classificação e delimitação das “zonas sensíveis” e “zonas mistas”, complementarmente aos usos do solo atuais e previstos, facto que não se verificava na antiga proposta de PDM.

3.3.7 Programa de Seguimento

Para o presente critério de avaliação “Qualidade do Ambiente”, é desenvolvido um programa de seguimento, constituído por medidas de planeamento e gestão e monitorização, que deverá contribuir para a prevenção dos efeitos secundários que poderão advir da implementação da proposta do plano

3.3.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

No que respeita a medidas de planeamento e gestão para o presente Critério de Avaliação, propõem-se as seguintes:

- De forma a não aumentar a pressão sobre os recursos hídricos subterrâneos, proceder ao total respeito do definido pelo PROTAL, ou seja, a não criação de novas captações nas áreas definidas como “áreas críticas para a extração de água subterrânea”;
- Nas “áreas críticas para a extração de água subterrânea”, sugere-se que previamente ao início de qualquer obra (que implique escavação), sejam inventariadas todas as captações ativas de água subterrâneas no perímetro de 500 metros e que o respetivo nível piezométrico seja monitorizado ao longo das obras em curso;
- Recomenda-se também a execução de um estudo de prospeção geotécnica de modo a determinar o comportamento dos solos sob a intervenção de qualquer tipo de obra civil. Este tipo de estudo tem a finalidade de proporcionar interação solo/obra (estrutura) no que se refere a estabilidade, resistência (vida útil compatível) e viabilidade económica;
- Caso se verifique necessário efetuar bombagens de água subterrânea para a realização das construções, as extrações de água subterrânea deverão ser limitadas ao mínimo de modo a que o impacte sobre os recursos hídricos subterrâneos seja o mais insignificante possível;
- Caso as bombagens de água subterrânea venham a interferir nas captações subterrâneas particulares, deverão ser revistos os projetos e as técnicas de construção. O promotor poderá analisar a forma de garantir a disponibilidade hídrica necessária aos lesados, adotando as medidas que se achem oportunas de modo a minimizar o rebaixamento do nível de água;
- Promover ações de sensibilização e informação das populações no âmbito da gestão dos consumos de água;
- Sensibilização e formação dos agentes económicos para a gestão dos recursos hídricos;

- Assegurar a implementação adequada de infraestruturas de saneamento, bem como a sua requalificação e reforço;
- Promoção da reutilização das águas residuais tratadas para rega de espaços verdes e campos de golfe;
- Assegurar a correta implementação dos sistemas de recolha seletiva de RSU, qualificar as infraestruturas de gestão de forma a desviar matéria orgânica para aterro, incrementar a valorização multimaterial e valorização energeticamente os resíduos não recicláveis;
- Continuação da sensibilização das populações para a separação de RSU;
- Nas áreas com valores de ruído superiores ao legalmente imposto ($L_{den} \leq 65\text{dB}$ e $L_n \leq 55\text{dB}$), ter-se-á de adotar as medidas definidas pelo Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto) e, que promovam a “redução na fonte de ruído”, a “redução no meio de propagação de ruído” e a “redução no recetor sensível”;
- Adotar Planos Municipais de Redução do Ruído para as zonas expostas a valores superiores ao regulamentarmente estabelecido.

3.3.7.2 Medidas de Monitorização

Deverão ser monitorizados os seguintes indicadores:

- Evolução dos consumos de água;
- Evolução da produção de RSU para o concelho;
- Taxa de cobertura dos sistemas de abastecimento e saneamento e dos sistemas de recolha seletiva;
- Monitorização da criação ou eliminação de fontes emissoras de ruído;
- Medidas adotadas para a redução na fonte, no meio de propagação e no recetor sensível ao ruído.

3.3.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	<p>Assegura a distribuição de água, em quantidade e qualidade, às populações e atualização constante dos dados de consumo</p> <p>Garante a recolha de RSU indiferenciados e atualização constante dos dados de produção</p> <p>Promove campanhas de educação ambiental, visando promover a diminuição dos consumos de energia e água e o aumento da separação de RSU</p>
----------------------------------	--

	Garante a realização da caracterização dos níveis de ruído
ARH	Caracteriza e avalia a qualidade os recursos hídricos superficiais e subterrâneos Gere o uso do solo no Domínio Hídrico
ALGAR	Assegura a recolha de RSU diferenciados e atualização constante dos dados de produção
Águas do Algarve	Garante o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, à autarquia e atualização constante dos dados de consumo Garante o tratamento adequado das águas residuais.
População	Participa na diminuição dos consumos de energia e água e aumento da separação de RSU

3.4 Riscos Naturais e Tecnológicos

De forma a promover e incrementar a segurança e qualidade vida das populações e do ambiente, é necessário o conhecimento pormenorizado dos fenómenos perigosos (naturais e tecnológicos), a sua incidência no território nacional e intentar antever e avaliar as possíveis consequências resultantes destes fenómenos, de maneira a minimizar os possíveis prejuízos, humanos, ambientais e materiais.

A minimização das consequências resultantes de riscos naturais e tecnológicos passa pela implementação de medidas de mitigação, pela recolocação das populações e atividades económicas e uma correta gestão do território no que respeita às futuras intervenções a nível do planeamento e do ordenamento.

A identificação e delimitação das áreas associadas a riscos naturais e tecnológicos constituem assim, condições indispensáveis para a prevenção e minimização dos prejuízos decorrentes dos fenómenos e atividades perigosas, em matéria de gestão e ordenamento do território.

3.4.1 Caracterização da Situação Atual

Riscos Naturais

Seguidamente serão analisados os riscos naturais associados ao concelho de Lagos, no que respeita as seguintes categorias:

- Sismos;
- Tsunamis;
- Riscos geomorfológicos (quedas de arribas e movimentos de massa);
- Cheias e inundações;
- Incêndios Rurais (florestal, agrícola e incultos).

Sismos

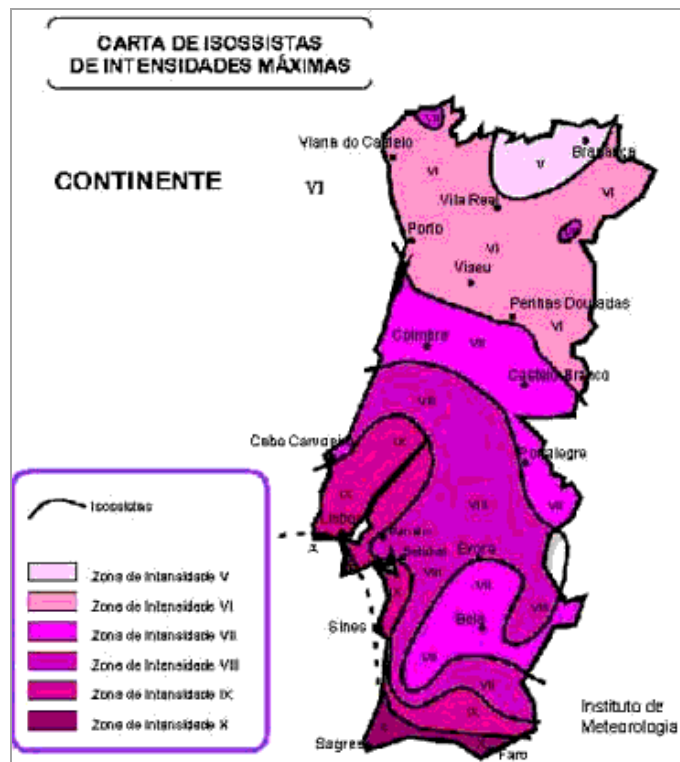
A definição de risco está associada à forma como são quantificadas as perdas, ou o risco sísmico, o que poderá ser efetuado em termos de custos diretos dos danos, do número de mortos, feridos ou desalojados ou dos custos resultantes da interrupção de dada atividade económica, etc.

A dimensão e gravidade dos efeitos de um sismo numa sociedade, dependem diretamente da extensão e de grau de danificação provocado pelo sismo que, por sua vez, resulta da intensidade da ação sísmica e da vulnerabilidade (entendida como uma medida do dano nos elementos em risco em resultado da ocorrência de um sismo com uma dada intensidade) dos elementos expostos.

É assim compreensível que uma dada região, mesmo que esteja sujeita a sismos intensos, possa ter um risco sísmico reduzido, se for escassamente habitada, uma vez que nesse caso os elementos expostos serão poucos e os impactos facilmente minimizados. Pelo contrário, uma região sujeita a sismos da mesma severidade, possuirá um risco sísmico tanto mais elevado quanto mais vulneráveis forem os elementos expostos ao risco nela existentes, e quanto maior for o potencial de impacto na sociedade aos vários níveis (LNEC, 2005).

Portugal, no contexto da tectónica de placas, situa-se na placa Euro-Asiática, limitada a sul pela falha Açores-Gibraltar (FAG), que corresponde à fronteira entre as placas euro-asiática e africana e a oeste pela falha dorsal do oceano Atlântico.

Ainda que a perigosidade sísmica do território Nacional seja moderada, se se tiver em conta todos os aspetos que condicionam o risco, parece claro que parte da população Portuguesa vive em situações de risco sísmico não desprezável. De facto, o risco poderá ser considerável em algumas regiões, contribuindo para tal diversos fatores como a existência de um parque construído, com muitos edifícios, com insuficiente resistência sísmica de raiz a que se somam estados avançados de degradação, o aumento da densidade populacional, a concentração das populações em centros urbanos potencialmente ameaçados por eventos sísmicos severos e a expansão de infraestruturas, equipamentos, sistemas tecnológicos e atividades económicas de complexidade crescente (LNEC, 2005).



Fonte: Adaptado do Instituto de Meteorologia

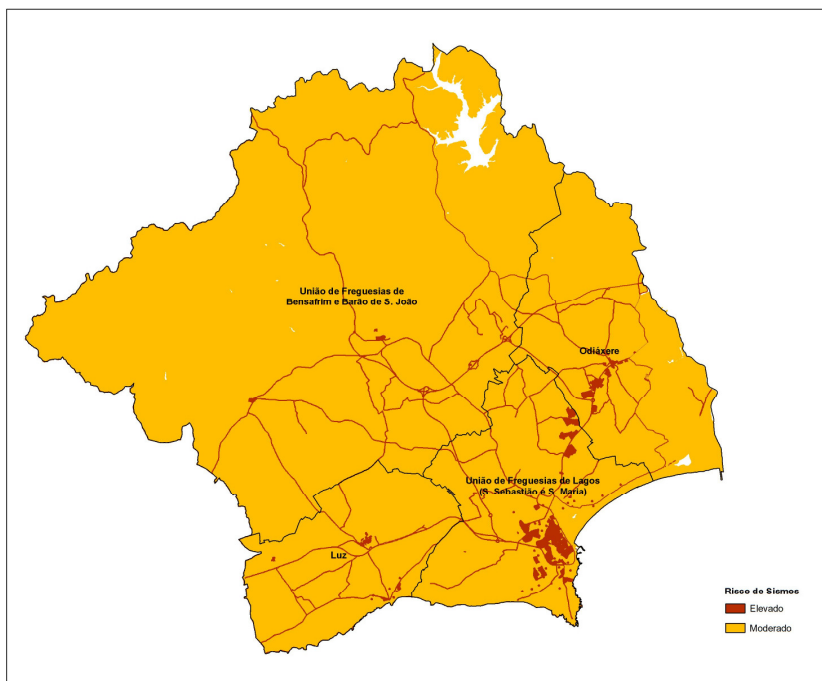
Mapa 17 - Carta de Isossistas de intensidades máximas em Portugal Continental

A carta das isossistas máximas observadas até à atualidade, permite-nos concluir que o risco sísmico no continente é elevado: as maiores concentrações demográficas situam-se no seu litoral, precisamente nas áreas de maior intensidade sísmica.

Quadro 49 – Epicentros de sismos históricos e instrumentais, na região de Lagos

Data	Magnitude	Localização do epicentro
63 a.C	8,5	Sudoeste do Cabo de S.Vicente
47 a.C	8,5	Desconhecido
33 a.C	9,0	Desconhecido
22/01/1309	7,0	Oeste do Cabo de S.Vicente
24/08/1356	7,5	Sudoeste do Cabo de S.Vicente
5/05/1504	7,0	Próximo de Carmona (Sevilha)
26/01/1531	7,1	Vale do Tejo
?/11/1587	6,0	Falha de Loulé
6/03/1719	7,0	Ao largo de Portimão
27/12/1722	7,0	Ao largo de Tavira
1/11/1755	8,5	-
12/01/1856	6,0	-
11/11/1858	7,2	-
30/10/1896	5,0	-
09/08/1903	5,5	-
23/04/1909	7,0	-
15/03/1964	6,2	-
28/02/1969	7,5	-

Fonte: Costa e tal. 2005 adaptado do PMEPC Lagos



Mapa 18 - Risco de Sismos no concelho de Lagos

De acordo com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEC) de Lagos, prevê-se um risco elevado na totalidade dos locais do concelho povoados ou com infraestruturas, as zonas em que a classe de suscetibilidade é elevada são, na zona do litoral do concelho, mais precisamente no limite sul das freguesias da Luz e na União de Freguesias de Lagos (S. Sebastião e S. Maria), mas também a nordeste do concelho, mais concretamente a Norte/Nordeste de algumas das localidades da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João e da freguesia de Odiáxere (Bravura, Quinta Velha, Monte Ruivo, Farta Vacas e Pedra Branca). Verifica-se no entanto que a classe de suscetibilidade predominante é a classe moderada, que se distribui de forma homogênea pela maioria da área do concelho.

Relativamente às infraestruturas do concelho, observou-se que o quartel atual da PSP, Capitania do Porto/Polícia Marítima, o Hospital e uma Escola do Ensino Básico existentes na União de Freguesias de Lagos (S. Sebastião e S. Maria), que se encontram em zonas em que a classe de suscetibilidade é elevada as restantes infraestruturas encontram-se em áreas em que a classe de suscetibilidade é moderada.

A classe de probabilidade para a ocorrência de um sismo de intensidade elevada (8 na escala de Richter), é para um período de retorno de 50 a 200 anos.

Tsunamis

Tsunami é uma palavra japonesa cujo significado é "onda de porto". Em português é também usado o termo "Maremoto".

Um maremoto corresponde a um conjunto de ondas que viajam ao longo do oceano, tendo comprimentos de onda muito grandes. Quando estas se aproximam de terra, a sua velocidade diminui

por causa do atrito provocado por fundos mais baixos. Nesta altura, o tamanho da onda aumenta drasticamente, podendo os maremotos inundar as zonas costeiras.

Os maremotos são considerados ondas sísmicas, uma vez que os mesmos resultam, normalmente, de sismos originados no fundo ou perto do mar. A subida ou abaixamento de uma secção da crosta terrestre, pode provocar uma perturbação na coluna de água, criando uma subida ou queda do nível da água à superfície. Esta alteração no nível do mar é a fase inicial da formação de um maremoto.

Apesar da baixa taxa de ocorrência de maremotos nas costas europeias, o seu impacto é considerável e as suas consequências tão nefastas que a provável ocorrência tem de ser tida, em conta no que se refere aos riscos naturais em zonas costeiras.

De acordo com o PMEPC de Lagos as estruturas geológicas ou falhas que maior perigo representam para o concelho de Lagos são aquelas que se encontram mais próximas da costa portuguesa e que historicamente mostram maior atividade. Sendo as mesmas o Banco de Gorringe, a cerca de 240 Km a Oés-Sudoeste de Lagos, a falha do Marquês de Pombal aproximadamente 120 Km a Oés-Sudoeste; a Falha da Ferradura a cerca de 160 Km a sudoeste; e o banco de Guadalquivir a apenas 100 km da costa do Algarve. Tendo estes elementos em consideração, assim como a batimetria da costa portuguesa, e sabendo que a velocidade de um maremoto pode ser determinada a partir da raiz quadrada do produto da altura do fundo do mar com a aceleração da gravidade, conclui-se que o tempo que demorará um Tsunami originado por um sismo naqueles locais a chegar à costa Algarvia variará entre aproximadamente 15 minutos (Banco de Guadalquivir) e 30 minutos (Banco de Gorringe).

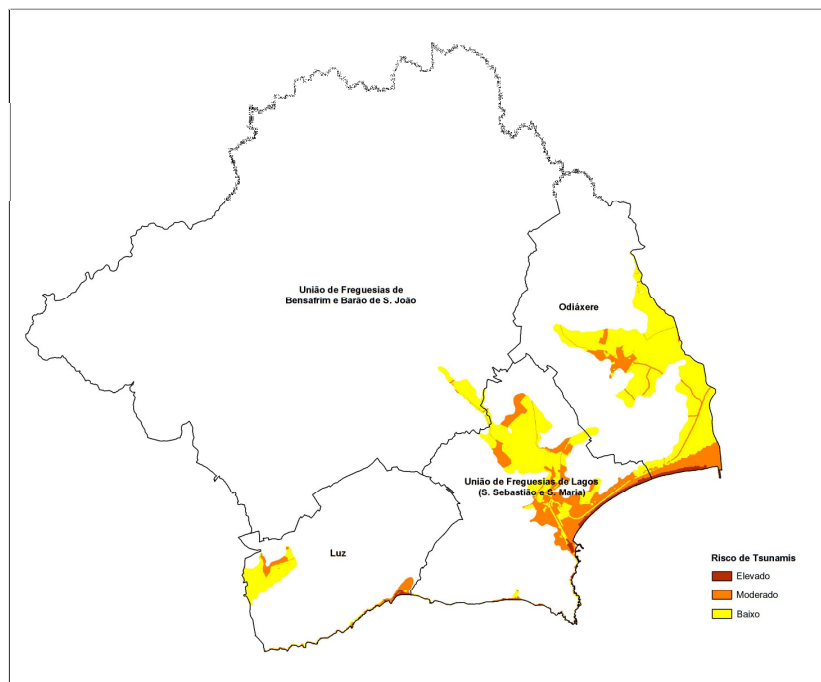
Quadro 50 – Registo Histórico dos Tsunamis em Portugal

Tsunamis em Portugal	Data
	60 a.C
	382 d.C
	1504
	1522
	1531
	1691
	1722
	1755
	1800

Fonte: Geologia ambiental - Tsunamis (Dias, 2000) adaptado do PMEPC Lagos

A probabilidade de ocorrência de Tsunamis é baixa, pois embora, não seja possível determinar com rigor o período de retorno, o mesmo deverá ultrapassar os 200 anos.

As zonas de suscetibilidade moderada e elevada a Tsunamis, no concelho de Lagos, encontram-se distribuídas por zonas costeiras, nomeadamente em praias sem arribas e nas localidades com maior proximidades a estas, podendo-se evidenciar a Praia da Luz, de Porto de Mós, a Praia da Meia Praia e as localidades adjacentes com as mesmas designações. E a praia de S.Roque estendendo-se à zona urbana da sede de concelho.



Mapa 19 – Mapa de Risco de Tsunamis para o Concelho de Lagos

O Risco de Tsunamis é considerado como elevado para a totalidade dos locais costeiros povoados ou com infraestruturas.

Riscos de Erosão

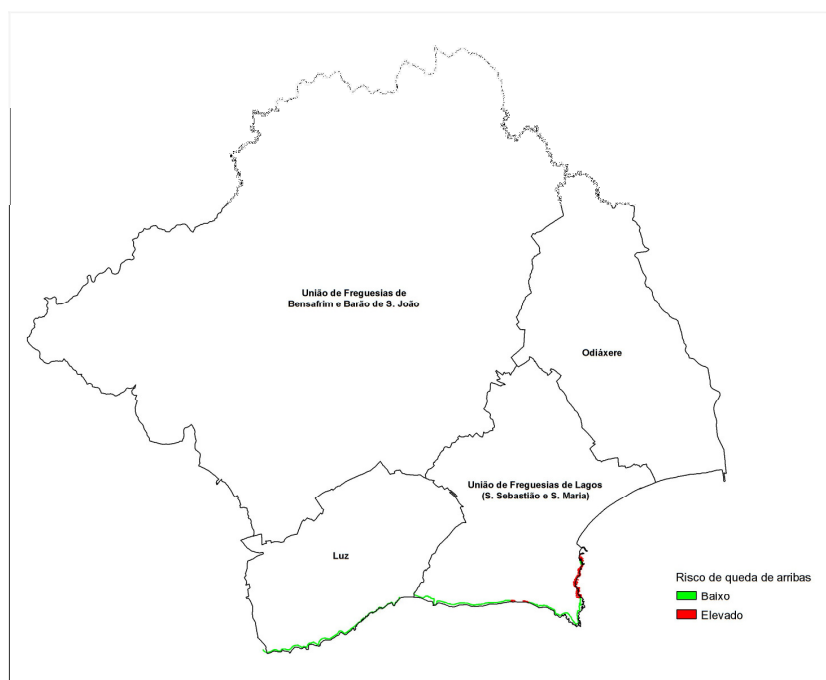
Queda de arribas

A queda de arribas caracteriza-se pela rutura e desprendimento de grandes quantidades de material geológico, por ação da gravidade.

Existem vários mecanismos naturais suscetíveis de provocar a formação de ruturas e fendas. De igual forma, determinadas intervenções humanas em arribas e áreas adjacentes, podem pôr em causa a integridade física da estrutura, nomeadamente através da modificação do regime de drenagem e de ocupação do solo.

A faixa costeira do concelho de Lagos é ocupada por arribas ao longo da sua extensão, as construções, vias de acesso e equipamentos situados nestas zonas, estão naturalmente expostos a um elevado risco, devido à possibilidade de desmoronamento.

Uma vez que não existe registo de ocorrências de queda de arribas para o concelho, foi atribuída uma classe de probabilidade média, com um período de retorno de 25 a 50 anos.



Mapa 20 - Localização das arribas no concelho de Lagos

Considera-se então que o risco de ocorrência de queda de arribas é moderado para as Praias da Luz (nascente), Porto de Mós (Poente) e Canavial, e elevado para as Praias do Camilo, do Pinhão, dos Estudantes, Porto de Mós (nascente) e Praia Dona Ana.

Quadro 51 – Praias do concelho de Lagos com risco de queda de arribas moderado e elevado



Praia Dona Ana



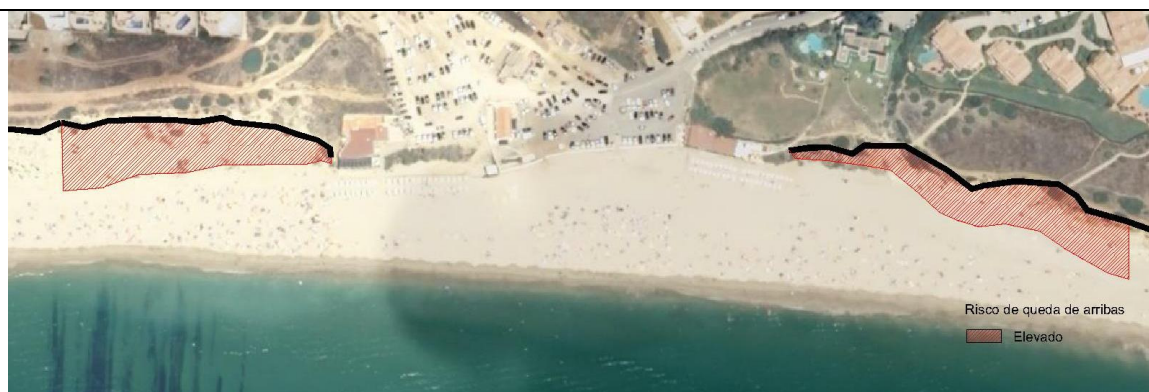
Praia da Batata - Estudantes



Praia do Camilo



Praia do Pinhão



Praia de Porto Mós

Movimentos de Massa

Os movimentos de massa estão associados a fenómenos de instabilidade de terrenos, nomeadamente de movimentos ao longo de um talude ou vertente, sofrendo uma ação gravitacional que se manifesta ao longo do plano de inclinação ou por deslocamento lateral.

A tipologia dos movimentos de massa categoriza-se da seguinte forma:

- Por deslizamentos;
- Devido a fluxos sedimentares;
- Por quedas de detritos.

Os processos de movimentação de massa estão continuamente a atuar em todas as vertentes. Porém, alguns dessas movimentações ocorrem muito lentamente (sendo quase impercetíveis pelo Homem), enquanto outros se desenvolvem de forma súbita.

Quadro 52 – Número de ocorrências associadas a movimentos de vertentes para o Concelho de Lagos.

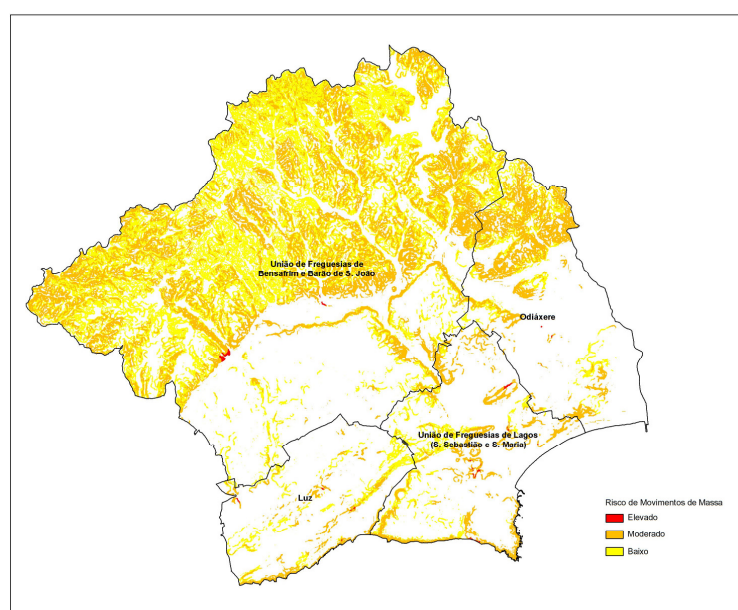
	Número de Ocorrências	Ano
Movimentos de vertentes	-	2000
	2	2001
	2	2002
	2	2003
	1	2004
	-	2005
	-	2006
	-	2007
	-	2008
	-	2009
	-	2010

Fonte: CDOS Faro

De acordo com os dados disponibilizados pelo CDOS, entre o ano 2001 e 2010, foram registadas sete ocorrências ao nível de movimentos de vertentes, a partir de 2005, não nos foi possível analisar os dados facultados com exatidão, uma vez que os mesmos não são claros relativamente a esta tipologia de risco.

Os fenómenos que se consideram mais suscetíveis de originar movimentos de massa são a precipitação e os sismos. De forma a identificar a probabilidade de ocorrência de movimentos de massa, o PMEPC analisou os dois fenómenos atrás referidos tendo sido adotado o pior cenário (com o período de retorno mais baixo).

Para fenómenos de precipitação com potencial para gerar movimentos de massa foi considerado um período de retorno inferior a 200 anos, período este, análogo para a ocorrência de sismos de grande intensidade. Desta forma considerou-se que a probabilidade de ocorrência de movimentos de massa é média baixa para o concelho de Lagos

**Mapa 21** - Risco de movimentos de massas para o concelho de Lagos.

Conforme se pode inferir pelo mapa acima apresentado, verifica-se que a freguesia que detém uma área mais suscetível de ocorrer este tipo de fenómeno é a União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S.João

O risco de movimentos de massa, contrariamente à probabilidade de ocorrência, no concelho de Lagos divide-se entre moderado e elevado.

O risco de movimentos de massa no concelho de Lagos é moderado em zonas de suscetibilidade baixa e moderadamente povoadas ou com infraestruturas., nomeadamente a Norte do concelho, na faixa entre o limite Oeste e o limite Este do concelho (a Norte da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S.João e a Norte das Povoações de Farta Vacas e Pedra Branca).

Por outro lado, verifica-se um grau de risco elevado, para as zonas de suscetibilidade elevada, povoadas ou com infraestruturas, designadamente na zona litoral do concelho, no limite sul das freguesias da Luz e da União de Freguesias de Lagos (S.Sebastião e Santa Maria), e na zona Nordeste do concelho, próximo das povoações da Bravura, Quinta Velha, Monte Ruivo e Pedra Branca

Cheias e Inundações

As precipitações intensas são fenómenos meteorológicos extremos pouco frequentes, os quais podem resultar de precipitações moderadas e prolongadas ou de precipitações muito fortes de curta duração.

A cheia é um fenómeno de alagamento natural, resultante da elevação do nível médio das águas nos cursos naturais, com o consequente extravasamento e inundação de margens e áreas circunvizinhas.

A inundação é um fenómeno de alagamento resultante de outras causas, nomeadamente a incapacidade de escoamento das águas pluviais.

A intensidade de precipitação e a sua duração conjugada, ou não, com a eventualidade de marés vivas irá condicionar a ocorrência de cheias e inundações.

Quadro 53 – Número de ocorrências associadas às inundações no concelho de Lagos.

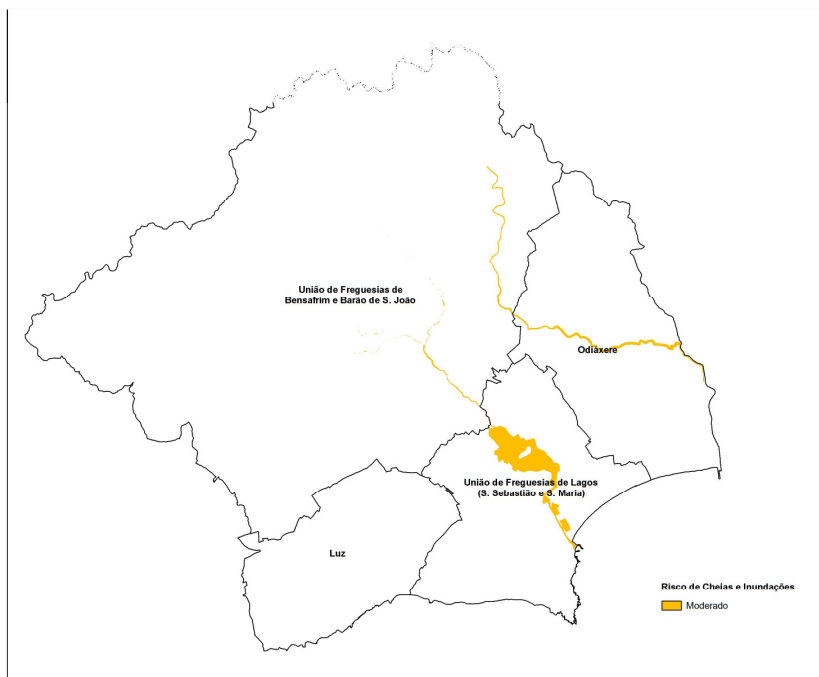
	Número de Ocorrências	Ano
Inundações	-	2000
	8	2001
	6	2002
	9	2003
	-	2004
	16	2005
	18*	2006
	21*	2007
	37*	2008
	19*	2009
	40*	2010

Fonte: CDOS Faro

*A partir do ano de 2005 as inundações que ocorreram no concelho de Lagos foram categorizadas juntamente com a categoria infiltrações, não nos sendo possível distinguir uma ocorrência da outra.

Verificou-se que o ano em que foi registado o maior número de ocorrências ao nível de inundações, correspondendo ao ano de 2005. A partir deste ano não foram consideradas os episódios de ocorrência de inundações, uma vez que os mesmos foram agrupados pelo CDOS, na mesma categoria das infiltrações.

De acordo com o PMEPC de Lagos, a probabilidade de ocorrência deste fenómeno com uma periodicidade em torno dos 10 a 25 anos, corresponde uma classe de período de retorno média alta.



Mapa 22 - Risco de cheias e inundações para o concelho de Lagos.

O risco de cheias e inundações para o concelho de Lagos foi classificado como moderado, para todos os troços de cursos de água identificados como suscetíveis de afetar locais povoados ou infraestruturas.

Analisando o mapa acima representado, conclui-se que no concelho as zonas em que o risco para pessoas e bens é mais elevado, não são necessariamente as áreas, que na eventualidade de fenómenos de cheias e inundações, serão mais fortemente afetadas, mas sim as áreas mais densamente povoadas onde tal aconteça

Incêndios Rurais

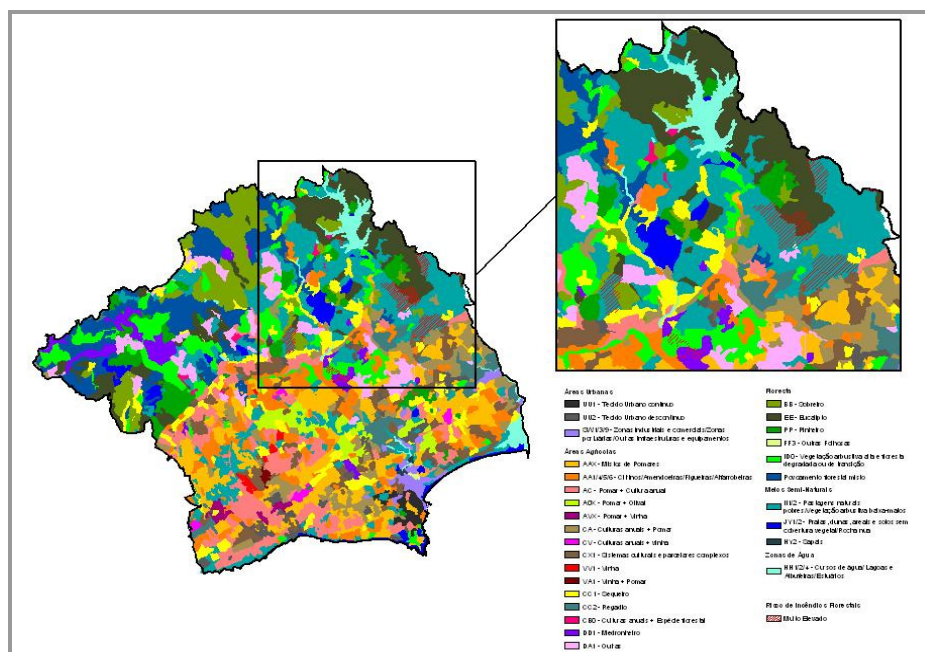
Uma vez que os dados relativos aos incêndios florestais estão agrupados nos solos agrícolas e incultos pelo CDOS, vai ser efetuada uma caracterização generalista da situação atual, ao nível dos incêndios Rurais.

No entanto, a análise de risco será realizada apenas no que respeita aos incêndios florestais, uma vez que, o PMEPC e o PMDFCI de Lagos estão direcionados unicamente para este tipo de incêndios.

O PMDFCI calculou o Risco de Incêndios Florestais e conclui que a zona Norte do concelho apresenta os menores valores de riscos, tal facto encontra-se associado não tanto ao potencial para originar incêndios de grande intensidade, mas devido ao facto de na zona mais a sul do concelho estarem concentrados mais elementos de risco.

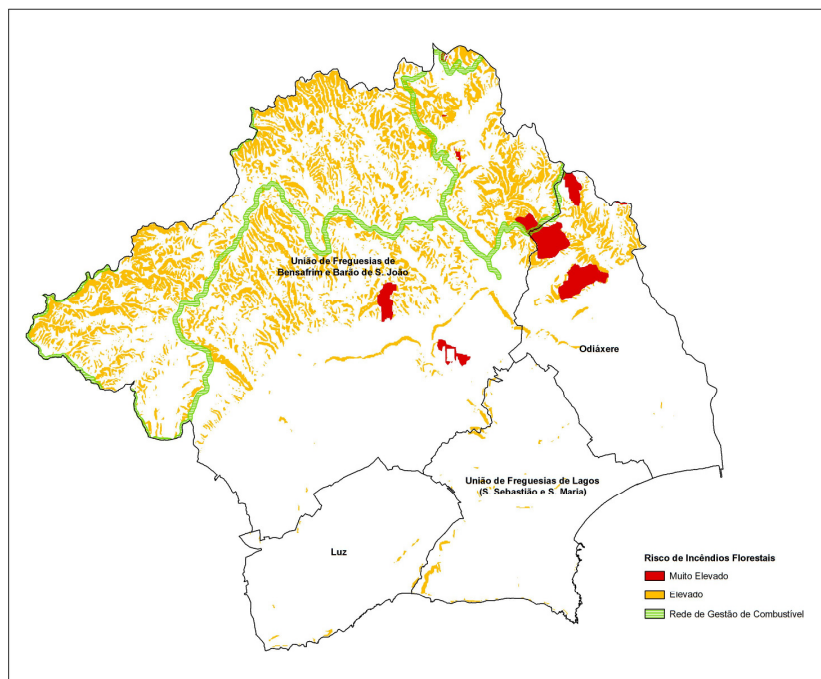
Verifica-se pelos mapas abaixo representados que a área a norte do concelho apresenta declives e quantidade de vegetação com potencialidade para originar incêndios de grandes proporções, sendo constituída maioritariamente por zonas florestais e vegetação arbustiva/matoss.

Já a zona mais a sul do concelho possui essencialmente culturas de regadio e sequeiro conferindo uma diminuição do risco de incêndio para esta zona.



Fonte: COS 90

Mapa 23 - Mapa de Ocupação do solo no concelho de Lagos.



Mapa 24 - Risco de Incêndio Florestal para o concelho de Lagos

Através dos mapas atrás representados, verifica-se que as áreas de risco elevado pertencem às freguesias de Odiáxere (Zona Norte) e União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João (zona centro).

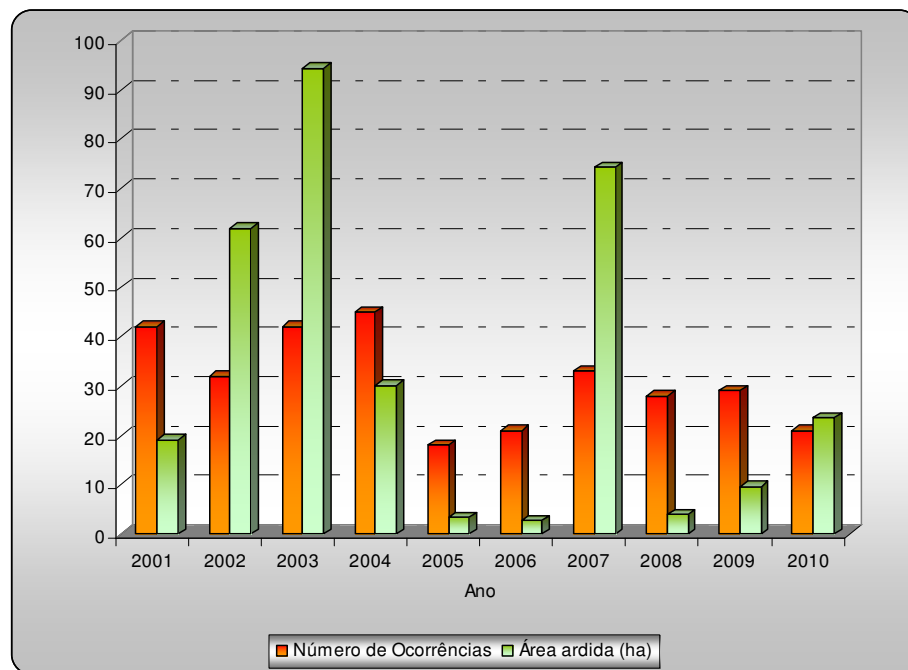
Ao cruzarmos a informação constante no mapa de ocupação do solo do concelho de Lagos, com o risco de incêndio florestal pode-se constatar que, as zonas em que o risco de incêndio é mais elevado correspondem a áreas florestais e meios arbustivos

Seguidamente são apresentadas as ocorrências de incêndios florestais, em que estão, tal como mencionado anteriormente, agrupados os solos agrícolas e incultos.

Quadro 54 – Número de ocorrências de incêndios rurais, para o concelho de Lagos.

	Número de Ocorrências	Área ardida (ha)	Ano
Incêndios Rurais	42	19,2	2001
	32	62	2002
	42	94,32	2003
	45	30,11	2004
	18	3,37	2005
	21	2,8	2006
	33	74,35	2007
	28	3,96	2008
	29	9,59	2009
	21	23,52	2010

Fonte: CDOS Faro

Gráfico 7 – Número de ocorrências e área ardida no concelho de Lagos para o período de 2001-2010

Evidencia-se pela análise do gráfico acima apresentado, que os anos em que se verificaram um maior número de ocorrências ao nível de fogos rurais, foram os anos de 2001, 2003 e 2004.

Já os valores mais elevados de área ardida foram registados nos anos de 2002, 2003 e 2007.

O cálculo de Risco de Incêndio Florestal (RIF) foi efetuado no âmbito do PMDFCI, de acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

De acordo com PMEPC, mais de metade da área concelhia de Lagos, apresenta risco reduzido, categorizado em muito baixo e baixo.

Sintetizando os riscos naturais de acordo com a sua probabilidade de ocorrência e o impacto estimado para a população, ambiente e sócio-economia, obtém-se o seguinte quadro:

Quadro 55 – Síntese dos riscos naturais por classe de probabilidade de ocorrência e por impacto estimado

Classe de probabilidade de ocorrência	Risco	Impacto Estimado			Período de retorno
		População	Ambiente	Sócio economia	
Elevada	Incêndios Florestais	Reduzida	Critica	Moderada	≤10
Média Alta	Cheias e Inundações	Reduzida	Reduzida	Moderada	10-25

Média	Queda de Atribas	Moderada	Residual	Reduzida	
Média-Baixa	Movimentos de Massa	Reduzida	Reduzida	Moderada	50-200
	Sismos	Crítica	Moderada	Crítica	50-200
Baixa	Tsunamis	Crítica	Acentuada	Crítica	> 200

Riscos Tecnológicos

Para a avaliação dos riscos tecnológicos associados no concelho de Lagos, serão analisados os seguintes riscos:

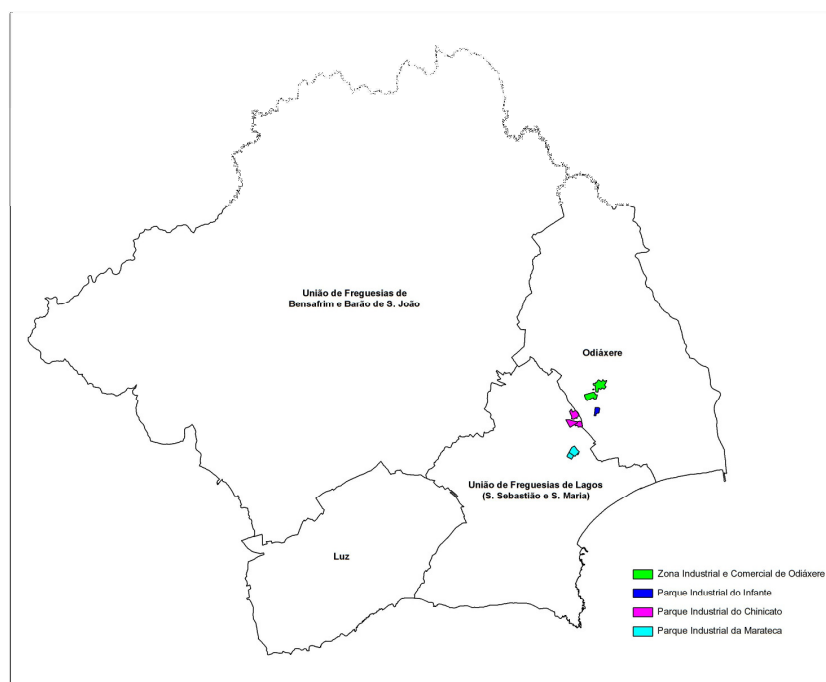
- Acidentes Industriais;
- Sinistralidade (Acidentes rodoviários, ferroviários, aéreos e marítimos/fluviais e Transporte de mercadorias perigosas);
- Risco de Colapso de Infraestruturas (Colapso e estrago em edifícios e Colapso de infraestruturas hidráulicas);
- Incêndios Urbanos.

Acidentes Industriais

Os acidentes industriais podem ser definidos como sendo consequência de um mau funcionamento, ou de um descontrolo num processo industrial, podendo resultar em incêndios, explosões ou emissões de substâncias perigosas para a atmosfera.

No concelho de Lagos, as unidades industriais encontram-se concentradas maioritariamente, em quatro zonas industriais:

- Parque Industrial do Infante (freguesia de Odiáxere);
- Zona Industrial e Comercial de Odiáxere (freguesia de Odiáxere);
- Parque industrial do Chinicato (União de Freguesias de Lagos (S.Sebastião e Santa Maria)
- Parque Industrial da Marateca (União de Freguesias de Lagos (S.Sebastião e Santa Maria));



Mapa 25 - Localização das zonas industriais

As zonas industriais existentes no concelho de Lagos não se encontram abrangidas pelo Decreto-Lei nº 254/2007, de 12 de julho, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e para ambiente. No entanto existem algumas unidades, pequenas, que podem acarretar algum risco de acidente, em caso de acidentes num destes estabelecimentos, os efeitos deverão ficar cingidos ao próprio estabelecimento acidentado, sem afetar de forma crítica a envolvente.

Verifica-se pelo quadro abaixo representado que, de acordo com os dados disponibilizados pelo CDOS, para o período de 2001 a 2010, ocorreram 17 incêndios em unidades industriais, não tendo os mesmos causado elevados prejuízos materiais, humanos ou ambientais.

Deverá ainda ser contemplada, para a caracterização deste indicador, a central nuclear de Almaraz, uma vez que a mesma se encontra a cerca de 400 Km (em linha reta) do concelho de Lagos.

No entanto considera-se que, na eventualidade de um acidente nuclear, as zonas mais afetadas situar-se-iam em território Espanhol, pelo que a possibilidade do concelho de Lagos ser afetado em caso de acidente, é reduzida.

Quadro 56 – Número de ocorrências de incêndios industriais, para o concelho de Lagos.

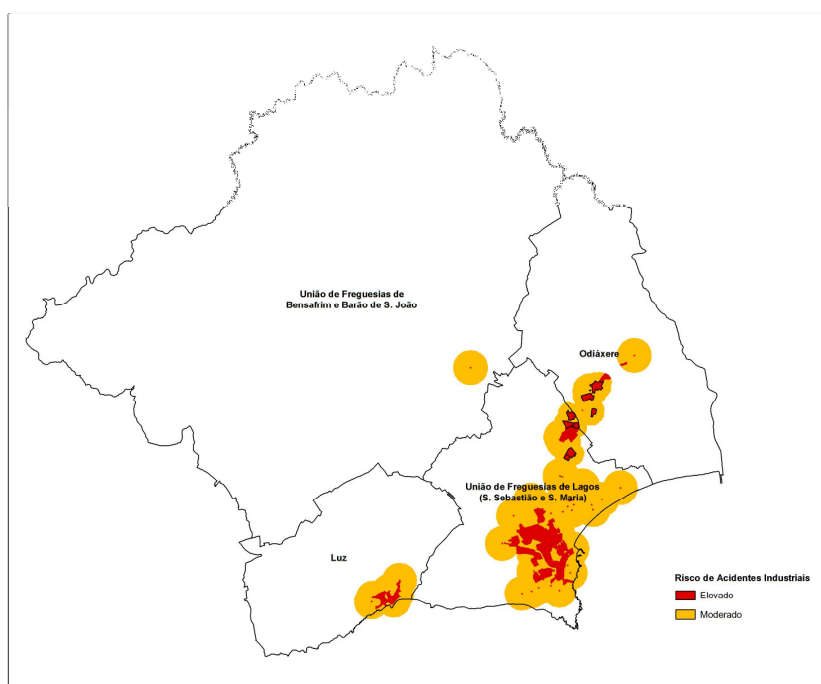
Incêndios Industriais	Número de Ocorrências	Ano
	2	2001
	4	2002
	1	2003
	1	2004
	2	2005
	4	2006

	2	2007
		2008
	1	2009
	-	2010

Fonte: CDOS Faro

Segundo o PMEPC de Lagos, admite-se uma classe média de probabilidade de ocorrência de acidentes industriais no concelho de Lagos, com um período de retorno entre 25 a 50 anos.

O mapa abaixo representado, indica o tipo de risco, segundo as classificações de elevado, moderado e nulo, associados aos acidentes industriais, concluindo-se que o risco é nulo em praticamente todo concelho, elevado nas áreas industriais, empresariais, depósitos de gás, postos de combustíveis, oficinas, fábricas e áreas contíguas e moderado para nas áreas onde a malha urbana é mais consolidada e a densidade populacional é maior.



Mapa 26 – Risco de ocorrência de acidentes industriais no concelho de Lagos

Sinistralidade

Acidentes Rodoviários

A ocorrência de acidentes rodoviários relaciona-se, em grande medida, com o comportamento humano mas também com o nível de tráfego e o estado de conservação que a rede viária apresenta.

Segundo o Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS) foram registados cerca de 1.378 acidentes rodoviários, para o concelho de Lagos, no período temporal de 2001 a 2010, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 57 – Número de ocorrências registadas acidentes rodoviários no concelho de Lagos

	Número de Ocorrências	Ano
Acidentes Rodoviários	181	2001
	174	2002
	151	2003
	163	2004
	161	2005
	125	2006
	142	2007
	135	2008
	73	2009
	73	2010

Fonte: Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS)

É de realçar que devido ao carácter turístico que se verifica no concelho de Lagos, a distribuição da probabilidade de ocorrência de acidentes anual não é uniforme, uma vez que o concelho apresenta um incremento acentuado de tráfego rodoviário nos meses de verão, que consequentemente dá origem um agravamento da probabilidade de acidentes nesta época do ano.

A classe de probabilidade de ocorrência de acidentes rodoviários que obriguem a ativação de uma estrutura de resposta mais completa, é de acordo com o PMEPC de Lagos, considerada média, com um período de retorno entre 25 a 50 anos.

No que concerne ao risco relacionado com a ocorrência de acidentes rodoviários verifica-se que, no concelho de Lagos, a Estrada Nacional 125, EN 120 e a A22 são as que apresentam risco elevado sendo as restantes vias do concelho incluídas numa classificação de risco moderado.

Acidentes Ferroviários

O Município de Lagos encontra-se servido por uma linha ferroviária com uma estação em Lagos (linha do Sul).

Não existem no concelho, passagens de nível sem guarda, no entanto o facto de na ferrovia a circulação ocorrer alternadamente em dois sentidos, poderá constituir algum risco de acidente em colisões frontais.

De acordo com o quadro abaixo apresentado, registaram-se durante o período 2001- 2010, cinco acidentes ferroviários, segundo o PMEPC, o acidente mais grave resultou em dois mortos durante o ano de 2002.

Quadro 58 – Número de ocorrências registadas relativo a acidentes ferroviários no concelho de Lagos

	Número de Ocorrências	Ano
Acidentes Ferroviários	1	2001
	2	2002
	-	2003
	-	2004
	1	2005
	1	2006
	-	2007
	-	2008
	-	2009
	-	2010

Fonte: Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS)

A classe de probabilidade de ocorrência de acidentes ferroviários graves é, de acordo com PMEPC, considerada média-baixa, com um período de retorno entre 50 a 200 anos.

No entanto, o risco associado à ocorrência de acidentes ferroviários é considerado elevado para toda a linha ferroviária do concelho, uma vez que já existe um histórico de acidentes graves relacionado fundamentalmente ao duplo sentido da mesma.

Acidentes Aéreos

Os acidentes aéreos podem ocorrer sempre que um concelho se encontre próximo de um aeroporto, aeródromo ou heliporto, e que são sobrevoados pelos respetivos corredores aéreos.

No caso do concelho de Lagos, a sua proximidade ao aeródromo de Portimão (10 km) e ao aeroporto de Faro (65 km), e o atrativo enquadramento geopaisagístico faz com que a probabilidade de ocorrência de acidentes aéreos seja uma realidade a ter em consideração.

Entre o ano de 2001 e 2010 ocorreram 4 acidentes aéreos, no concelho.

Quadro 59 – Número de ocorrências registadas relativo a acidentes aéreos, no concelho de Lagos

	Número de Ocorrências	Ano
Acidentes aéreos	-	2001
	-	2002
	1	2003
	-	2004
	1	2005
	1	2006
	-	2007
	-	2008
	-	2009
	1	2010

O PMEPC de Lagos, define uma probabilidade de ocorrência de acidentes aéreos, média-baixa, para um período de retorno entre 50 a 200 anos.

Relativamente ao risco existente no concelho de Lagos para a ocorrência de acidentes aéreos, é de acordo com o PMEPC, de risco elevado para todo o concelho.

Acidentes Marítimos/Fluviais

No que concerne aos acidentes marítimos ou fluviais, estes são suscetíveis de ocorrer quando um concelho é geograficamente inserido na faixa litoral ou possui cursos de água fluviais navegáveis no interior ou adjacente aos seus limites administrativos.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS), foram registados 43 acidentes marítimos/fluviais no período temporal de 2001 a 2010, tal como pode ser observado no quadro abaixo apresentado.

Quadro 60 – Número de ocorrências registadas acidentes marítimos e/ou fluviais no concelho de Lagos

	Número de Ocorrências	Ano
Acidentes Marítimos/Fluviais	9	2001
	1	2002
	11	2003
	10	2004
	12	2005
	-	2006
	-	2007
	-	2008
	-	2009
	-	2010

Fonte: Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS)

A probabilidade de ocorrência de acidentes marítimos/fluviais, envolvendo um número elevado de pessoas, é definida em média, para um período de retorno entre 25 a 50 anos.

Relativamente à classe de risco associado, considera-se elevada para a Marina e para o Porto de Lagos e moderado para a restante faixa costeira do concelho.

Transporte de Mercadorias Perigosas

As substâncias ou preparações, que devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioatividade, por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão, podem provocar situações com efeitos negativos para o Homem e para o ambiente, são consideradas mercadorias perigosas.

Apesar de não existirem registos de acidentes graves no transporte de mercadorias perigosas, para o concelho de Lagos, mas tendo em conta a regularidade e intensidade de tráfego de camiões cisterna que transportam combustível para os diversos postos de combustível e depósitos de gás do concelho, aceita-se que a ocorrência deste tipo de acidentes não é reduzida.

O PMEPC de Lagos, prevê que a classe de probabilidade de ocorrência de um acidente rodoviário é média, para o período de retorno entre 25 a 50 anos.

Dada a suscetibilidade da EN 125, da A22 e da EN 120, devido à intensidade de tráfego que se verifica nestas vias, o risco de acidentes no transporte rodoviário de mercadorias perigosas é elevado, nas restantes vias do concelho a classe de risco considerada é moderada.

Transporte de Mercadorias Perigosas por via navegável

O concelho de Lagos encontra-se localizado junto a uma zona de passagem de diversos corredores de navegação, consequentemente verifica-se um considerável volume de tráfego marítimo de transporte de mercadorias perigosas na sua costa. Todo o tráfego proveniente do mediterrâneo com destino ao Norte da Europa e vice-versa passa relativamente próximo da costa do concelho de Lagos, estas rotas são utilizadas por vários tipos de embarcações, entre as quais se destacam, as de transporte de mercadorias perigosas.

A classe de probabilidade de acidentes com o transporte por via navegável de mercadorias perigosas que possam afetar o concelho, é média alta, para um período de retorno entre 50 a 200 anos.

Foi considerado um risco elevado para a ocorrência de acidentes no transporte por via navegável de mercadorias perigosas.

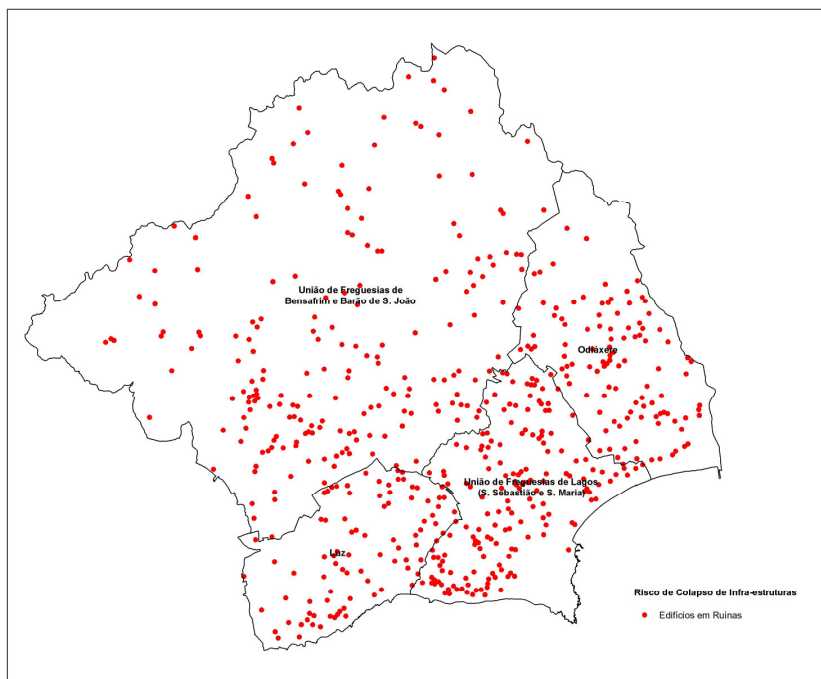
Risco de Colapso de Infraestruturas

Colapso ou Estrago de Edifícios

O colapso ou estrago em edifícios está intimamente relacionado com idade dos edifícios e o seu estado de degradação e abandono, o qual poderá ocorrer devido a vários fatores como catástrofes naturais (precipitações elevadas ou sismos) ou por consequências de origem humana como a falta de manutenção dos edifícios ou mesmo até explosões.

A listagem de ocorrências disponibilizada pelo CDOS de Faro, não é clara relativamente ao colapso de edifícios no concelho, uma vez que agrupa o dano e queda de infraestruturas e vias de comunicação, não especificando a tipologia de infraestruturas.

Relacionando os cenários referentes à probabilidade de ocorrência de sismos, com a probabilidade de ocorrência de colapsos e/ou estragos avultados provocados por precipitação intensa, estes factos aliados à quantidade, distribuição de idades e estado geral dos edifícios do concelho, o PMEPC definiu para o concelho de Lagos, uma probabilidade de ocorrência média-alta, para um período de retorno entre 10 a 25 anos.



Mapa 27 - Edifícios em ruínas ou em mau estado de conservação no concelho de Lagos

No concelho de Lagos e, pela análise do mapa acima representado, observa-se que existem múltiplos edifícios degradados ou com um nível de abandono avançado, o PMEPC definiu o risco associado à ocorrência de colapso destes edifícios elevado, para todos os aglomerados degradados do concelho.

Colapso de Infraestruturas Hidráulicas (Barragens)

Para a análise do risco associado ao colapso de infraestruturas hidráulicas, é necessário ter em consideração, as infraestruturas que sustentam grandes volumes de água, como as barragens, bem como as estruturas de transporte de água. Na ocorrência de acidentes relacionados com estas infraestruturas, podem ocorrer fenómenos de cheias repentinos de grande magnitude, a jusante das albufeiras, se existir rutura nas suas barragens ou problemas associados às comportas. Poderão ainda existir inundações nos centros urbanos, no caso de rutura de condutas da rede de abastecimento de água.

O concelho de Lagos possui no interior dos seus limites geográficos a Barragem da Bravura/Odiáxere. Esta barragem possui uma barreira de confinamento construída em betão com uma altura de 36 metros e armazena 35 milhões de metros cúbicos de água (na sua capacidade máxima).

Considerando a construção, monitorização e manutenção a que é sujeita a barragem, a classe de probabilidade de ocorrência de cheias/inundações originadas por acidentes em infraestruturas de contenção de grandes massas de água no concelho de Lagos é média baixa, para um período de retorno entre os 50 e 200 anos.

Perante um cenário de rutura da barragem da Bravura/Odiáxere, as áreas suscetíveis de serem afetadas correspondem, aos vales a jusante das respetivas barragens, principalmente o vale da ribeira de Odiáxere.

Desta forma o PMEPC de Lagos considerou elevado o risco de acidentes para infraestruturas de contenção de grandes massas de água e para todas as zonas a jusante da Barragem da Bravura.

Colapso de Infraestruturas Hidráulicas (Rutura de condutas)

As ruturas de condutas de água, são fenómenos frequentes de ocorrer, quer resultem de acidentes ou deterioração das condutas, quer sejam resultado de fenómenos naturais (ex: sismos, movimentos de massas, etc.)

Considerando estes fatores, o PMEPC definiu uma classe de probabilidade de ocorrência de inundações originadas por ruturas de condutas de transporte de água (que obriguem a uma intervenção mais concertada da Proteção Civil), como média alta.

Existe um risco moderado de rutura de condutas para todas as zonas com condutas de água.

Incêndios Urbanos

Considera-se incêndio urbano, todo o fogo que deflagra em áreas onde o nível de impermeabilização do solo é elevado e pode advir da falta de cuidado ao nível do manuseamento da rede elétrica ou gás.

Segundo o Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS) foram registados 391 incêndios urbanos no período temporal de 2001 a 2010, como pode ser observado no quadro abaixo representado.

Quadro 61 – Número de ocorrências registadas de incêndios urbanos no concelho de Lagos

	Número de Ocorrências	Ano
Incêndios Urbanos	43	2001
	22	2002
	33	2003
	36	2004
	34	2005
	48	2006
	61	2007
	49	2008
	30	2009
	35	2010

Fonte: Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS)

Desta forma, e de acordo com o PMEPC, admite-se uma classe média de probabilidade de ocorrência de incêndios urbanos no concelho de Lagos, para um período de retorno de 25 a 50 anos, devido às características dos centros urbanos e a densidade populacional do concelho de Lagos.

Relativamente ao risco associado à ocorrência de incêndios urbanos, constata-se que o risco mais elevado se verifica nas áreas urbanas em que a densidade de construção é mais elevada e existe um número de edifícios mais antigos, determinando-se desta forma, um risco elevado para a União de

Freguesias de Lagos (S.Sebastião e Santa Maria), e um risco moderado nas restantes freguesias e aglomerados.

Sintetizando os riscos tecnológicos de acordo com a sua probabilidade de ocorrência e o impacto estimado para a população, ambiente e sócioeconomia, obtêm-se o seguinte quadro:

Quadro 62 – Síntese dos riscos tecnológicos por classe de probabilidade de ocorrência e por impacto estimado

Classe de probabilidade de ocorrência	Risco	Impacto Estimado			Período de retorno
		População	Ambiente	Sócio-Economia	
Média	Acidentes Industriais	Reduzida	Residual	Reduzida	25-50
	Acidentes Rodoviários	Moderada	Residual	Reduzida	
	Acidentes Marítimos	Moderada	Residual	Residual	
	Transporte de Mercadorias Perigosas	Reduzida	Moderada	Reduzida	
	Transporte de Mercadorias Perigosas (via Navegável)	Reduzida	Crítica	Acentuada	
	Incêndios Urbanos	Reduzida	Residual	Moderada	
Média Baixa	Colapso de Infraestruturas Hidráulicas (Barragens)	Acentuada	Moderada	Moderada	50-200
	Acidentes Ferroviários	Acentuada	Residual	Acentuada	
	Acidentes Aéreos	Crítica	Residual	Moderada	
Média-alta	Colapso de Infraestruturas Hidráulicas (Condutas)	Residual	Residual	Reduzida	10-25
	Colapso ou Estrago de Edifícios	Reduzida	Residual	Moderada	

3.4.2 Análise SWOT Territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere aos riscos naturais e tecnológicos, foi possível a equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a esta área territorial.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
	<ul style="list-style-type: none"> – Risco Sísmico elevado nos locais do concelho densamente povoado e/ou com infraestruturas; – As zonas costeiras sem arribas e vales adjacentes às mesmas apresentam um risco de Tsunami elevado; – O risco de queda de arribas é elevado para toda a faixa costeira ocupada pelas mesmas; – O risco associado a movimentos de massa é mais elevado no limite sul das freguesias da Luz e Santa Maria e na zona adjacente às povoações Bravura, Quinta Velha, Monte Ruivo e Pedra Branca; – As povoações na área adjacente à ribeira de Bensafrim estão sob o risco de cheia ou inundação moderado; – Existem fundamentalmente duas zonas de risco elevado de incêndio, a nordeste e no centro norte do concelho; – O risco de acidentes industriais é elevado para área específicas, tais como parques industriais, empresarias, depósitos de gás, postos de combustíveis, oficinas, fábricas e áreas contíguas; – Elevada sinistralidade na EN 125, EN 120 e a A22 associada fundamentalmente à elevada afluência de tráfego aí registado; – Existência de uma única linha ferroviária com duplo sentido, funcionando alternadamente; – Existência de alguns edifícios degradados ou com um grau de abandono avançado; – Risco de acidentes em infraestruturas de contenção elevado para todas as áreas a jusante da Barragem da Bravura; – Risco elevado de colapso de edifícios para todas as aglomerado onde se localizem esta tipologia de infraestruturas; – Risco elevado de ocorrência de incêndios urbanos para as áreas mais consolidadas e que apresentem maior grau de antiguidade na sua tipologia de construção;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> – Verificou-se através da análise dos riscos naturais e tecnológicos, que os mesmos são suscetíveis de gerarem danos a nível das pessoas, bens e ambiente, oscilando o seu grau de risco conforme o tipo de ocorrência;

3.4.3 Tendências de Evolução na Ausência de PDM de Lagos

Na ausência de PDM, a situação atual poderia agravar-se ao nível dos riscos uma vez ao não existir um Plano Diretor Municipal eficaz, o ordenamento do território ao nível concelhio, não contemplaria a cartografia de Riscos introduzida pelo PMEPC, podendo assim ocorrer um agravamento do nível dos mais diversos riscos no concelho assim como das consequências dos mesmos.

3.4.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Riscos Naturais e Tecnológicos”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Riscos Naturais e Tecnológicos				
Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações, contribuindo para a prevenção e redução de possíveis situações de Riscos Naturais e Tecnológicos.	A proposta de plano definiu opções de forma a não potenciar riscos existentes e introduziu disposições de forma a salvaguardar pessoas, bens e ambiente em situações de risco existentes ao nível do concelho.	(+++)	Não foram identificados os edifícios devolutos existentes no concelho em cartografia da proposta do Plano.	(-)
	Não foi considerada pela proposta de Plano a edificação em zonas com perigosidade elevada de incêndio	(++)		
	Fixou-se uma faixa de gestão de combustível	(++)		
	Inclusão do risco de incêndio como critério na verificação da compatibilidade de usos com as categorias de solo urbano e rural.	(++)		
	A proposta de Plano define a necessidade da realização de um estudo hidráulico/Hidrogeológico, em sede de PP ou PU, em zonas identificadas como tendo risco de cheia e de inundação;	(++)		
	Foi incluída uma disposição acerca da largura de arruamentos, destinada a a permitir a rápida intervenção das viaturas de socorro;	(++)		
	De acordo com a proposta de PDM não é permitida a instalação, em espaços de	(++)		

	atividade económica, de atividades que possam provocar acidentes relacionados com matérias perigosas.			
--	---	--	--	--

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos(++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

3.4.5 Avaliação de Efeitos Significativos

A cartografia de risco do concelho foi efetuada no âmbito do PMEPC e do PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos de Lagos), tendo sido adaptada e inserida no PDM, na carta de ordenamento (cartas B e C).

Desta forma, a proposta de Plano procurou integrar as preocupações ao nível da proteção civil com o desenvolvimento do modelo de ordenamento, de modo a determinar se a proposta de PDM introduz ou agrava as possíveis situação de risco, nomeadamente riscos de sismo, tsunamis, acidentes industriais, movimentos de massas, cheias e inundações, e incêndios florestais, para pessoas, bens e ambiente e simultaneamente introduz as disposições necessárias à promoção da salvaguarda dos mesmos tendo em conta à influencia desses riscos no modelo territorial.

A proposta de Plano inclui o risco de incêndio como critério na verificação da compatibilidade de usos com as categorias funcionais de solo urbano e rural.

È proposto ainda uma delimitação de aglomerados rurais, em áreas em que não haja perigosidade elevada neste tipo de riscos, e fixada uma faixa de gestão de combustível nas cartas de ordenamento, com o objetivo de diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, de forma a proteger vias de comunicação, edifícios e equipamentos e isolar potenciais focos de ignição de incêndios.

Relativamente a cheias e inundações, está interdita a construção em zonas de risco de inundação, com exceção quando são definidas, mediante estudo hidráulico/hidrológico, cotas mínimas de implantação (nomeadamente em sede de PP ou PU), sempre que se encontrem na sua área de intervenção zonas identificadas como tendo risco de cheia e inundação.

Nos espaços de atividade económica, foram restringidos os usos que possam provocar acidentes com matérias perigosas.

O PDM de Lagos, determina um programa de intervenção, com um conjunto de ações, que permitirão colmatar os problemas relativos a acidentes rodoviários no concelho, nomeadamente, aos níveis de congestionamento rodoviário que se fazem sentir essencialmente na época alta, e são uma das maiores causas dos acidentes rodoviários no concelho.

É proposto para o concelho de Lagos, a construção ou requalificação de vias, nomeadamente:

- Variante de Odiáxere;
- Ligação entre a Meia Praia a freguesia de Odiáxere;
- Ligação entre a Meia Praia e a ER125, através do Chinicato;
- Ligação entre a EM535 e a EN120;
- Via Circular de Lagos, com ligação à EN125.

Para além das ações de intervenção na rede viária principal, as estradas e caminhos municipais, que efetuam a circulação interna local, irão igualmente ser alvo de requalificação e beneficiação, de forma a garantir todas as condições de segurança na circulação de veículos e pessoas, o que irá promover o incremento na qualidade das vias rodoviárias, promovendo assim a diminuição do risco rodoviário.

De um modo geral, foi incluída uma disposição acerca da largura de arruamentos, de forma a permitir uma rápida intervenção das viaturas de socorro e a possibilidade de definição de circuitos alternativos de emergência.

De acordo com as faixas de proteção delimitadas pela ARH Algarve nas zonas de arribas do concelho de Lagos, definidas pelo POOC Burgau – Vilamoura, é interdita a construção ou utilização destas áreas por qualquer tipologia de infraestrutura, proporcionando desta forma uma diminuição do risco de queda de arribas para a população.

A não inclusão dos edifícios devolutos na carta de ordenamento constituiu um efeito negativo pouco significativo, uma vez que esta tipologia de edificado constitui a origem e o incremento de riscos como os incêndios urbanos ou a queda de infraestruturas, pelo que deverá ser contabilizada pela proposta do plano.

3.4.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

Em relação ao PDM datado de 1995, a proposta de PDM em avaliação, considerou para prossecução e definição do seu modelo territorial os Riscos Naturais e Tecnológicos existentes no concelho de Lagos, ao integrar os mesmos na Cartografia de Ordenamento (carta, B e C).

Desta forma o plano promove a salvaguarda de pessoas, bens e ambiente, ao introduzir as disposições necessárias à promoção da salvaguarda dos mesmos, tendo em conta a influência desses riscos no modelo territorial, o que torna este plano muito mais eficaz na prevenção e atenuação dos riscos identificados.

3.4.7 Programa de Seguimento

Irá ser constituído um programa de seguimento para o critério riscos naturais e tecnológicos, e que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão, onde se encontram definidos os objetivos e as medidas de mitigação resultantes da implementação do plano, e medidas de monitorização de forma a prevenir e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta de plano.

3.4.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

O plano deverá contemplar o objetivo de mitigação relativo aos riscos tecnológicos e naturais, no que se refere ao seu modelo territorial, a seguir transcrito:

Assim foi considerado como objetivo de mitigação comum a todos os riscos a realização de ações ao nível de ordenamento do território, que atenuem e até eliminem as possíveis situações de risco identificadas na situação de referência.

Nas políticas de redução ou mitigação dos riscos, devem considerar-se os seguintes pressupostos e na elaboração do modelo territorial e na proposição de orientações e normas:

- Apostar na adoção de práticas de conceção e reabilitação sísmica, em qualquer tipologia de construção;
- A adoção de políticas municipais de ordenamento e instrumentos que valorizem a prevenção e minimização dos processos associados aos movimentos de massa e a processos de colapso, abatimento ou estabilidade de zonas cársticas ou de explorações minerais abandonadas ou degradadas;
- A implementação de programas específicos em troços críticos de erosão litoral em arribas, avaliando as opções de planificação assumidas, a eficiência das obras de proteção, bem como a análise de custos e benefícios nas frentes urbanas e nas áreas protegidas sensíveis;
- Condicionamento das áreas com maior risco, relacionado com cheias e inundações;
- Avaliação, monitorização dos regimes fluviais associados a cheias rápidas e progressivas;
- Reflorestação das áreas ardidas e aumento dos espaços com espécies autóctones, bem como sensibilização das populações para os perigos e para as práticas de autoproteção;
- Desenvolvimento de unidades de saúde e de equipas especializadas de socorro e emergência que cubram de forma eficaz e densa os municípios com maior vulnerabilidade social;

- Promover a implementação e cumprimento do Planos de Contingência para o Sistema Municipal de Abastecimento de Água do Algarve, no caso de ser comprometido o abastecimento de água ao concelho;
- Em caso de emergência e dependendo da origem e da escala territorial da mesma, deverão ser despoletados os mecanismos de ação e intervenção definidos pelos seguintes planos:
 - Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil;
 - Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Faro;
 - Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Lagos;
 - Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico e de Tsunamis no Algarve;
 - Plano de Emergência da Linha do Algarve (PELA)
- Os edifícios ou estruturas, cujas características apresentem potencial para gerar ou sofrer acidentes graves ou catástrofes (barragens, centros, escolas, fábricas, etc.), devem originar planos de emergência internos e externos;
- O desenvolvimento dos planos internos é da responsabilidade dos operadores dos edifícios/estrutura. Por sua vez os Planos de emergência externos, são da responsabilidade da autarquia, pois visam prepara a resposta dos agentes e organismos de proteção civil para os acidentes graves que possam ocorrer no edifício/estrutura em causa;
- Dado o número de edifícios em ruínas que se verificaram no concelho, considera-se que uma das principais estratégias de mitigação deverá passar pela estabilização ou recuperação dessas infraestruturas;
- Assegurar o cumprimento das medidas preventivas para controlo de velocidade, assim como das regras estabelecidas para a circulação e estacionamento no concelho;
- Assegurar que a reabilitação urbana e construção de raiz cumpram as boas práticas em matéria de construção antissísmica, permitindo uma diminuição da vulnerabilidade face a situações de risco, no mesmo sentido, todas as operações urbanísticas no concelho, deverão integrar as normas e boas praticas recomendadas pela ANPC;
- As intervenções no espaço urbano devem ser condicionadas nas áreas de elevado risco, incluindo a interdição de construção (para habitação ou turismo).

3.4.7.2 Medidas de Monitorização

Reavaliar a classe dos riscos associados à zona em estudo, ao longo da sua implementação, de forma compreender em que medida é que o PDM poderá incrementar ou mitigar os riscos no concelho.

Deverão ser monitorizadas anualmente, o número de ocorrências relativamente a episódios de:

- Cheias e Inundações;
 - Fogos Florestais;
 - Movimentos de Massas;
 - Sismos;
 - Incêndios urbanos;
 - Acidentes Industriais;
 - Acidentes Rodoviários, Ferroviários, aéreos, navegação fluvial, transporte de mercadorias perigosas com possível contaminação de águas, solo ou poluição atmosférica difusa.
 - Colapso de infraestruturas (edifícios e infraestruturas hidráulicas)
 - Acidentes com origem em concentrações humanas.
- Deverá igualmente ser contabilizada, e quando aplicável, a área (ha) afeta a estas ocorrências.
- Evolução do número de licenças para os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto – Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, e área condicionada pela presença destes estabelecimentos.
- A percentagem de edificações com construção antissísmica deverá ser aferida anualmente em todo o concelho.

.4.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Implementar medidas conducentes à mitigação dos riscos identificados no PMEPCCL. Integrar no modelo territorial do PDM a informação contida no PMEPCCL.
ANPC	Manter atualizadas as informações sobre os riscos naturais e tecnológicos, planos de contingência e de emergência. Promover ações de sensibilização à população Promover a realização de simulacros, tendo em conta os vários riscos identificados para o concelho.
População	A participação pública, fomentando o envolvimento dos cidadãos em simulacros, promovidos pelas entidades competentes para o efeito. Adotar prática de prevenção de riscos

3.5 Valorização Patrimonial e Cultural

A salvaguarda do património cultural de um território contribui, significativamente, para a identidade local das populações e para a manutenção de uma imagem tipicamente regional, promovendo a valorização de atividades turísticas e lúdicas diversificadas.

3.5.1 Caracterização da situação atual

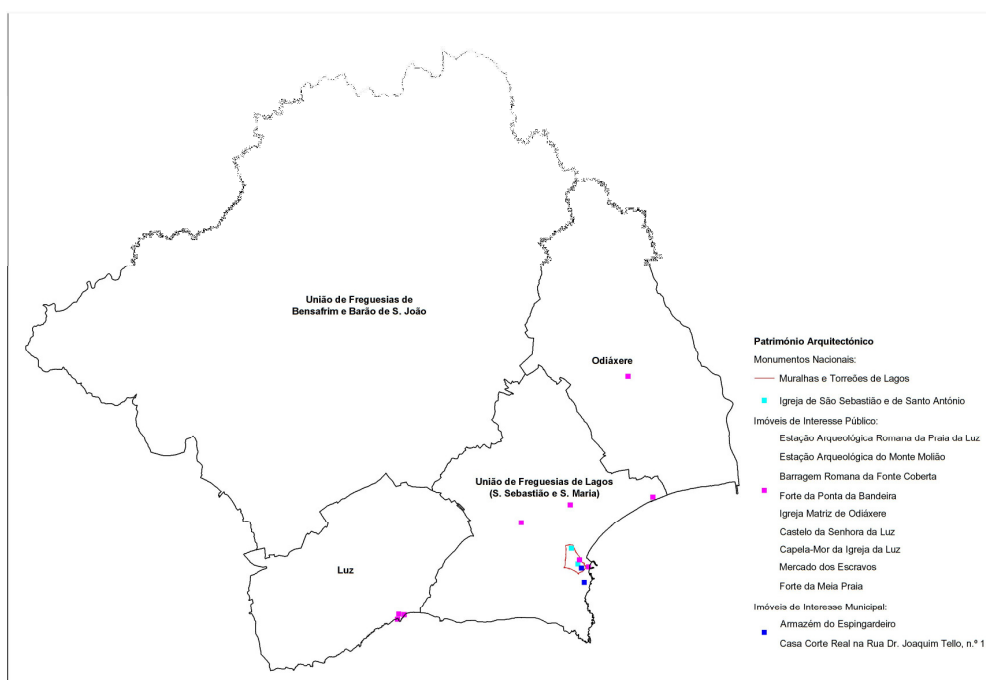
Património arqueológico e arquitetónico

O património arquitetónico, do concelho de Lagos, é caracterizado pela presença de um diversificado leque de imóveis classificados, nomeadamente, monumentos nacionais, imóveis de interesse público, imóveis de interesse municipal e imóveis em vias de classificação, homologados como imóveis de interesse público e municipal.

Quadro 63 – Património arquitetónico classificado no concelho de Lagos

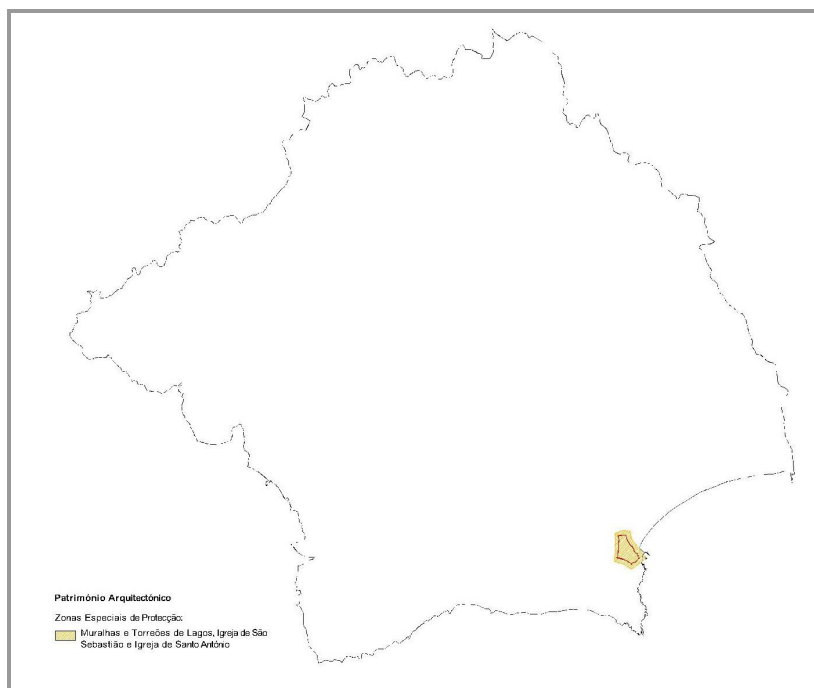
Zonas especiais de proteção	Igrejas de Santo António e São Sebastião e das muralhas e torreões da Cidade de Lagos (Portaria publicada no DG, n.º 84, de 9-04-1962; Portaria publicada no DG, II Série, n.º 275, de 24-11-1969)
Monumentos Nacionais	Igreja de Santo António (Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924); Igreja de S. Sebastião (Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924); Muralhas e torreões de Lagos, compreendendo especialmente, as portas de Portugal e a do postigo e os restos dos antigos paços dos governadores do Algarve, onde habitou o Infante D. Henrique (Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924).
Imóveis de Interesse Público	Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Luz (Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944); Castelo da Senhora da Luz ou Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977); Barragem Romana da Fonte Coberta (Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992); Estação Arqueológica do Monte Molião (Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992); Estação Arqueológica Romana da Praia da Luz (Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992); Igreja Matriz de Odiáxere (Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996); Forte da Ponte da Bandeira, também denominado N. S. da Penha de França, do Pau da Bandeira ou do Registo (Decreto n.º 5/2002, DR, 1ª Série-B, n.º 42, de 19-02-2002); Forte da Meia Praia (Portaria n.º 41/2014, DR, 2ª série, n.º 14, de 21-01-2014); Mercado dos Escravos, Vedoria ou Alfândega (Portaria n.º 177/2014, DR, 2ª série, n.º 44, de 4-03-2014).
Imóveis de Interesse Municipal	Casa Corte Real (Reunião de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagos, de Setembro de 2003, realizada a <u>13-10-2003</u>); Armazém do Espingardeiro, Oficina do Espingardeiro, Selaria ou Ex. Quartel da Coroa (Edital n.º 660/2013, DR, 2ª Série, n.º 125, de 2-07-2013).

Como pode ser observado no mapa seguinte, o maior número de imóveis e monumentos classificados encontram-se, essencialmente, na cidade de Lagos, uma vez que, esta é considerada a “Capital dos Descobrimentos” por possuir uma localização privilegiada no território, que proporcionava a realização de trocas comerciais e a passagem de diversos povos.



Mapa 28 - Imóveis classificados no concelho de Lagos

Atualmente, os Monumentos Nacionais classificados, no concelho, designadamente as Muralhas e Torreões de Lagos, a Igreja de Santo António e a Igreja de São Sebastião, encontram-se envolvidos por Zonas Especiais de Proteção (ZEP), estando estes monumentos salvaguardados e o uso do solo nesses locais, condicionado.



Mapa 29 - Zonas Especiais de Proteção (ZEP)

Relativamente ao património arqueológico a área em estudo apresenta várias ocorrências arqueológicas, de valor histórico relevante, que subsistiram sob a forma de ruínas, materiais dispersos e depósitos sedimentares de origem sócio-cultural.

A cronologia dos sítios arqueológicos existentes abrange vários períodos como o da idade do ferro, proto-histórico e pré-histórico, romano, medieval ou sítios com período temporal indeterminado.

Quadro 64 – Sítios arqueológicos classificados no concelho de Lagos

DESIGNAÇÃO	CNS	TIPO DE SÍTIO	CONCELHO/FREGUESIA	PERÍODO	CLASSIFICAÇÃO
"Faro" (1912) - Lagos	31432	Naufrágio	Lagos	Contemporâneo	-
"La Princesa" (1743) - Lagos	31190	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
"Nuestra Señora de la Concepción" (1566) - Lagos	29344	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
"Nuestra Señora de la Muela" (1628) - Lagos	29313	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
"Saint Joseph" (1727) - Lagos	29354	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
"San José" (1830) - Meia Praia	29346	Naufrágio	Lagos	Contemporâneo	-
"Santa Ana" (1593) - Lagos	29312	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
Achados (1672) - Lagos	29358	Achado(s) Isolado(s)	Lagos	Moderno	-
Baía de Lagos - Ânfora	24126	Achado(s) Isolado(s)	Lagos	Romano	-
Cama da Vaca 1	22793	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Luz	Moderno	-
Cama da Vaca 2 ou "Wilhelm Krag" (1917)	26427	Naufrágio	Lagos/Luz	Contemporâneo	-
Meia Praia 1	22233	Naufrágio	Lagos	-	-
Meia Praia 2	22662	Fundeadoiro	Lagos	Romano e Moderno	-
Meia Praia 3	22780	Naufrágio	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno	-
Meia Praia 4	23483	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
Meia Praia 5	32327	Achado(s) Isolado(s)	Lagos	Indeterminado	-
Bensafrim - povoado submerso	23612	Povoado	Lagos/Bensafrim	Indeterminado	-
Bergantim (1826) - Lagos	29347	Naufrágio	Lagos	Contemporâneo	-
Lagos - jarras espanholas	23589	Achado(s) Isolado(s)	Lagos	Moderno	-
Naufrágio (1540) - Lagos	32190	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
Naufrágio (1655) - Ponta da Piedade	29343	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
Naufrágio (1670) - Lagos	29363	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
Naufrágio (1785) - Lagos	29735	Naufrágio	Lagos	Moderno	-
Navio mercante (1815) - Lagos	29342	Naufrágio	Lagos	Contemporâneo	-
Pedra do Calvário 1 (Lagos)	22225	Achado(s) Isolado(s)	Lagos	Romano (A âncora é presumivelmente tardo-romana, e os fragmentos de ânforas presumivelmente púnicos.)	-
Pedra do Calvário 2 (Lagos)	23480	Achado(s) Isolado(s)	Lagos	Moderno	-
Pedra dos Caneiros, Lagos	28513	Naufrágio	Lagos	Contemporâneo	-

Ponta da Piedade 1	22777	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Romano	-
Ponta da Piedade 2	22778	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Ponta da Piedade 3	23946	Âncora	Lagos	Indeterminado	-
Ponta da Piedade 4	28508	Naufrágio	Lagos/Luz	Contemporâneo	-
Porto de Mós, Lagos - Âncora em pedra	32344	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Luz	Indeterminado	-
Praia da Luz - Chalupa	22227	Naufrágio	Lagos/Luz	Contemporâneo	-
Praia da Luz 1	23496	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Luz	Indeterminado	-
Praia da Luz 2 - Cepo de chumbo	24000	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Luz	Romano	-
Praia do Canavial - Porto de Mós	22776	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Luz	Moderno	-
Praia do Pinhão - Lagos	22775	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Aduvalho	1254	Mina	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno e Indeterminado	-
Alcaria	1627	Necrópole	Lagos/Odiáxere	Calcolítico	-
Ameijeira	14534	Oficina	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Neolítico	-
Barradas	18956	Casal Rústico	Lagos/Odiáxere	Medieval Islâmico	-
Barragem Romana da Fonte Coberta	822	Barragem	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Barão de São João	2671	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Barão de São João	Romano	-
Bensafrim	850	Necrópole	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Bensafrim	898	Necrópole	Lagos/Bensafrim	Idade do Bronze	-
Bensafrim	4203	Silo	Lagos/Bensafrim	Medieval Islâmico	-
Bensafrim (Silo)	1220	Vestígios Diversos	Lagos/Bensafrim	Calcolítico e Medieval Islâmico	-
Bensafrim - Marco Geodésico	18335	Habitat	Lagos/Bensafrim	-	-
Caldeiroa	2672	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Campo das Aguilhoadas	5044	Vestígios Diversos	Lagos/Bensafrim	Paleolítico, Neo- Calcolítico e Romano	-
Capela de São João Baptista	551	Ermida	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Medieval Cristão	Procedimento caducado - sem protecção legal
Casteleja	828	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Cerro Grande	953	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Barão de São João	Idade do Bronze	-
Cerro das Amendoeiras	826	Vestígios Diversos	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Cerro do Lago	827	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-

Cerro do Moinho	908	Tholos	Lagos/Bensafrim	Calcolítico	-
Colinas Verdes	16888	Habitat	Lagos/Bensafrim	Neolítico	-
Corte do Bispo	1263	Mina	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Cotifo de Baixo 3	16437	Casal Rústico	Lagos/Odiáxere	Moderno	-
Cotifo de Baixo 4	16933	Casal Rústico	Lagos/Odiáxere	Romano	-
Cruz da Pedra	11650	Estação de Ar Livre	Lagos/Luz	Paleolítico Médio, Magdalenense e Mesolítico	-
Escampadinho	817	Necrópole	Lagos/Odiáxere	Romano	-
Estação arqueológica da Praia da Luz	4499	Villa	Lagos/Luz	Romano	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Estrada da Ponta da Piedade	24429	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	-	-
Falfeira	1266	Necrópole	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Ferrel 1	11651	Estação de Ar Livre	Lagos/Luz	Paleolítico Médio e Paleolítico Superior	-
Ferrel 2	12200	Estação de Ar Livre	Lagos/Luz	Romano (?)	-
Figueiral	18330	Habitat	Lagos/Bensafrim	Indeterminado	-
Figueiral da Misericórdia	825	Vicus	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Figueiral de Burgau	27792	Habitat	Lagos/Luz	Paleolítico Superior e Epipaleolítico	-
Fonte Santa	967	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Bensafrim	Idade do Ferro	-
Fonte Velha	812	Necrópole	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Fortaleza de Nossa Senhora da Luz	948	Fortificação	Lagos/Luz	Indeterminado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Fronteira	2121	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Gaspar de Cima 2	16889	Habitat	Lagos/Bensafrim	Paleolítico Superior e Neolítico Antigo	-
Haver	1252	Mina	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Horta do Trigo	16935	Habitat	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano (?), Moderno e Indeterminado (Pré-História)	-
Hortinha	813	Necrópole	Lagos/Bensafrim	Idade do Ferro e Romano	-
Hortinha	3170	Necrópole	Lagos/Bensafrim	Idade do Ferro	-
Hortinha	820	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Bensafrim	Neolítico Final	-
Hospital Militar de Lagos	4496	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Romano	-

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Orada	13832	Necrópole	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno	-
Jardim	5946	Villa	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Lagarinho	1304	Lagar	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Lagos	2311	Tesouro	Lagos	Medieval Islâmico	-
Lagos	2312	Necrópole	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Romano	-
Lagos	1427	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Neolítico	-
Lagos	452	Aqueduto	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno	-
Lagos - Beco de Santa Bárbara, n.º 9	16988	Indeterminado	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Indeterminado	-
Lagos - Beco do Paiol, nº 7 a 11	24385	Indeterminado	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno e Contemporâneo	Em Área de Protecção de Monumento Classificado
Lagos - Casa da Dízima	17002	Edifício	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	Em Área de Protecção de Monumento Classificado
Lagos - Casa da Fogaça	30147	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Frente Ribeirinha de Lagos	32784	Cais	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Gaveto da Rua 25 de Abril	2663	Complexo Industrial	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Romano	-
Lagos - Igreja da Nossa Senhora do Carmo	30964	Igreja	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	Procedimento encerrado / arquivado - sem protecção legal
Lagos - Janela Manuelina	2680	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Jardim da Constituição	32783	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Idade Média, Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Ponte Dona Maria	683	Ponte	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Porta de São Gonçalo	18742	Fortificação	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Idade Média e Medieval Islâmico	-
Lagos - Praça D' Armas, nº 1	24311	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Neolítico Antigo, Idade do Bronze, Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Rua 25 de Abril, nºs 57 a 71	24377	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Romano, Idade Média e Moderno	-
Lagos - Rua 5 de Outubro - silos	33605	Silo	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-

Lagos - Rua 5 de Outubro, nº 32	24270	Indeterminado	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Rua Conselheiro Joaquim Machado, nº 29 a 30	33603	Edifício	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Rua Conselheiro Joaquim Machado, nº 89	24427	Edifício	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Rua Conselheiro Joaquim Machado, nºs 53/55	24428	Edifício	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Rua Dr. Julio Dantas, nº 27	24201	Edifício	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	Em Área de Protecção de Monumento Classificado
Lagos - Rua Infante de Sagres, nº 50	24193	Fossa	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Rua Infante de Sagres, nº 83	24187	Indeterminado	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno	-
Lagos - Rua Marechal Furtado, nº 15	24199	Edifício	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno	-
Lagos - Rua Marquês de Pombal, 12-20	33595	Edifício	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano e Moderno	-
Lagos - Rua Marreiros Neto	24425	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano, Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Rua Miguel Bombarda	24432	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	-	-
Lagos - Rua Miguel Bombarda, nº 15	24301	Edifício	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	Em Área de Protecção de Monumento Classificado
Lagos - Rua Santa Maria da Graça/Largo de Santa Maria da Graça	21603	Necrópole	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Rua Silva Lopes n.º 35 a 37	33681	Cidade	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Contemporâneo	-
Lagos - Rua Silva Lopes, nº 4 a 8	3087	Complexo Industrial	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Romano	Em Área de Protecção de Monumento Classificado
Lagos - Rua Soeiro da Costa, nº 55	24293	Edifício	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Rua da Oliveira, nº 77	24259	Indeterminado	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Rua da Porta da Vila, n.º 18-20	33414	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Rua da Roda, nº 23	24252	Indeterminado	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno	-
Lagos - Rua das Cruzes, n.º 4-10	21675	Edifício	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Romano e Contemporâneo	-

Lagos - Rua de São José	24430	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	-	-
Lagos - Rua de São José, nº 25	17022	Indeterminado	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Moderno	-
Lagos - Rua do Castelo dos Governadores	24431	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	-	ZEP - Zona Especial de Protecção
Lagos - Rua do Jardim/ Rua General Alberto da Silveira	23017	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Idade Média, Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Rua dos Ferreiros, n.º 30	16646	Indeterminado	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno	-
Lagos - Rua dos Peixeiros	32798	Silo	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Moderno e Contemporâneo	-
Lagos - Urbanização Varandas de São João	16647	Indeterminado	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Idade Média e Moderno	-
Luz	801	Menir	Lagos/Luz	Neo-Calcolítico	-
Malaca	2710	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Bensafrim	Romano	-
Maranhão Novo	18333	Habitat	Lagos/Bensafrim	-	-
Marateca	815	Necrópole	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Meia Praia	14468	Villa	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano, Baixo Império	-
Menir da Cabeço do Rochedo	19324	Menir	Lagos/Bensafrim	Neolítico	Procedimento caducado - sem protecção legal
Menir do Maranhão Novo	13146	Menir	Lagos/Bensafrim	Neolítico	-
Moirato	814	Vestígios Diversos	Lagos/Odiáxere	Romano	-
Monte Alto	18329	Habitat	Lagos/Odiáxere	-	-
Monte Alto 1	16892	Habitat	Lagos/Odiáxere	Neolítico	-
Monte Alto 4	16938	Povoado Fortificado	Lagos/Odiáxere	Idade do Ferro (?) e Idade Média (?)	-
Monte Alto 8	16944	Menir	Lagos/Odiáxere	Neolítico	-
Monte Amarelo	1276	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Bensafrim	Idade do Ferro e Romano	-
Monte Amarelo	1216	Dolmen	Lagos/Bensafrim	Neo-Calcolítico	-
Monte Augusto 1	31830	Habitat	Lagos/Odiáxere	Romano	-
Monte Corte Real 1	32499	Vestígios de Superfície	Lagos/Odiáxere	Moderno e Contemporâneo	-
Monte Corte Real 2	32513	Necrópole	Lagos/Odiáxere	-	-
Monte da Rocha	702	Menir	Lagos/Bensafrim	Neo-Calcolítico	-
Monte da Sabrosa 1	17455	Menir	Lagos/Bensafrim	Neolítico	-

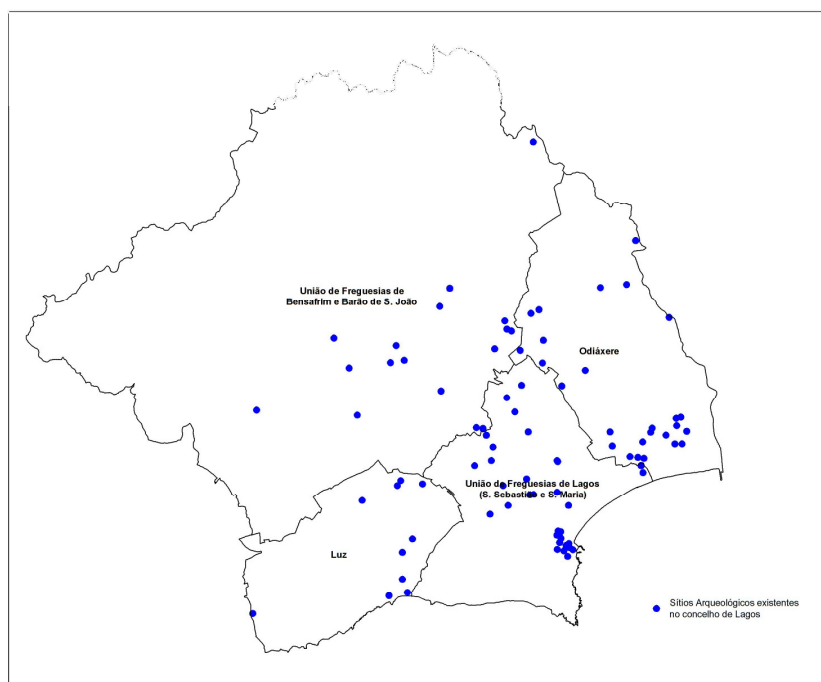
Monte da Sobrosa	703	Menir	Lagos/Bensafrim	Neo-Calcolítico	-
Monte do Castanheiro 1	704	Menir	Lagos/Bensafrim	Neo-Calcolítico	-
Monte do Castanheiro 2	705	Menir	Lagos/Bensafrim	Neo-Calcolítico	-
Monte do Castanheiro 3	706	Menir	Lagos/Bensafrim	Neo-Calcolítico	-
Monte do Januário	11630	Estação de Ar Livre	Lagos/Luz	Magdalenense (ou Epipaleolítico)	-
Monte dos Amores 1	33598	Mancha de Ocupação	Lagos/Odiáxere	Calcolítico, Romano e Moderno	-
Monte dos Amores 2	33599	Lagareta	Lagos/Odiáxere	Indeterminado	-
Montes Juntos	18336	Habitat	Lagos/Lagos (São Sebastião)	-	-
Montinho da Rocha	18332	Habitat	Lagos/Bensafrim	-	-
Montinho da Rocha	20447	Habitat	Lagos/Bensafrim	Paleolítico Superior e Mesolítico	-
Mouratos	18014	Vestígios Diversos	Lagos/Odiáxere	Idade do Ferro (Não foram identificados vestígios pela Extensão no entanto foram-nos referidos por João Velinho e pelo Dr. David Calado que estes existem.) e Romano	-
Muralhas e Torreões de Lagos	1973	Muralha	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Medieval Cristão	Classificado como MN - Monumento Nacional
Odiáxere	3188	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Odiáxere	Paleolítico	-
Odiáxere	1287	Habitat	Lagos/Odiáxere	Neolítico	-
Palmares	18337	Menir	Lagos/Odiáxere	-	-
Palmares 1	31959	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Odiáxere	Indeterminado	-
Palmares 2	32502	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Odiáxere	Romano e Indeterminado (Pré-história)	-
Palmares 3	32503	Habitat	Lagos/Odiáxere	Romano e Medieval Islâmico	-
Palmares 5	33574	Casal Rústico	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Medieval Islâmico	-
Palmares 7	33573	Fossa	Lagos/Odiáxere	Moderno e Indeterminado (Pré-História Recente)	-
Paraíso	837	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Bensafrim	Neolítico	-
Paúl	823	Vestígios Diversos	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Pedra Branca	18331	Menir	Lagos/Odiáxere	Neo-Calcolítico	-
Pedras Ruivas	18656	Menir	Lagos/Odiáxere	-	-
Pinheiral	18328	Menir	Lagos/Odiáxere	Neo-Calcolítico	-
Pinheiral 1	16937	Acampamento	Lagos/Odiáxere	Neolítico (?)	-

Pinhão	1299	Fortificação	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Medieval Cristão	-
Ponta da Piedade	1531	Achado(s) Isolado(s)	Lagos/Lagos (Santa Maria)	Idade do Bronze	-
Portela	1280	Villa	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Portela do Padrão	707	Alinhamento	Lagos/Bensafrim	Neo-Calcolítico	-
Portelas	799	Necrópole	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Idade do Bronze	-
Povoado de Monte Molião	11870	Povoado	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Idade do Ferro, Romano e Medieval Islâmico	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Povoado do Cabeço do Rochado	19325	Povoado	Lagos/Bensafrim	Idade do Bronze	-
Quatro Estradas	16939	Estrutura	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano (?)	-
Quinta da Queimada	12548	Povoado	Lagos/Odiáxere	Neolítico	-
Quinta da Queimada (necrópole)	26504	Necrópole	Lagos/Odiáxere	Idade do Ferro - 2ª	-
Quinta da Senhora da Luz	1691	Anta	Lagos/Luz	Neo-Calcolítico	-
Quinta das Noras 1	32508	Habitat	Lagos/Odiáxere	Romano (?)	-
Quinta do Ferrel	708	Menir	Lagos/Luz	Neo-Calcolítico	-
Saborosa/Sobrosa	957	Abrigo	Lagos/Bensafrim	Indeterminado	-
Sabrosa	18334	Habitat	Lagos/Bensafrim	-	-
Salgadas 1	16890	Habitat	Lagos/Bensafrim	Neolítico	-
Salgadas 2	16891	Menir	Lagos/Bensafrim	Neolítico	-
Sargacal	1288	Necrópole	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Sete Figueiras 1	20609	Mancha de Ocupação	Lagos/Odiáxere	Medieval Islâmico	-
Sete Figueiras 2	32510	Habitat	Lagos/Odiáxere	Romano	-
Sete Figueiras 3	32511	Habitat	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano e Moderno	-
Sete Figueiras 4	32512	Habitat	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Solões da Mina	811	Lagar	Lagos/Bensafrim	Romano	-
São Pedro de Pulgão/ Colina de São Pedro	6979	Villa	Lagos/Lagos (São Sebastião)	Romano	-
Sé	18233	Menir	Lagos/Bensafrim	-	-
Terras Novas	18677	Necrópole	Lagos/Odiáxere	Romano	-
Torre	1374	Silo	Lagos/Odiáxere	Calcolítico	-

Urbanização Encosta da Marina	17830	Villa	Lagos	Romano	-
Vale da Lama	818	Vestígios Diversos	Lagos/Odiáxere	Romano	-
Vale da Vinha	1253	Vestígios Diversos	Lagos/Bensafrim	Romano e Medieval Islâmico	-
Vale de Bensafrim	16934	Vestígios Diversos	Lagos/Bensafrim	Moderno (?) e Contemporâneo (?)	-
Álamo	810	Sepultura	Lagos/Bensafrim	Romano	-

Pela análise do mapa seguinte, observa-se que os sítios arqueológicos identificados e classificados no concelho, encontram-se distribuídos um pouco por todo o território, no entanto, a cidade de Lagos concentra o maior número de achados arqueológicos.

Os períodos temporais, dos sítios arqueológicos identificados no concelho, que se encontram em maior número, são correspondentes ao período da idade do ferro, proto-histórico e pré-histórico e ao período romano.



Mapa 30 - Património arqueológico do concelho de Lagos

3.5.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à valorização patrimonial e cultural do concelho de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> Existência de património arquitetónico associado à época dos Descobrimentos e arqueológico de elevado valor histórico, cultural e etnográfico; Delimitação e de Zonas Especiais de Proteção (ZEP) aos Monumentos Nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Grande parte do património arqueológico encontra-se sob a forma de ruínas, materiais dispersos e depósitos sedimentares de origem sócio-cultural.

- Existência de uma grande diversidade de sítios arqueológicos;

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Afirmação da cidade como sede histórico-cultural dos Descobrimentos Portugueses; – Valorização de estações arqueológicas de elevado valor cultural, através da criação de condições visitação; – Recuperação e preservação dos achados arqueológicos; – Valorização patrimonial com programação de zonas de sensibilidade arqueológica; 	<ul style="list-style-type: none"> – Perda de identidade cultural do concelho, pela não valorização e conservação do património arqueológico existente no concelho;

3.5.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos, a situação referente ao património arqueológico e arquitetónico manter-se-ia próxima da situação de referência, ou seja, manter-se-iam o mesmo número de imóveis classificados e a ausência de zonas de sensibilidade arqueológica definidas ao redor das estações.

3.5.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Valorização Patrimonial e Cultural”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Valorização Patrimonial e Cultural				
Pretende-se avaliar a valorização do património arquitetónico e arqueológico de modo a afirmar a identidade cultural do concelho.	Preservação e valorização do património histórico e cultural, afirmando a cidade de Lagos como sede histórica e cultural dos Descobrimentos Portugueses;	(++)	N/a	N/a
	Criação do Museu de Lagos com núcleos museológicos.	(++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/a)	Não Aplicável (N/a)

3.5.5 Avaliação de Efeitos Significativos

Considerando que grande parte do património arqueológico, do concelho de Lagos, é encontrado sob a forma de ruínas, materiais dispersos e depósitos sedimentares de origem sócio-cultural, uma das apostas do Plano Diretor Municipal, é a inventariação, recuperação e preservação deste património para posterior integração nos núcleos museológicos do projeto do Museu de Lagos.

A presente proposta conduz a um efeito positivo significativo relativamente à valorização do património arquitetónico e arqueológico de modo a afirmar a identidade cultural do concelho.

A criação de uma “Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Lagos” garantirá a salvaguarda e recuperação da arquitetura característica do centro histórico da cidade de Lagos e consequentemente, traduzir-se-á num efeito positivo muito significativo.

3.5.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O Plano Diretor Municipal de Lagos datado de 1995, contemplava na sua proposta, a “proteção ao património edificado”, constituída por, monumentos nacionais, monumentos de interesse público, valores concelhios e estações arqueológicas.

Apesar de as terminologias terem sofrido algumas modificações ao longo do tempo, os principais monumentos nacionais e imóveis de interesse público já se encontravam classificados pelo IGESPAR, como as Muralhas e Torreões de Lagos, a Igreja de São Sebastião e de Santo António ou a Estação Arqueológica do Monte Molião, no entanto, com o decorrer do tempo, o concelho de Lagos tem sido dotado com o incremento de mais imóveis classificados e novos achados arqueológicos.

Comparativamente com a atual proposta, o PDM de Lagos, em avaliação, vem contribuir para a valorização do património histórico, cultural e etnográfico, através da preservação e valorização do património concelhio criando as condições e normas necessárias para a sua conservação, requalificação e observação, produzindo um efeito positivo significativo na preservação da identidade cultural do concelho.

3.5.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Valorização Patrimonial e Cultural”, que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

3.5.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

– Tal como regulamentado pela proposta de plano, todas as intervenções a serem realizadas nos sítios ou zonas de sensibilidade arqueológica serão alvo de acompanhamento arqueológico, bem como nos espaços edificados antigos e históricos;

- Todos os novos sítios arqueológicos que venham a ser descobertos no futuro deverão ser alvo de uma avaliação e eventual inclusão em novas zonas de sensibilidade arqueológica;
- Dever-se-á, sempre que possível, valorizar e aumentar o grau de visitação controlada e divulgação das zonas de sensibilidade arqueológica;
- Para os imóveis classificados ou propostos para tal, deverão ser acauteladas todas e quaisquer intervenções, tanto no imóvel em si, como na sua envolvente, de forma a não serem introduzidos fatores de descaracterização e desvalorização dos valores em presença;
- De forma a valorizar a paisagem local deverão ser valorizados e enquadrados nos projetos que venham a ser realizado, todos os elementos etnográficos que constituem elementos identificadores da cultura local, tais como poços, noras e eiras.

3.5.7.2 Medidas de Monitorização

- Todos os novos achados e sítios arqueológicos, que venham a ser descobertos, deverão ser alvo de ponderação e eventual inclusão na rede de zonas de sensibilidade arqueológica;
- A monitorização dos elementos patrimoniais de natureza arqueológica deverá ter como base os seguintes indicadores:
 - 1) Grau de afectação do subsolo em construção;
 - 2) Renovação de infraestruturas com impacte negativo nas áreas de ocupação antiga, nos depósitos fluviais holocénicos e nos testemunhos históricos;
 - 3) Relação entre o grau de impacte e implementação das correspondentes medidas de minimização no domínio da geoarqueologia.

3.5.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Gere os imóveis de interesse municipal.
Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)	Assegura a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel e imaterial do País, bem como desenvolve e executa a política museológica nacional.
Direcção Regional de Cultura do Algarve	Cria as condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas á salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial, e o apoio a museus.

4. FCD 4 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

Para uma política energética sustentável, que tenha em consideração a proteção ambiental, é necessário incluir duas dimensões fundamentais para a sustentabilidade e competitividade do setor energético: a eficiência energética e as energias renováveis.

A eficiência energética pode ser entendida como a necessidade de otimizar o uso das fontes de energia disponíveis e incentiva o uso de energias renováveis.

A utilização das energias renováveis como fonte energia primordial é uma das formas mais eficientes de reduzir o consumo de energias provenientes de combustíveis fósseis.

O uso racional de energia e o aproveitamento das fontes de energia renováveis, permitem uma minimização dos efeitos das alterações climáticas e consequentemente uma melhoria do ambiente e da qualidade de vida, uma vez que se diminui a dependência do petróleo (como fonte primordial de energia) e consequentemente a taxa de emissão de gases com efeito de estufa, nomeadamente o dióxido de carbono.

Em Portugal, já se encontram em implementação os acordos estabelecidos pela União Europeia, no que diz respeito à utilização das fontes de energia renovável, em detrimento da queima de combustíveis fósseis, uma vez que Portugal possui um elevado número de horas de Sol que permitem ter um elevado aproveitamento de energia solar através da instalação de painéis solares, quer a nível comercial quer a nível doméstico.

4.1 Eficiência Energética

O presente critério de avaliação é relativo à avaliação da promoção da eficiência energética e do recurso às fontes de energias renováveis no concelho de Lagos.

A presente análise permite caracterizar o concelho a nível de eficiência energética, uma vez que, quanto mais eficiente for o concelho maior será o seu desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental.

4.1.1 Caracterização da situação atual

Consumos energéticos

A eficiência energética do concelho de Lagos pode ser caracterizada através da análise do quadro seguinte, em que se constata que o consumo de energia elétrica, no ano de 2009, aumentou 63.390.255 kWh relativamente ao ano de 2001.

A energia elétrica consumida ao nível doméstico é a que representa os valores mais elevados, o que significa que os edifícios residenciais do concelho, são os menos competitivos ao nível da eficiência

energética e que a população ainda não se encontra sensibilizada para o uso racional de energia elétrica.

Nas restantes tipologias de consumo, pode-se observar que, na generalidade, todas aumentaram os seus consumos no período temporal 2001-2009, concluindo-se que o concelho de Lagos é ainda pouco eficiente na utilização racional da energia elétrica.

Quadro 65 – Consumo de Energia Elétrica no concelho de Lagos

Tipo de Consumo	Consumo de Energia Elétrica (kWh)	
	2001	2009
Doméstico	41.340.624	77.346.961
Não doméstico	36.132.068	52.900.831
Indústria	4.749.622	8.065.078
Agricultura	2.026.871	5.383.308
Iluminação das vias públicas	4.165.689	5.252.488
Iluminação interior de edifícios do Estado	6.255.672	9.119.993
Outros	5.530	2.328
Total	94.676.076	158.066.331

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (2001 e 2009)

Iniciativas municipais para a eficiência energética

Segundo o Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (POAlgarve21), a produção de energias renováveis representa uma quota mínima na região algarvia, sendo desta forma fundamental a promoção do seu aproveitamento e utilização. Assim, a Proteção e Qualificação Ambiental é um Eixo Prioritário para a estratégia de desenvolvimento regional e tem por objetivo principal o estímulo à adoção de novas soluções e boas práticas ambientais.

Para a concretização deste objetivo, o POAlgarve21, estipula tipologias de intervenção, das quais se destacam, no âmbito do presente tema, a monitorização, informação e promoção da eficiência energética, em que estarão intrínsecas ações de monitorização permanente dos parâmetros ambientais, iniciativas de sensibilização e educação ambiental, incentivo à implementação de Agendas 21 Locais, ações de investigação, conceção e implementação de soluções urbanas inovadoras de modelos de governação urbana e de práticas ambientalmente sustentáveis.

A Câmara Municipal de Lagos integra no seu município o projeto *ENERBUILDING* – Eficiência Energética, que promove o uso racional de energia e a aplicação de fontes renováveis de energia nos edifícios.

O presente projeto internacional é cofinanciado pelo Programa *Intelligent Energy – Europe* (IEE) e engloba quatro países da União Europeia: Portugal, Espanha, França e Itália.

Os principais objetivos do projeto *ENERBUILDING* – Eficiência Energética, são os seguintes:

- Incentivar a população na utilização das novas tecnologias e sistemas para a eficiência energética nos edifícios residenciais;
- Fornecer às autarquias os instrumentos necessários para uma gestão energética eficiente dos edifícios públicos;
- Sensibilizar a população para as questões ambientais, resultantes do uso eficiente de energia, exemplificando os comportamentos adequados, bem como as soluções tecnológicas com vista à poupança de energia e à proteção do ambiente.

Os documentos relativos a este projeto estão disponíveis para consulta pública no Balcão Virtual, da na página de Internet da Câmara Municipal de Lagos.

Relativamente ao Plano Estratégico do Município de Lagos (PEL) encontram-se definidas iniciativas a implementar a curto/médio prazo relativamente à educação ambiental, à produção de energia a partir de resíduos e à produção e consumo de energias renováveis.

Para cada uma destas iniciativas e projetos, estão definidas as entidades envolvidas, os objetivos e metas a cumprir bem como a metodologia a adotar, de forma a garantir o sucesso das ações preconizadas.

Evolução da produção energética a partir de fontes renováveis

Atualmente as fontes de energia renovável, como o sol, vento, água e resíduos ainda não são extensamente exploradas e utilizadas na região algarvia.

O concelho de Lagos, possui uma pequena central hidroelétrica – a central do Cotifo – uma pequena central fotovoltaica e mais recentemente, no ano de 2009, foi inaugurada uma central eólica.

Pela análise do quadro seguinte, relativo à totalidade de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, conclui-se que o concelho de Lagos ainda não produz grandes quantidades de energia, no entanto, há que salientar, que a partir da instalação da central eólica no concelho, no ano de 2009, os níveis de produção de energia renovável aumentaram consideravelmente.

Quadro 66 – Quantidade de energia elétrica produzida no concelho de Lagos a partir de fontes de energia renovável

Ano	Quantidade de energia produzida (MWh)
2007	104
2008	90
2009	34.409
2010	147.268

Fonte: DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia (2007 a 2010)

4.1.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à eficiência energética do Município de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Elevado número anual de horas de Sol no concelho de Lagos, que permitem a exploração e aproveitamento das energias alternativas não poluentes; – Existência de projetos e iniciativas que promovem o uso racional de energia e a aplicação de fontes renováveis de energia nos edifícios; – Existência de centrais de produção de energias não poluentes. 	<ul style="list-style-type: none"> – Reduzida eficiência energética do concelho, nomeadamente nos edifícios habitacionais.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Aposta nas energias renováveis através da criação de uma maior número de medidas municipais para o efeito; – Aproveitamento e exploração dos recursos naturais existentes no concelho para aproveitamento energético. 	N/A

4.1.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos, a situação atual do concelho, seguiria, na generalidade, as tendências atualmente registadas.

Assim, os níveis de eficiência energética do concelho poderiam continuar a decrescer gradualmente, tendo em conta que os níveis de consumo público e privado de energia elétrica continuariam a subir, não se implementando desta forma as medidas e metas definidas a nível nacional, regional e local para a eficiência energética e para o uso das energias renováveis.

4.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Eficiência Energética”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Eficiência Energética				
Avaliação da promoção da eficiência energética e do recurso às fontes de energias renováveis.	O PDM de Lagos prevê a integração da legislação existente relacionada com a certificação energética nos edifícios;	(++)	N/a	N/a
	Disponibilização de áreas no concelho de Lagos para implantação e instalação de equipamentos para a produção ou ensaio de energias	(+++)		

	alternativas não poluentes;			
	Proposta de desenvolvimento de novos pólos de desenvolvimento tecnológico energeticamente sustentáveis (Tecnopolis);	(+++)		
	O PDM de Lagos propõe o estabelecimento de incentivos para a exploração das energias renováveis como setor impulsionador do solo rural ou mesmo do turismo.	(+++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

4.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos

A proposta para o Plano Diretor Municipal de Lagos aborda a questão da eficiência energética e energias renováveis de uma forma generalista, no entanto, constata-se que existe a preocupação de definir ações, de âmbito municipal, no que concerne à presente temática, uma vez que a implementação destas iniciativas dinamizam e tornam competitivo e sustentável o concelho de Lagos, colocando-o num patamar de excelência relativamente aos seus envolventes.

Deste modo, prevê-se o cumprimento da legislação existente relacionada com utilização e conservação de energia em edifícios, uma vez que os edifícios públicos e privados são os menos eficientes, a nível concelhio, e tendo em conta que esta legislação é uma exigência municipal, esta situação poderá ser revertida proporcionando efeitos positivos significativos no que concerne à matéria de eficiência energética.

A disponibilização de áreas no concelho de Lagos para implantação e instalação de equipamentos, para a produção ou ensaio de energias alternativas não poluentes, é outra proposta definida pelo PDM de Lagos, tendo em consideração que poderão ser concretizadas em qualquer espaço do concelho de Lagos, desde que estejam em concordância com as disposições legais em vigor. Considera-se, desta

forma, que a presente proposta irá produzir efeitos positivos muito significativos relativamente à promoção da eficiência energética e do recurso às fontes de energias renováveis no concelho de Lagos.

Um dos objetivos específicos estratégicos da proposta, do PDM de Lagos, consiste no fomento e no desenvolvimento tecnológico em vários setores, nomeadamente na criação de um pólo tecnologicamente inovador – Tecnopolis – que integre áreas específicas para a exploração dos recursos do Mar e dos restantes recursos naturais endógenos do concelho como o sol, vento e biomassa. O desenvolvimento e potenciação deste tipo de infraestruturas, produz um efeito positivo muito significativo, relativamente ao objetivo de sustentabilidade do presente relatório ambiental.

O estímulo às atividades agrícolas e turísticas modernas, fomentando as boas práticas, na proteção, valorização e utilização sustentável dos recursos naturais, particularmente os associados a estas atividades, são, igualmente, as grandes apostas do PDM de Lagos, promovendo a criação de incentivos para a exploração das energias renováveis como setor impulsionador do solo rural, produzindo desta forma um efeito positivo muito significativo.

4.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

Não estava consagrada no PDM de 1995, uma aposta no setor das energias renováveis, o que torna a proposta atual de PDM mais ambiciosa e competitiva neste setor.

4.1.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Eficiência Energética”, que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

4.1.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

- Promover os sistemas mais eficientes do ponto de vista energético para os edifícios públicos e privados;
- Concretização dos objetivos, metas e ações de monitorização definidas pelo POAlgarve21, em matéria de eficiência energética;
- Planeamento sustentável das novas áreas tecnologicamente inovadoras promovendo as boas práticas ambientais;
- Assegurar o aproveitamento e utilização de energias renováveis;
- Assegurar a concretização de ações de sensibilização populacional no que concerne às matérias de uso racional de energia e utilização de energias renováveis.

4.1.7.2 Medidas de Monitorização

- Monitorização dos consumos energéticos através de iniciativas e incentivos locais para a produção e utilização de energias renováveis;
- Monitorização das novas empresas sediadas no concelho, de modo a concretizar os objetivos da proposta do PDM de Lagos;

4.1.7.3 Diretrizes de Governança

	Promove ações de sensibilização e educação ambiental;
Câmara Municipal de Lagos	<p>Avalia o potencial de produção de energias alternativas;</p> <p>Avalia a melhoria da eficiência energética no concelho.</p>
DGEG	<p>Colabora com a Câmara Municipal de Lagos no planeamento e gestão do território, através do estabelecimento de estratégias que promovem a eficiência energética e o uso de energias alternativas não poluentes;</p> <p>Atualiza e coordena a base de dados, relativa à produção de energia a partir de fontes de energia renovável.</p>
EDP	Gere e promove, através da criação de medidas e incentivos, o investimento privado nas áreas das energias renováveis.
Setor Privado	<p>Investimento em energias limpas;</p> <p>Investimento em empresas competitivas, inovadoras e eficientes, que promovem as boas práticas ambientais.</p>
População	Adota um comportamento mais eficiente no que diz respeito ao uso racional de energia;

5. FCD 5 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Um modelo correto de ordenamento do território permite uma gestão coerente do uso do solo, conseguindo-se desta forma, a salvaguarda de pessoas e bens, potenciação das atividades económicas e por outro lado a proteção da biodiversidade, da capacidade produtiva do solo e dos ciclos naturais.

De forma a garantir um ordenamento do território eficaz e apto a responder às necessidades das populações e que simultaneamente consiga salvaguardar os valores naturais, dever-se-á contemplar no processo, o uso do solo e a estrutura ecológica urbana.

O uso do solo deverá promover a correta utilização do solo, minimizando a sua degradação e salvaguardando a sua capacidade produtiva e função ecológica. As ferramentas mais importantes para a gestão e proteção do solo são a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, as quais tem como principal objetivo acautelar a função produtiva e ecológica do solo, dos valores naturais e ciclos ecológicos vitais.

Importa pois atenuar os efeitos da impermeabilização do solo em meio urbano, através de medidas práticas de gestão e ordenamento do território.

A estrutura ecológica urbana é uma ferramenta muito relevante para o estabelecimento e regulamentação dos corredores ecológicos, nomeadamente com a proteção da rede hidrográfica e dos habitats naturais e seminaturais. Esta conectividade permite a proteção dos valores naturais, dos processos ecológicos e da circulação de biodiversidade em meio urbano.

5.1 Uso do Solo

Um dos indicadores relevantes para a qualificação dos efeitos da ação humana no território é o ordenamento urbano, ou seja, a classificação dos solos e dos diferentes usos do solo.

A categoria funcional de Solo Urbano que será alvo de análise mais pormenorizada na presente caracterização, por ser a categoria que classifica e qualifica o ordenamento urbano do concelho.

A avaliação do uso do solo passa, igualmente, pela avaliação das duas principais servidões administrativas que regem a utilização do solo: a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN).

5.1.1 Caracterização da Situação Atual

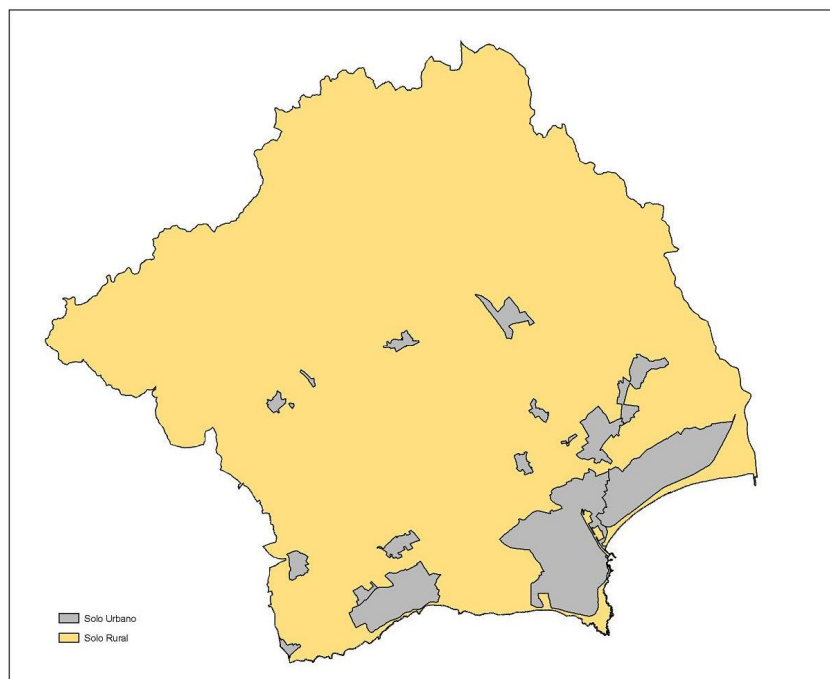
Ordenamento Urbano

A classificação e qualificação genérica dos solos são divididas em duas categorias funcionais: Solo Rural e Solo Urbano.

Os solos com classificação de solo rural, são solos em que existem características naturais de proteção, produção, conservação e lazer, em que o seu uso, função e ocupação, estão associadas a atividades como a agricultura, a pecuária e a exploração dos recursos minerais e florestais.

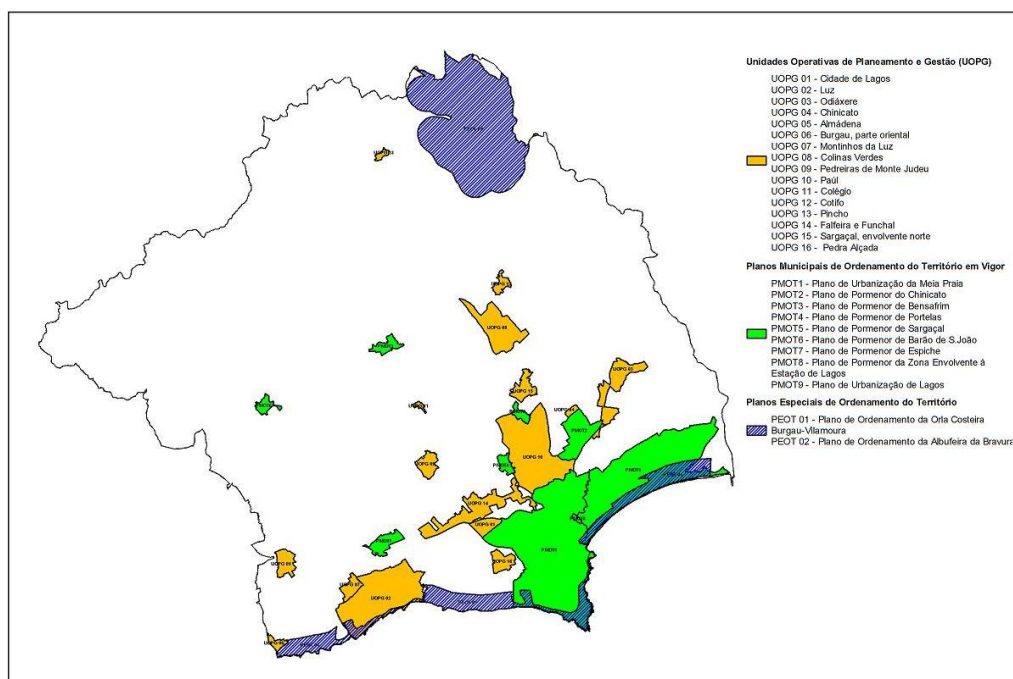
O solo urbano, por sua vez, é delimitado pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território e é constituído por solos urbanizados, urbanizáveis e pela Estrutura Ecológica Urbana.

Como se pode observar no mapa seguinte, o solo rural no concelho de Lagos representa cerca de 90% da totalidade da área do concelho, sendo os restantes 10% ocupados por solo urbano.



Mapa 31 - Classificação dos solos do concelho de Lagos

O concelho de Lagos, para além dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), integra as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que constituem unidades territoriais de referência, com características singulares.



Mapa 32 - PMOT's, PEOT's e UOPG's existentes do concelho de Lagos

No que concerne à categoria funcional de Solo Urbano, os solos urbanizados são classificados por diversas categorias e subcategorias funcionais, sendo a categoria de Espaços Residenciais de Nível I a que se destaca, por ser, a que maior área ocupa no interior dos perímetros urbanos do concelho,

perfazendo cerca de 53,6%, seguida dos Espaços Residenciais de Nível II e Espaços Centrais a ocupar 8,8 e 8,4 pontos percentuais, respetivamente.

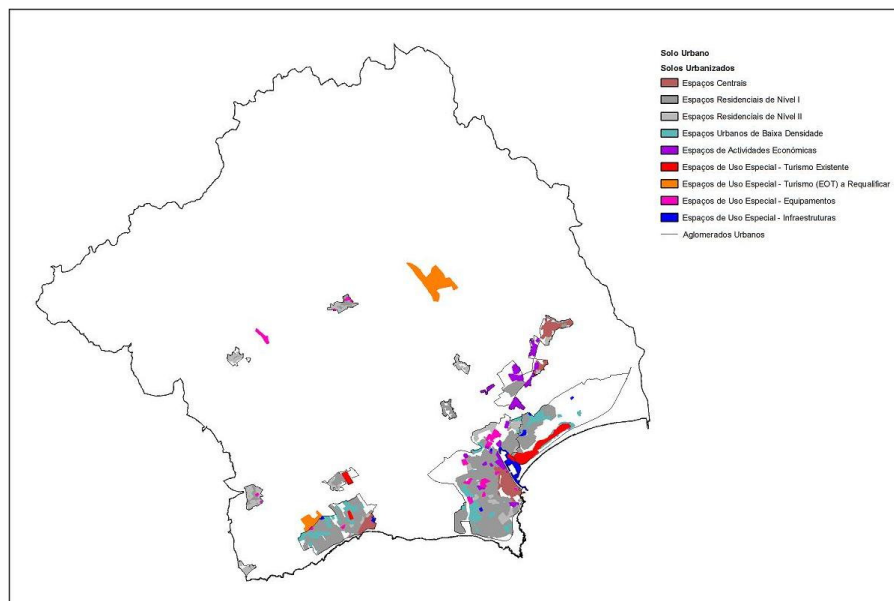
A categoria funcional com menor representatividade concelhia é relativa aos Espaços de Uso Especial – Infraestruturas, perfazendo apenas 1,8% dos solos urbanizados do concelho de Lagos.

Quadro 67 – Quantificação e classificação dos solos urbanizados do concelho de Lagos

Solos Urbanizados		Área (m²)
Categoria Funcional	Subcategoria Funcional	
Espaços Centrais	–	1.020.373,47
Espaços Residenciais	Espaços Residenciais de Nível I	6.499.946,44
	Espaços Residenciais de Nível II	1.068.684,74
Espaços Urbanos de Baixa Densidade	–	946.951,52
Espaços de Atividades Económicas	–	621.280,09
Espaços de Uso Especial	Espaços de Uso Especial – Equipamentos	325.696,96
	Espaços de Uso Especial – Turismo existente	549.485,20
	Espaços de Uso Especial – UOPG Turística(887.107,16
	Espaços de Uso Especial – Infraestruturas	218.033,12
Total		12.137.558,70

A análise do mapa seguinte, demonstra que para além dos solos atualmente urbanizados e consolidados, existem espaços no interior dos limites dos planos municipais de ordenamento do território e das unidades operativas de planeamento e gestão, que, na presente cartografia, estão considerados livres de ocupação.

Estes espaços são atualmente, e essencialmente, ocupados pelos espaços verdes urbanos, que integram a Estrutura Ecológica Urbana, e pelos espaços, em que consoante as características territoriais, ainda são possíveis de urbanizar, equipar e infraestruturar.



Mapa 33 - Solos urbanizados do concelho de Lagos

Reserva Ecológica Nacional

De acordo com o número do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto “A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial”, constitui igualmente uma restrição de utilidade pública, que visa estabelecer um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo.

A delimitação da REN em vigor para o concelho de Lagos, publicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 154/95, de 25 de novembro, foi efetuada em conjunto com o PDM de Lagos.

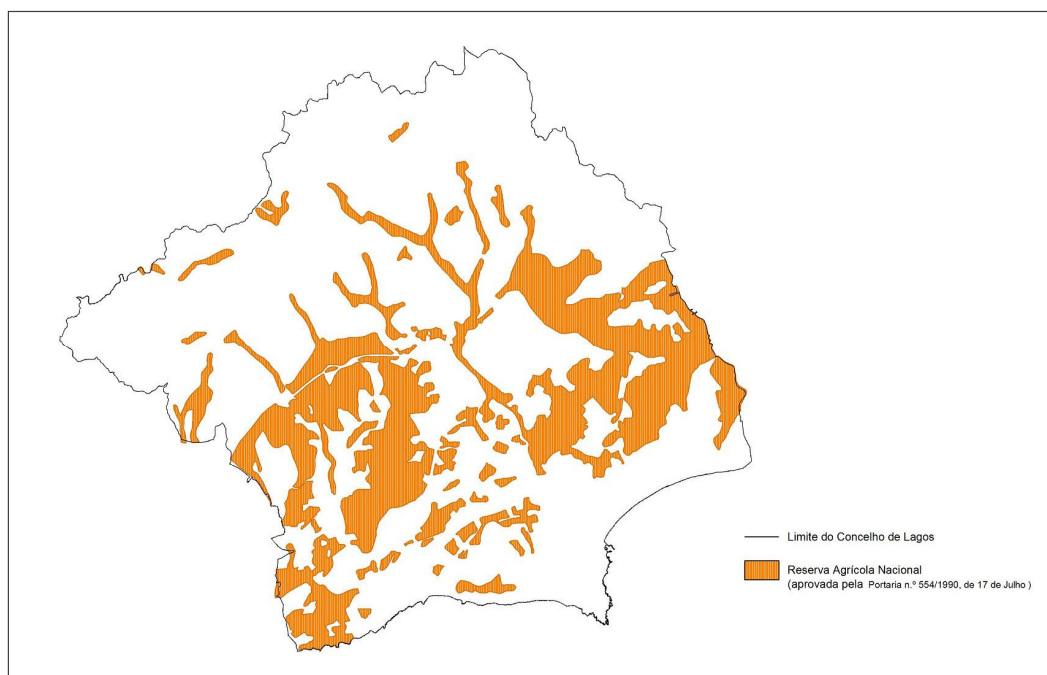


Mapa 34 - Reserva Ecológica Nacional de 1995

Atualmente devido à não existência de um PDM válido legalmente, o município submete a parecer da CCDDR Algarve todas as iniciativas, projetos e ações que possam afetar o equilíbrio ecológico do concelho.

Reserva Agrícola Nacional

A Reserva Agrícola Nacional foi aprovada pelo Decreto – Lei n.º 554/90, de 17 de julho, e compreende uma área total de 5.417,64ha, que visam salvaguardar os solos agrícolas do concelho de Lagos.



Mapa 35 - Reserva Agrícola Nacional em vigor.

À data da delimitação da RAN em vigor os meios tecnológicos eram bastante mais limitados do que os existentes atualmente, desta forma a cartografia existente é algo grosseira e carece de acertos cartográficos de forma a abranger, sob o regime jurídico da RAN, somente as áreas como solos com capacidade agrícola.

5.1.2 Análise SWOT Territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere ao uso do solo, foi possível a equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a esta área territorial.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
– Solo urbanizado com pouca expressividade percentual a nível concelhio.	– Desatualização das áreas definidas como REN; – Marcação grosseira das áreas de RAN conduziu à existência de situações de conflito, em que áreas sem capacidade agrícola encontram-se protegidas e áreas com solos agrícolas não são abrangidos pelo regime da RAN.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
– Adequação da REN e RAN aos novos regimes jurídicos em vigor, agilizando a sua gestão.	– Desatualização das ferramentas de classificação do solo (REN e RAN), dificulta a gestão do território municipal.

5.1.3 Tendências de Evolução na Ausência do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos, a situação de referência relativamente ao ordenamento urbano, iria de encontro a um decréscimo no planeamento sustentável do território, uma vez que, não existiria um instrumento de gestão territorial municipal que procedesse à articulação entre os demais instrumentos de gestão existentes e em elaboração.

O facto de não existir um Plano Diretor Municipal implicaria não só a ausência de diretrizes de ordenamento do espaço urbano, mas também a falta de orientações de gestão e utilização do espaço rural.

No que concerne às servidões administrativas em vigor, na ausência de implementação do plano, permaneciam inalteradas, facto que poderia não corresponder à realidade efetiva do território em estudo. A delimitação da REN e RAN poderá apresentar pequenas incoerências com as existências efetivas no terreno, como por exemplo, áreas construídas serem incluídas nestes regimes de salvaguarda ou mesmo, áreas que poderiam ser incluídas nas servidões administrativas referidas e que, atualmente, não estão. Esta realidade implica um acréscimo da dificuldade de gestão e administração do território.

5.1.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pela Proposta de PDM e em que medida estas poderão influenciar o critério “Uso do Solo”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Uso do Solo				
Avaliar as várias servidões administrativas e instrumentos de ordenamento e planeamento do território.	Planeamento do espaço urbano através da expansão e/ou consolidação urbana em várias categorias operativas do solo urbano;	(++)	N/a	N/a
	Atualização da proposta de delimitação da REN;	(+++)		
	Atualização da delimitação da RAN.	(+++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

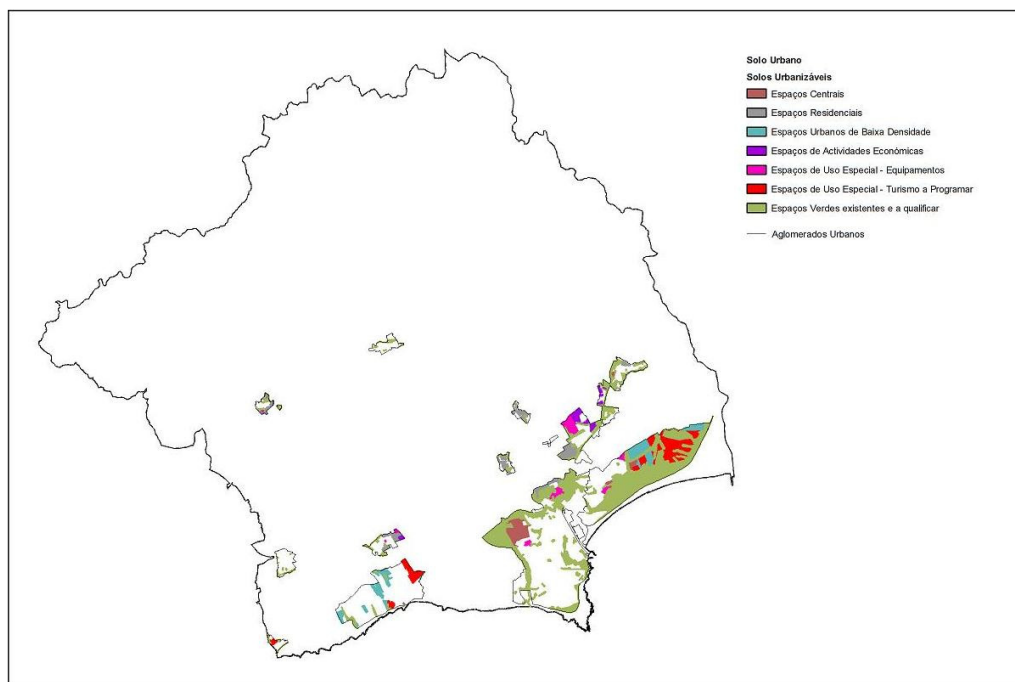
5.1.5 Avaliação de Efeitos Significativos

A proposta para o Plano Diretor Municipal de Lagos prevê o ordenamento urbano do concelho, através da expansão e consolidação do espaço urbano, em cerca de 362ha, repartindo-se, em várias categorias operativas de solo urbano, como demonstra a tabela seguinte.

Quadro 68 – Quantificação e classificação dos solos urbanizáveis do concelho de Lagos

Solos Urbanizáveis		Área (m²)
Categoria Funcional	Subcategoria Funcional	
Espaços Centrais	—	646.691,90
Espaços Residenciais	—	573.310,16
Espaços Urbanos de Baixa Densidade	—	718.351,64
Espaços de Atividades Económicas	—	220.682,13
Espaços de Uso Especial	Espaços de Uso Especial – Equipamentos	328.834,35
	Espaços de Uso Especial – Turismo a programar	1.140.229,23
Total		3.628.099,41

Os espaços verdes existentes e propostos, para o concelho de Lagos, constituem a Estrutura Verde Urbana, e encontram-se indiferenciados na carta de ordenamento da proposta do Plano Diretor Municipal de Lagos, no que concerne às categorias de existente e proposto, no entanto, a totalidade da área ocupada por esta tipologia de espaço, existente e proposta, perfaz cerca de 21% (4.224.633,79m²) da categoria funcional de solo urbano.



Mapa 36 - Solos urbanizáveis e espaços verdes existentes e propostos do concelho de Lagos

A presente proposta acarreta efeitos positivos significativos no que concerne à articulação e planeamento sustentável dos diferentes usos de solo, uma vez que os espaços em que a urbanização é possível programar se encontra devidamente definida e regulamentada na proposta do plano, no que concerne aos parâmetros urbanísticos de ocupação, utilização e impermeabilização do solo.

Reserva Ecológica Nacional

Foi efetuada pela CCDR Algarve uma proposta de Delimitação da REN do concelho de Lagos de forma a incrementar maior rigor e objetividade nesta servidão administrativa e consequentemente melhor servir como instrumento de apoio à gestão territorial concelhia.

O processo de delimitação da REN foi efetuado segundo o Anexo I, do Decreto-Lei 93/90, de 19 de março, com o objetivo de identificar de entre as ocorrências presentes nesse mesmo anexo, as que aquelas que têm expressão no território concelhio.

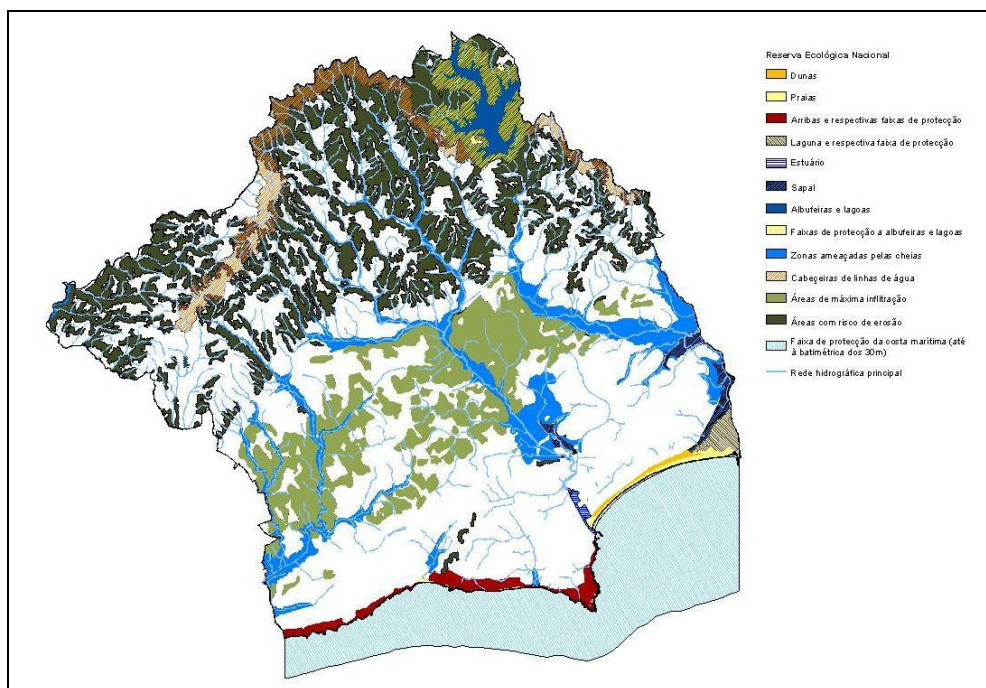
O Regime Jurídico utilizado para Delimitação da REN foi o estabelecido no Decreto-Lei 93/90, de 19 de março, entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto. Este último regime jurídico não foi utilizado, pois de acordo com o n.º 2 do artigo 41.º, “até à publicação das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, a delimitação da REN a nível municipal segue o procedimento estabelecido no artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 93/90, de 19 de março, sendo aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área do ambiente e do ordenamento do território”.

A proposta de delimitação da REN, procedeu ao estudo detalhado desta servidão administrativa, o que passou pela exclusão de zonas legalmente edificadas e o acerto e inclusão de áreas com

características tipológicas da REN. Esta ação acarretou um aumento da área de REN de 12.202,77ha para 13.095,78 ha.

Este acréscimo na área de REN, encontra-se principalmente associado à inclusão da faixa proteção da costa marítima (até à batimétrica dos 30m) (3343,09 ha), que não se encontrava definida na carta de condicionantes do PDM de 1995.

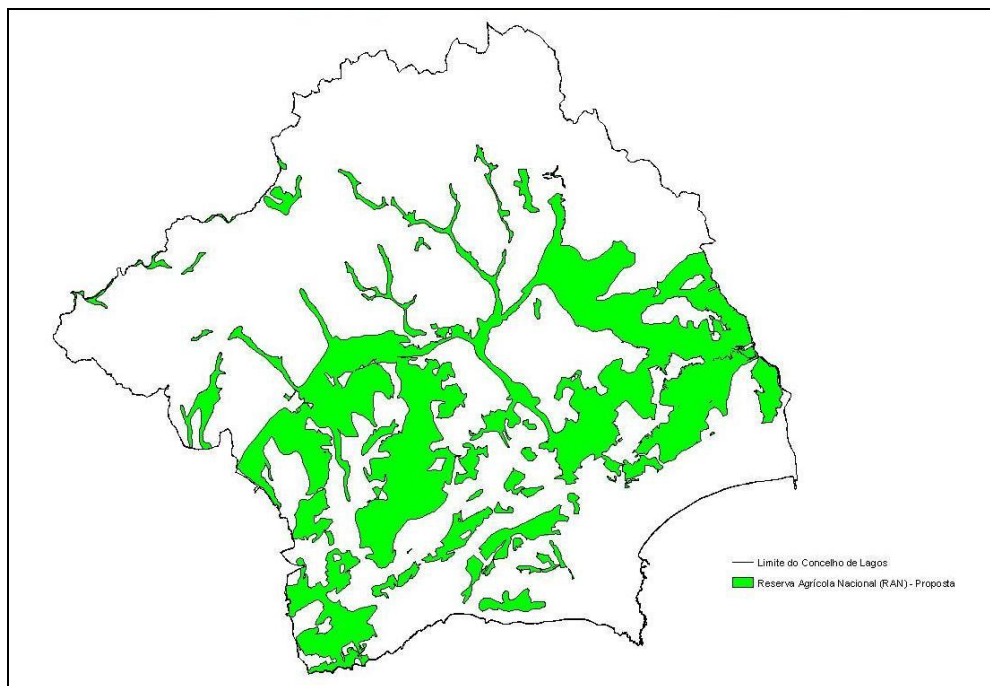
Esta realidade constitui um efeito positivo significativo, pois, além de salvaguardar as áreas que efetivamente deverão ser protegidas, garante uma maior eficácia na sua gestão.



Mapa 37 - Proposta atual de delimitação da Reserva Ecológica Nacional

Reserva Agrícola Nacional

Em parceria com os serviços técnicos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, procedeu a uma proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional, adequando-a ao novo regime jurídico introduzido pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março.



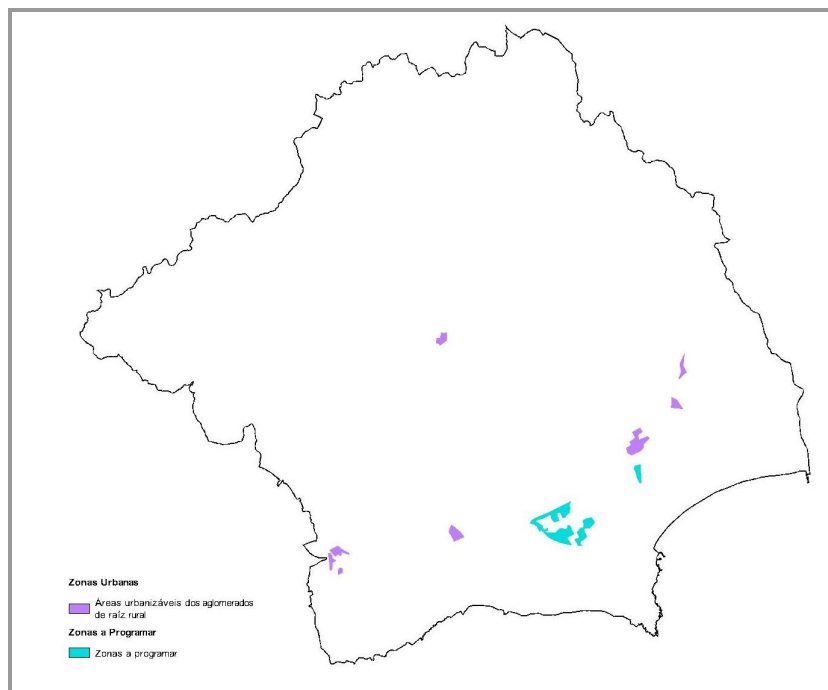
Mapa 38 - Proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional.

A proposta de delimitação da RAN compreende uma área total de 5.520,41ha, o que perfaz um aumento de 102,77 ha relativamente à RAN em vigor.

Para além do aumento espacial referido, o aumento do rigor cartográfico, permitirá um acréscimo significativo da eficácia deste instrumento e da sua aplicabilidade física no território. Este aumento de eficácia é considerado como um impacte positivo.

5.1.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O Plano Diretor Municipal de Lagos datado de 1995, considerava, na sua proposta, as zonas urbanizáveis em solo urbano nos aglomerados de raiz rural e as zonas a programar, perfazendo um total de cerca de 130ha, nas duas categorias consideradas.



Mapa 39 - Zonas a programar no concelho de Lagos

Comparativamente com a atual proposta, o PDM de Lagos, em avaliação, as áreas urbanizáveis, correspondentes ao Plano Diretor Municipal de 1995, encontram-se atualmente em solo urbano urbanizado.

Como pode ser observado na tabela seguinte, a área urbanizável para a proposta do PDM em avaliação é superior à proposta de áreas urbanizáveis em 1995, tendo em conta as duas realidades, ambas vão de encontro a um planeamento equilibrado e sustentável do território, tendo em conta a evolução temporal e as necessidades populacionais.

Quadro 69 – Solos urbanizáveis para o PDM de 1995 e para a proposta do PDM

Solos Urbanizáveis	
PDM 1995	Proposta do PDM
Área (m²)	Área (m²)
1.309.266,47	3.628.099,41

A relação entre o PDM 1995 e a proposta atual de plano para a REN, e para a RAN, foram equiparadas no ponto 5.1.5, relativo à avaliação dos efeitos significativos.

5.1.7 Programa de Seguimento

Para o presente critério de avaliação “Uso de Solo”, é desenvolvido um programa de seguimento, constituído por medidas de planeamento e gestão e monitorização, que deverá contribuir para a prevenção dos efeitos secundários que poderão advir da implementação da proposta do plano

5.1.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

Como medidas de planeamento e gestão para o “Uso do Solo” propõem-se as seguintes ações:

- Assegurar a implementação dos parâmetros urbanísticos definidos pela proposta do Plano Diretor Municipal;
- Todas as áreas de lotes urbanizáveis deverão respeitar os índices de impermeabilização e, nos espaços exteriores, deverão ser criadas condições de drenagem das águas superficiais e a sua introdução na rede hidrográfica superficial e/ou infiltração no solo.
- Sempre que possível, todos os espaços impermeabilizados que se venha a justificar a necessidade de o não serem, deverão ser transformados em pavimentos permeáveis;
- Todos os pavimentos exteriores de circulação pedonal e não motorizada (passeios, vias de acesso, ciclovias), deverão apresentar um índice de impermeabilização, tecnicamente, mais baixo possível;
- A delimitação da REN deve ser alterada, de forma a ser adaptada ao novo regime jurídico da REN (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto), no prazo de três anos contados a partir da publicação das orientações estratégicas.
- A delimitação da RAN deve ser alterada, de forma a ser adaptada ao novo regime jurídico da RAN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março).

5.1.7.2 Medidas de Monitorização

De forma a ser possível monitorizar os efeitos futuros do plano e a eficácia das medidas de planeamento e gestão, dever-se-á quantificar continuamente os seguintes indicadores:

- Quantificação das áreas impermeáveis, nomeadamente as criadas com a introdução do plano e as que forem reconvertidas em áreas permeáveis;
- Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN, conforme o Anexo II do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto;
- Usos não agrícolas compatíveis com o regime jurídico da RAN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março).

5.1.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Coordena e assegura a implementação das propostas de ordenamento urbano definidas em sede do Plano Diretor Municipal; Responsável ao nível operativo pela delimitação a nível municipal das áreas integradas na REN e RAN
CCDR	Responsável ao nível estratégico da REN, coordena e aprova a delimitação da mesma;

	Gere o uso do solo na REN.
DRAP Alg	Coordena e aprova a delimitação da RAN;
	Gere o uso do solo na RAN.

5.2 Estrutura Ecológica

A Estrutura Ecológica Municipal é uma componente vital e integrante dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, visto que, este instrumento de planeamento é da maior relevância para a manutenção e promoção dos sistemas ecológicos e dos valores naturais, compatibilizando-os com o desenvolvimento sustentável ambiental, social e económico do território.

Importa, nesta perspetiva, a análise dos sistemas ecológicos e valores naturais em presença e qual a sua qualidade atual e descontinuidades introduzidas pela ocupação humana.

5.2.1 Caracterização da situação atual

Estrutura Ecológica Municipal

Uma vez que, atualmente, o concelho de Lagos ainda não se encontra sob gestão de um Plano Diretor Municipal legalmente eficaz, ainda não se encontra delimitada e aprovada a Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

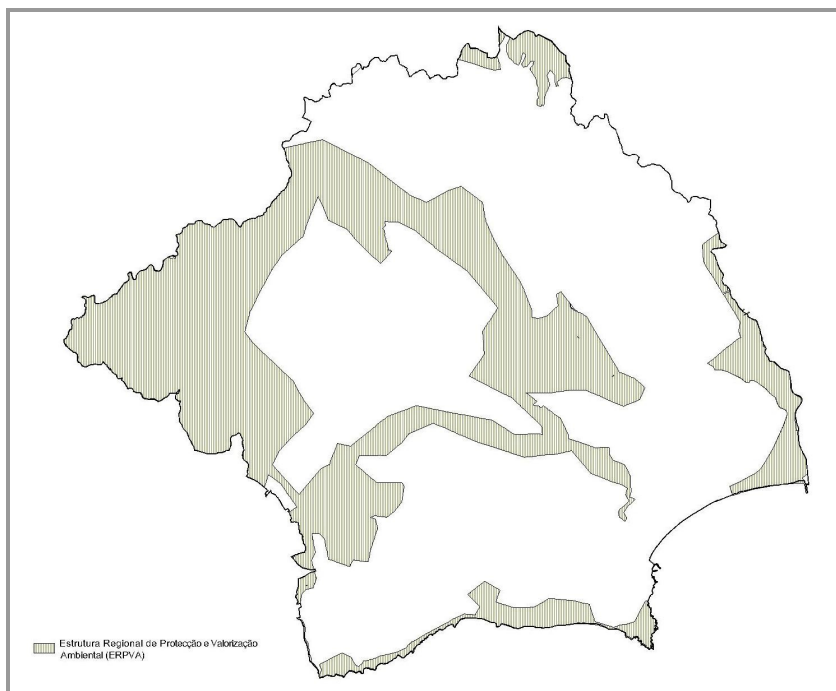
Segundo o art.º 85, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico das bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, os planos diretores municipais deverão proceder à “definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal”.

Os instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior, designadamente o PNPOT e PROT Algarve, estabelecem que os planos diretores municipais devem definir a estrutura ecológica municipal e proceder à sua articulação com a estrutura regional de proteção e valorização ambiental.

Neste contexto, a presente caracterização da situação atual, do concelho de Lagos, incide essencialmente nas servidões administrativas de utilidade pública existentes. Estas são fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade por salvaguardarem os sistemas ecológicos e valores naturais existentes no território, nomeadamente, a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) (delimitada pelo PROT Algarve), as áreas protegidas pela Rede Natura 2000, a Reserva Ecológica Nacional (REN) e o Domínio Hídrico, que constituem as bases de delimitação da estrutura ecológica municipal.

Excetuando a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve, as restantes servidões administrativas de utilidade pública, encontram-se caracterizadas ao longo deste relatório.

A ERPVA, ocupa cerca de 33% do concelho de Lagos, constituindo uma das mais importantes componentes do sistema ambiental regional, promovendo a salvaguarda dos recursos e valores ecológicos e naturais, fundamentais para o equilíbrio, estabilidade e sustentabilidade regional, sendo considerada a base para a delimitação da estrutura ecológica municipal, integrando desta forma, as áreas indispensáveis para a conservação da natureza, a biodiversidade e os corredores ecológicos.



Mapa 40 - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

Áreas de sistemas ecológicos e valores naturais em áreas urbanas urbanizáveis

Como anteriormente referido, o concelho de Lagos não possui uma estrutura ecológica municipal delimitada.

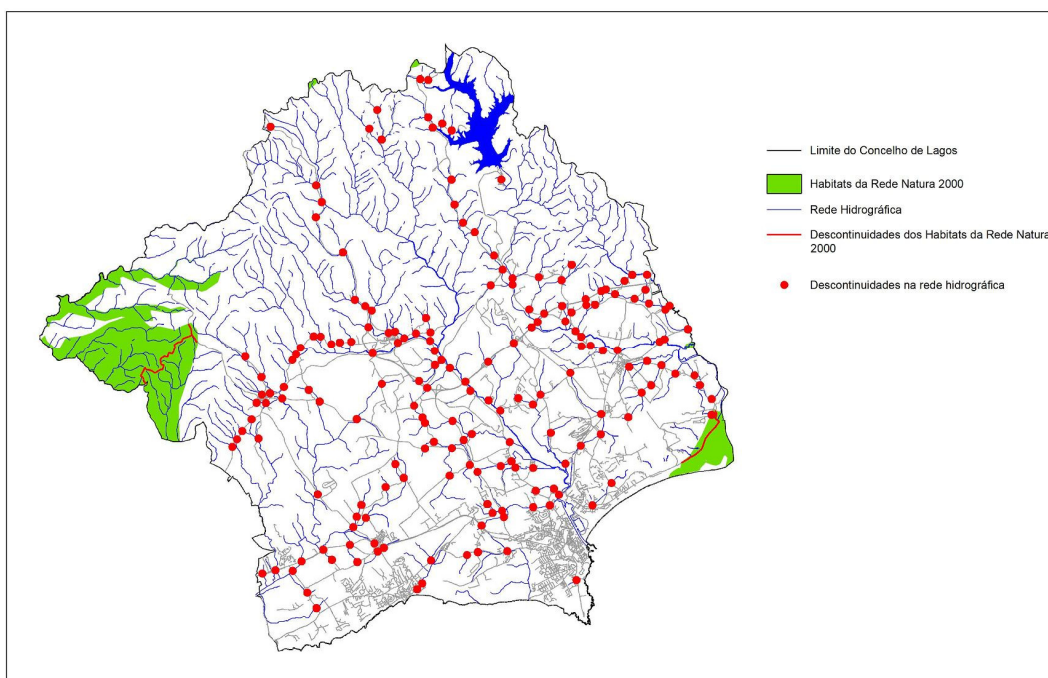
Tal facto, não permite que este indicador seja devidamente caracterizado e avaliado, pois não existe uma situação de referência que permita a avaliação da sobreposição das áreas urbanas com, os vários sistemas ecológicos e valores naturais existentes no concelho.

Corredores Ecológicos

Atualmente verifica-se a existência de discontinuidades nos habitats da Rede Natura 2000 e na rede hidrográfica do concelho de Lagos. Estas discontinuidades identificadas encontram-se associadas à rede viária existente.

No caso dos habitats da Rede Natura 2000 as discontinuidades existentes correspondem a corredores associados a estradas, perfazendo um total de 4.709,85m.

O atravessamento de linhas de água por estradas verifica-se em 184 situações. Na maioria das situações estas descontinuidades correspondem a pontes e passagens hidráulicas.



Mapa 41 - Descontinuidades existentes na rede hidrográfica e habitats da Rede Natura 2000.

5.2.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à estrutura ecológica do concelho de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> Existência de servidões administrativas de utilidade pública que promovem a conservação da natureza e da biodiversidade do concelho de Lagos; 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de identificação e definição da Estrutura Ecológica Municipal de Lagos; Elevado número de descontinuidades da rede hidrográfica.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Definição da estrutura ecológica municipal de Lagos, articulando a ERPVA, em vigor, e os restantes instrumentos que regulamentam o uso do território e que salvaguardam os sistemas ecológicos e valores naturais; 	

5.2.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência de implementação do Plano Diretor Municipal, e tendo em consideração as condições atualmente existentes no concelho, é expectável que a situação que agora se verifica, relativa à estrutura ecológica municipal de Lagos, continue a ser registada, na medida em que, continuará a ser inexistente a definição da estrutura ecológica municipal, estando apenas salvaguardados os recursos naturais abrangidos pela estrutura regional de proteção e valorização ambiental, condicionando a salvaguarda dos sistemas ecológicos e valores naturais do concelho.

5.2.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Estrutura Ecológica”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

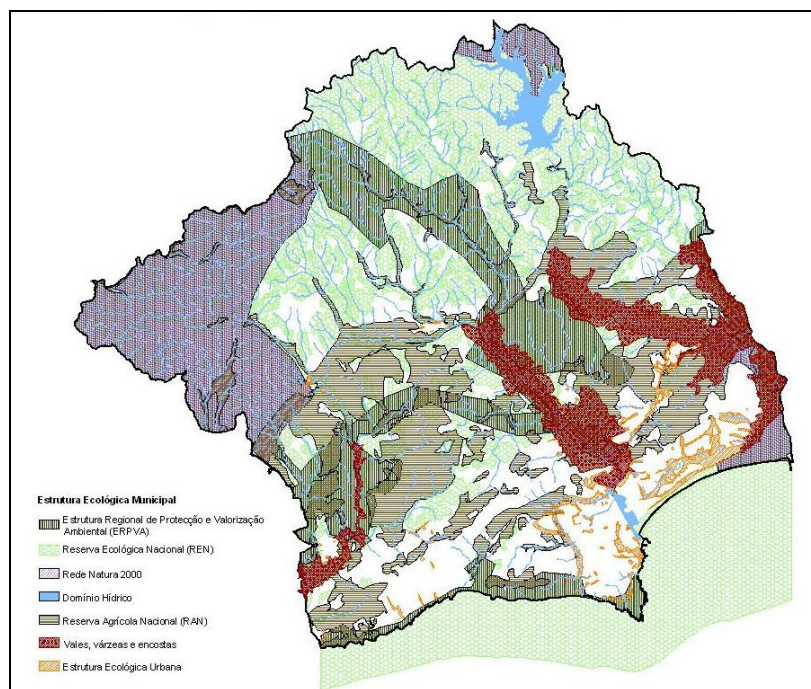
Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Estrutura Ecológica				
Avaliar a estrutura ecológica do espaço rural e a estrutura ecológica no interior do espaço urbano	Proposta de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, em articulação com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental do PROT Algarve;	(+++)	A proposta de PDM inclui a criação de novas vias, o que introduzirá novas descontinuidades na rede hidrográfica.	(--)
	O plano propõe espaços onde a urbanização é possível programar articulando-os com as áreas de sistemas ecológicos e valores naturais do concelho.	(+++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixos (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/a)	Não Aplicável (N/a)

5.2.5 Avaliação de Efeitos Significativos

O Plano Diretor Municipal, propõe a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal de Lagos, tendo por base um modelo territorial que garanta a salvaguarda dos sistemas ecológicos e valores naturais e que proporcione a conservação da natureza e biodiversidade, articulando a sua proposta com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental do PROTAL.

Neste contexto, a articulação e sobreposição de todos os componentes, necessários para atingir os objetivos propostos, resulta na Estrutura Ecológica Municipal, constituída pelas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública (ERPVA, REN, RAN, Rede Natura 2000 e Domínio Hídrico), e pelas áreas que não são abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, mas que são valores naturais a conservar e valorizar (Vales, Várzeas e Encostas) e ainda a Estrutura Ecológica Urbana.



Mapa 42 - Estrutura Ecológica Municipal

Quadro 70 – Sistemas ecológicos e valores naturais

Estrutura Ecológica Municipal	Área (m²)*	%**
Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA)	70.803.936,45	33,22
Reserva Ecológica Nacional	130.957.828,26	61,49
Rede Natura 2000	33.872.777,73	15,90
Domínio Hídrico	24.119.241,30	11,32
Reserva Agrícola Nacional	55.204.109,97	25,92
Vales, várzeas e encostas	17.432.462,11	8,18
Estrutura Ecológica Urbana	4.237.657,88	1,99

* - O somatório das áreas e percentagens correspondentes a cada categoria é superior a 100% pelo facto de as várias categorias se sobreporem entre si; ** - Percentagem em relação à área territorial do concelho.

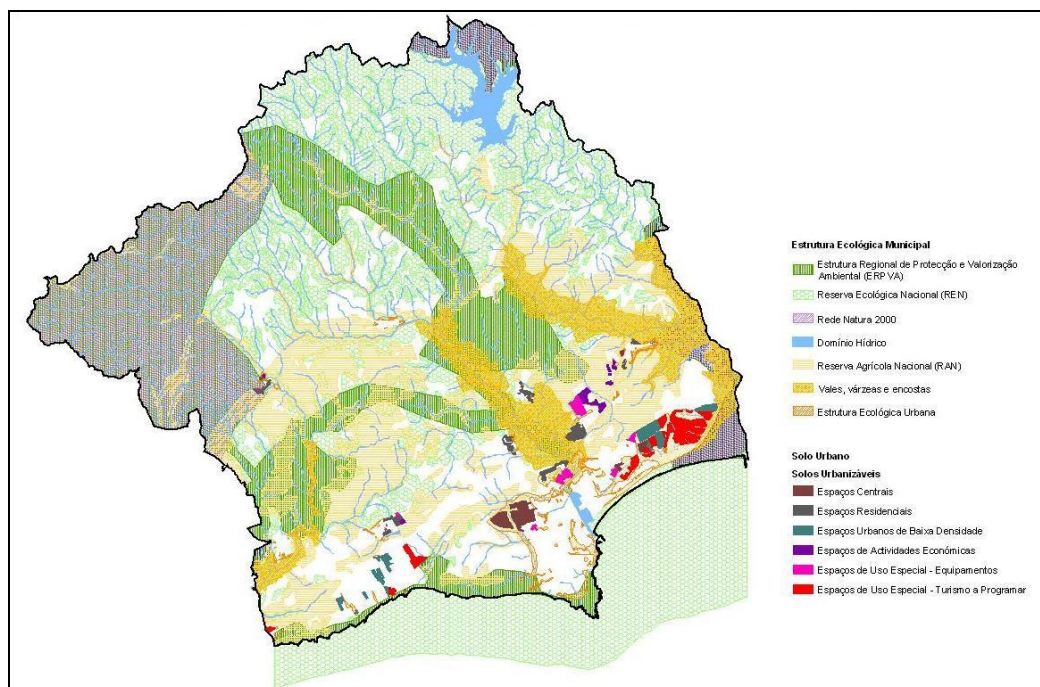
A delimitação e implementação da estrutura ecológica municipal produz um efeito positivo muito significativo no que concerne à salvaguarda dos sistemas ecológicos e valores naturais existentes no concelho.

Um dos objetivos específicos da proposta do plano consiste na preservação do ambiente e desenvolvimento sustentável dos sistemas rural e urbano do concelho de Lagos.

Deste modo, são propostas áreas onde a urbanização é possível programar, integradas em unidades operativas de planeamento e gestão em solo urbano,

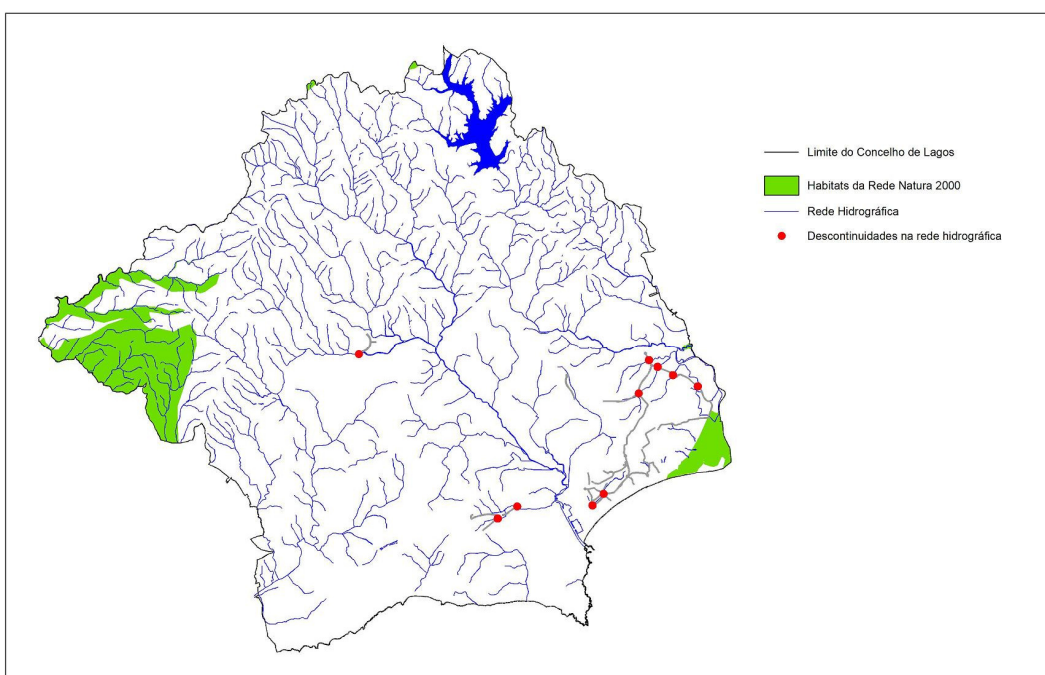
Como se pode observar no mapa seguinte, as áreas urbanizáveis, distinguem-se em várias categorias funcionais, nomeadamente, espaços para novas urbanizações, áreas destinadas equipamentos e infraestruturas e espaços destinados a atividades económicas e turísticas.

Observa-se igualmente, que estas categorias de espaço, não interferem nem coincidem com os sistemas ecológicos e valores naturais, que constituem a estrutura ecológica municipal, produzindo, portanto, um efeito positivo muito significativo na promoção da conservação da natureza e da biodiversidade.



Mapa 43 - Sistemas ecológicos e valores naturais e áreas urbanizáveis.

A proposta de PDM propõe a criação de novos corredores viários, os quais irão estabelecer 10 novas descontinuidades na rede hidrográfica. Contudo, estas serão dimensionadas de forma a garantir o normal funcionamento das linhas de água, quer a nível hidrológico, quer a nível ecológico.

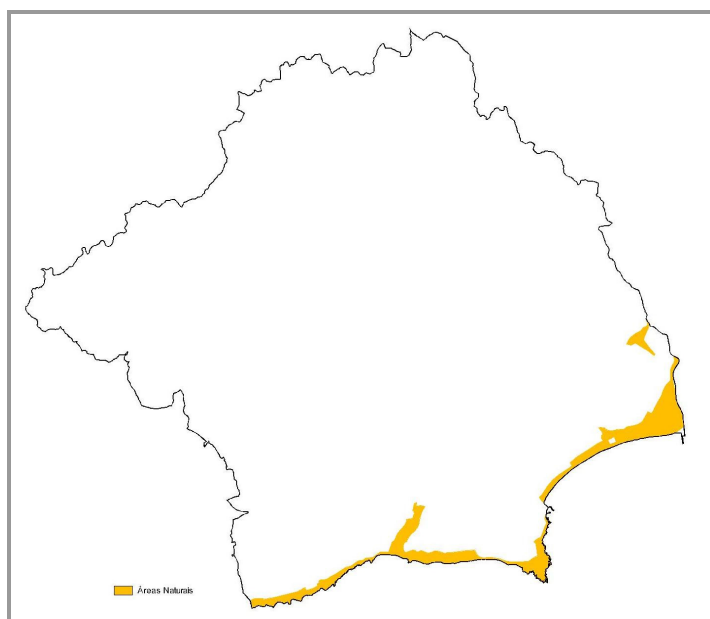


Mapa 44 - Descontinuidades introduzidas pela proposta de PDM.

5.2.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O Plano Diretor Municipal, datado de 1995, ainda não integrava a estrutura ecológica municipal na sua proposta, pelo facto, deste instrumento de salvaguarda dos sistemas ecológicos e valores naturais, ainda não existir legalmente.

No entanto, existia uma categoria espaço definida na carta de ordenamento, do plano supracitado, que distinguia as áreas denominadas de “Áreas Naturais”, correspondentes aos espaços de maior importância para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a faixa litoral do concelho, com especial destaque para a Ria de Alvor.



Mapa 45 - Áreas naturais do PDM de 1995

Comparativamente com a atual proposta, o PDM, vem contribuir para a manutenção dos sistemas ecológicos e dos valores naturais, compatibilizando-os com o desenvolvimento sustentável ambiental, social e económico do território, promovendo a conservação da natureza e da biodiversidade, e propondo a delimitação de uma estrutura ecológica municipal.

5.2.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Estrutura Ecológica” que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

5.2.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

A Estrutura Ecológica, por si, garante as condições necessárias para a salvaguarda da biodiversidade e dos ciclos naturais, contudo, poderão ser adotadas um conjunto de medidas de planeamento e gestão que reforcem a sua eficácia, nomeadamente:

- Sempre que possível, a intervenção nas áreas correspondentes à Estrutura Ecológica, deverá passar pela recuperação de habitats e pela requalificação da rede hidrográfica;
- No caso das descontinuidades existentes, nomeadamente aquelas associadas às vias de circulação que intersejam linha de água, deverão ser analisadas as secções de vazão existente, de forma a assegurar que estas permitem o normal escoamento das águas pluviais;
- Nas áreas a montante das descontinuidades existentes será necessário avaliar a necessidade da criação de bacias de retenção, de forma a diminuir o afluxo de água às descontinuidades referidas;
- As linhas de água artificializadas, sobretudo sob a forma de vala superficial, deverão ser estudadas de modo a ser equacionado o seu eventual redimensionamento e renaturalização;
- De forma a ser reforçada a circulação e salvaguarda de biodiversidade, a renaturalização das linhas de água deverá passar, em grande medida, pela plantação e criação de condições de restabelecimento de flora ribeirinha.

5.2.7.2 Medidas de Monitorização

De modo a quantificar os efeitos e a eficácia do plano implementado, dever-se-á proceder à avaliação dos seguintes indicadores:

- Evolução do número de descontinuidades (existente e introduzidas);
- Avaliação da qualidade dos corredores ecológicos criados pela Estrutura Ecológica, nomeadamente pela quantificação das áreas associadas aos principais sistemas ecológicos e valores naturais.

5.2.6.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Classifica, em sede do planeamento e ordenamento municipal, as áreas de Estrutura Ecológica e respetivos corredores ecológicos;
CCDR	Assegura o cumprimento do PROTAL, nomeadamente da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e a sua transposição para as estruturas ecológica municipais e urbanas;
ARH	Regula e licencia os usos nas linhas de água e domínio hídrico adjacente.

5.3 Conservação e Gestão da Paisagem

A conservação dos valores paisagísticos de determinada região é fundamental, visto estes serem o reflexo da íntima relação entre as populações e o espaço físico que as envolve e lhes providência os recursos para a sua sobrevivência e bem-estar.

A paisagem resulta do uso histórico do solo e dos recursos naturais existentes, fazendo parte da identidade cultural das populações, tornando única e irrepetível cada unidade de paisagem.

Desta forma a garantia de perenidade dos valores paisagísticos de determinado local, para além da manutenção de um sentimento de identificação local, pode funcionar como uma imagem de marca e captação de visitantes que venham usufruir da mesma.

5.3.1 Caracterização da situação atual

O concelho de Lagos é atravessado no sentido nascente-poente pelas principais unidades de paisagem do Algarve: Litoral, Barrocal e Serra.

O litoral nascente do concelho é marcado pela depressão aluvionar associada à Ria de Alvor e vale da ribeira de Bensafrim, separada por zonas arenosas e dunares da Meia Praia. O litoral poente, a partir da Ponta da Piedade, caracteriza-se por um planalto costeiro delimitado a sul por falésias calcárias.

Esta é a unidade de paisagem com maior ocupação urbana, resultante da atratividade residencial e turística desta áreas. Contudo, verifica-se uma ocupação tradicional do solo relevante, que resulta da exploração de pomares de sequeiro e culturas arvenses na área do planalto, povoamentos florestais de sobreiros e pinheiros nas zonas arenosas e pastagens húmidas e atividades de salinicultura e piscicultura nas zonas húmidas.

O Barrocal, vincadamente calcário, caracteriza-se por um relevo levemente ondulado e ocupado por pomares e culturas arvenses de sequeiro e matos calcícolas.

A transição do Barrocal para a Serra é efetuada por vales muito amplos, de geologia do Triássico, sendo muito evidente no eixo Barão de São João – Bensafrim, prolongando-se para nascente ao longo da ribeira da Sabrosa. Estas áreas de grande aptidão agrícola, encontram-se ocupadas por extensas culturas arvenses e pastagens.

A Serra xistosa, apresenta um relevo muito acidentado e de escassa ocupação humana. A exploração tradicional de uso do solo passa sobretudo pelos recursos florestais existentes e introduzidos por ação humana.

De uma forma genérica, as áreas de maior valor paisagístico correspondem ao litoral do concelho, com especial incidência das arribas costeiras entre a Ponta da Piedade e a Praia da Luz, às dunas da Meia Praia, complexo estuarino da Ria de Alvor e às escarpas de Bensafrim.

Importa igualmente, como sistema circulatório vital de toda a estrutura paisagística, a análise da rede hidrográfica, a qual funciona, para além de corredores ecológicos, como meio de ligação histórico entre as diferentes populações e pela sua forte componente produtiva, como um elemento comum de identificação das populações locais.

5.3.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à estrutura ecológica do concelho de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Elevada diversidade paisagística do concelho; – Inclusão de toda a rede hidrográfica em regimes de proteção como a REN e o Domínio Hídrico. 	<ul style="list-style-type: none"> – Elevada pressão sobre a paisagem no litoral do concelho; – Ausência de gestão da paisagem pode conduzir a situações de degradação da mesma.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Utilização da paisagem como fator de atratividade de visitantes; 	<ul style="list-style-type: none"> – Degradação dos valores paisagísticos e consequente perda de identidade cultural das populações.

5.3.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência de PDM de Lagos não se verificaria a introdução de regras de gestão e planeamento do território, o que poderia acarretar uma maior degradação da qualidade da paisagem municipal.

Sem implementação de PDM as tendências de evolução identificadas continuariam a verificar-se, ou seja, a tendência de degradação de alguns usos do solo que atualmente se verificam, conduziriam a uma perda significativa da qualidade estética e cultural das paisagens do concelho de Lagos.

Por outro lado, a salvaguarda de rede hidrográfica e das zonas litorais encontrar-se-iam garantidas pela existência de servidões administrativas (REN e Domínio Hídrico) e de planos de ordenamento (POOC e POAB), os quais regulam os usos do solo para as áreas do seu domínio.

5.3.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Conservação e Gestão da Paisagem”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

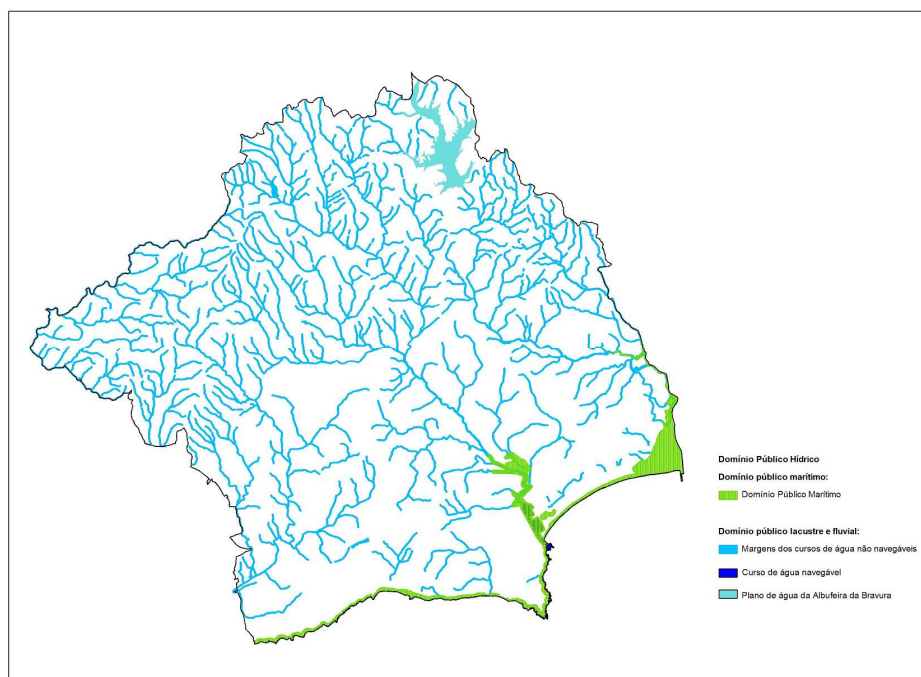
Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Conservação e Gestão da Paisagem				
Avaliar a definição e classificação de áreas de elevado valor paisagístico a proteger e os respetivos planos de gestão/ação.	Inclusão da maioria das áreas de elevado valor paisagístico na Estrutura Ecológica Municipal, garantindo, desta forma, a sua preservação;	(+++)	N/A	N/A
	Salvaguarda de rede hidrográfica pela sua inclusão em diversas servidões administrativas.	(+++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/a)	Não Aplicável (N/a)

5.3.5 Avaliação de Efeitos Significativos

A inclusão da maioria das zonas de elevado valor paisagístico na Estrutura Ecológica Municipal, garante a sua salvaguarda e perenidade, desta forma, esta ação é considerada como um impacto positivo muito significativo.

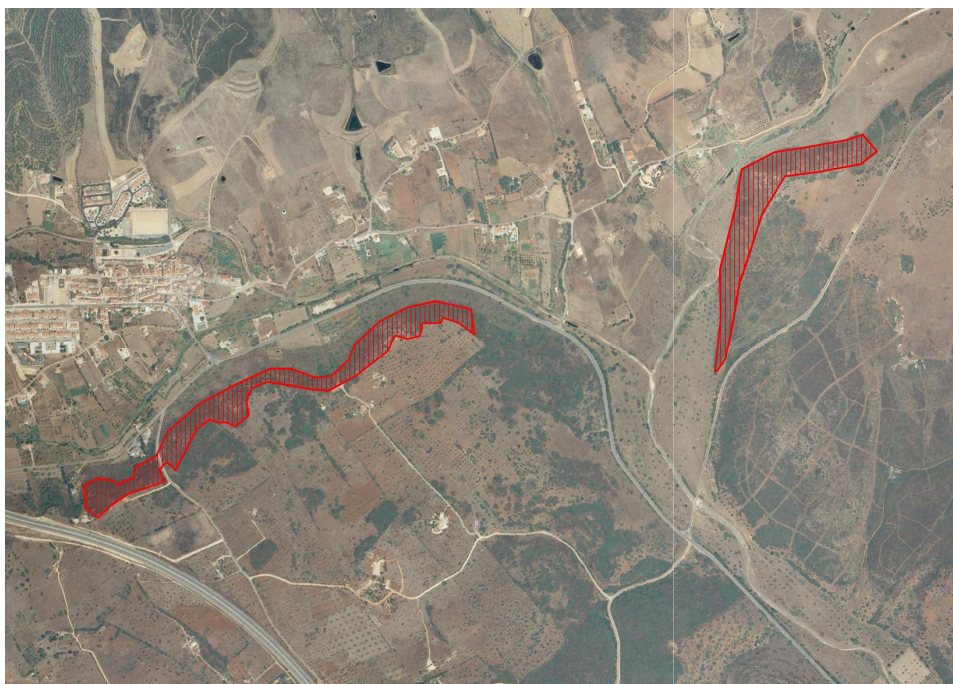
A salvaguarda da rede hidrográfica fundamental na ligação de unidades de paisagem, pela sua inclusão em diversas servidões administrativas é considerada como um impacto positivo muito significativo.



Mapa 46 - Domínio Hídrico Público.

A não inclusão das escarpas de Bensafrim na Estrutura Ecológica Municipal, era considerado como um impacto negativo significativo (ver Critério de Avaliação “Conservação e Gestão de Habitats, Flora e Fauna”). No entanto a classificação proposta para esta área pela proposta de PDM, incluindo-a na

Estrutura Ecológica Municipal, onde não é permitida a edificação, eliminou o impacto negativo inicialmente previsto.



Mapa 47 - Localização das escarpas de Bensafrim.

5.3.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O PDM de 1995 não propunha quaisquer orientações ou regulações no âmbito da paisagem. A atual proposta pretende salvaguardar as principais ocorrências com elevado valor paisagista na Estrutura Ecológica Municipal, o que é considerado como uma evolução muito positiva e significativa, quando comparado com o anterior PDM.

5.3.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Conservação e Gestão da Paisagem” que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

5.3.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

De forma a que mais corretamente seja implementado o PDM de Lagos, recomendam-se as seguintes ações:

- Promoção e incentivo do uso tradicional do solo, através do investimento em culturas agrossilvo-pastoris de sequeiro;
- Aposta nos produtos tradicionais, tais como a cortiça, mel, medronho e outros produtos serranos do concelho de Lagos;

- Promoção turística do concelho de Lagos alicerçada numa imagem de marca da “Paisagem Algarvia”;
- Salvaguarda das escarpas de Bensafrim, como *landmark* do concelho e da freguesia de Bensafrim, interditando a edificação neste local;
- Salvaguarda do Paul de Lagos na perspectiva da protecção da paisagem e da biodiversidade local.

5.3.7.2 Medidas de Monitorização

De modo a quantificar os efeitos e a eficácia do plano implementado, dever-se-á proceder à avaliação dos seguintes indicadores:

- Quantificação das áreas incluídas na REN e no Domínio Hídrico e sua evolução no tempo.

5.3.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Classifica, em sede do planeamento e ordenamento municipal, as áreas de Estrutura Ecológica Municipal;
CCDR	Gere a Reserva Ecológica Nacional;
ARH	Gere o Domínio Hídrico.

5.4 Mobilidade

Para a caracterização e avaliação da mobilidade de um determinado território, é necessário englobar e avaliar os diversos sistemas de transportes (rodoviário, ferroviário, pedonal e de ciclovias), bem como, as redes de infraestruturas existentes, que proporcionam a deslocação segura de pessoas e bens.

A mobilidade e acessibilidade, são parâmetros que refletem efeitos significativos na qualidade de vida das populações, na economia e na competitividade territorial, sendo deste modo necessário, criar condições que incrementem a mobilidade e que reforcem as acessibilidades, através da otimização das infraestruturas viárias, da promoção dos transportes coletivos e da intermodalidade, preservando a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o território.

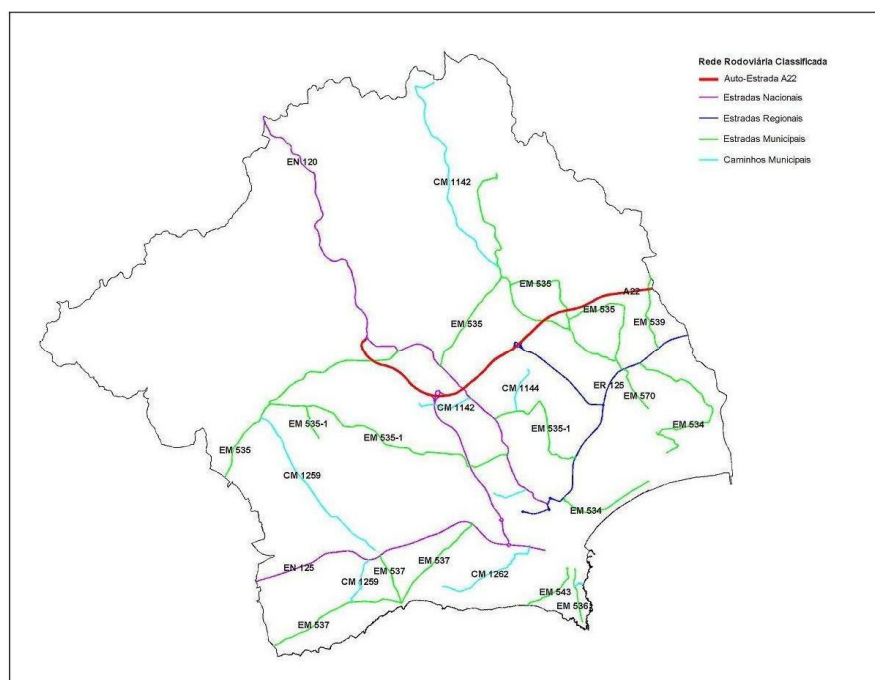
5.4.1 Caracterização da situação atual

Acessibilidades e Transportes

O Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), aprovado pelo Decreto-lei n.º 222/98 de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto, estabelece o regime jurídico da “rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional”.

Segundo o PRN2000, e como pode ser observado no mapa seguinte, o concelho de Lagos, possui no seu sistema de acessibilidades, vias pertencentes à Rede Nacional de Autoestradas, à Rede Rodoviária Nacional Complementar (constituída pelos itinerários complementares - IC e estradas nacionais - EN), à Rede de Estradas Regionais (ER) (que estabelecem as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse municipal e complementar à rede rodoviária nacional) e ainda à Rede Municipal (que é constituída pelas vias que não pertencem ao plano rodoviário nacional), nomeadamente:

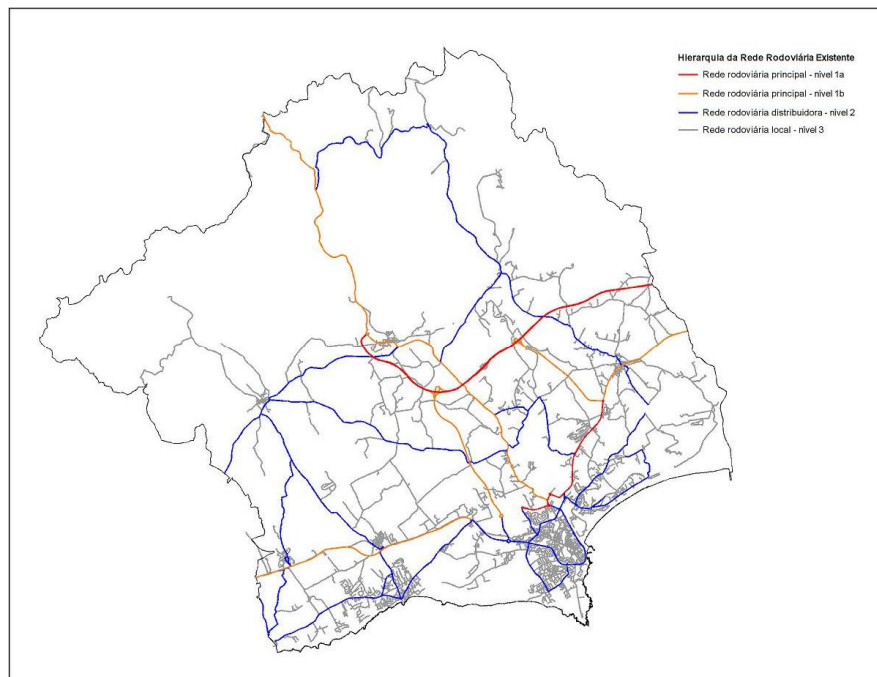
- Autoestrada A22 (correspondente ao IC4);
- Estrada Nacional 120;
- Estrada Nacional 125;
- Estrada Nacional 125-9;
- Estrada Regional 125;
- Estradas Municipais 534, 535, 535-1, 536, 537, 537-1, 539, 543 e 570;
- Caminhos Municipais 1142, 1144, 1259, 1262 e 1264.

**Mapa 48 - Rede Rodoviária existente**

Na generalidade, a rede viária, do concelho de Lagos, encontra-se razoavelmente bem estruturada, estando asseguradas as principais ligações entre os aglomerados urbanos através das estradas municipais (EM), assim como com o exterior do concelho, através da autoestrada A22 (Via Infante Sagres), da EN125 e a EM535 que estabelecem a ligações com os concelhos vizinhos de Portimão e Vila do Bispo e ainda o CM1142 que procede à ligação do concelho de Lagos com Monchique. No entanto, as ligações rodoviárias com o interior Norte do concelho ainda não se encontram muito desenvolvidas.

Segundo as orientações do PROT-Algarve, a rede viária da região pode dividir-se hierarquicamente em três níveis, consoante a função que devem representar na rede viária, nomeadamente, a função de transporte, acessibilidade e social.

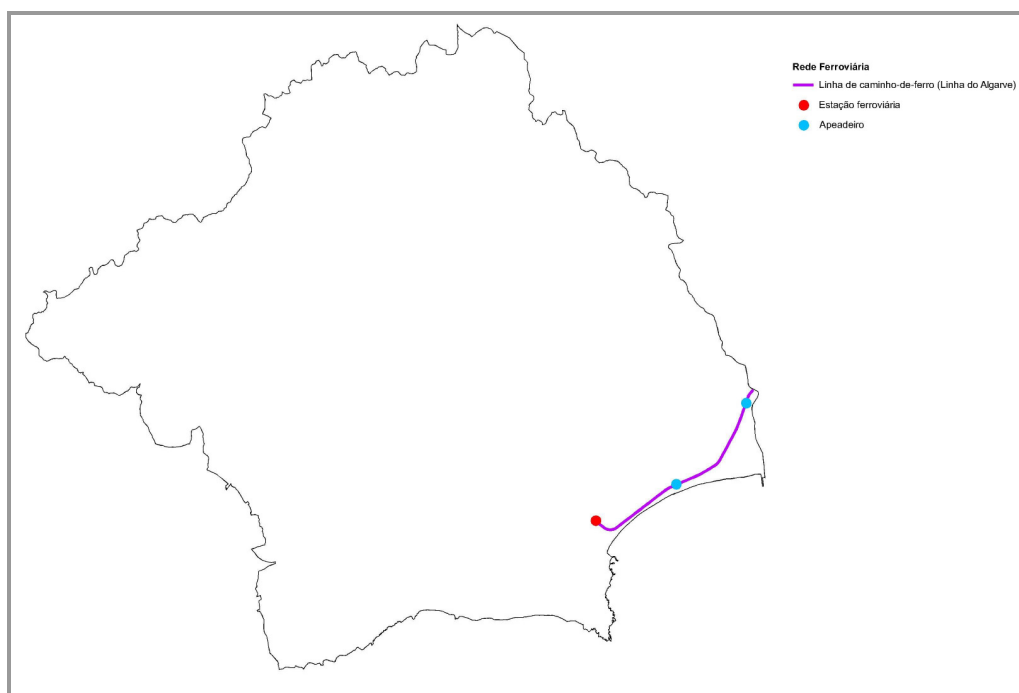
Desta forma, e como pode ser observado no mapa seguinte, no 1.º nível englobam-se todas as vias que preconizam as principais ligações inter e intrarregionais, no 2.º nível as vias que asseguram o transporte entre os aglomerados urbanos do concelho de Lagos e no 3.º nível as vias de acesso local, urbanas e rurais.



Mapa 49 - Hierarquização da rede rodoviária existente.

No que concerne à rede ferroviária, a linha de caminho de ferro (Linha do Algarve), inicia-se no concelho de Lagos e estabelece a ligação entre Lagos e Vila Real de Santo António, percorrendo, deste modo, a zona costeira algarvia, com exceção de, parte da costa do concelho de Lagos e a totalidade do concelho de Vila do Bispo.

Pelo facto da Linha do Algarve ter início no concelho de Lagos, é na freguesia de São Sebastião que se encontra uma das principais estações ferroviárias da região, que funciona como estação terminal dos itinerários regionais e como um atrativo turístico local.

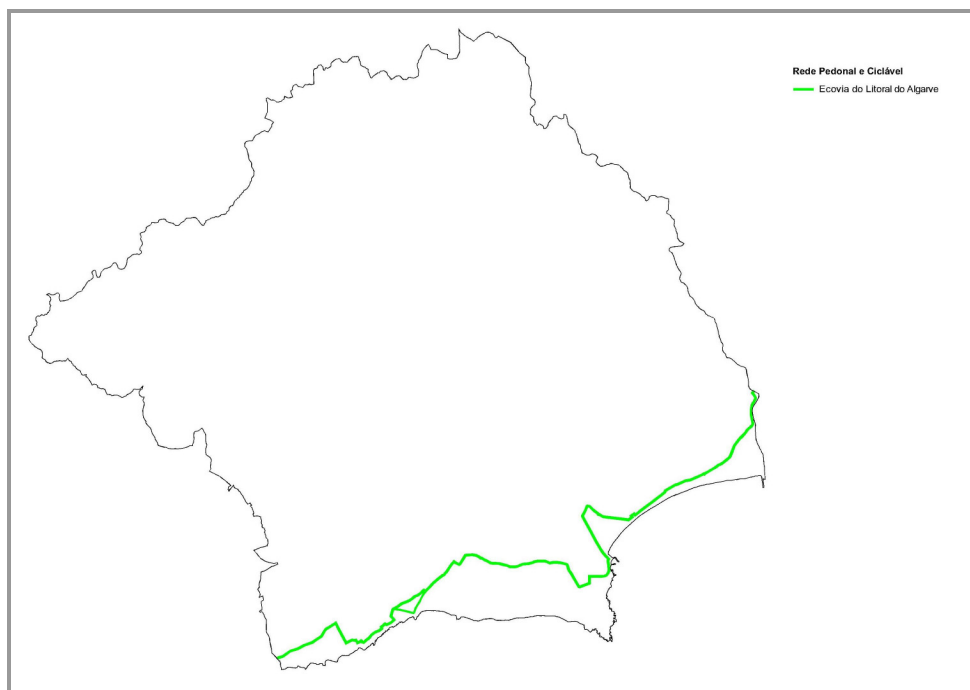


Mapa 50 - Rede ferroviária existente

Para além das infraestruturas ferroviárias, acima referidas, o concelho de Lagos, possui no seu domínio, outras infraestruturas de transportes coletivos, designadamente um porto de pesca, uma marina e um aeródromo, proporcionando um vasto leque de oportunidades de desenvolvimento concelhio a vários níveis.

Relativamente à rede pedonal e ciclável do concelho, Lagos é na sua totalidade atravessado pela Ecovia do Litoral do Algarve, que percorre toda a faixa litoral algarvia, com uma extensão de 214Km, iniciando-se no Cabo de São Vicente, em Sagres – Vila do Bispo, até ao concelho de Vila Real de Santo António, articulando-se com Espanha no âmbito do projeto europeu Eurovelo.

A Ecovia do Algarve tem por objetivo principal, o aproveitamento de ciclovias existentes, criando rotas cicláveis de troços seguros e de elevado valor cénico e natural, proporcionando uma maior qualidade e intensidade de circulação não-motorizada entre os núcleos urbanos, concorrendo para, uma melhoria na mobilidade e qualidade de vida das populações.



Mapa 51 - Ecovia do Litoral do Algarve

No que concerne ao transporte coletivo de passageiros, o concelho de Lagos é dotado de uma rede de transportes públicos urbanos, denominada “A Onda – Transportes Urbanos de Lagos” que formaliza a sua circulação através de nove linhas, que abrangem os diversos aglomerados urbanos do concelho e possui uma circular no interior da cidade de Lagos.

5.4.2 Análise SWOT territorial

Após a caracterização da situação existente, no que se refere à mobilidade do concelho de Lagos, foi possível à equipa da AAE identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças associados a este tema, no que diz respeito a este concelho.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> – Existência da A22 como alternativa à EN125; – A rede rodoviária do concelho de Lagos encontra-se razoavelmente bem estruturada com boas acessibilidades a nível nacional e regional; – Resolução das situações de atravessamento dos aglomerados por circulares externas; – Localização de uma das principais estações ferroviárias da região; – O concelho de Lagos é totalmente atravessado pela Ecovia do Litoral do Algarve; – Existência de infraestruturas portuárias e aeronáuticas; – Existência de um estudo de mobilidade para os transportes urbanos de Lagos; – Boa cobertura da rede de transportes urbanos de utilização coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> – As ligações rodoviárias com o interior Norte do concelho de Lagos encontram-se pouco desenvolvidas; – Baixa capacidade de escoamento de tráfego rodoviário, principalmente durante os meses de verão; – Mobilidade demasiado dependente no modo rodoviário; – Inexistência de uma central de transportes públicos; – Fraca representatividade do transporte marítimo, aéreo e ferroviário no transporte de mercadorias;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Melhoria dos níveis de acessibilidade concelhia; 	<ul style="list-style-type: none"> – Elevado fluxo de tráfego na EN 125;

- Reordenamento dos acessos viários que possuem pouco escoamento de tráfego em época alta e redefinição das áreas de estacionamento;
- Possibilidade de planeamento de infraestruturas associadas aos desportos náuticos e de um aeródromo intermunicipal;
- Promoção dos serviços públicos de transportes rodoviários de passageiros;
- Melhoria das condições de acolhimento dos passageiros da rede de transportes públicos.
- Dificuldade de estacionamento;
- Aumento do volume de tráfego automóvel passível de aumentar os níveis de ruído e reduzir a qualidade do ar;
- A introdução de Portagens na A22 (Via Infante Sagres).

5.4.3 Tendências de evolução na ausência do PDM de Lagos

Na ausência da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos, a situação atual do concelho, seguiria, na generalidade, as tendências atualmente registadas.

No entanto, as condições de mobilidade e acessibilidade, do concelho de Lagos, poderiam seguir num sentido de contínuo decréscimo, uma vez que, não se introduziriam quaisquer medidas que conduzissem à otimização das infraestruturas viárias, da promoção do transporte coletivo, da intermodalidade e consequentemente da qualidade de vida da população.

5.4.4 Análise de Oportunidades e Riscos

Foi efetuada uma matriz de oportunidades e riscos de forma a avaliar as medidas propostas pelo PDM de Lagos e em que medida estas poderão influenciar o critério “Mobilidade”, por objetivo ambiental e de sustentabilidade.

Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Mobilidade				
Avaliar o sistema rodoviário, ferroviário, pedonal e de ciclovias.	O PDM de Lagos propõe como objetivo específico, o incremento da mobilidade e o reforço das acessibilidades no município de Lagos, estando este objetivo suportado por um programa de intervenção que visa a sua concretização;	(+++)		
	Integração da Ecovia do Litoral do Algarve;	(++)	N/a	N/a
	Na unidade operativa de planeamento e gestão da vila da Luz, o PDM de Lagos, prevê a hierarquização da rede viária associada a uma rede pedestre e ciclável;	(++)		
	É proposto que para todas as novas			

	intervenções urbanísticas, sejam aplicadas todas as normas técnicas de acessibilidade e mobilidade para pessoas com mobilidade condicionada;	(+++)		
	Melhorar o sistema de transporte de passageiros no município de Lagos;	(+++)		
	O plano prevê a criação de infraestruturas direcionadas para a formação e prática de atividades náuticas desportivas e de recreio e a conversão do atual aeródromo numa pista para aviação de ultraleves;	(++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixos (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/a)	Não Aplicável (N/a)

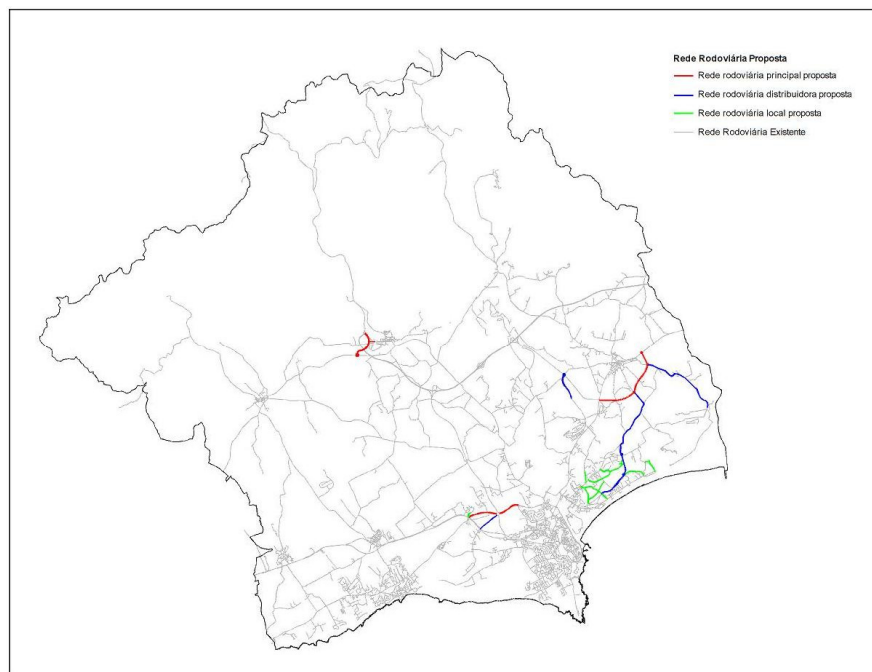
5.4.5 Avaliação de Efeitos Significativos

Segundo a proposta para o Plano Diretor Municipal de Lagos, uma das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE) consiste no “Urbanismo e Mobilidade”, que pretende, entre outros objetivos específicos, incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos, através da otimização das infraestruturas viárias, da promoção do transporte coletivo e da intermodalidade.

Para a concretização deste objetivo específico, o PDM de Lagos, determina um programa de intervenção, com um conjunto de ações, que permitirão colmatar os problemas de mobilidade e acessibilidade presentes no concelho, nomeadamente, aos níveis de congestionamento rodoviário que se fazem sentir essencialmente na época alta, e tornar mais acessível o serviço de transportes públicos.

Neste contexto, e como pode ser observado no mapa seguinte, é proposto para o concelho de Lagos, a articulação, entre si, dos aglomerados do concelho, com a oferta de acessos adequados, através da construção ou requalificação de vias que vão de encontro aos usos propostos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) do concelho, nomeadamente:

- Variante de Odiáxere;
- Ligação entre a Meia Praia a freguesia de Odiáxere;
- Ligação entre a Meia Praia e a ER125, através do Chinicato;
- Ligação entre a EM535 e a EN120;
- Via Circular de Lagos, com ligação à EN125.



Mapa 52 - Rede Rodoviária Proposta

A criação das referidas infraestruturas viárias, irão incrementar, a melhoria das infraestruturas existentes do concelho, uma vez que as ligações Meia Praia-Odiáxere e Meia-Praia-ER125 consistem na requalificação das vias já existentes e irão igualmente contribuir para a melhoria da mobilidade e acessibilidade do concelho de Lagos, colmatando as deficiências atualmente registadas.

Para além das ações de intervenção na rede viária principal, as estradas e caminhos municipais, que efetuam a circulação interna local, irão igualmente ser alvo de requalificação e beneficiação, de forma a garantir todas as condições de segurança na circulação de veículos e pessoas.

A integração da Ecovia do Litoral do Algarve, consiste noutra proposta por parte do PDM de Lagos, em que, se pretende o aproveitamento e melhoria de caminhos já existentes, com elevados valores naturais, cénicos e paisagísticos e dotá-los de sinalização e painéis informativos específicos. Esta proposta representa uma melhoria significativa na oferta de atividades, bem como, no reforço e melhoria da qualidade de vida dos lacobrigenses.

O sistema pedonal e de ciclovias, é igualmente reforçado na presente proposta do plano, através da hierarquização da rede viária associada a uma rede pedestre e ciclável na unidade operativa de planeamento e gestão da vila da Luz.

No que concerne à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, o PDM de Lagos, determina que sejam aplicadas todas as normas técnicas, previstas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto (que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, vias públicas e edifícios habitacionais), em todas as intervenções urbanísticas a efetuar no concelho de Lagos, garantido que qualquer membro da sociedade usufrua dos espaços públicos e privados sem barreiras nem obstáculos, promovendo uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos com necessidades especiais e criando um concelho que permite a acessibilidade a todos.

Relativamente ao sistema de transportes, o plano, em avaliação, propõe a sua melhoria, ao contemplar a instalação de uma central coordenadora de transportes, que será constituída por um conjunto de equipamentos qualificadores e competitivos.

O facto de a futura área do Tecnópolis contemplar a instalação da central de coordenação de transportes, que em plano é proposto ter uma localização devidamente planeada, de forma a melhorar o seu desempenho proporcionando a melhoria do sistema de transporte coletivo de passageiros.

Tendo em consideração que o concelho de Lagos já possui infraestruturas portuárias e aeronáuticas, ou seja, um porto de pesca, uma marina e um aeródromo, o PDM de Lagos propõe que sejam privilegiadas as atividades desportivas e de recreio associadas às atividades náuticas de forma a promover a região e as infraestruturas já existentes.

Relativamente ao aeródromo existente na cidade de Lagos, e tendo em conta o planeamento de um aeródromo intermunicipal do Barlavento, entre Portimão e Lagos, propõem-se que o atual aeródromo seja convertido numa pista de aviação de ultraleves.

Em suma, conclui-se que, na generalidade, as medidas propostas pelo Plano Diretor Municipal de Lagos, quando comparados com o objetivo ambiental e de sustentabilidade, resultarão em efeitos positivos significativos e muito significativos para a acessibilidade e mobilidade do concelho, uma vez que se prevê a otimização do sistema rodoviário, pedonal e de transportes.

5.4.6 Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

O Plano Diretor Municipal de Lagos datado de 1995, já apresentava uma rede viária relativamente bem estruturada, que ligava os principais aglomerados urbanos do concelho (EN125, EN120 e EN125-9), que satisfazia as necessidades da população, e já estavam consideradas, como previstas, as vias que atualmente constituem a rede viária atual do concelho, inclusivamente a A22 como alternativa à EN125.

Comparativamente com a atual proposta, o PDM de Lagos, em avaliação, vem contribuir para a melhoria da rede viária, de acessibilidade e mobilidade do concelho, uma vez que vem corresponder, às necessidades atuais da população, à estruturação dos aglomerados urbanos e à preservação do ambiente e da qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município.

A presente proposta tem ainda em consideração a segurança de bens e de pessoas, requalificando as vias que, se consideram que, não apresentam as devidas condições de segurança.

5.4.7 Programa de Seguimento

Ir-se-á constituir um programa de seguimento para o critério “Mobilidade”, que se desenvolverá no estabelecimento de medidas de planeamento e gestão e medidas de monitorização de forma a prevenir, e evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão advir da concretização da proposta do plano.

5.4.7.1 Medidas de Planeamento e Gestão

- Promover a realização de estudos de mobilidade para o concelho;
- Assegurar o bom funcionamento do sistema de transportes;
- Assegurar que são implementadas as ações correspondentes aos planos de intervenção propostos;

5.4.7.2 Medidas de Monitorização

- Monitorizar a distribuição e volume de tráfego registado na rede viária do concelho;
- Monitorizar o estado de conservação do sistema rodoviário e pedonal;
- Monitorização do grau de satisfação da população relativamente ao serviço de transportes públicos;

5.4.7.3 Diretrizes de Governança

Câmara Municipal de Lagos	Assegura o bom estado de conservação da rede viária, pedonal e ciclável municipal e a segurança dos seus utentes;
	Promove o uso dos transportes públicos em detrimento dos automóveis;
	Determina objetivos e ações municipais para aquisição de um sistema de mobilidade sustentável.
REFER	Assegura o bom funcionamento e estado de conservação da rede ferroviária.
Setor Privado	Promove e investe no setor de transportes de utilização coletiva.

VI. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Síntese dos Resultados Obtidos

Considerando todas as análises efetuadas ao longo do presente relatório e atendendo ao facto de se ter tratado o máximo de informação disponível, foi efetuada uma apreciação final referente aos resultados obtidos.

No quadro seguinte encontram-se compiladas todas as oportunidades e riscos identificados no presente relatório. Esta listagem é realizada por FCD e respetivos Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade.

FCD 1 – GOVERNANÇA				
Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Participação, Abertura e Eficácia				
Avaliar a participação da população envolvida, nos assuntos relacionados com o município.	A população irá desempenhar um papel importante com a sua participação, na fase de discussão pública, do Plano Diretor Municipal de Lagos e dos restantes Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) que atualmente se encontrem em elaboração;	(++)	N/A	N/A
	É proposto o reforço da cidadania e da consciência social e ambiental.	(++)		
Avaliar a transparência dos procedimentos e a promoção da comunicação ativa.	A Câmara Municipal de Lagos irá promover a transparência dos seus procedimentos, ao disponibilizar, à população, o Plano Diretor Municipal em vários formatos, assim como, os restantes PMOT's.	(++)	N/A	N/A
Avaliar a eficácia dos procedimentos de modo a dar resposta às necessidades da população.	Aposta por parte da Autarquia na produção de instrumentos estratégicos de planeamento de suporte à atividade municipal.	(++)	N/A	N/A
FCD 2 – DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÓMICO				
Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Qualidade de Vida				
Avaliar o nível sócio-económico, o equilíbrio populacional, condições de saúde, oportunidades de	Existência de bolsas de terrenos municipais destinadas a habitação social e a custos controlados;	(+++)	N/A	N/A
	Assegurar a equidade territorial no			

emprego, acesso a políticas sociais, assim como oferta de equipamentos e serviços.	<p>provimento de equipamentos coletivos;</p> <p>Promoção das condições necessárias para a instalação de novas áreas destinadas a atividades económicas, nos vários setores.</p>	<p>(+++)</p> <p>(+++)</p>		
Economia				
Avaliar a revitalização da economia no concelho, de modo a potenciar as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo.	<p>O PDM de Lagos propõe como Linha Estratégica de Desenvolvimento, a transformação do concelho num território com economia inovadora e competitiva a nível regional, nacional e internacional, relacionando as atividades tradicionais com as novas indústrias;</p> <p>Aposta na pesquisa, exploração e utilização dos recursos marítimos, e na agricultura tecno-biológica;</p> <p>Fomentar o desenvolvimento tecnológico em setores inovadores criando competitividade empresarial;</p> <p>É proposta a constituição de um Pólo Multinuclear de Lagos, proveniente do projeto "Algarve Tecnópolis" com o intuito de criar as condições necessárias para a instalação de várias instituições que contribuem para o desenvolvimento económico municipal;</p> <p>Propõe-se como Investimento Estruturante do PDM de Lagos, a definição de Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE) nas zonas interiores do concelho;</p> <p>Combater as carências identificadas a nível das atividades económicas, possibilitando a expansão e/ou criação de novas áreas relacionadas com as respetivas atividades.</p>	<p>(+++)</p> <p>(+++)</p> <p>(+++)</p> <p>(+++)</p> <p>(++)</p>	N/A	N/A
Turismo				
Avaliar a promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade.	Investir na construção de um cluster do turismo com capacidade de afirmação no conjunto da Região do Algarve;	(+++)	N/A	N/A

	<p>Investir na melhoria e no incremento da competitividade e diversificação das atividades turísticas do concelho;</p> <p>O Sistema de Turismo definido na proposta do PDM de Lagos visa materializar um modelo de desenvolvimento e ocupação turística que pretenda estimular a qualidade e efeito estruturante dos projetos turísticos, investindo simultaneamente na defesa dos valores ambientais e culturais, e na requalificação e contenção da faixa costeira;</p> <p>Promoção e modernização das infraestruturas e serviços turísticos.</p>	<p>(+++)</p> <p>(+++)</p> <p>(++)</p>		
FCD 3 – BIODIVERSIDADE E RECURSOS AMBIENTAIS				
Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Conservação e gestão de habitats, fauna e flora				
Pretende-se a avaliação as medidas de proteção às espécies protegidas de fauna e flora e a evolução das áreas classificadas do concelho.	<p>O PDM integra as áreas de Rede Natura 2000 no Sistema Ambiental, nomeadamente, na classe da Estrutura Ecológica Municipal Grau I, onde deverá prevalecer as orientações do Plano sectorial da Rede Natura 2000;</p> <p>As áreas de Rede Natura 2000 são classificadas como Espaços Naturais com Vocação Específica, aplicando-se o regime do Plano sectorial da Rede Natura 2000;</p> <p>Apesar de fora da Rede Natura 2000, o Paul de Lagos será alvo de integração na UOPG 10, a qual terá como principais objetivos manutenção de habitats, educação e ecoturismo;</p> <p>A inclusão dos matos de Barrocal existentes entre Bensafirim e as Colinas Verdes na Estrutura Ecológica Municipal permitirá a salvaguarda de valores naturais muito relevantes.</p>	<p>(++)</p> <p>(++)</p> <p>(+++)</p> <p>(+++)</p>	N/A	N/A

Floresta				
Avaliar a situação florestal do concelho e as medidas de proteção implementadas.	A proposta do PDM de Lagos prevê a valorização ambiental e dos recursos florestais através da diminuição dos riscos de incêndio florestal.	(++)	N/A	N/A
	Existência e aplicação de planos de gestão e proteção dos espaços florestais, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento Florestal e Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.	(+++)		
Qualidade do Ambiente				
Avaliar a qualidade ambiental, pela poluição ou pelo uso insustentável dos recursos naturais, que pode significar danos na qualidade da água, do solo e noutros recursos que são o suporte da vida humana.	Reforço do Sistema de armazenamento de água;	(+++)	N/A	N/A
	O Plano propõe uma política de esforço no sentido de ampliar o número de ecopontos e pilhões;	(++)		
	Classificação e delimitação das zonas “sensíveis” e “mistas”.	(+++)		
Riscos Naturais e Tecnológicos				
Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações, contribuindo para a prevenção e redução de possíveis situações de Riscos Naturais e Tecnológicos.	A proposta de plano definiu opções de forma a não potenciar riscos existentes e introduziu disposições de forma a salvaguardar pessoas, bens e ambiente em situações de risco existentes ao nível do concelho;	(+++)	Não foram identificados os edifícios devolutos existentes no concelho em cartografia	(-)
	Não foi considerada pela proposta de Plano a edificação em zonas com perigosidade elevada de incêndio;	(++)		
	Fixou-se uma faixa de gestão de combustível;	(++)		
	Inclusão do risco de incêndio como critério na verificação da compatibilidade de usos com as categorias de solo urbano e rural;	(++)		
	A proposta de Plano define a necessidade da realização de um estudo hidráulico/Hidrogeológico, em sede de PP ou PU, em zonas identificadas como tendo risco de cheia e de inundação;	(++)		

	<p>Foi incluída uma disposição acerca da largura de arruamentos, destinada a permitir a rápida intervenção das viaturas de socorro;</p> <p>De acordo com a proposta de PDM não é permitida a instalação, em espaços de atividade económica, de atividades que possam provocar acidentes relacionados com matérias perigosas.</p>	<p>(++)</p> <p>(++)</p>		
Valorização Patrimonial e Cultural				
Pretende-se avaliar a valorização do património arquitetónico e arqueológico de modo a afirmar a identidade cultural do concelho.	<p>Preservação e valorização do património histórico e cultural, afirmando a cidade de Lagos como sede histórica e cultural dos Descobrimentos Portugueses;</p> <p>Criação do Museu de Lagos com núcleos museológicos.</p>	<p>(++)</p> <p>(++)</p>	N/A	N/A
FCD 4 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA				
Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Eficiência energética				
Avaliação da promoção da eficiência energética e do recurso às fontes de energias renováveis.	<p>O PDM de Lagos prevê o cumprimento da legislação existente relacionada com utilização e conservação de energia em edifícios;</p> <p>Disponibilização de áreas no concelho de Lagos para implantação e instalação de equipamentos para a produção ou ensaio de energias alternativas não poluentes;</p> <p>Proposta de desenvolvimento de novos pólos de desenvolvimento tecnológico energeticamente sustentáveis (Tecnopolis);</p> <p>O PDM de Lagos propõe o estabelecimento de incentivos para a exploração das energias renováveis como setor impulsionador do solo rural ou mesmo do turismo.</p>	<p>(++)</p> <p>(+++)</p> <p>(+++)</p> <p>(+++)</p>	N/A	N/A
FCD 5 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO				
Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Oportunidades	Valoração	Risco	Valoração
Uso do Solo				

Avaliar as várias servidões administrativas e instrumentos de ordenamento e planeamento do território.	Planeamento do espaço urbano através da expansão e/ou consolidação urbana em várias categorias operativas do solo urbano;	(++)	N/A	N/A
	Atualização da proposta de delimitação da REN;	(+++)		
	Atualização da delimitação da RAN.	(+++)		
Estrutura Ecológica				
Avaliar a estrutura ecológica do espaço rural e a estrutura ecológica no interior do espaço urbano.	Proposta de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, em articulação com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental do PROT Algarve;	(+++)	A proposta de PDM inclui a criação de novas vias viárias, o que introduzirá novas descontinuidades na rede hidrográfica.	(--)
	O plano propõe espaços onde a urbanização é possível programar articulando-os com as áreas de sistemas ecológicos e valores naturais do concelho.	(+++)		
Conservação e gestão da paisagem				
Pretende-se avaliar a definição e classificação de áreas de elevado valor paisagístico a proteger e os respetivos planos de gestão/ação.	Inclusão da maioria das áreas de elevado valor paisagístico na Estrutura Ecológica Municipal, garantindo, desta forma, a sua preservação;	(+++)	N/A	N/A
	Salvaguarda da rede hidrográfica pela sua inclusão em diversas servidões administrativas.	(+++)		
Mobilidade				
Avaliar o sistema rodoviário, ferroviário, pedonal e de ciclovias.	O PDM de Lagos propõe como objetivo específico, o incremento da mobilidade e o reforço das acessibilidades no município de Lagos, estando este objetivo suportado por um programa de intervenção que visa a sua concretização;	(+++)	N/A	N/A
	Integração da Ecovia do Litoral do Algarve;	(++)		
	Na unidade operativa de planeamento e gestão da Vila da Luz, o PDM de Lagos, prevê a hierarquização da rede viária associada a uma rede pedestre e ciclável;	(++)		

	É proposto que para todas as novas intervenções urbanísticas, sejam aplicadas todas as normas técnicas de acessibilidade e mobilidade para pessoas com mobilidade condicionada;	(+++)		
	Melhorar o sistema de transporte de passageiros no município de Lagos;	(+++)		
	O plano prevê a criação de infraestruturas direcionadas para a formação e prática de atividades náuticas desportivas e de recreio e a conversão do atual aeródromo numa pista para aviação de ultraleves.	(++)		

Positivos	Negativos
Muito Significativos (+++) Criação de novas oportunidades de desenvolvimento e criação de riqueza para a região e para o concelho; Benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais.	Muito Significativos (---) Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados.
Significativos (++) Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média.	Significativos (--) Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios.
Baixas (+) Benefícios baixos ou insignificantes.	Baixas (-) Perda de recurso ou afetação de qualidade irrelevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes.
Nulo (0)	Nulo (0)
Não Aplicável (N/A)	Não Aplicável (N/A)

Apesar de todos os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) apresentarem oportunidades e riscos, verifica-se que as oportunidades são dominantes, constituindo o PDM de Lagos, por si só, uma oportunidade, possibilitando a compatibilização deste Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), com os instrumentos de gestão territorial definidos no Quadro de Referência Estratégico (QRE), e com as condicionantes e servidões administrativas aplicáveis ao território em estudo.

No quadro seguinte, efetuou-se uma síntese geral, que resume as conclusões da AAE, condensadas com simbologia de fácil apreensão e, em que é possível distinguir a situação atual do território, as tendências de evolução decorrentes da existência de um PDM com validade legal, e os efeitos significativos resultantes das ações propostas pelo PDM de Lagos.

Quadro 71 – Síntese geral das conclusões da AAE

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de Avaliação	Situação Atual	Tendências de Evolução	Efeitos significativos das ações do Plano
Governança	Participação, Abertura e Eficácia		→	→
	Qualidade de Vida		↻	↻
Desenvolvimento Sócio-Económico	Economia		↻	↻
	Turismo		→	↻
	Conservação e gestão de habitats, fauna e flora		↻	↻
Biodiversidade e Recursos Naturais	Floresta		↻	↻
	Qualidade do Ambiente		↻	↻
	Riscos Naturais e Tecnológicos		↻	↻
	Valorização Patrimonial e Cultural		→	↻
Alterações Climáticas e Energia	Eficiência Energética		↻	↻
Ordenamento do Território	Uso do Solo		↻	↻
	Estrutura Ecológica		→	↻
	Conservação e Gestão da Paisagem		↻	↻
	Mobilidade		→	↻

Legenda:

Situação Atual			
	Negativa	Neutra	Positiva
Tendências de Evolução	↻	→	↻
	Negativa		Positiva
	Afastamento dos objetivos e metas	Sem alteração significativa	Aproximação aos objetivos e metas
Efeitos significativos das ações do Plano	↻	→	↻
	Negativos	Nulos	Positivos

2. Relação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

De forma a compreender de que modo ocorreu a dinâmica territorial desde anulação do PDM de 1995 e as consequentes implicações na gestão territorial do município, assim como os eventuais desvios verificados à situação referência, foi efetuada uma análise da proposta PDM 1995, e a mesma foi comparada com a situação atual do território juntamente com a atual proposta do PDM (fase de Retoma).

A ausência de um Plano Diretor Municipal sem eficácia legal, comprometeu de certa forma a dinâmica territorial do concelho, no sentido em que, não existia uma estratégia integrada de desenvolvimento municipal.

No entanto uma vez que, qualquer ação urbanística, cujas intenções poderiam comprometer de alguma forma os valores naturais, patrimoniais e sociais do concelho, foi alvo de parecer prévio por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, todas estas iniciativas apresentaram conformidade e compatibilidade com os planos de hierarquia superior, nomeadamente com o PROTAL.

Pese embora, a não existência de um PDM eficaz, o conjunto de planos, condicionantes e servidões administrativas, dada a sua extensão na área do município, permitiram reger o uso do solo proposto, com reduzidas implicações negativas nos valores ambientais em presença.

Apesar da autarquia ter tentado seguir as linhas orientadores preconizadas no PDM de 1995, a ausência de carácter vinculativo do mesmo, motivou a não concretização de muitas das iniciativas previstas. Esta realidade conduziu à ocorrência de desvios significativos à situação de referência.

Como corolário desta análise, a falta de visão holística na gestão integrada do concelho conduziu a uma acentuada desarticulação entre os vários projetos, os quais foram sendo aprovados e concretizados de forma individual. Esta situação reflete-se de forma acentuada na gestão da rede viária e das infraestruturas, as quais foram sendo desenvolvidas de acordo com o interesse de cada projeto e não numa perspetiva global.

A atual proposta de PDM, pretende alcançar uma estratégia global de sustentabilidade que permitirá uma articulação integrada entre os usos do solo, existentes e propostos, salvaguardando os recursos patrimoniais em presença.

Quadro 72 – Comparação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de Avaliação	PDM de 1995	Proposta Atual do PDM
Governança	Participação, Abertura e Eficácia	N/A	(++)
	Qualidade de Vida	(+)	(++)
Desenvolvimento Sócio-Económico	Economia	(+)	(++)
	Turismo	(+)	(++)
	Conservação e gestão de habitats, fauna e flora	N/A	(++)
Biodiversidade e Recursos Naturais	Floresta	(++)	(++)
	Qualidade do Ambiente	(-)	(++)
	Riscos Naturais e Tecnológicos	(--)	(++)
	Valorização Patrimonial e Cultural	(+)	(++)
	Alterações Climáticas e Energia	(-)	(++)
Ordenamento do Território	Uso do Solo	(+)	(++)
	Estrutura Ecológica	N/A	(++)
	Conservação e Gestão da Paisagem	(+)	(++)
	Mobilidade	(+)	(++)

Efeitos Positivos	Efeitos Negativos
Muito Significativos (++) Incremento acentuado das oportunidades de desenvolvimento e dinâmica territorial sustentável;	Muito Significativos (--) Estagnação e afetação da gestão territorial do concelho, com possível criação de efeitos que podem comprometer um desenvolvimento sustentável da área do concelho.
Significativos (+) Incremento moderado das oportunidades de desenvolvimento e dinâmica territorial sustentável;	Significativos (-) Afetação moderada da gestão territorial do concelho, com possível criação de efeitos que podem comprometer um desenvolvimento sustentável da área do concelho
Não Aplicável (N/A) Não existe uma situação de referência comparável	

3. Considerações Finais

De uma forma geral o plano apresenta-se como uma solução que promove o desenvolvimento sustentável do concelho de Lagos, em termos ambientais e socioeconómicos.

Da análise realizada ao longo do processo da Avaliação Ambiental Estratégica, fica patente que:

- A proposta de PDM, com a integração dos instrumentos de ordenamento do território vigentes, de onde se destaca o PROTAL, permitirá uma gestão do território mais apta a responder às necessidades das populações e potenciais investidores no concelho. Ficará o município, igualmente, dotado de meios legais para a salvaguarda dos recursos patrimoniais existentes, garantindo a sua perenidade e uso sustentável dos mesmos;
- A atualização das condicionantes e servidões administrativas na área do concelho de Lagos, introduz um maior rigor no processo administrativo, sem incorreções cartográficas que possam ser injustas para as populações e promotores económicos. Por outro lado, com esta atualização é alcançada a proteção efetiva dos recursos patrimoniais e ambientais;
- A criação de diversas UOPG, com a consequente necessidade de realização de PMOT's, permitirá um ordenamento urbano destas áreas e prever uma articulação coerente entre as várias partes que compõem o concelho de Lagos, alcançando uma organização sistémica e funcional do território;
- A definição de bolsas de terrenos destinadas à construção de habitação social e a custos controlados, permitirá combater a carência habitacional, nomeadamente das populações mais desfavorecidas;
- O investimento nos vários setores de atividade implicará um aumento do número de empregos e combatendo, assim, as taxas de desemprego locais;
- A criação de espaços destinados à reserva de equipamentos, permitirá uma otimização dos recursos e a canalização dos mesmos, somente para a construção de equipamentos necessários às populações;
- A proposta prevê a revitalização da economia no concelho, potenciando as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo;
- A proposta do PDM de Lagos, promove a modernização das infraestruturas e serviços Turísticos, permitindo a revitalização e dinamismo destes serviços e infraestruturas, proporcionando assim um reforço e um incremento na qualidade da função turística concelhia, preconizando assim um impacto positivo significativo;

- A salvaguarda do Barrocal de Bensafrim-Colinas Verdes como zona importante para a conservação da Natureza e Biodiversidade é considerado como uma ação positiva muito significativa, sendo incluída na Estrutura Ecológica Municipal;
- A criação da UOPG 10, destinada à conservação do Paul de Lagos é encarado como uma proposta extremamente significativa, pois permitirá não só a salvaguarda deste espaço, mas também a sua dinamização e divulgação como espaço pedagógico, lúdico e científico;
- A proposta de PDM promove a criação de faixas de gestão de combustível nas áreas florestais do concelho, facto que irá contribuir para uma melhoria nas condições de combates a incêndios e uma diminuição das áreas ardidas. Permite de igual modo, a proteção de infraestruturas, edifícios e equipamentos, o que por si, é uma melhoria para a salvaguarda de pessoas e bens;
- A classificação e delimitação de “zonas sensíveis” e “zonas mistas”, permitirá a organização do território, conciliando as zonas urbanas como locais passíveis de produzir valores de ruído incompatíveis com a vivência humana de qualidade;
- A proposta de PDM estabelece uma melhoria das infraestruturas no que concerne ao abastecimento público através da duplicação dos volumes dos reservatórios pertencentes ao subsistema de Lagos e da Meia Praia, à medida que as ocupações turísticas se forem desenvolvendo. Evidencia-se ainda a remodelação do subsistema Norte, um dos subsistemas mais carenciados do concelho. Estas ações contribuirão para a melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- Encontra-se assegurada a recolha e destino final das águas residuais e, consequentemente, salvaguardada a proteção do meio ambiente através da prevenção de eventuais focos de poluição;
- A proposta de PDM inclui o risco de incêndio como critério na verificação da compatibilidade de usos com as categorias funcionais de solo urbano e rural;
- Propõe-se interdição de novas construções em zonas de risco de inundação, com exceção de quando são definidas cotas mínimas de implantação mediante estudo hidráulico/hidrológico adequado;
- A proposta de PDM de Lagos, determina um programa de intervenção, com um conjunto de ações, que permitirão colmatar os problemas relativos a acidentes rodoviários no concelho, nomeadamente, aos níveis de congestionamento rodoviário;
- Foi incluída uma disposição acerca da largura de arruamentos, de forma a permitir uma rápida intervenção das viaturas de socorro e a possibilidade de definição de circuitos alternativos de emergência;

- De acordo com as faixas de proteção delimitadas pela ARH Algarve, nas zonas de arribas do concelho de Lagos, é interdita a construção ou utilização destas áreas por qualquer tipologia de infraestrutura.
- Não foram incluídos os edifícios devolutos na carta de ordenamento da proposta do plano, apesar destes constituírem a origem e o incremento de riscos, como os incêndios urbanos ou a queda de infraestruturas;
- A proposta aposta na inventariação, recuperação e preservação do património arqueológico para posterior integração nos núcleos museológicos do projeto do Museu de Lagos. A valorização do património arquitetónico e arqueológico constitui uma melhoria clarificante aumento da identidade cultural do concelho;
- Prevê-se o cumprimento da legislação existente relacionada com utilização e conservação de energia em edifícios, uma vez que os edifícios públicos e privados são os menos eficientes, a nível concelhio;
- Disponibilização de áreas no concelho de Lagos para implantação e instalação de equipamentos, para a produção ou ensaio de energias alternativas não poluentes, tendo em consideração que poderão ser concretizadas em qualquer espaço do município desde que estejam em concordância com as disposições legais em vigor;
- A aposta no fomento e no desenvolvimento tecnológico em vários setores, nomeadamente na criação de um pólo tecnologicamente inovador – Tecnopolis – que integre áreas específicas para a exploração dos recursos do Mar e dos restantes recursos naturais endógenos do concelho como o sol, vento e biomassa;
- O estímulo às atividades agrícolas e turísticas modernas, fomentando as boas práticas, na proteção, valorização e utilização sustentável dos recursos naturais, particularmente os associados a estas atividades, são igualmente, apostas do PDM de Lagos, promovendo a criação de incentivos para a exploração das energias renováveis como setor impulsionador do solo rural;
- Articulação e planeamento sustentável dos diferentes usos de solo, uma vez que os espaços em que a urbanização é possível programar se encontra devidamente definida e regulamentada na proposta do plano, no que concerne aos parâmetros urbanísticos de ocupação, utilização e impermeabilização do solo;
- Foi efetuada pela CCDR Algarve uma proposta de Delimitação da REN do concelho de Lagos de forma a incrementar maior rigor e objetividade nesta servidão administrativa e consequentemente um instrumento de apoio à gestão territorial concelhia;
- Procedeu-se a uma proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional, adequando-a ao novo regime jurídico introduzido pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março. Verificando-se um aumento

de 102,7 ha relativamente à RAN em vigor. Para além do aumento espacial, o aumento do rigor cartográfico, permitirá um aumento significativo da eficácia deste instrumento e da sua aplicabilidade física no território;

- A proposta de PDM introduz a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal de Lagos, tendo por base a um modelo territorial que garanta a salvaguarda dos sistemas ecológicos e valores naturais e que proporcione a conservação da natureza e biodiversidade, articulando a sua proposta com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental do PROTAL;
- A proposta de PDM propõe a criação de novos corredores viários, os quais irão estabelecer 10 novas descontinuidades na rede hidrográfica. Contudo, estas serão dimensionadas de forma a garantir o normal funcionamento das linhas de água, quer a nível hidrológico, quer a nível ecológico;
- A inclusão da maioria das zonas de elevado valor paisagístico na Estrutura Ecológica Municipal, garante a sua salvaguarda e perenidade;
- A salvaguarda da rede hidrográfica fundamental na ligação de unidades de paisagem, pela sua inclusão em diversas servidões administrativas;
- A não inclusão das escarpas de Bensafrim na Estrutura Ecológica Municipal, era considerado como um impacte negativo, contudo as mesmas foram integradas na Estrutura Ecológica Municipal;
- A proposta de PDM pretende incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos, através da otimização das infraestruturas viárias, da promoção do transporte coletivo e da intermodalidade.

VII. FONTES DE INFORMAÇÃO

A informação necessária para a avaliação dos critérios e indicadores da AAE está dependente da informação constante dos estudos de elaboração do PDM, bem como de outros estudos complementares, dados internos municipais e dos centros de informação.

O quadro seguinte indica discriminadamente as fontes de informação utilizadas por FCD e critério de avaliação.

Quadro 73 – Fontes de informação utilizadas por FCD e critério de avaliação.

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de Avaliação	Fontes de Informação
Governança	Participação, Abertura e Eficácia	Câmara Municipal de Lagos

Desenvolvimento Sócio-Económico	Qualidade de Vida	Câmara Municipal de Lagos Instituto Nacional de Estatística (INE) Banco Português de Investimento (BPI)
	Economia	Câmara Municipal de Lagos Instituto Nacional de Estatística (INE)
	Turismo	Câmara Municipal de Lagos Turismo de Portugal, I.P. Instituto Nacional de Estatística (INE)
Biodiversidade e Recursos Ambientais	Conservação e gestão de habitats, fauna e flora	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)
	Floresta	Câmara Municipal de Lagos
	Qualidade do Ambiente	CERTIPROJECTO Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P. (ARH) Instituto da Água, I.P. (INAG) Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA (ALGAR) Instituto Nacional de Estatística (INE) Águas do Algarve, SA
	Riscos Naturais e Tecnológicos	Câmara Municipal de Lagos Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P. (ARH) Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS/ANPC) Instituto Geográfico Português (IGP)
	Valorização Patrimonial e Cultural	Câmara Municipal de Lagos Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGERPAR)
	Alterações Climáticas e Energia	Efficiência energética Câmara Municipal de Lagos Instituto Nacional de Estatística (INE) Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
Ordenamento do Território	Uso do Solo	Câmara Municipal de Lagos Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)
	Estrutura Ecológica	Câmara Municipal de Lagos Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)
	Conservação e gestão da paisagem	Câmara Municipal de Lagos Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P. (ARH)
	Mobilidade	Câmara Municipal de Lagos

VIII. BIBLIOGRAFIA

ANPC (2009), “Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Pertencente da Proteção Civil”

ANPC (2010), “Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve”

ARH (em elaboração), “Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve”

Câmara Municipal de Lagos (2007), “Carta Educativa do Município de Lagos”

Câmara Municipal de Lagos (2008), “Estudos de Caracterização do Concelho de Lagos”

Câmara Municipal de Lagos (2008), “PEL – Elaboração do Plano Estratégico do Município de Lagos”

Câmara Municipal de Lagos, “Plano Diretor Municipal de Lagos”, (aprovado a 7 de novembro de 1994 pela Assembleia Municipal, ratificado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 28/95, publicada no Diário da República 1.ª série – B, n.º 79 de 3 de abril de 1995 e anulado pelo Tribunal Administrativo do círculo de Lisboa a 10 de fevereiro de 1998)

Câmara Municipal de Lagos, “Pré-diagnóstico da Rede Social do Concelho de Lagos – novembro de 2004 a março de 2005”

CCDR (2007), “Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013”

Comissão das Comunidades Europeias (2001), “Livro Branco da Governança Europeia”

DGOTDU (2008), Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, Lisboa

DGS (2009), Circular Informativa “Avaliação Ambiental Estratégica – Recomendações para a integração e apreciação da Componente Saúde Humana nos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

IFAP, Gabinete Técnico Florestal Inter-Municipal de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo (2009), “Plano Inter-Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo 2010 – 2014”

Instituto da Água, Almeida *et al.* (2000), “Sistemas de Aquíferos de Portugal Continental”

Partidário, Maria do Rosário (2007), Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica. Orientações Metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa

Diplomas legais:

Decreto Regulamentar 12/2002, de 9 de março – Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PBHRA)

Decreto-lei n.º 380/1999, de 22 de setembro com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 46/2009, de 20 de fevereiro e respetivas alterações introduzidas (Decreto-Lei n.º 181/2009, de 07 de agosto, Decreto-lei n.º 2/2011, de 06 de janeiro) – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação de determinados planos e programas no ambiente.

Decreto-Lei n.º 140/1999, de 24 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro - Diretiva Habitats

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro - Risco de Incêndio Florestal

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho - que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.

Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro - Regulamento Geral do Ruído, alterado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto

Despacho n.º 2339/2007-Aprovação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 (PEAASAR II)

Diretiva n.º 79/409/CEE – Diretiva Aves do Plano sectorial da Rede Natura 2000

Diretiva n.º 92/43/CEE – Diretiva Habitats do Plano sectorial da Rede Natura 2000

Diretiva n.º 2000/60/CE, de 23 de outubro – Diretiva Quadro da Água

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água

Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro – Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos

Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro – Lei do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública

Portaria n.º 187/2007 de 12 de fevereiro Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II)

Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro – Estratégia Nacional de Conservação de Natureza e Biodiversidade (ENCNB)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004, de 31 de julho Aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)

Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril – Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) 2013-2015

Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007 de 20 de agosto – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, 2005-2015 (ENDS)

Resolução de Conselho de Ministros n.º 102/2007 de 3 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 85-C/2007, de 2 de outubro e alterada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 188/2007, de 28 de dezembro – Plano Regional de Ordenamento do Território Algarve

Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho - Plano sectorial da Rede Natura 2000

Bibliografia Digital:

ALGAR, *Site* do Instituto de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A
<<http://www.algar.com.pt/pt/>> (consultado em novembro de 2011)

ANPC, *Site* da Autoridade Nacional de Proteção Civil
<<http://www.prociv.pt/>> (consultado em novembro de 2011)

ARH, *Site* da Administração da Região Hidrográfica
<<http://www.arhalgarve.pt/site/index.php>> (consultado em dezembro de 2011)

BPI, *Site* do Banco Português de Investimento
<<http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>> (consultado em outubro de 2011)

CCDR, *Site* da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
<<http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/index.php>> (consultado em novembro de 2011)

DGEG, *Site* da Direção Geral de Energia e Geologia
<<http://www.dgge.pt/>> (consultado em novembro de 2011)

DRAPALG, *Site* da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
<<http://www.drapalg.min-agricultura.pt/>> (consultado em outubro de 2011)

DRE, *Site* do Diário da República Eletrónico
<<http://www.dre.pt/>> (consultado em dezembro de 2011)

ICNB, *Site* do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
<<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/>> (consultado em dezembro de 2011)

IGEO, *Site* do Instituto Geográfico Português – Carta de Ocupação do Solo (COS)
<<http://www.igeo.pt/produtos/CEGIG/COS.htm>> (consultado em novembro de 2011)

IGESPAR, *Site* do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
<<http://www.igespar.pt/pt/>> (consultado em novembro de 2011)

INAG, *Site* do Instituto da Água
<<http://www.inag.pt/>> (consultado em dezembro de 2011)

INSAAR, *Site* do Instituto Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
<<http://insaar.inag.pt/>> (consultado em outubro de 2011)

INE, *Site* do Instituto Nacional de Estatística
<<http://www.ine.pt/>> (consultado em novembro de 2011)

LNEC, *Site* do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
<<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/tectonica.html>> (consultado em outubro de 2011)

LNEC, *Site* do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/risco_sismico.html> (consultado em outubro de 2011)

SNIRH, *Site* do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
<<http://snirh.pt/>> (consultado em 2011)

Site das Águas do Algarve, SA
<<http://www.aguasdoalgarve.pt/>> (consultado em outubro de 2011)

Site do Balcão Virtual da Câmara Municipal de Lagos

<http://www.cm-lagos.pt/balcao_virtual/> (consultado em 2011)

Site da Câmara Municipal de Lagos

<<http://www.cm-lagos.pt/>> (consultado em 2011)

Site do Turismo de Portugal, I.P.

<<http://www.turismodeportugal.pt>> (consultado em dezembro de 2011)

ANEXOS

Anexo I. Pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidade Ambiental Especifica (ERAE), relativos à Proposta de Definição de Âmbito